

# C&P

CONJUNTURA & PLANEJAMENTO

173 out./dez. 2011

ISSN 1413-1536

**Ponto de vista:**  
**Vitor de Athayde**  
**Couto**

Bahia, terra da  
felicidade não  
calculada

**Políticas públicas e  
construção civil no  
Brasil: uma análise dos  
programas de incentivo**

**Tipologia dos municípios  
baianos com base em  
análise multivariada**

# Quer saber mais sobre a Bahia? A SEI sabe.

SEI. A PRINCIPAL FONTE DE INFORMAÇÕES DO ESTADO.

> Índices      > Pesquisas      > Estudos  
> Números      > Mapas

Sabe aquele dado sobre geração de empregos que saiu no jornal, aquela notícia sobre o PIB que passou na televisão?

São dados da SEI, o órgão oficial de estatística do estado, que produz uma vasta gama de informações econômicas, sociais, demográficas e geoambientais. Sempre que quiser informações precisas sobre a Bahia, conte com a SEI.

[www.sei.ba.gov.br](http://www.sei.ba.gov.br)

 [facebook.com/imprensasei](https://facebook.com/imprensasei)  [@eu\\_SEI](https://twitter.com/eu_SEI)



SECRETARIA DO  
PLANEJAMENTO



**C&P**

CONJUNTURA & PLANEJAMENTO

**173** out./dez. 2011

# Sumário

**5**

**Carta do editor**

**Economia em destaque**

**6**

**Desaceleração nas economias brasileira e baiana no terceiro trimestre de 2011**

Carla do Nascimento,  
Elissandra Britto,  
Rosângela Conceição

**Artigos**

**16**

**Políticas públicas e construção civil no Brasil: uma análise dos programas de incentivo**

Gustavo Casseb Pessoti,  
Pedro de Oliveira  
Mendonça

**26**

**O comércio exterior e a economia baiana**

Arthur Souza Cruz

**32**

**Produção dos biocombustíveis no estado da Bahia: iniciativas e perspectivas**

Flávia Jorlane Rodrigues  
de Oliveira,  
Patrícia da Silva Cerqueira,  
Rebeca de Melo Sinfrônio

**40**

**A importância do capital intelectual para o desenvolvimento da gestão pública no estado da Bahia**

Rodrigo José Lima Almeida

**Seção Especial**

**48**

**Tipologia dos municípios baianos com base em análise multivariada**

João Paulo Caetano Santos,  
Karina M<sup>a</sup> das Graças C.  
Silva,  
Simone Borges Medeiros  
Pereira

# Expediente

**GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA**  
JAQUES WAGNER

**SECRETARIA DO PLANEJAMENTO**  
JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI

**SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA**  
JOSÉ GERALDO DOS REIS SANTOS

**CONSELHO EDITORIAL**  
Andréa da Silva Gomes, Antônio Alberto Valença, Antônio Plínio Pires de Moura, Celeste Maria Pedreira Philigret Baptista, César Barbosa, Edmundo Sá Barreto Figueirôa, Gildásio Santana Júnior, Jackson Ornelas Mendonça, Jorge Antonio Santos Silva, Miguel Matteo, Paulo Henrique de Almeida, Ranieri Muricy, Rosemberg Valverde de Jesus, Simone Uderman, Thiago Reis Góes

**DIRETORIA DE INDICADORES E ESTATÍSTICAS**

Gustavo Casseb Pessoti

**COORDENAÇÃO GERAL**

Luiz Mário Ribeiro Vieira

**COORDENAÇÃO EDITORIAL**

Elissandra Alves de Britto  
Rosângela Ferreira Conceição

**EQUIPE TÉCNICA**

Maria Margarete de Carvalho Abreu Perazzo  
Alenilson Santos Marques (estagiário)  
Rafael Augusto Fagundes Guimarães (estagiário)

**COORDENAÇÃO DE BIBLIOTECA E DOCUMENTAÇÃO/NORMALIZAÇÃO**

Eliana Marta Gomes Silva Sousa

**COORDENAÇÃO DE DISSEMINAÇÃO DE INFORMAÇÕES**

Ana Paula Porto

**EDITORIA-GERAL**

Elisabete Cristina Teixeira Barretto

**REVISÃO**

Luís Fernando Sarno (Linguagem)  
Ludmila Nagamatsu (Padronização e Estilo)

**DESIGN GRÁFICO/EDITORIAÇÃO/ILUSTRAÇÕES**

Nando Cordeiro

**FOTOS**

Vaner Casaes/Secom, Stock XCHNG

**IMPRESSÃO**

EGBA – Tiragem: 1.000

## Ponto de vista

# 60

**Bahia, terra da  
felicidade não calculada**

Vitor de Athayde Couto

## Investimentos na Bahia

# 62

**Complexo Metal-  
Mecânico espera  
investimentos de R\$ 4,2  
bilhões até 2013**

Fabiana Karine Santos de  
Andrade

# 66

**Livros**

# 68

**Conjuntura Econômica  
Baiana**

## Indicadores conjunturais

# 81

**Indicadores Econômicos**

# 88

**Indicadores Sociais**

# 98

**Finanças Públicas**

Os artigos publicados são de inteira responsabilidade de seus autores. As opiniões neles emitidas não exprimem, necessariamente, o ponto de vista da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI). É permitida a reprodução total ou parcial dos textos desta revista, desde que seja citada a fonte. Esta publicação está indexada no *Ulrich's International Periodicals Directory* e no sistema *Qualis* da Capes.

Conjuntura & Planejamento / Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia. n. 1 (jun. 1994) –. Salvador: SEI, 2011.  
n. 173  
Trimestral  
Continuação de: Síntese Executiva. Periodicidade: Mensal até o número 154.  
ISSN 1413-1536

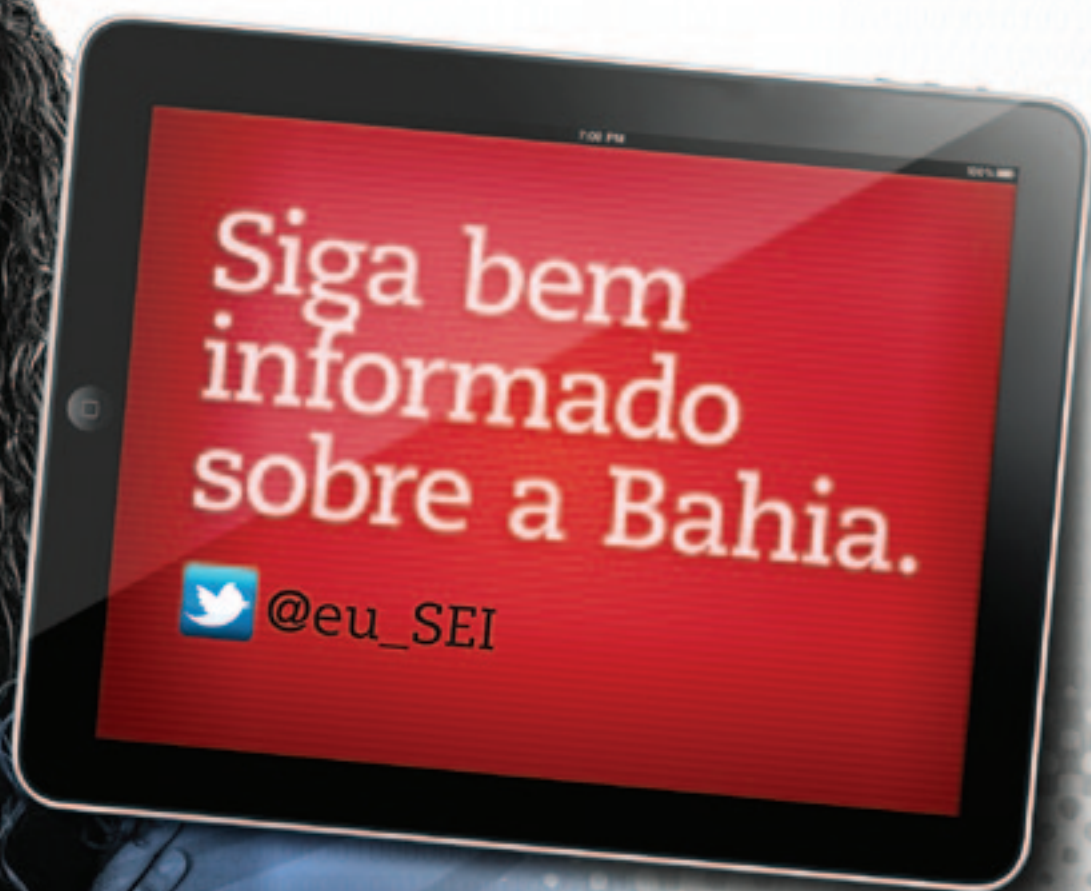
1. Planejamento econômico – Bahia. I. Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia.

CDU 338(813.8)



SECRETARIA DO PLANEJAMENTO

Av. Luiz Viana Filho, 4ª Avenida, 435, CAB  
Salvador (BA) Cep: 41.745-002  
Tel.: (71) 3115 4822 Fax: (71) 3116 1781  
www.sei.ba.gov.br sei@sei.ba.gov.br



# Carta do editor

As ações de política adotadas pelo governo no final de 2010 e início de 2011, associadas à instabilidade no cenário internacional, comprometeram as atividades econômicas brasileiras e baianas no terceiro trimestre de 2011, o que pode ser evidenciado nos indicadores econômicos. De acordo com os dados divulgados pelo IBGE, na passagem do segundo para o terceiro trimestre, não houve variação no nível de atividade. Esse movimento foi registrado na edição 173 da revista *Conjuntura & Planejamento* (C&P), remetendo a uma reflexão sobre o fato de a economia encerrar o ano com um crescimento moderado, a despeito da manutenção de condições favoráveis no mercado de trabalho, conforme análise realizada pela equipe de conjuntura.

Como colaborador, Vitor de Athayde Couto, professor titular da Universidade Federal da Bahia (UFBA) e integrante do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social da Bahia (CODES), presenteia os leitores com uma abordagem tênue sobre as questões relativas às desigualdades sociais. O entendimento sobre o crescimento ou desenvolvimento remete à necessidade de realização de estudos sobre o Índice de Saúde Social para a Bahia. Segundo o professor, esse índice é um indicador essencial para a formulação de políticas de desenvolvimento.

Na seção de artigos, Gustavo Casseb Pessoti e Pedro de Oliveira Mendonça apresentam o texto *Políticas públicas e construção civil no Brasil: uma análise dos programas de incentivo*. Os demais trabalhos, numa vertente segmentada por setores, avaliam a economia baiana, enfocando o comportamento do comércio exterior e as perspectivas para a produção dos biocombustíveis na Bahia, bem como a relevância do capital intelectual para a gestão pública no estado. Em *Tipologia dos municípios baianos com base em análise multivariada*, os autores João Paulo Caetano Santos, Karina Maria das Graças C. Silva e Simone Borges Medeiros Pereira discutem os aspectos econômicos, sociais, políticos e geográficos dos 417 municípios baianos.

Assim, a SEI, por meio da revista C&P nº 173, traz o desempenho das atividades econômicas até o terceiro trimestre de 2011. Além de apresentar os aspectos condicionantes do atual estágio da economia brasileira e baiana, a publicação permite aos seus leitores compreenderem, através dos indicadores econômicos e das análises apresentadas, o comportamento das variáveis que foram mais impactadas pela conjuntura econômica ao longo dos primeiros nove meses de 2011. Muito embora as opiniões proferidas não expressem, necessariamente, o ponto de vista da instituição, sendo de responsabilidade de seus autores, essa publicação é uma relevante ferramenta para aqueles que buscam enriquecer os seus conhecimentos acerca da economia e áreas afins.



# Desaceleração nas economias brasileira e baiana no terceiro trimestre de 2011

Carla do Nascimento\*  
Elissandra Britto\*\*  
Rosângela Conceição\*\*\*

De acordo com os dados divulgados pelo IBGE, o Produto Interno Bruto (PIB) registrou variação nula (0,0%) na passagem entre o segundo e terceiro trimestres de 2011, na série livre de influências sazonais (CONTAS NACIONAIS TRIMESTRAIS, 2011). Esse resultado, que correspondeu a uma expansão anualizada de 3,7%, significou uma desaceleração em relação ao período imediatamente anterior, quando o PIB havia crescido 0,7%. Já o carry-over (carregamento estatístico) reduziu-se de 3,0% para 2,8%, ou seja, caso o PIB apresente variação nula nos próximos trimestres, na série com ajuste sazonal, crescerá a essa taxa ao fim de 2011.

Na comparação em relação ao mesmo período do ano anterior, a taxa de crescimento do PIB sofreu redução pelo sexto trimestre consecutivo, passando de 3,3% para 2,1%. Com relação à taxa de crescimento acumulada no ano, o período de janeiro a setembro de 2011 atingiu um patamar 3,2% superior ao do mesmo período do ano passado.

De um modo geral, a variação nula da atividade econômica entre o segundo e terceiro trimestres reflete a desaceleração observada de forma generalizada entre os componentes do PIB. Uma exceção notável, sob a ótica da oferta, ficou por conta da Agropecuária, cuja alta de 3,2% no período veio após a contração de 0,6% registrada no segundo trimestre. O recuo de 0,9% do PIB industrial – o maior desde o primeiro trimestre de 2009 – foi puxado principalmente pelo desempenho ruim da indústria de transformação, na qual se notam estoques elevados. O PIB de Serviços registrou variação negativa (a primeira desde o quarto trimestre de 2008) de 0,3%.

\* Mestre pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Economista pela Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS). Técnica da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI). carlajanira@sei.ba.gov.br

\*\* Mestre pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Economista pela UFBA. Técnica da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI). elissandra@sei.ba.gov.br

\*\*\* Mestranda em Administração pela Universidade Salvador (Unifacs). Especialista em Auditoria Fiscal pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB). Matemática pela Universidade Católica de Brasília (UCB). Economista pela Universidade Católica do Salvador (UCSal). Técnica da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI). rosangela310@oi.com.br

## O arrefecimento no desempenho do PIB deveu-se aos resultados provocados pelos instrumentos utilizados pelo governo para conter o ritmo de crescimento da demanda

O arrefecimento no desempenho do PIB deveu-se aos resultados provocados pelos instrumentos utilizados pelo governo para conter o ritmo de crescimento da demanda à frente da oferta, associado às pressões da elevação dos preços. Os resultados defasados dessas medidas<sup>1</sup>, implementadas a partir do final de 2010, podem ser visualizados nos indicadores associados à demanda. O consumo das famílias registrou ligeira queda na margem, de 0,1%, o consumo do governo reduziu 0,7%, enquanto a formação bruta de capital fixo (FBCF) recuou 0,2%, pior resultado negativo desde o primeiro trimestre de 2008.

De fato, as medidas foram eficientes no recuo da inflação, uma vez que a inflação acumulada em doze meses recuou de 7,31% em setembro para 6,97% em outubro e para 6,64% em novembro (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2011), sugerindo tendência declinante da inflação acumulada em doze meses.

Não obstante essa conjuntura, a expectativa para o crescimento da economia brasileira em 2011 é positiva, estimando-se uma taxa em torno de 3,0%, após sucessivas revisões por parte dos analistas de mercado.

Segundo analistas do mercado, a economia brasileira retoma a trajetória de crescimento – ainda que modesta – a partir do quarto trimestre. Nesse sentido, a LCA

defende que “Com base em um modelo que considera os dados da produção industrial e da confiança da indústria, estima-se que no quarto trimestre o PIB brasileiro deve ter superado em 1,6% o do mesmo período de 2010, o que corresponderia a um avanço dessazonalizado de 0,4%” (PIB ..., 2011). Caso confirme esse crescimento, o PIB fecharia o ano em alta de 2,8% sobre 2010.

De acordo com análise do Instituto Brasileiro de Economia (IBRE), que tem por base o Índice de Atividade Econômica (IAE), que reduziu 0,4% em setembro em relação a agosto e que aponta um crescimento de 0,1% para o trimestre terminado em outubro, a previsão para o crescimento do PIB em 2011 é de 3,2% (FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS, 2011).

Até o momento, os indicadores econômicos do período acumulado de janeiro a setembro mostraram-se favoráveis, mas com tendência de desaceleração. O Indicador de Atividade Econômica do Banco Central (IBC-Br) recuou 2,7% entre agosto e setembro. No período de janeiro a setembro a expansão chegou a 3,1% e em 12 meses, encerrados em setembro, aumentou 3,5% (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2011).

Do lado da oferta, a safra agrícola de 2011 apresentou estimativa de crescimento da produção de cereais, leguminosas e oleaginosas em torno de 6,6% maior que a safra obtida em 2010, representando 159,5 milhões de toneladas; a produção industrial acumulou apenas 0,7% no período

**A safra agrícola de 2011 apresentou estimativa de crescimento da produção de cereais, leguminosas e oleaginosas em torno de 6,6% maior que a safra obtida em 2010**

<sup>1</sup> Elevação dos juros, medidas macroprudenciais, desaceleração dos gastos públicos e das empresas estatais.

de janeiro a outubro do ano em curso; e as vendas do comércio varejista, mesmo mantendo a taxa positiva (6,7%) no período, também indicam sinais de desaceleração.

O dinamismo observado no mercado de trabalho até o mês de outubro, tanto na taxa de desemprego como no saldo do emprego formal, ficou para trás quando os resultados do mês de outubro apontaram estabilidade e/ou redução na margem – a taxa de desocupação passou de 6,0% para 5,8%, e o saldo de empregos formais, que foi de 209,08 mil, passou para 126,14 mil, entre setembro e outubro. No entanto, o nível elevado da massa salarial e a política de redistribuição de renda do governo, seja por meio do Bolsa Família, seja por meio do aumento real do salário mínimo, conseguiram manter o consumo em patamares elevados ao longo do ano de 2011, acumulando 4,8% nos três trimestres, em relação ao mesmo período do ano anterior.

Entretanto o mercado de trabalho manteve-se dinâmico ao longo dos dez primeiros meses de 2011, contribuindo para os bons resultados alcançados pela economia brasileira. No período de janeiro a outubro de 2011 foram criados 2.242 mil novos postos de trabalho<sup>2</sup>, segundo dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) (BRASIL, 2011b).

Na Bahia, o produto interno bruto no terceiro trimestre caiu 1,2% em relação ao segundo trimestre, na série com ajuste sazonal, e cresceu 2,6% em relação ao mesmo trimestre do ano anterior. O recuo da atividade econômica no estado foi principalmente determinado pelo desempenho da Indústria, que decresceu 1,7% no período, em relação ao terceiro trimestre de 2010. A Agropecuária e o setor de Serviços incrementaram 10,4% e 4,3% no período, respectivamente. Na Bahia, o PIB dos três trimestres acumula taxa de 2,1% em 2011.

Após essa retrospectiva introdutória, as próximas seções deste artigo pretendem apresentar mais elementos dinâmicos das conjunturas nacional e baiana ao longo dos três primeiros trimestres de 2011, evidenciando as perspectivas diante do cenário de crise que ora se instala.

<sup>2</sup> O acumulado no ano inclui as declarações recebidas fora do prazo e os acertos no período de janeiro a novembro de 2011.

**Os produtos soja, milho e arroz contribuíram, em conjunto, para o bom desempenho da produção e da área colhida, com 90,6% e 82,3%, respectivamente**

## SAFRA AGRÍCOLA CONTINUA A CRESCER NO BRASIL E NA BAHIA

A décima primeira estimativa do Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA) (2011), divulgado pelo IBGE para a safra nacional de 2011 de cereais, leguminosas e oleaginosas indicou uma produção 6,6% maior que a safra obtida em 2010, expressando um volume de 159,5 milhões de toneladas. A área a ser colhida no ano em foco cresceu 4,6% frente à área colhida em 2010, representando 48,6 milhões de hectares. Os produtos soja, milho e arroz contribuíram, em conjunto, para o bom desempenho da produção e da área colhida, com 90,6% e 82,3%, respectivamente.

Localmente, a estimativa da produção baiana de grãos (algodão, feijão, milho, soja e sorgo) manteve crescimento de janeiro a novembro de 2011. Em novembro, o volume aproximado de grãos foi estimado em 7,61 milhões de toneladas, representando um incremento da ordem de 12,9% quando comparado com o de 2010. A área colhida teve decréscimo de 1,0%, e o rendimento físico aumentou 14,1%. Entre os grãos, o feijão e o milho figuraram com redução da área cultivada de 24,4% e 12,3%, respectivamente, a despeito do seu bom rendimento produtivo.

A produção das culturas tradicionais comportou-se de forma positiva em novembro de 2011: mandioca (4,6%); cana-de-açúcar (11,5%); café (4,4%); e cacau (4,3%). A boa *performance* do conjunto dessas culturas estaria ligada ao incremento dos rendimentos físicos, conforme indicado na Tabela 1.

**Tabela 1**  
**Estimativas de produção física, áreas plantada e colhida e rendimento dos principais produtos agrícolas**  
**Bahia – 2010/2011**

| Produtos/safras | Produção física (mil t) |          |          | Área Plantada (mil ha) |              |             | Área Colhida (mil ha) |              |             | Rendimento (kg/ha) |         |          |
|-----------------|-------------------------|----------|----------|------------------------|--------------|-------------|-----------------------|--------------|-------------|--------------------|---------|----------|
|                 | 2010 (1)                | 2011 (2) | Var. (%) | 2010 (1)               | 2011 (2)     | Var. (%)    | 2010(1)               | 2011 (2)     | Var. (%)    | 2010 (3)           | 2011(3) | Var. (%) |
| Mandioca        | 3.211                   | 3.359    | 4,6      | 262                    | 472          | 80,0        | 262                   | 261          | -0,3        | 12.256             | 12.852  | 4,9      |
| Cana-de-açúcar  | 5.869                   | 6.543    | 11,5     | 97                     | 115          | 18,7        | 97                    | 100          | 3,2         | 60.663             | 65.529  | 8,0      |
| Cacau           | 148                     | 155      | 4,3      | 520                    | 543          | 4,3         | 520                   | 525          | 0,9         | 285                | 295     | 3,3      |
| Café            | 153                     | 160      | 4,4      | 152                    | 168          | 10,8        | 152                   | 155          | 1,9         | 1.008              | 1.033   | 2,4      |
| Grãos           | 6.741                   | 7.611    | 12,9     | 2.798                  | 2.932        | 4,8         | 2.656                 | 2.629        | -1,0        | 2.538              | 2.895   | 14,1     |
| Algodão         | 996                     | 1.580    | 58,6     | 271                    | 416          | 53,4        | 270                   | 416          | 53,8        | 3.687              | 3.801   | 3,1      |
| Feijão          | 316                     | 241      | -23,9    | 616                    | 556          | -9,7        | 560                   | 424          | -24,4       | 565                | 568     | 0,7      |
| Milho           | 2.223                   | 2.105    | -5,3     | 810                    | 806          | -0,5        | 724                   | 635          | -12,3       | 3.070              | 3.312   | 7,9      |
| Soja            | 3.113                   | 3.515    | 12,9     | 1.017                  | 1.046        | 2,8         | 1.017                 | 1.046        | 2,8         | 3.060              | 3.360   | 9,8      |
| Sorgo           | 92                      | 171      | 85,6     | 85                     | 109          | 28,5        | 84                    | 109          | 28,6        | 1.092              | 1.575   | 44,3     |
| <b>Total</b>    | -                       | -        | -        | <b>3.829</b>           | <b>4.230</b> | <b>10,5</b> | <b>3.687</b>          | <b>3.670</b> | <b>-0,5</b> | -                  | -       | -        |

Fonte: IBGE–LSPA/PAM-Ba.

Elaboração: SEI/CAC.

(1) PAM/IBGE 2010.

(2) LSPA/IBGE previsão de safra 2011 (novembro 2011).

(3) Rendimento = produção física/área colhida.

## RECUO NA PRODUÇÃO INDUSTRIAL E EXPANSÃO NO SALDO DA BALANÇA COMERCIAL

A produção física industrial no país, com base nos dados da Pesquisa Industrial Mensal (PIM) (2011), acumulou, no período de janeiro a outubro de 2011, taxa de crescimento de 0,7%, comparada ao mesmo período de 2010. Considerando-se as categorias de uso, destacou-se o setor de bens de capital, que apresentou a maior variação percentual, com taxa de 4,4%. A categoria bens intermediários também registrou taxa positiva, de 0,5%. O setor de bens de consumo duráveis consignou decréscimo de 0,6%, e a produção

de bens de consumo semi e não duráveis recuou 0,1% (PESQUISA INDUSTRIAL MENSAL, 2011).

Nesse contexto, confirmando a desaceleração na atividade industrial, o indicador de faturamento da Indústria aumentou apenas 1,4% na passagem de setembro para outubro, na comparação dessazonalizada. No período de janeiro a outubro, o faturamento da Indústria acumula acréscimo de 5,4% em relação ao mesmo período do ano anterior (PESQUISA INDICADORES INDUSTRIAIS, 2011). De acordo com a Confederação Nacional das Indústrias (CNI), as informações sugerem moderação na atividade industrial. O nível de utilização da capacidade instalada também se manteve praticamente estável, pois atingiu 81,4% em outubro, apenas 0,3 p.p. abaixo da taxa observada em setembro, na série com ajuste sazonal. É um número que ainda estimula o investimento em atividades produtivas, mas é um investimento bem menor do que se o número estivesse na casa de 85% ou mais, como ocorreu em boa parte de 2010. Nesse sentido, os desembolsos do BNDES atingiram R\$ 91,6 bilhões no período de janeiro a setembro de 2011, com queda de 28,4% na comparação com o mesmo período do ano passado. Nos 12 meses encerrados em setembro, as liberações do Banco somaram R\$ 132,0 bilhões, o que significou uma redução de 21,7% em relação aos 12 meses anteriores (BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO, 2011).

**A produção física industrial no país [...] acumulou, no período de janeiro a outubro de 2011, taxa de crescimento de 0,7%, comparada ao mesmo período de 2010**

Na Bahia, segundo dados da Pesquisa Industrial Mensal (2011) do IBGE, a produção física da Indústria (*Transformação e Extrativa Mineral*), no período de janeiro a outubro de 2011, apresentou retração de 4,3%, comparada com o mesmo período de 2010.

A *performance* da produção industrial baiana, nos primeiros dez meses de 2011, foi influenciada pelos resultados negativos apresentados pelo segmento de produtos químicos (-10,2%), seguido por refino de petróleo (-5,7%) e metalurgia básica (-11,6%). Dentre os segmentos que influenciaram positivamente esse indicador, destacaram-se alimentos e bebidas (7,5%) e minerais não metálicos (7,0%).

É interessante ressaltar que a queda do setor industrial no período foi, em parte, decorrente do “apagão” de energia na Região Nordeste no mês de fevereiro, que resultou em parada na produção de importantes empresas do setor químico.

Mesmo com a retração verificada na produção física da Indústria baiana no período de janeiro a outubro de 2011, o nível de emprego registrou acréscimo na indústria geral de 2,2% no período, comparando-se com o mesmo período de 2010, segundo a Pesquisa Industrial Mensal de Emprego e Salários (2011) do IBGE.

Dentre os segmentos que influenciaram positivamente o resultado do indicador acumulado (janeiro a outubro de 2011) do emprego industrial, destacaram-se alimentos e bebidas (7,1%), máquinas e equipamentos (15,7%) e borracha e plástico (11,4%). Em contrapartida, os principais segmentos que contribuíram negativamente no número de pessoas ocupadas nesse período foram produtos de metal (-5,3%), fumo (-28,7%) e calçados e couro (-1,0%).

No *front* externo, as empresas brasileiras apresentaram bom desempenho, pois exportaram US\$ 233,9 bilhões no período janeiro a outubro de 2011, representando um aumento de 29,2% em relação ao ano anterior. Já as importações, com um volume de US\$ 207,9 bilhões, registraram acréscimo de 25,1%. O maior incremento no percentual das exportações, comparativamente às importações, motivou o aumento do superávit da balança

**Os principais segmentos que contribuíram negativamente no número de pessoas ocupadas nesse período foram produtos de metal (-5,3%), fumo (-28,7%) e calçados e couro (-1,0%)**

comercial para US\$ 26,0 bilhões, contra US\$ 14,8 bilhões no mesmo período de 2010. Nesse período, o comércio exterior brasileiro registrou corrente de comércio de US\$ 441,9 bilhões, com ampliação de 27,3% sobre 2010, quando atingiu US\$ 347,2 bilhões (BRASIL, 2011).

Localmente, o frágil desempenho da produção industrial baiana pode ser confirmado no exame dos dados de suas vendas externas. O volume exportado (em toneladas) cresceu na ordem de 2,1% no período janeiro a novembro de 2011, ao mesmo tempo em que os valores das exportações incrementaram-se 24,6%, graças ao comportamento dos preços médios dos produtos exportados, que variaram positivamente 22,1% no período. Os segmentos de químicos e petroquímicos, papel e celulose e automotivo registraram queda (em toneladas) de 22,8%, 0,7% e 12,8%, respectivamente, no período.

Em outra perspectiva, considerando-se valores FOB, as exportações baianas, nos primeiros onze meses de 2011, atingiram US\$ 10,1 bilhões, com acréscimo de 24,6% comparado ao mesmo período de 2010. O seu desempenho decorreu principalmente da expansão nos segmentos de petróleo e derivados (41,9%), químicos e petroquímicos (2,7%), papel e celulose (8,7%), soja (39,3%), metalúrgicos (47,3%) e algodão (119,6%). Juntos esses setores foram responsáveis por 76,5% das receitas de exportação no período.

Do mesmo modo, as importações registraram acréscimo de 16,4%, com valores de US\$ 7,2 bilhões, e a corrente

## **A balança comercial da Bahia apresentou superávit de US\$ 2,9 bilhões no período de janeiro a novembro, ante o superávit de US\$ 1,9 bilhão no mesmo período do ano anterior**

de comércio (exportações mais importações) registrou expansão de 21,1% no período considerado.

A balança comercial da Bahia apresentou superávit de US\$ 2,9 bilhões no período de janeiro a novembro, ante o superávit de US\$ 1,9 bilhão no mesmo período do ano anterior, de acordo com as estatísticas do Ministério do Desenvolvimento da Indústria e Comércio, divulgadas pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (BOLETIM DE COMÉRCIO EXTERIOR DA BAHIA, 2011).

## **VAREJO E MERCADO DE TRABALHO EM RITMO DESACELERADO**

A trajetória da inflação que assustou as autoridades de política monetária nos primeiros meses de 2011 começa a dar sinais de acomodação, deslocando-se na direção da trajetória de metas. Nos últimos doze meses, o IPCA apresentou a taxa de 6,64% em novembro, aquém dos 6,97% exibidos nos doze meses imediatamente anteriores. A variação registrada foi de 0,52% no mês de novembro, enquanto em igual mês de 2010 a taxa foi de 0,83%. Esse comportamento cria a expectativa de melhores resultados para a economia no próximo ano, embora essa *performance* não se confirme quando comparada à variação de novembro com os 0,43% no mês de outubro desse ano, situando-se acima em 0,09% ponto percentual.

No mês de novembro, o grupo que apresentou maior impacto para o comportamento dos preços foi o de Alimentação e Bebidas, com alta de 1,1%, após registrar

0,7% no mês imediatamente anterior. O segundo grupo a exercer maior influência foi Despesas pessoais, variando de 0,22% em outubro para 0,88% em novembro. Ao longo do ano de 2011, a inflação foi o principal responsável pelo endividamento das famílias e a corrosão dos salários, comprometendo o nível de atividade econômica.

Em Salvador, o Índice de Preços ao Consumidor (IPC-SEI) variou 0,44% no mês de novembro, acumulando em 12 meses taxa de 4,70% (SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA, 2011b). O ritmo desacelerado também pode ser percebido nesse indicador, pois o resultado para o acumulado nos 12 meses imediatamente anteriores foi de 5,17%.

No setor de comércio varejista, observou-se um ritmo de crescimento arrefecido nas vendas. De acordo com a Pesquisa Mensal de Comércio (PMC) divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o varejo do país apresentou taxas de variação para o volume de vendas de 4,3% sobre outubro de 2010; e de 6,7% para o acumulado do ano.

Na Bahia, a pesquisa mostrou que as vendas do varejo continuam em ritmo desacelerado. Em outubro de 2011, mês em que normalmente a comemoração do dia das crianças incrementa as vendas, o volume de negócios foi da ordem de 2,3%, registrando para o acumulado do ano uma variação de 8,0%, e 8,5% para o acumulado dos últimos 12 meses.

Nesse mês de outubro, Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo apresentou

**O grupo que apresentou maior impacto para o comportamento dos preços foi o de Alimentação e Bebidas, com alta de 1,1%, após registrar 0,7% no mês imediatamente anterior**

estabilidade no volume de negócios baianos. A variação de 0,2% nas vendas do segmento de maior peso na composição do Indicador de Volume de Vendas do Comércio reflete em parte a perda do poder aquisitivo da população, dado o aumento persistente dos preços nos últimos meses, e a opção de alguns consumidores em liquidar dívidas, em razão do elevado endividamento. A estagnação nas vendas baianas também foi percebida no subgrupo Hipermercados e Supermercados, que registrou taxas 0,0%, 2,1% e 2,7% na avaliação mensal, no acumulado do ano e dos últimos 12 meses, respectivamente.

A despeito da desaceleração nas vendas, observa-se que houve um recuo na taxa de desemprego nas seis regiões metropolitanas analisadas pela Pesquisa Mensal de Emprego (PME) (2011) do IBGE, que passou de 6,0% em setembro para 5,8% em outubro. Em outubro de 2010 essa taxa foi da ordem de 6,1%. De acordo com essa pesquisa, considerando que em março de 2009 a taxa observada foi de 9,0%, esse recuo é significativo, atingindo um mínimo histórico para o mês de outubro, na série iniciada em março de 2002 (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2011).

Na RM de Salvador a taxa de desocupação registrada no mês de outubro de 2011 foi de 9,4%, superando a taxa de 9,0% verificada no mês imediatamente anterior. Quando comparada ao resultado de 9,9% apresentado no mesmo mês do ano de 2010, observa-se que a taxa de desemprego também recuou nessa região.

A taxa de atividade no agregado das seis regiões metropolitanas manteve-se estável em outubro (57,3%), na comparação com o mês de setembro de 2011 (57,4%). O mesmo também se verificou quando comparada à variação de outubro de 2010 (57,4%). O emprego referente à população ocupada aumentou em 1,5% em outubro de 2011, comparado a igual mês do ano anterior, significando um acréscimo de 336 mil ocupados em 12 meses. No ano, os setores que mais criaram empregos foram os de Construção e Serviços, com 4,7% e 8,4%, respectivamente (PESQUISA MENSAL DO EMPREGO, 2011).

A aparente estabilidade na taxa de atividade apurada para as seis regiões metropolitanas não se verificou na RM

**Na RM de Salvador a taxa de desocupação registrada no mês de outubro de 2011 foi de 9,4%, superando a taxa de 9,0% verificada no mês imediatamente anterior**

de Salvador. De acordo com a PME, no mês de outubro a taxa de atividade registrada para essa região foi de 55,6%, enquanto para igual mês de 2010 a variação foi de 57,6%. Esse ritmo reduzido também pode ser percebido, embora em menor intensidade, quando verificada a taxa de 56,3% apresentada no mês de setembro de 2011.

Segundo informações coletadas do Caged (BRASIL, 2011) do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), foram criados 126,1 mil empregos formais em outubro, variando o estoque em 0,2% em relação ao mês anterior. Desses empregos, 77,2 mil foram no setor de Serviços, 60,9 mil no comércio, 10,3 mil na construção civil e 5,2 mil na *Indústria de Transformação*. Já a Agropecuária reduziu o número de vagas em 29,9 mil. No ano, foram criados 2,24 milhões de empregos, ante 2,89 milhões no mesmo período do ano anterior<sup>3</sup>.

Ainda segundo a PME, considerando o nível da ocupação, com uma taxa de 54,0% para as seis regiões, também foi observada estabilidade em relação a setembro de 2011 (54,0%) e a outubro do ano de 2010 (53,9%). No universo da pesquisa, constatou-se, ainda, que em outubro de 2011 frente a igual mês do ano passado, as RMs de Salvador e Porto Alegre registraram redução de 1,5 e 1,0 ponto percentual, respectivamente. Assim, embora o mercado de trabalho continue apresentando taxas moderadas de crescimento, há indícios de que o setor passe por um período de acomodação.

3 O acumulado no ano inclui as declarações recebidas fora do prazo e os acertos no período de janeiro a novembro de 2011.

Quanto ao rendimento médio real habitual em outubro, de acordo com a PME, ficou estável em relação ao mês de setembro, apresentando um crescimento de 2,9% no ano e uma variação de negativa de 0,3% em relação a outubro de 2010. Consequentemente, a massa salarial real variou 0,9 % em relação a outubro do ano passado. Na análise regional, em outubro de 2011 o rendimento médio habitual dos trabalhadores na Região Metropolitana de Salvador subiu 1,5% em relação ao mês de setembro, e 3,7% na comparação com outubro de 2010.

Diante das evidências, os indicadores revelam que o crescimento de alguns setores da economia continuará a ser balizado pelas transferências governamentais, pelo ritmo de crescimento da massa salarial, bem como a expansão moderada do crédito. Esses aspectos deverão ser intensificados após o anúncio do governo de que a taxa de juros foi reduzida em 0,5 ponto percentual.

Após a elevação da taxa de juros em cinco reuniões no início de 2011, como tentativa de conter o crescimento da inflação, o Banco Central realizou três cortes nessa taxa por conta dos efeitos da crise financeira internacional e da acomodação do nível dos preços. Assim, com as últimas medidas anunciadas pelo ministro da Fazenda, Guido Mantega, de estímulo ao crédito e consumo, cria-se a expectativa de que no próximo ano o crescimento da economia seja retomado.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após ilustrar os principais indicadores econômicos nacionais e da Bahia ao longo do período de janeiro a outubro de 2011, observou-se que o ambiente econômico global traz incertezas aos agentes, impactando o nível de atividade econômica, que ficou estagnada no terceiro trimestre do ano.

Os resultados para o produto interno bruto do país no terceiro trimestre e os indicadores econômicos evidenciaram desaceleração no ritmo de atividade. O produto nacional deteriorou-se em razão das medidas de política monetária implementada pelo governo para conter a alta no nível de preços. Com isso a economia “esfriou” e a partir de setembro o Banco Central passou a reduzir as

taxas de juros – que já alcança recuo de 1,5 p.p. – com o objetivo de dinamizar o consumo doméstico e incentivar os investimentos. Contudo, é provável que os efeitos dessas medidas demandem alguns meses para serem sentidos.

A deterioração do cenário econômico global, com o agravamento da crise fiscal na Europa, causou reduções nas previsões de crescimento para os principais blocos econômicos, que repercutiram negativamente sobre as expectativas de empresários e consumidores. No último trimestre, a instabilidade no cenário internacional repercutiu no mercado de capitais doméstico, com recuo do mercado acionário e contenção das emissões primárias de ativos.

Entretanto, caso a crise econômica internacional se intensifique, a economia brasileira possui fundamentos sólidos que podem “blindá-la” contra seus impactos, e o governo tem instrumentos de política econômica que podem ser utilizados para atenuar a redução de liquidez no mercado.

Entretanto, mesmo que o país não seja atingido fortemente pela crise internacional, é importante ressaltar a existência de outros fatores limitantes ao seu crescimento, como o reduzido volume de investimentos, uma vez que, como evidenciado em seção anterior, ocorreu queda de 0,7% no capital fixo, que tem sido influenciado pelo cenário econômico mundial incerto, que ameaça contrair o volume de crédito para os emergentes, o controle empresarial em relação aos investimentos fixos e a lentidão na execução dos investimentos públicos, especialmente federais.

Com base nesse cenário, o governo já toma providências diante das incertezas e da crise de confiança dos agentes. Além de dar continuidade e aprofundar medidas de política industrial para tornar a Indústria mais competitiva, o governo adotou outras medidas para dar maior dinamismo ao consumo doméstico.

Entre as medidas recentes, de caráter fiscal, adotou-se redução de tributos para produtos da linha branca e da construção civil; desoneração do PIS/Cofins de massas; redução do IOF para pessoa física; eliminação do tributo para aplicação de estrangeiros nas debêntures de infraestrutura; e redução do IOF sobre aplicações de estrangeiros em renda variável na Bolsa de Valores.

Então as medidas ora colocadas não dizem respeito apenas a manter a estabilidade do país ante a crise internacional, mas, sobretudo, a solução de questões internas que são gargalos ao crescimento sustentável do país. É nesse sentido que há necessidade de mudanças estruturais que visem estimular a competitividade em áreas estratégicas e em novos setores de Serviços e tecnológicos.

O cenário ora apresentado para a economia brasileira reflete sobre a economia baiana, a qual vem apresentando significativa desaceleração na *Indústria de Transformação* repercutindo sobre os demais setores, principalmente o de Serviços, que mesmo evidenciando taxas positivas, já demonstra clara acomodação em sua *performance* mensal. A produção agrícola, por outro lado, deverá apresentar resultado bastante positivo no ano de 2011, graças ao aumento na produtividade, principalmente em culturas como a soja e o algodão.

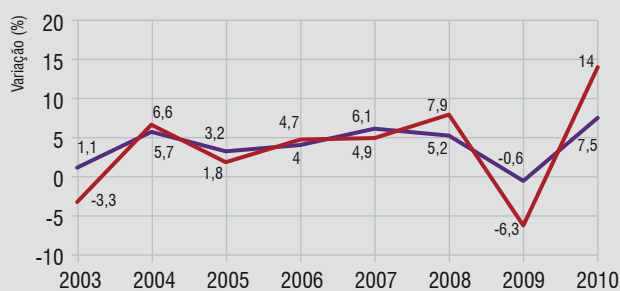
## REFERÊNCIAS

- BANCO CENTRAL DO BRASIL. *Ata do Copom 29 e 30 novembro 2011*. Brasília: BACEN, 2011. Disponível em: <<http://www.bacen.gov.br>>. Acesso em: 05 dez. 2011.
- BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO. *Desempenho*: evolução do desembolso. Brasília: BNDES, 2011. Disponível em: <<http://www.bndes.gov.br>>. Acesso em: 09 dez. 2011.
- BOLETIM DE COMÉRCIO EXTERIOR DA BAHIA. Salvador: SEI, nov. 2011. Disponível em: <<http://www.sei.ba.gov.br>>. Acesso em: 12 dez. 2011.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio. *Indicadores e estatísticas* [Brasília]: MDIC, nov. 2011. Disponível em: <<http://www.mdic.gov.br>>. Acesso em: 12 dez. 2011a.
- BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. *Cadastro geral de empregados e desempregados*. Brasília: MTE, out. 2011. Disponível em: <<http://www.mte.gov.br>>. Acesso em: 09 dez. 2011b.
- CONTAS NACIONAIS TRIMESTRAIS. *PIB tem variação nula (0,0%) em relação ao segundo e chega a R\$ 1,05 trilhão*. Rio de Janeiro: IBGE, 3º tri/2011. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 06 dez. 2011.
- FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. Na virada do ano, economia se aproxima do cenário do Banco Central. *Boletim Macro IBRE*, nov. 2011.
- ÍNDICE DE PREÇOS AO CONSUMIDOR AMPLO. Rio de Janeiro: IBGE, nov. 2011. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 12 dez. 2011.
- LEVANTAMENTO SISTEMÁTICO DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA. Rio de Janeiro: IBGE, nov. 2011. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 12 dez. 2011.
- PESQUISA INDICADORES INDUSTRIAIS. Brasília: CNI, out. 2011. Disponível em: <<http://www.cni.org.br>>. Acesso em: 12 dez. 2011.
- PESQUISA INDUSTRIAL MENSAL DE EMPREGO E SALÁRIO. Rio de Janeiro: IBGE, out. 2011. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 10 dez. 2011.
- PESQUISA INDUSTRIAL MENSAL. Rio de Janeiro: IBGE, out. 2011. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 07 dez. 2011.
- PESQUISA MENSAL DE COMÉRCIO. Rio de Janeiro: IBGE, out. 2011. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 13 dez. 2011.
- PESQUISA MENSAL DO EMPREGO. Rio de Janeiro: IBGE, out. 2011. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 12 dez. 2011.
- PIB volta a crescer no quarto trimestre, diz LCA. Disponível em: <<http://colunistas.ig.com.br/guilhermebarros/tag/lca-consultores/>>. Acesso em: 07 dez. 2011.
- SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. *Índice de preços ao consumidor*. Salvador: SEI, nov. 2011. Disponível em: <<http://www.sei.ba.gov.br>>. Acesso em: 14 dez. 2011b.
- SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. *PIB cresce 2,6% no terceiro trimestre e estimativa para 2011 é de crescimento de 2,5%*. Salvador: SEI, 3º tri/2011. Disponível em: <<http://www.sei.ba.gov.br>>. Acesso em: 07 dez. 2011a.

# Políticas públicas e construção civil no Brasil: uma análise dos programas de incentivo

Gustavo Casseb Pessoti\*  
Pedro de Oliveira Mendonça\*\*

Este artigo tem como objetivo fazer um balanço geral de um setor econômico que tem se tornado o principal motor do crescimento do PIB nos últimos anos: a construção civil. Em 2010, a construção civil apresentou dados que chamaram bastante atenção, como o crescimento de 14% no valor adicionado da atividade e a criação de mais de 300 mil vagas formais em todo o país, para não falar do crédito imobiliário, também atrelado ao setor, e em forte expansão nos últimos anos.



**Gráfico 1**  
**Variação do PIB Nacional e da Construção Civil**  
**Brasil – 2003-2010**

Fonte: Câmara Brasileira da Indústria da Construção (2010).

\* Economista (UFBA). Mestre em Análise Regional pelo PPDRU-UNIFACS. Diretor de Indicadores e Estatísticas da SEI. Professor do Curso de Ciências Econômicas da UNIFACS.

\*\* Economista (UNIFACS). Graduando em Engenharia Civil pela UFBA. Estagiário da OAS Empreendimentos.

Como se pode observar, com exceção dos anos de 2003 e, por razões óbvias, 2009, ano do ápice dos efeitos da crise mundial, o setor da construção civil brasileiro apresentou, ao longo do período 2003-2010 (com 2003 = 100), uma expansão média de 4,6%, ligeiramente superior ao crescimento do PIB brasileiro, que nesse mesmo corte temporal apresentou uma elevação média de 4,4%. Esse resultado pode e deve ser relativizado, pois só foi alcançado em razão de dois aspectos principais, aqui atribuídos por esses dois autores: em primeiro lugar, a *boom* imobiliário que caracteriza as diferentes regiões do Brasil; e em segundo, em razão de importantes obras de infraestrutura urbana e construções públicas realizadas, inclusive de moradias, pelo governo federal após 2007, época da criação do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), e 2009, ano de surgimento do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV).

Para se ter uma ideia da importância do aumento de atividade do setor da Construção Civil, pode-se analisar o aumento do número de pessoas contratadas para atuarem no ramo. O nível de emprego formal do setor cresceu aproximadamente 80% em 2010, com a criação de 319 mil vagas, como pode ser visto na Tabela 1.

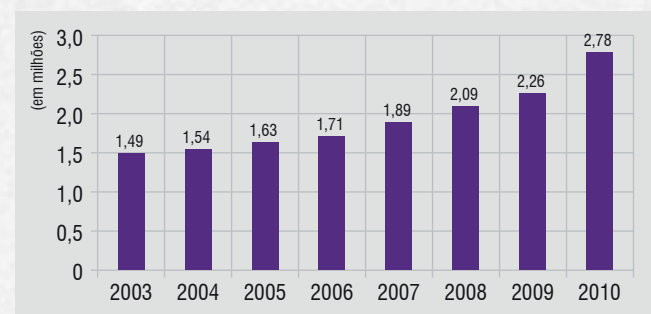
**Tabela 1**  
**Geração de vagas formais na Construção Civil**  
**Brasil – 2004-2010**

| Ano  | Vagas   |
|------|---------|
| 2004 | 50.763  |
| 2005 | 85.053  |
| 2006 | 85.796  |
| 2007 | 176.755 |
| 2008 | 197.868 |
| 2009 | 177.185 |
| 2010 | 319.000 |

Fonte: Câmara Brasileira da Indústria da Construção, 2010

Dessa forma, o total de empregados formais no setor ficou em 2,8 milhões (Gráfico 2), evidenciando que, seja pelo forte incentivo governamental, seja pela elevação nos empreendimentos privados, o setor da construção civil passa por um momento auspicioso, que tem contribuído fortemente para a geração de efeitos multiplicadores em toda a economia brasileira. Considerados os empregos formais e informais que são captados pela Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílios (PNAD-IBGE), o setor da construção civil possuía cerca de 6,9 milhões de ocupados em 2009, o que naquela época representava 7,4% de toda a população ocupada no Brasil (92,7 milhões de ocupações no Brasil, segundo a PNAD 2009).

Outro dado importante e que corrobora a elevação continuada do setor é a variação física na produção dos insumos típicos da construção civil. Entre eles estão incluídas as principais matérias-primas que compõem o sistema produtivo, como: cimento, tijolo, concreto, argamassa, vidro, ladrilhos e cerâmicas, telha cerâmica, cal hidratada etc. Levados em consideração em virtude do valor de produção, deflacionados por índices de preços



**Gráfico 2**  
**Estoque de trabalhadores formais na construção**  
**Brasil – 2003-2010**

Fonte: Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (BRASIL, 2011).

específicos, a variação em volume do conjunto desses materiais, para o ano de 2010, foi da ordem de 12%, revelando a presença de externalidades positivas para toda a cadeia produtiva da construção civil brasileira. O total de cimento consumido em todo o Brasil em 2010 foi de 59,121 milhões de toneladas, 14,8% a mais que em 2009, quando 51,501 milhões de toneladas do produto foram utilizadas, segundo divulgação feita por Sindicato Nacional da Indústria da Construção Civil (SINDICATO NACIONAL DA INDÚSTRIA DO CIMENTO, 2011).

É também baseado nessa perspectiva de efeitos em toda a cadeia produtiva que o governo federal tem atuado, sobretudo, para mitigar os efeitos da crise econômica mundial que afetou sobremaneira os investimentos da construção civil em 2009. Entre outras medidas que ainda serão analisadas neste artigo, deve ser dado destaque para a redução nas alíquotas do imposto sobre produtos industrializados (IPI), que contribuiu para promover maior dinamismo neste segmento ao permitir a redução no custo da construção civil.

## INFLUÊNCIAS DO PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO (PAC) NA CONSTRUÇÃO CIVIL

O PAC é um programa do governo federal que visa à adoção de medidas que objetivam promover uma aceleração do crescimento econômico do país, com aumento de emprego e melhoria das condições de vida da população brasileira. Para o cumprimento de tal enfoque, foram adotadas medidas para incentivar o investimento público e privado e remover obstáculos ao crescimento (burocráticos, administrativos, normativos, jurídicos e legislativos). Entre essas medidas destacam-se: a ênfase dada aos investimentos em infraestrutura para o desenvolvimento local e regional, a ampliação da oferta de crédito, a melhoria no ambiente de negócios, a desoneração tributária e a adoção de medidas fiscais de alcance e duração de longo prazo.

Para a infraestrutura o programa priorizou a eliminação dos fatores que restringem o crescimento econômico, a redução de custos, o aumento da produtividade das empresas, o estímulo ao investimento privado e a redução

das desigualdades regionais. Os recursos foram destinados, principalmente, para áreas como a logística, a energia e a infraestrutura social.

No que tange ao crédito, o referido programa evidencia preocupação com a inclusão socioeconômica da população brasileira ao buscar ampliar o acesso ao mercado consumidor. Para tal fim, o PAC visa estimular o volume de crédito disponível, assim como a expansão e maturação do mercado de capitais em busca de consolidar um sistema financeiro sólido para o Brasil. As áreas essenciais à destinação dos recursos foram a habitacional e a disponibilização de crédito de longo prazo para a infraestrutura, ambas completamente voltadas ao setor da construção civil.

No ambiente de investimentos, fazem parte do programa medidas destinadas a agilizar e facilitar a implementação de investimentos em infraestrutura urbana, visando reduzir os gargalos que dificultam a integração regional do país, sem colocar em risco a preservação e defesa ambiental. Com o intuito de melhorar o planejamento das ações governamentais, o programa abrange também o incentivo ao desenvolvimento regional, com a recriação de importantes órgãos de desenvolvimento como a SUDAM e a SUDENE.

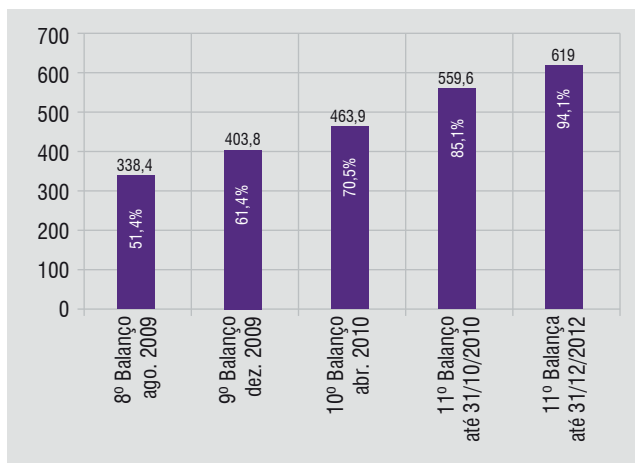
Para o sistema tributário, o programa procura desonerar o setor privado por conta da sua importância no volume de investimentos aplicados à economia. Concentra essas medidas em setores como o da construção e infraestrutura, para que o investidor privado possa ampliar sua

**O PAC visa estimular o volume de crédito disponível, assim como a expansão e maturação do mercado de capitais em busca de consolidar um sistema financeiro sólido para o Brasil**

área de atuação. Contempla, também, o desenvolvimento dos setores tecnológicos e o fortalecimento de micro e pequenas empresas.

Em torno das medidas fiscais de longo prazo, o programa faz uma abordagem da importância destas medidas permanecerem ao longo do tempo, mantendo o controle dos gastos públicos, a criação da política de longo prazo de valorização do salário mínimo e a instituição do fórum nacional da previdência social.

Para se ter ideia de alguns números do programa, de acordo com o 11º balanço divulgado pelo governo federal, os investimentos executados do PAC foram da ordem de R\$ 619 bilhões até 31 de dezembro de 2010. Valor este que representou 94,1% dos R\$ 657,4 bilhões previstos para serem investidos pelo programa no período 2007-2010. O Gráfico 3 evidencia a evolução da execução financeira do PAC, de acordo com os balanços publicados pelo governo federal entre os anos de 2009 e 2010.



**Gráfico 3**  
**Evolução da execução financeira do PAC – 2007-2010**

Fonte: Câmara Brasileira da Indústria da Construção (2010).

A extensão do Programa de Aceleração do Crescimento, denominada PAC 2, é um novo compromisso firmado pelo governo federal para que seja dada continuidade aos investimentos realizados na sua primeira fase. Projetado até o ano de 2014, mantém seu propósito de atuação, como descrito anteriormente, e promove um aumento no volume de investimentos destinados ao período. Assume nessa nova fase um direcionamento para a melhoria da qualidade de

vida da população nas grandes cidades. De acordo com o programa, serão ampliadas as ações de infraestrutura social e urbana, dando manutenção à urbanização de favelas e saneamento ambiental e às obras de pavimentação, drenagem e contenção de encostas. Será dada ênfase também à universalização do acesso à energia elétrica e à água tratada, no campo e na cidade, à ampliação da agricultura irrigada e à revitalização das bacias hidrográficas. Nos transportes, as melhorias vão gerar a expansão das malhas rodoviária e ferroviária e sua integração com portos, hidrovias e aeroportos. Tudo isso utilizando critérios pautados na preservação do meio ambiente e na minimização da poluição. Principalmente em se tratando da escolha de suas ações energéticas. Traz como novidade a adoção de um modelo de usinas hidrelétricas baseado nas plataformas de petróleo, que reduz o impacto ao meio ambiente. Também pretende estruturar a cadeia produtiva da indústria do petróleo – indústrias naval, mecânica, metalúrgica, siderúrgica, química e de engenharia de precisão, entre outras (PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO, 2011).

Na área habitacional, o Programa Minha Casa, Minha Vida terá sua meta ampliada para a construção de dois milhões de moradias até 2014, sendo a maioria (60%) para famílias com renda de até R\$ 1.395, que antes não tinham condições de pagar a prestação da casa própria. A Tabela 2 detalha as previsões de construção de moradias, por faixa de rendimento, no Brasil, até o final do mandato da presidente Dilma Rousseff.

As promessas feitas na segunda fase do programa (PMCMV 2) para alcançar a redução do déficit habitacional vão da maior produção de unidades, como já citado, à concessão de subsídios de acordo com a faixa salarial e capacidade de pagamento das famílias, passando pela manutenção do fundo garantidor para redução dos riscos vinculados a esta forma de financiamento, pelo

**Tabela 2**  
**Previsão de construção para o PMCMV 2**  
**Brasil – 2011-2014**

| Renda familiar em Reais | Nº de unidades habitacionais | %   |
|-------------------------|------------------------------|-----|
| Até 1.395               | 1,2 milhão                   | 60% |
| De 1.395 até 2.790      | 600 mil                      | 30% |
| De 2.790 até 4.650      | 200 mil                      | 10% |

Fonte: Programa de Aceleração do Crescimento (2011)

**Tabela 3**  
**Destinação dos recursos do PMCMV 2**  
**Brasil – 2011-2014**

| Eixos                                   | 2011-2014<br>(R\$ bilhões) |
|-----------------------------------------|----------------------------|
| Minha Casa, Minha Vida                  | 71,7                       |
| Financiamento SBPE                      | 176                        |
| Urbanização dos assentamentos precários | 30,5                       |
| <b>Total</b>                            | <b>278,2</b>               |

Fonte: Programa de Aceleração do Crescimento (2011)

barateamento dos seguros e custos cartoriais e pela implantação de aquecedores solares nas unidades construídas. Para todas essas operações serão disponibilizados 71,7 bilhões de reais, como pode ser visto na Tabela 3.

Ainda segundo os dados do Programa de Aceleração do Crescimento (2011), o financiamento por meio do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE) contará com R\$ 176 bilhões para serem utilizados na construção, aquisição de imóveis novos e usados e para reformas de unidades habitacionais. A última parcela de R\$ 30,5 bilhões será destinada à urbanização de assentamentos precários, ou seja, na produção e melhorias habitacionais nestas condições, na elaboração de projetos de água, esgoto, drenagem, sistema viário e iluminação, assim como em programas de esporte, lazer, saúde e cultura. Tudo isso faz parte de um plano que consiste na transformação de favelas em bairros populares, promovendo a melhoria na qualidade de vida da população.

## FINANCIAMENTO IMOBILIÁRIO E A CONSTRUÇÃO CIVIL

Os financiamentos imobiliários com recursos da caderneta de poupança atingiram R\$ 56,2 bilhões em 2010, segundo a Câmara Brasileira da Indústria da Construção (2010), que traz dados divulgados pela Associação Brasileira das Entidades de Crédito Imobiliário e Poupança (ABECIP), superando o registrado no ano anterior (R\$ 34,0 bilhões) em 65%. Em números absolutos, as contratações feitas pelos agentes do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE) no ano corresponderam a 421,4 mil unidades, uma elevação de 39% ante 2009. Ao todo, incluindo também os financiamentos com recursos do FGTS, as operações de crédito imobiliário contratadas em

2010 chegaram a R\$ 83,1 bilhões, 67% a mais do que no ano anterior. O número de unidades financiadas, com os dois sistemas de crédito, chegou a 1,052 milhão, crescimento de 57% ante 2009 (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS ENTIDADES DE CRÉDITO IMOBILIÁRIO E POPANÇA, 2011). Além disso, a utilização da capacidade instalada das empresas ligadas à indústria de materiais de construção chegou a 87%, de acordo com a Associação Brasileira da Indústria de Materiais de Construção (2011).

Nos últimos tempos, o maior acesso às fontes de financiamento fez com que os brasileiros pudessem ter maiores benefícios econômicos e sociais. A maior possibilidade de aquisição da casa própria e a positiva correlação que o crédito imobiliário tem com o aumento da atividade da indústria da construção civil promoveram um incremento na geração de renda e emprego.

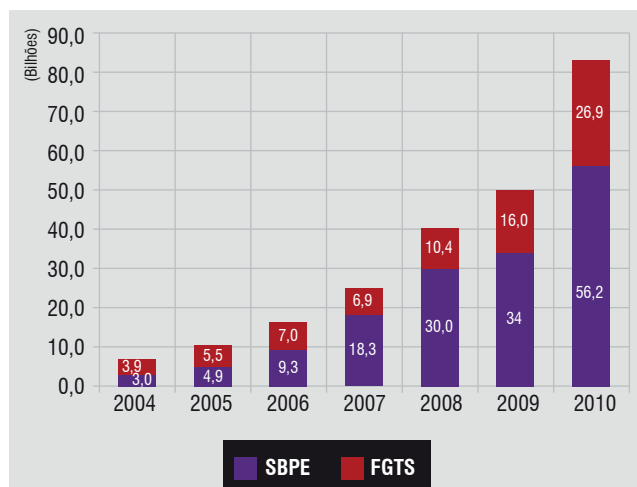
As condições macroeconômicas do país – baseadas em estabilidade de preços, aumento de renda da população, crescimento do emprego formal –, a flexibilização de linhas de financiamento (aumento dos prazos para até 30 anos) e a redução das taxas de juros foram fatores que contribuíram para a escalada do crédito imobiliário. A expansão no volume de crédito imobiliário no Brasil, nos últimos anos, pode ser verificada ao se tomar como referência um indicador que mede a participação percentual do crédito imobiliário no PIB. O resultado de 4% para esse indicador, no ano de 2010, foi bastante superior ao que o país vinha registrando recentemente, como em 2004, quando esse número atingia apenas 1,3% do PIB. Não obstante parecer

**A utilização da capacidade instalada das empresas ligadas à indústria de materiais de construção chegou a 87%, de acordo com a Associação Brasileira da Indústria de Materiais de Construção**

um aumento significativo, essa relação está muito aquém daquela que é praticada em economias desenvolvidas, nas quais pode-se chegar a 50% do PIB, segundo a CBIC (2010). Vale salientar que, a despeito de serem pequenas nessa comparação, as modalidades de crédito praticadas no Brasil são muito mais seguras, e a exposição ao risco e o nível de alavancagem são menores, assim como o número de inadimplentes. A Associação Brasileira das Entidades de Crédito Imobiliário e Poupança (2011) indica que o financiamento imobiliário pode chegar a 11% do PIB em 2014, um grande avanço para um país que permaneceu estagnado neste aspecto por décadas consecutivas.

No ano de 2010, outro resultado surpreendente pôde ser observado, dessa vez na área de financiamento. Foram contratadas 421,4 mil unidades pelo sistema SBPE, e 1,052 milhão incluindo-se as contratações com recursos do FGTS, totalizando um montante de R\$ 83,1 bilhões destinados ao financiamento de unidades habitacionais (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS ENTIDADES DE CRÉDITO IMOBILIÁRIO E POUPANÇA, 2011). O Gráfico 4 apresenta a evolução das contratações com os dois sistemas citados.

Essa evolução sugere uma atenção especial com a atratividade das cadernetas de poupança no país. Seguindo essa tendência, que parece evoluir em ritmo exponencial a cada ano, torna-se necessário voltar as atenções à oferta



**Gráfico 4**  
**Evolução das contratações Financeiro Habitacional Brasil – SBPE e FGTS Brasil – 2004-2010**

Fonte: Associação Brasileira de Entidades de Crédito Imobiliário e Poupança (2011) / Caixa Econômica Federal (2011)

de recursos disponíveis para financiamento imobiliário, de forma que se consiga atender a uma demanda em firme expansão. As autoridades monetárias vão incentivar o investimento em caderneta de poupança para que as fontes permaneçam em nível satisfatório. Com a alta taxa de juros em vigência no Brasil (que tem os maiores juros reais do planeta), muitos investidores acabam migrando para seguimentos que geram retornos mais expressivos, como aqueles indexados ao CDI, deixando de lado a opção da poupança, que mesmo com a vantagem de sobre ela não incidir imposto de renda, tem rentabilidade baseada na Taxa Referencial (TR), tornado-a pouco atrativa.

De acordo com a legislação brasileira, os bancos são obrigados a destinar 65% dos recursos disponíveis em caderneta de poupança para o crédito habitacional. Há uma preocupação, comum em ambientes de intenso crescimento, de que as fontes de financiamento não acompanhem o ritmo da demanda por crédito, gerando um colapso no sistema. De acordo com a ABECIP, em 2010 o saldo das aplicações em poupança avançou num ritmo de 20% ao ano, enquanto a procura pelos financiamentos cresceu aproximadamente 50%. Por isso há um consenso entre os analistas de mercado de que serão necessárias outras fontes de recursos para sustentar a escalada do crédito para a habitação.

Apenas para exemplificarmos onde estamos querendo chegar com essa análise, tomemos como referência os dados da Tabela 4.

**Tabela 4**  
**SBPE: Recursos da Caderneta de Poupança Brasil – 2001-2010**

| Anos | Unidades financiadas |              | Em milhões |              |
|------|----------------------|--------------|------------|--------------|
|      | Nº                   | Var. (%) ano | R\$        | Var. (%) ano |
| 2001 | 35.768               | -1,61        | 1.870,22   | -2,41        |
| 2002 | 28.932               | -19,11       | 1.768,42   | -5,44        |
| 2003 | 36.480               | 26,09        | 2.217,67   | 25,40        |
| 2004 | 53.826               | 47,55        | 3.002,26   | 35,38        |
| 2005 | 61.121               | 13,55        | 4.852,04   | 61,61        |
| 2006 | 113.873              | 86,31        | 9.340,29   | 92,50        |
| 2007 | 195.900              | 72,03        | 18.282,66  | 95,74        |
| 2008 | 299.746              | 53,01        | 30.032,34  | 64,27        |
| 2009 | 302.680              | 0,98         | 34.017,04  | 13,27        |
| 2010 | 421.400              | 39,22        | 56.200,00  | 65,21        |

Fonte: Associação Brasileira de Entidades de Crédito Imobiliário e Poupança 2011.

As 421,4 mil unidades financiadas e os R\$ 56,2 bilhões em empréstimos, em 2010, representaram um avanço de 39,22% e 65,21%, respectivamente, com relação ao ano de 2009. Para ter como parâmetro a escalada recente dessa estatística, no ano de 2003, por exemplo, foram financiadas 36.480 unidades, que quando comparadas com as do ano 2010 representam uma elevação de 1.059%, segundo dados da Associação Brasileira das Entidades de Crédito Imobiliário e Poupança (2011). Para 2011, não há qualquer indicativo na diminuição do número de unidades financiadas, mas com a elevação das taxas de juros e a maior atratividade de outros títulos pré e pós-fixados, o Brasil poderá encontrar maior dificuldade para potencializar o *boom* dos novos empreendimentos previstos para 2011-2014.

Uma modalidade de financiamento que vem sendo utilizada pelas incorporadoras junto às companhias de securitização é a transferência de CCIs (cédula de crédito imobiliário). A securitização é um processo por meio do qual as CCIs são convertidas em títulos denominados Certificado de Recebíveis Imobiliários (CRI), sendo negociados no mercado financeiro, principalmente no mercado de capitais. Esses títulos têm seus valores lastreados nos contratos de financiamento de imóvel (fluxo de pagamentos provenientes da sua aquisição) e possuem como garantia a alienação fiduciária da qual está sendo financiado. Sua rentabilidade é indexada a um índice de preços de mercado que é utilizado para corrigir a inflação.

Nos países desenvolvidos, essa prática já vem sendo utilizada há muitos anos, o que demonstra seu grau de amadurecimento, enquanto no Brasil é um processo ainda incipiente. Na Europa está sendo desenvolvido um sistema de *Covered Bonds* que é um passo adiante na securitização. São títulos emitidos por instituições financeiras que trazem um portfólio pré-analisado por investidores e possuem mais garantias em comparação ao CRI – que possui como garantia créditos que foram originados nos financiamentos imobiliários –, e têm sua rentabilidade baseada em rendimento fixo, sendo ainda isentos de Imposto de Renda no caso de aplicação para pessoa física.

Outra forma de financiamento imobiliário do Brasil é o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) na contratação da habitação popular. Em 2010 foram

**Tabela 5**  
**Contratações FGTS para habitação – 2010**

| Modalidade           | Brasil (em bilhões) |
|----------------------|---------------------|
| Produção (70%)       | 18,830              |
| Atendimento (6%)     | 1,614               |
| Imóveis usados (24%) | 6,456               |
| <b>Total</b>         | <b>26,900</b>       |

Fonte: Caixa Econômica Federal, 2011.

aproximadamente R\$ 30 bilhões destinados para operações que envolviam a compra de um novo imóvel, a aquisição de imóveis usados e também a obtenção de cestas de materiais de construção e ampliação para uso em reformas de residências.

Os dados da Tabela 5 mostram que aproximadamente 70% desses recursos foram utilizados para investir em unidades habitacionais novas, aquisição de terrenos, imóveis novos, construção e término de construção. Já na segmentação atendimento, que se caracteriza pela ampliação de apartamentos e cestas de materiais de construção, foi destinado pouco mais de R\$ 1,6 bilhão dos recursos do fundo. Por fim, os recursos que se alocaram na aquisição de imóveis usados totalizaram R\$ 6,5 bilhões, com peso relativo de 24% (Caixa Econômica Federal, 2011).

Para o ano de 2011, o Plano de Contratações e Metas Físicas para o FGTS mostra-se um pouco mais otimista com relação ao resultado apresentado no ano anterior. Estão previstos 23 bilhões de reais somente para a habitação popular em todo o país. Somam-se a isso os recursos para concessão de descontos nos financiamentos para pessoas físicas (4,5 bilhões de reais), mais 2,5 bilhões de reais para a aquisição de CRI e R\$ 1 bilhão para contratação de financiamento no âmbito pré-cotista (CÂMARA BRASILEIRA DA INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO, 2011).

## PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA (PMCMV)

O PMCMV foi lançado no final de março de 2009 com o intuito de promover a construção de um milhão de unidades habitacionais, dando à população de mais baixa renda acesso à obtenção da casa própria. O seu

maior foco é atingir a parcela da população com rendas de zero a três salários mínimos, mas as famílias que ganham até dez salários fazem parte do universo de atuação do programa.

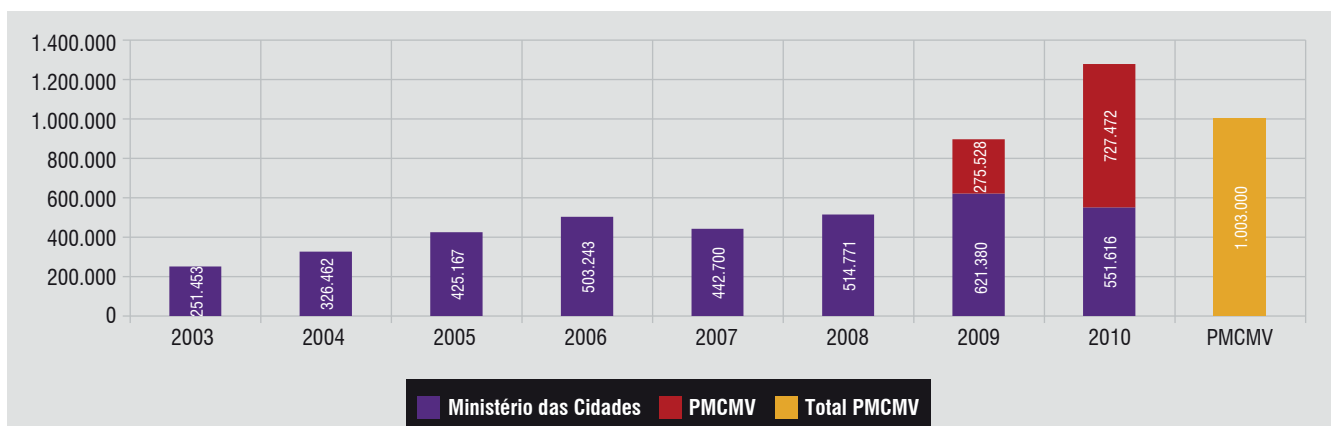
Para o ano de 2010, a meta de um milhão de residências foi atingida, chegando à marca de um milhão e 3 mil casas, segundo dados do Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão, número que supera em 0,3% os dados inicialmente projetados (PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO, 2011). Mais importante que o resultado propriamente dito é o enfrentamento de um problema que já perdurava durante muitos anos, o elevado déficit habitacional para a população de baixa renda, evidenciando que parte dos problemas do país só poderá ser solucionada por meio de um processo de planejamento do desenvolvimento econômico, orquestrado pela mão bastante visível do Estado.

Com base nas estatísticas apresentadas no Gráfico 5, torna-se possível observar o quão importante é a atuação governamental para o setor de construção de residências populares. Com a série histórica iniciada em 2003, percebe-se que durante cinco anos o país apresentou pequenos saltos quantitativos de unidades contratadas e capital disponibilizado para financiamento, somente obtendo resultados mais expressivos a partir do ano de 2008 e, principalmente, em 2009 e 2010, quando o PMCMV atuou de forma mais “planejada”. No primeiro ano de atuação, 2009, estando o programa ainda em fase de

**Para o ano de 2010, a meta de um milhão de residências foi atingida, chegando à marca de um milhão e 3 mil casas, segundo dados do Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão**

implementação, foram oferecidas 275.528 moradias. Já em 2010 foram ofertadas 727.472 moradias pelo PMCMV, provando o êxito com que havia sido feito o planejamento da sua execução, uma vez que a meta originalmente prevista foi extrapolada.

Os resultados apresentados serviram para reforçar a tese de que setores como o da construção civil necessitam de maior participação do governo para apresentar melhores resultados, principalmente para as habitações populares. Com o início de uma intervenção governamental mais efetiva, o setor mostrou-se mais pujante, mais competitivo e gerador de melhores condições econômicas e sociais, entre elas, maior acesso à obtenção da casa própria.



**Gráfico 5**  
**Evolução das contratações habitacionais - 2003-2010**

Fonte: Caixa Econômica Federal (2011)

A nova fase do programa, denominada Minha Casa Minha Vida 2, segundo a Caixa Econômica Federal (2011), irá contemplar os próximos quatro anos, sendo projetada até 2014. Essa etapa tem como meta a contratação de dois milhões de moradias, sendo 1.200 casas (60%) destinadas a famílias com renda de até R\$ 1.395,00. Outras 600 mil moradias irão para aquelas com renda entre R\$ 1.395,00 e R\$ 2.790,00. E, por fim, as 200 mil restantes serão direcionadas a famílias com renda de R\$ 2.790,00 a R\$ 4.650,00. Estão previstos para o período investimentos da ordem de R\$ 278,2 bilhões.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

É inegável que o setor da construção civil brasileira esteja vivenciando seu melhor desempenho dos últimos 25 anos. Esse resultado deve ser relacionado a um conjunto de fatores que envolvem a estabilidade macroeconômica, como o aumento da renda média do conjunto dos trabalhadores e a expansão do crédito em níveis elevados do PIB, mas, sobretudo, à grande elevação nas obras públicas – as de infraestrutura, dentro do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), e habitação, com o Programa Minha Casa Minha Vida –, à redução de impostos, além, é claro, do *boom* imobiliário de empreendimentos privados.

Até o ano de 2003, o cenário da construção civil nacional vivenciou um período de instabilidade, caracterizado pela falta de incentivo, pela diminuta disponibilidade de recursos e por uma inexpressiva presença de financiamento imobiliário. A partir de 2004, o setor começou a dar sinais de expansão, com o aumento dos investimentos em obras de infraestrutura e em unidades habitacionais, inclusive dentro de um processo planejado, que objetivava aumentar o crescimento econômico e a inclusão social atacando os principais gargalos da economia brasileira (problemas de infraestrutura urbana e enorme déficit habitacional, sobretudo para as faixas mais baixas de rendimento). Essa evolução da construção civil, que se intensificou após o ano de 2007, foi evidenciada no Gráfico 1, que, inclusive, permitiu inferir um crescimento médio real do setor maior do que o próprio desempenho do PIB brasileiro, no período entre 2003 e 2010.

E os cenários para 2011 e períodos posteriores deverão ser de manutenção no crescimento da construção civil acima do desempenho econômico de todos os demais setores. A previsão de aumento dos financiamentos, tanto para a área habitacional como para grandes projetos, faz com que os empresários do setor estimem crescimento de 8,5% em 2011, acima do previsto para o PIB deste ano, que está em torno de 4,0%, segundo informações do Banco Central. Somente os investimentos previstos para o Projeto Minha Casa Minha Vida 2 deverão chegar ao montante de R\$ 278 bilhões, enquanto outros R\$ 109 bilhões deverão ser destinados para a área de transportes, com expansão das rodovias, dos aeroportos, da malha ferroviária, de portos e hidrovias.

Alem disso, é importante lembrar outros grandes investimentos programados para a realização em curto prazo e médio prazo, envolvendo obras de infraestrutura de transportes e logística, exploração do pré-sal, Copa do Mundo de 2014 e Jogos Olímpicos de 2016. Esses empreendimentos demandarão infraestrutura de apoio na área de energia, em estádios e arenas esportivas, infraestrutura e aeroportos, em mobilidade urbana, readequação viária e saneamento. E também de obras que ficarão sob a responsabilidade de empreendimentos privados ligados à exploração das externalidades desses eventos, como, por exemplo, aumento no número de hotéis e *shoppings centers*, entre outros estabelecimentos de alojamento, alimentação e de lazer. Só para a Copa do Mundo, o governo federal já previu investimentos de aproximadamente R\$ 17 bilhões, a maior parte destinada para a construção dos estádios e para a mobilidade urbana.

Dada a capacidade de geração de efeitos multiplicadores de renda e emprego para toda a economia, caberá à construção civil o papel primordial no crescimento do país nos próximos quatro anos.

## REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS ENTIDADES DE CRÉDITO IMOBILIÁRIO E POUPANÇA Análise dos recursos destinados ao financiamento de unidades habitacionais. Disponível em: <<http://www.abecip.org.br/>>. Acesso em: 29 abr. 2011.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DA INDÚSTRIA DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO. *Capacidade instalada na construção civil chega a 87%*. São Paulo: ABRMAT, fev. 2011. Disponível em: <<http://www.abramat.org.br/>>. Acesso em: 29 abr. 2011.

AMCHAM BRIL. *PIB da construção civil cresce 11% em 2010, acima do que o Brasil poderá sustentar em 2011*. Disponível em: <<http://www.amcham.com.br/regionais/amcham-porto-alegre/noticias/2010/crescimento-do-pib-da-construcao-civil-fecha-2010-em-11-alem-do-que-o-brasil-podera-sustentar>>. Acesso em: 20 abr. 2011.

BALANÇO DE 4 ANOS DO PAC. Disponível em: <[http://www.planejamento.gov.br/secretarias/upload/Arquivos/noticias/pac/Pac\\_1\\_4.pdf](http://www.planejamento.gov.br/secretarias/upload/Arquivos/noticias/pac/Pac_1_4.pdf)>. Acesso em: 22 abr. 2011.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/>>. Acesso em: 20 fev. 2011.

BBC BRASIL. Crescimento do PIB do Brasil em 2010. Disponível em: <[http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2011/03/110303\\_pib\\_2010\\_rp.shtml](http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2011/03/110303_pib_2010_rp.shtml)>. Acesso em: 20 abr. 2011.

BRASIL. Ministério das Cidades. Disponível em: <<http://www.cidades.gov.br/>>. Acesso em: 23 maio 2011.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. *Cadastro Geral de Empregados e Desempregados – CAGED*. Disponível em: <<http://www.caged.gov.br/>>. Acesso em: 29 abr. 2011.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL. *Cartilha completa do PMCMV*. Disponível em: <<http://downloads.caixa.gov.br/arquivos/habita/mcmv/CARTILHACOMPLETA.PDF>>. Acesso em: 30 mar. 2011.

CÂMARA BRASILEIRA DA INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO. *Análise e perspectivas da construção civil em 2010*. Disponível em: <<http://www.cbicdados.com.br/files/textos/063.pdf>>. Acesso em: 30 mar. 2011.

\_\_\_\_\_. *Estudo sobre déficit habitacional realizado em julho de 2010*. Disponível em: <[http://www.cidades.gov.br/ministerio-das-cidades/arquivos-e-imagens-oculto/NOTA\\_DEFICIT2008\\_FJP\\_jul2010.pdf](http://www.cidades.gov.br/ministerio-das-cidades/arquivos-e-imagens-oculto/NOTA_DEFICIT2008_FJP_jul2010.pdf)>. Acesso em: 17 out. 2010.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. Pesquisa sobre déficit habitacional do Brasil. Disponível em: <<http://www.fjp.gov.br/>>. Acesso em: 07 fev. 2011.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. Índice Nacional de Custos da Construção (INCC). Disponível em: <<http://www.portal-brasil.net/incc.htm>>. Acesso em: 07 mar. 2011.

GLOBO.COM. Minha Casa, Minha Vida supera meta de 1 milhão de residências, diz Lula. *G1*, 29 dez. 2010. Disponível em: <<http://g1.globo.com/politica/noticia/2010/12/minha-casa-minha-vida-supera-meta-de-1-milhao-de-residencias-diz-lula.html>>. Acesso em: 22 abr. 2011.

HOLTZ, Fabiana. Emprego formal na construção civil cresce 13% em 2010, diz Sinduscon. *Estadão*, 03 mar. 2011. Disponível em: <[http://economia.estadao.com.br/noticias/not\\_57403.htm](http://economia.estadao.com.br/noticias/not_57403.htm)>. Acesso em: 24 abr. 2011.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/>>. Acesso em: 22 fev. 2011.

INFOMONEY. *Rendimento médio da população ocupada em 2010*. Disponível em: <<http://www.infomoney.com.br/visao-tecnica/noticia/2030741>>. Acesso em: 20 abr. 2011.

INFORMET. Vendas internas de aço devem se expandir 13% em 2011. *Agência Estado*, 30 mar. 2011. Disponível em: <<http://www.metalica.com.br/vendas-internas-de-aco-devem-se-expandir-13-em-2011>>. Acesso em: 24 abr. 2011.

INVESTNET. *Brasil registra 2,5 milhões novos postos de trabalho em 2010*. Disponível em: <<http://www.investne.com.br/Destaques/brasil-registra-25-milhoes-novos-postos-de-trabalho-em-2010>>. Acesso em: 20 abr. 2011.

PAC. Análise dos investimentos em Infraestrutura para o Desenvolvimento Econômico e Social do Brasil. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/pac/investimentos/>>. Acesso em: 22 abr. 2011.

PIMENTA, Angela. Um gargalo subterrâneo. *Revista Exame*, 28 jul. 2010. Disponível em: <<http://planetasustentavel.abril.com.br/noticia/desenvolvimento/gargalo-subterraneo-minha-casa-minha-vida-angela-pimenta-583310.shtml>>. Acesso em: 03 maio 2011.

RELATÓRIO 1 DO PAC 2. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/pac/pac-2/pac-2-relatorio-1>>. Acesso em: 22 abr. 2011.

RELATÓRIO 2 DO PAC 2. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/pac/pac-2/pac-2-relatorio-2>>. Acesso em: 22 abr. 2011.

SINDICATO NACIONAL DA INDÚSTRIA DO CIMENTO. Análise do consumo aparente de cimento no Brasil. Disponível em: <<http://www.snic.org.br/>>. Acesso em: 24 abr. 2011.

VALLONE, Giuliana. Financiamento imobiliário com poupança bate recorde em 2010. *Folha online*, 15 fev. 2011. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/mercado/875887-financiamento-imobiliario-com-poupanca-bate-recorde-em-2010.shtml>>. Acesso em: 24 abr. 2011.

# O comércio exterior e a economia baiana

Arthur Souza Cruz\*

O potencial da economia baiana em participar ativamente do comércio internacional é incontestável. Entretanto, alguns obstáculos para tornar a participação desse estado mais efetiva devem ser observados, como: as ineficiências derivadas do fechamento relativo ao comércio exterior, restrições ao funcionamento mais livre do mercado, carências nos campos da tecnologia e da infraestrutura econômica e social, e as barreiras institucionais.

A despeito dessas carências, a Bahia tem conseguido, nos últimos anos, diversificar sua economia, especificar vocações no mercado internacional e desenvolver setores competitivos. Essas prerrogativas compensam as grandes dificuldades impostas pela inexorável abertura comercial e pela diminuição da presença do Estado na economia – de importância estratégica na história econômica recente dessa unidade da Federação, sobretudo no que diz respeito aos incentivos fiscais e financeiros e aos investimentos diretos.

\* Pós-graduado em Economia pela Universidade Salvador (UNIFACS). Graduado em Economia pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Técnico especialista em Comércio Exterior da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI). [arthurcruz@sei.ba.gov.br](mailto:arthurcruz@sei.ba.gov.br)

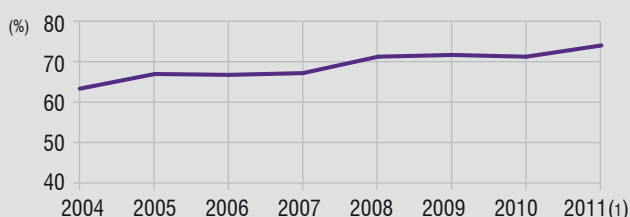
A reestruturação produtiva da indústria baiana, bem como os novos investimentos, promoveram um crescimento considerável do comércio exterior. Com uma corrente de comércio que deverá alcançar US\$ 19 bilhões em 2011, a Bahia garante a sua presença em todos os continentes. Mesmo com as empresas convivendo com juros elevados e câmbio desfavorável, a cada ano, novos mercados são agregados, como a China, o Mercosul e os demais países da América Latina, que se constituíram, nos últimos anos, na maior oportunidade de expansão do comércio exterior baiano.

Até o final de 2011, as exportações baianas deverão chegar a US\$ 11 bilhões, atingindo novo patamar histórico e contribuindo fortemente para a expansão da atividade econômica do estado. Preços em alta, sobretudo das *commodities* (crescimento médio de 22%); expansão da

safr de grãos do estado (12,7%) e demanda aquecida vinda dos países emergentes da Ásia e da América Latina sustentaram o bom desempenho.

Segundo dados do IPEA, a economia baiana representa mais de um terço do PIB da região Nordeste. Entre 1990 e 2010, a participação das exportações baianas no valor da pauta dessa região passou de um terço para 56%, evidenciando ser a Bahia o estado que mais se beneficiou com a abertura comercial, dadas as suas inequívocas vocações e a competitividade de alguns dos segmentos aqui implantados.

A integração das cadeias produtivas e a verticalização de determinados setores com o comércio exterior deverá ser uma das alavancas para a nova fase do desenvolvimento econômico da Bahia, com as exportações podendo se elevar dos atuais 10% para até 1/3 do PIB.



**Gráfico 1**  
**Evolução das Exportações de Commodities**  
**Bahia – 2004-2011**

Fonte: MDIC/SECEX, dados coletados em 06/10/2011.  
Elaboração: SEI – Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia.  
(1) Jan./nov. 2011.

## MERCADOS POTENCIAIS

O comércio exterior brasileiro apresentou grande crescimento nos últimos dez anos. Muitas foram as razões para esse crescimento. Entretanto não há dúvida de que uma das principais foi a aproximação do Brasil com a China. No período de uma década, o comércio com a China saltou de US\$ 2 bilhões (2000) para US\$ 56 bilhões (2010). Com a Bahia, saltou de US\$ 32 milhões para US\$ 1,2 bilhão no mesmo período.

**Tabela 1**  
**Participação do comércio exterior no PIB – Bahia – 2002-2010**

(Valores em milhões)

| Ano      | PIB Bahia  |           | Comércio exterior |       |            | Participação no PIB (%) |       |            |
|----------|------------|-----------|-------------------|-------|------------|-------------------------|-------|------------|
|          | R\$        | US\$ (2)  | Exp.              | Imp.  | Corr. com. | Exp.                    | Imp.  | Corr. com. |
| 2002     | 60.671,84  | 20.775,18 | 2.412             | 1.878 | 4.290      | 11,61                   | 9,04  | 20,65      |
| 2003     | 68.146,92  | 22.143,60 | 3.261             | 1.945 | 5.206      | 14,73                   | 8,78  | 23,51      |
| 2004     | 79.083,23  | 27.036,08 | 4.066             | 3.021 | 7.087      | 15,04                   | 11,17 | 26,21      |
| 2005     | 90.919,33  | 37.347,74 | 5.989             | 3.351 | 9.340      | 16,04                   | 8,97  | 25,01      |
| 2006     | 96.520,70  | 44.371,21 | 6.773             | 4.475 | 11.248     | 15,26                   | 10,09 | 25,35      |
| 2007     | 109.651,84 | 56.315,46 | 7.409             | 5.415 | 12.824     | 13,16                   | 9,62  | 22,77      |
| 2008     | 121.508,47 | 60.051,75 | 8.699             | 6.310 | 15.009     | 14,49                   | 10,51 | 24,99      |
| 2009     | 137.074,67 | 68.619,68 | 7.011             | 4.673 | 11.684     | 10,22                   | 6,81  | 17,03      |
| 2010 (1) | 157.442,05 | 89.440,47 | 8.886             | 6.706 | 15.592     | 9,94                    | 7,50  | 17,43      |

FONTE: MDIC/IBGE.  
ELABORAÇÃO: SEI – Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia.  
(1) Dados sujeitos a retificação.  
(2) Média Anual - Taxa de câmbio comercial para venda: real (R\$) / dólar americano (US\$) – BCB.

De ilustre desconhecida a principal força do mercado mundial em menos de uma década. Essa descrição serve para quase todos os setores em que a China atua hoje, e ganha contornos impressionantes no comércio com o Brasil e a Bahia.

Pautada em *commodities*, as exportações baiana e brasileira estão fortemente baseadas na demanda da China e no seu crescimento econômico. O gigante chinês é hoje o principal destino das exportações brasileiras e o segundo maior da Bahia. Em 2011, o principal destino das vendas externas da Bahia, até o mês de outubro, foi a Argentina, com um volume de US\$ 1,23 bilhão e crescimento de 35,7%, na comparação com igual período do ano passado, quando o crescimento foi de 22,7%. A China vem logo a seguir com US\$ 1,22 bilhão e crescimento de 18%.

No ano, a liderança entre os mercados baianos por blocos econômicos continua sendo da União Europeia, com 28,6% de participação. A maior taxa de crescimento, com expressivos 36,6% de incremento, coube ao Mercosul, capitaneado pela Argentina. O bloco tem sido o mercado mais dinâmico para as exportações do estado e do país. Na Bahia, os produtos com maior valor agregado são vendidos a esse mercado. Países como Chile, Colômbia e Venezuela também registraram importância crescente para as vendas externas baianas.

O fato desses países se beneficiarem do aumento dos preços de *commodities* contribui para esse movimento, já que há mais renda para compra de manufaturados fabricados na Bahia como automóveis, produtos químicos, pneus, eletrônicos e calçados.

**No ano, a liderança entre os mercados baianos por blocos econômicos continua sendo da União Europeia, com 28,6% de participação**

Outros mercados não tradicionais como México, Cingapura, Turquia, Emirados Árabes, Coreia do Sul, Índia, Indonésia e Peru também figuram dentre os maiores destinos das vendas externas baianas nos últimos anos, num esforço de diversificação de mercados consistente, que vem ampliando a participação baiana no comércio internacional.

A diversificação de mercados e produtos constituiu-se em dimensão relevante da estratégia de combate aos efeitos da crise financeira internacional, na medida em que conduziu a uma menor dependência em relação aos mercados centrais e reforçou o papel das exportações como instrumento de fortalecimento da capacidade da economia do país para absorver choques externos.

A desorganização econômica dos países desenvolvidos cria a necessidade de se investir na abertura de novos mercados, sobretudo em países emergentes. Assim, com o fluxo de comércio revigorado, espera-se manter o ciclo econômico do estado e do país em movimento.

Nesse aspecto, o trabalho de busca por novos mercados é importante para o enfrentamento da crise global provocada pelos países ricos. Para tanto, as iniciativas de cooperação entre os países emergentes devem ser intensificadas a fim de superar obstáculos para a abertura de novas janelas de oportunidades que consolidem o aumento do fluxo de comércio entre esses países.

Assim sendo, a Bahia precisa de uma política "agressiva" de promoção das exportações. Não se trata apenas de fazer mais, mas de fazer diferente. A nova estratégia requer uma sintonia fina entre governo e exportadores para vencer barreiras técnicas e fitossanitárias, para entrar em canais de distribuição, para promover imagem de qualidade do produto e também do destino turístico baiano.

## OS PRINCIPAIS GARGALOS À EXPANSÃO DO COMÉRCIO EXTERIOR

A atual dinâmica da indústria brasileira, em que há perda de participação no PIB, ameaça de importados e crescente déficit comercial é fruto da própria expansão da economia e, sobretudo, de sua perda de competitividade,

## Os principais entraves para a expansão das exportações brasileiras e baianas [...] são: a taxa de câmbio, infraestrutura de portos e aeroportos e a burocracia alfandegária

que pode ser explicada por questões tributárias, de infraestrutura, taxa de juros e câmbio. Tudo isso é importante, mas o binômio juro-câmbio urge. Se já era muito difícil concorrer com as manufaturas chinesas, com o atual nível dos juros e do câmbio é praticamente impossível.

Os principais entraves para a expansão das exportações brasileiras e baianas, historicamente, são: a taxa de câmbio, infraestrutura de portos e aeroportos e a burocracia alfandegária. Sobre a questão tributária, parcela considerável das empresas afirma também que tributos afetam a competitividade de seus produtos e os mecanismos de ressarcimento não são eficientes.

Dentre as principais recomendações que figuram como “agendas para a competitividade” elencadas no meio empresarial, destacam-se:

- simplificar e racionalizar o aparato burocrático, que ainda incorpora procedimentos coloniais, onerando as atividades produtivas;
- reduzir e simplificar os tributos e as obrigações acessórias do sistema tributário brasileiro, com medidas específicas de desoneração de impostos e contribuições, até que seja realizada a reforma tributária;
- garantir a desoneração das exportações – inclusive efetivando o ressarcimento dos créditos acumulados por operações de venda ao exterior, que atingem milhões de reais, tanto em tributos federais (IPI, PIS/PASEP e COFINS), como estadual (ICMS) – e dos investimentos produtivos;
- desenvolver real política industrial, que garanta a convivência harmoniosa entre produção doméstica

e importações necessárias às atividades produtivas, para eliminar os presentes temores da “desindustrialização” nacional;

- aperfeiçoar o sistema de financiamentos e garantias, com aumento dos recursos às operações de produção e exportação de bens e serviços;
- melhorar a infraestrutura de transportes e o sistema de logística.

## INCENTIVOS E COMPETITIVIDADE

Preocupado com o impacto dos resultados no comércio exterior sobre as contas externas do país, o governo elegeu o setor como uma de suas prioridades para 2011. As intenções de baixar medidas para beneficiar os exportadores e conter importações, especialmente as da Ásia, foram estudadas, mas o ajuste fiscal anunciado pelo governo no início do ano minou os planos ambiciosos de eliminação de impostos sobre a produção. Uma análise mais detalhada sobre as regras de defesa comercial também podou o pretendido ataque às importações, que foi mais modesto do que as primeiras declarações governamentais.

Alertado para o risco de fiasco na política industrial, o governo, no segundo semestre, acenou com medidas de redução da carga tributária sobre investimentos, exportações e grandes empregadores de mão de obra. As medidas fazem parte do Plano Brasil Maior, anunciado em agosto. Empresas com grande número de empregados, como as do setor têxtil, de calçados e de móveis, terão reduzida a contribuição previdenciária sobre a folha de pagamentos, como ensaio para desoneração da folha em todo o setor privado.

Para diversificar exportações e reverter a tendência de perda de importância dos bens manufaturados na pauta de exportação e na economia brasileira, o Brasil Maior prevê, até 2014, a redução em até 40% do déficit da indústria, que chegou a US\$ 33,5 bilhões em 2010 e pode ultrapassar US\$ 51 bilhões neste ano. Como parte das medidas de reforço das ações de defesa comercial, a Polícia Federal foi convocada a participar de um grupo formado pela Receita Federal e a Secretaria de Comércio Exterior, para combater fraudes nas importações. O plano prevê também reforço na equipe encarregada de investigar importações a preços desleais ou fraudulentos.

Principal medida de estímulo à exportação no bojo do Plano Brasil Maior, o Reintegra – mecanismo criado para devolver 3% do valor exportado em manufaturados dos impostos pagos na cadeia produtiva –, finalmente saiu do papel. Foi regulamentado dia 01 de dezembro de 2011 pelo governo em decreto publicado em edição extra do Diário Oficial da União. A devolução ocorrerá ao final de cada trimestre, até o final de 2012, prazo de vigência do regime especial. O crédito pode ser recebido em espécie ou por meio de compensação com outros tributos devidos à Receita Federal.

Outra medida tomada no calor da crise financeira internacional, em outubro, foi a aprovação da Medida Provisória 541, que cria o Fundo de Financiamento à Exportação (FFEX). O fundo, que contará com capital da União de até R\$ 1 bilhão, terá 50% do total dos recursos voltados às micro e pequenas empresas. Com a medida, a União poderá equalizar taxas de juros nas operações de financiamento externo contratadas até 31 de dezembro de 2012.

A Medida Provisória beneficia empresas de pedras ornamentais, beneficiamento de madeira e couro, calçados e artefatos de couro, têxtil, de confecção, móveis de madeira, frutas *in natura* e processadas, cerâmicas, software e prestação de serviços de tecnologia da informação, autopeças e bens de capital, exceto veículos automotores para transporte de cargas e passageiros, embarcações, aeronaves, vagões e locomotivas ferroviários e metroviários, tratores, colheitadeiras e máquinas rodoviárias.

**Outra medida tomada no calor da crise financeira internacional, em outubro, foi a aprovação da Medida Provisória 541, que cria o Fundo de Financiamento à Exportação (FFEX)**

Esse pacote de medidas anunciadas, entretanto, não deve ser suficiente para aumentar a participação da indústria nacional no PIB, tornando os produtos nacionais mais competitivos e aumentando as exportações. Mesmo com a valorização do dólar, verificada a partir de outubro de 2011, o binômio câmbio-juros tem atuado na direção contrária a das políticas industriais.

O problema das exportações industriais brasileira é mais estrutural. Para revertê-lo, seria necessária uma mudança mais profunda para redução ou eliminação de gargalos conhecidos, como carga tributária alta, infraestrutura ineficiente e custo elevado de mão de obra.

Nesse contexto, essas medidas para estimular a exportação, já citadas, são insuficientes. O Reintegra só beneficiaria de fato as empresas exportadoras de produtos manufaturados na atual conjuntura se a demanda externa estivesse aquecida, o que não é o caso. Com o mercado externo em crise, o exportador precisa ter algo a mais para oferecer.

As medidas anunciadas, embora na direção certa, têm efeito marginal. Ajudam, mas não serão capazes de reverter o cenário de curto prazo. A mudança estrutural demanda medidas estratégicas, olhando-se para o país para daqui a 10, 20 ou 30 anos. As medidas adotadas até aqui pelo governo são muito pontuais e setoriais, com efeito restrito. As medidas ajudam, é verdade, mas não serão capazes de reverter o cenário de curto prazo.

Para ter economia mais eficiente, mais produtiva e mais inserida no mercado internacional, o país precisa melhorar rapidamente a competitividade, sem depender tanto do câmbio. A agenda da competitividade é muito ampla, mas é preciso mostrar à sociedade, empresários e trabalhadores, com clareza e rapidez, que o país está avançando das discussões para a prática. Não há mais como postergar soluções, pois a crise externa e a valorização do real agravaram os efeitos de problemas estruturais de nossa economia, que, entretanto, não deve abrir mão de criar condições para que a indústria aumente sua produtividade, revertendo o padrão dos últimos anos e as ameaças do presente.

## CONCLUSÃO

As exportações têm hoje um papel inquestionável para as empresas e para o país. Elas proporcionam benefícios por toda a economia, multiplicando oportunidades para diversos setores e serviços. Exportar constitui fator de estratégia empresarial, de estabilidade, de fortalecimento interno, de confiabilidade, de diluição de risco, de status para a empresa e marketing para o produto no mercado doméstico, de geração de divisas, de equilíbrio macroeconômico, entre outros atributos.

No atual mundo globalizado, com a crescente tendência de eliminação das tarifas aduaneiras e consequente retirada de proteção às empresas locais, a concorrência internacional passou a ser aberta, e produtividade, qualidade do produto, logística de entrega, preço competitivo e atendimento das necessidades dos clientes são elementos indispensáveis. Nesse aspecto, é importante concentrar esforços para vencer os atuais gargalos que inibem as vendas externas, comprometendo a competitividade do produto nacional.

Mesmo com a alta carga tributária praticada no país, incompatível com seu nível de desenvolvimento; a infraestrutura precária, que eleva os custos marginais de produção; e o ambiente de negócios ruim, que desloca os insumos produtivos e escassos para atividades que não geram ganhos de bem-estar e que vêm minando com maior velocidade a competitividade industrial em todo o país, as exportações devem continuar contribuindo de maneira decisiva para o atual surto de crescimento das economias brasileira e baiana.

As medidas de alívio anunciadas ao setor exportador, embora circunscritas a alguns setores, devem melhorar a competitividade do produto nacional ante a desvalorização competitiva de moedas estrangeiras e o excesso de ingressos financeiros.

Enfrentar, entretanto, de forma mais decisiva os elementos que corroem a competitividade nacional é tarefa para qual o governo deve realmente dedicar energia. É toda a indústria – e não um pedaço dela – que se ressent de

impostos elevados, câmbio fora do lugar, infraestrutura precária e crédito ainda caro.

Por sua vez, a indústria precisa investir mais em inovação, copiar menos produtos, agregar mais valor, investir mais na formação da sua mão de obra, pensar no longo prazo e não em lucros imediatos.

No que tange a Bahia, a maturação de investimentos dirigidos para o estado é uma clara tendência para a elevação das exportações baianas, pois são setores com capacidade competitiva, que apresentam níveis elevados de eficiência produtiva e boa demanda internacional. O maior estímulo à competitividade industrial, o aumento da produtividade ditado pela forte demanda por importações de bens de capital e intermediário e os novos investimentos privados deverão, no curto e médio prazos, aumentar a participação do comércio exterior na economia do estado – hoje na faixa dos 17% –, melhorando seus indicadores sociais e criando impactos positivos sobre a geração de emprego e renda.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC). *Estatísticas de comércio exterior*. Disponível em: <<http://www.mdic.gov.br>>. Acesso em: 10 nov. 2011a.

\_\_\_\_\_. *Portal brasileiro de comércio exterior*. Disponível em: <<http://www.comexbrasil.gov.br/>>. Acesso em: 07 nov. 2011b.

REVISTA BRASILEIRA DE COMÉRCIO EXTERIOR. Rio de Janeiro, Fundação Centro de Estudos de Comércio Exterior, n. 108, , jun./ago. 2011, p. 54-56.

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. *Boletim de Comércio Exterior da Bahia (BCE)*. Disponível em: <<http://www.sei.ba.gov.br>>. Acesso em: 18 nov. 2011.

XAVIER, Clésio Lourenço; VIANA, Francisca Diana Ferreira. *Inserção externa e competitividade dos estados da Região Nordeste do Brasil entre 1995-2004*. Disponível em <[http://www.banconordeste.gov.br/content/aplicacao/Publicacoes/REN-Numeros\\_Publicados/docs/ren2005\\_v36\\_n3\\_a7.pdf](http://www.banconordeste.gov.br/content/aplicacao/Publicacoes/REN-Numeros_Publicados/docs/ren2005_v36_n3_a7.pdf)>. Acesso em: 25 out. 2011.

# Produção dos biocombustíveis no estado da Bahia: iniciativas e perspectivas<sup>1</sup>

Flávia Jorlane Rodrigues de Oliveira\*

Patrícia da Silva Cerqueira\*\*

Rebeca de Melo Sinfronio\*\*\*

**O estudo de temas relacionados às energias renováveis vem ganhando destaque nos fóruns de discussão sobre desenvolvimento sustentável em todo o mundo. A mudança de paradigma energético tornou-se uma necessidade, levando-se em consideração os impactos econômicos, sociais e ambientais que os combustíveis derivados do petróleo geram na sociedade contemporânea, e faz com que as pessoas pensem se a atual fonte de energia tem condições de alimentar os processos produtivos de forma sustentável daqui por diante.**

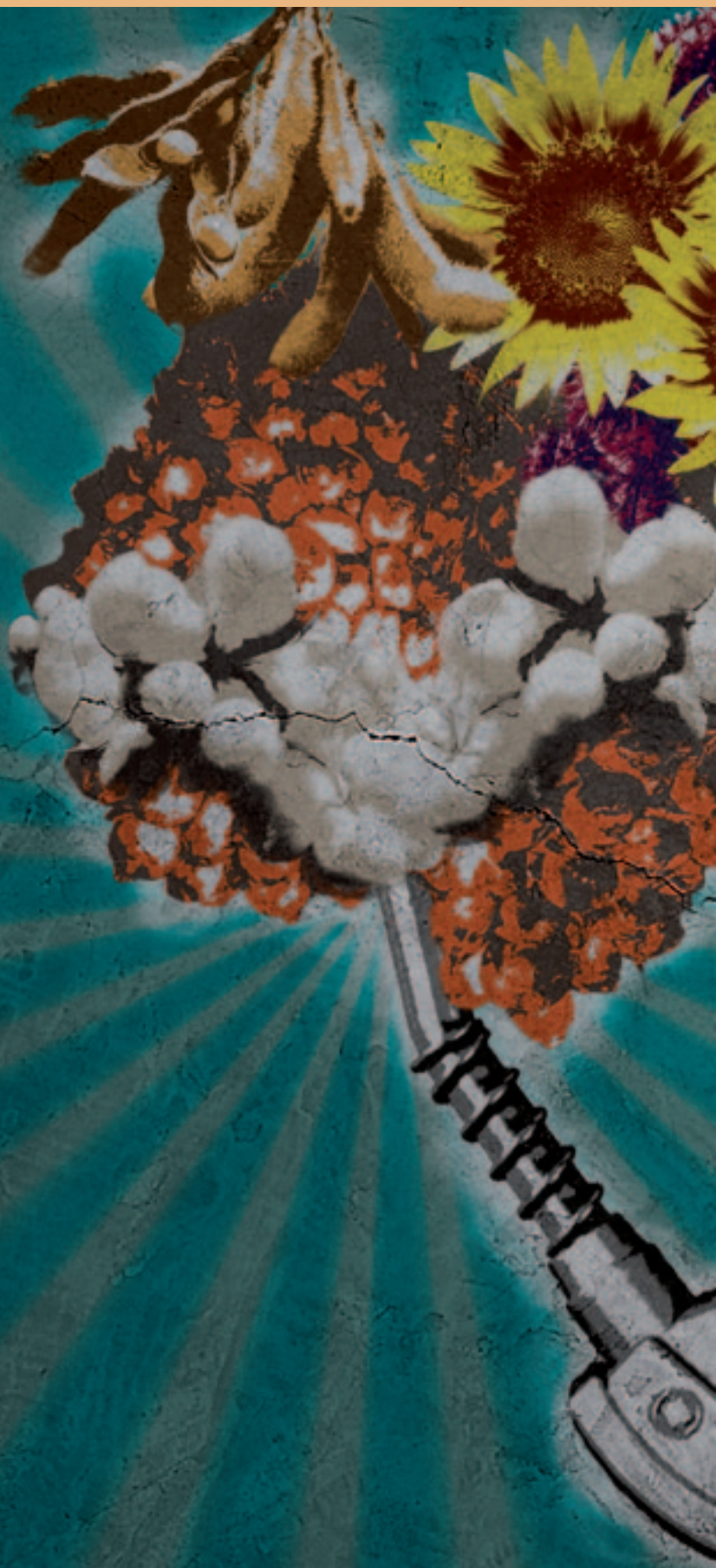
**A expectativa de escassez de recursos energéticos do atual padrão, somada às crescentes preocupações com o ambiente, traz à tona novas perspectivas para o uso de energia, instigando a busca de fontes renováveis.**

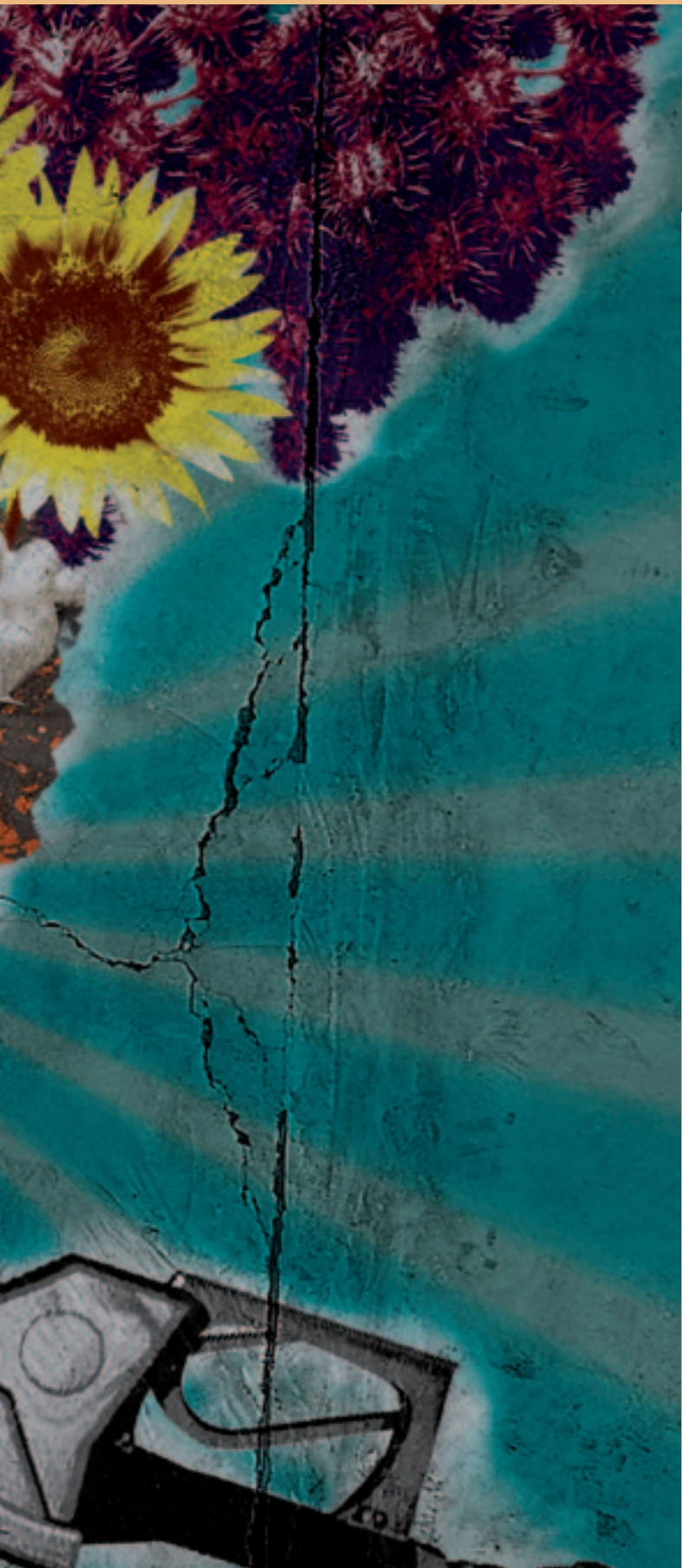
<sup>1</sup> O Grupo de Pesquisa Meio Ambiente e Energia agradece ao CNPQ, FAPESB e PRPGI/IFBA pela bolsa PIBIC Jr. e pelos recursos do edital de Fortalecimento de Grupos de Pesquisa.

\* Licenciada em Química pela UFS. Mestre em Química Inorgânica pela UFRJ. Doutora em Engenharia Metalúrgica e de Materiais pela UFRJ. Professora do Instituto Federal da Bahia-IFBA, pesquisadora do Grupo de Pesquisa Meio Ambiente e Energia/IFBA. [fjorlane@gmail.com](mailto:fjorlane@gmail.com)

\*\* Graduada em Economia pela UCSAL. Mestre em Análise Regional pela UNIFACS. Professora do Instituto Federal da Bahia-IFBA, pesquisadora do Grupo de Pesquisa Meio Ambiente e Energia/IFBA. [patriciasilva@ifba.edu.br](mailto:patriciasilva@ifba.edu.br)

\*\*\* Estudante do IFBA, pesquisadora do Grupo de Pesquisa Meio Ambiente e Energia/IFBA, bolsista PIBIC Jr. [rebeca\\_sinfronio@hotmail.com](mailto:rebeca_sinfronio@hotmail.com)





O Protocolo de Quioto, acordo internacional com compromissos rígidos para a redução da emissão de gases que agravam o efeito estufa, que teve a sua origem no fórum ambiental conhecido como ECO-92, vem promovendo a sensibilização e mobilização da sociedade para a promoção de uma ação conjunta com a intenção de reduzir e controlar os impactos desses gases poluentes da atmosfera, que interferem no equilíbrio do sistema climático global.

O governo brasileiro, compreendendo a importância deste acordo, e na tentativa de cumprir as metas estabelecidas, vem promovendo ações para o atendimento das novas demandas da sociedade, seja através da discussão sobre o tema ou da implementação de políticas e projetos que levem a reduzir a emissão dos gases poluentes, buscando um modelo de desenvolvimento mais sustentável e em consonância com as demandas do meio ambiente.

Nesse contexto, os biocombustíveis aparecem como uma fonte de energia alternativa ao modelo padrão energético e podem ser produzidos a partir da biomassa, fortalecendo a perspectiva de que é possível se pensar um modelo energético para o país diferente do atual, que tem como base uma fonte não renovável.

Assim, levando-se em consideração a relevância do tema e na tentativa de contribuir com informações para subsidiar políticas, projetos, tomadas de decisão e formação de profissionais qualificados para atuação neste mercado, o presente artigo tem por objetivo efetuar uma breve discussão sobre políticas públicas de fortalecimento da cadeia produtiva dos biocombustíveis no estado da Bahia, a fim de fomentar e coletar dados que proporcionem um impulso nos ramos das atividades de pesquisa, no desenvolvimento tecnológico, educacional e de inovação nos *campi* do Instituto Federal da Bahia (IFBA), integrantes da Rede de Biocombustíveis do IFBA-RBI, nos quais tem-se destacado o curso de Biocombustíveis nas modalidades Integrado e Subsequente.

## DESENVOLVIMENTO HISTÓRICO DA INSERÇÃO DOS BIOCOMBUSTÍVEIS NA MATRIZ ENERGÉTICA DO BRASIL

As questões ambientais entram no século XXI como primeiro ponto de pauta dos inúmeros fóruns de discussão sobre o desenvolvimento, nas agendas de políticas e programas dos governos e na vida das organizações em todo o mundo. O risco de um colapso ecológico, somado aos problemas decorrentes dos impactos do modelo de acumulação capitalista, faz com que as pessoas pensem em novos modelos, novos processos produtivos, novas formas de fazer, novas perspectivas, uma fase de ruptura de paradigmas.

O atual modelo energético de produção que vem alimentando e impulsionando o crescimento econômico já demonstra sinais de desgaste e a sustentabilidade tornou-se o tema do século XXI. Segundo Leff (2001),

O princípio de sustentabilidade surge no contexto da globalização como a marca de um limite e o sinal que reorienta o processo civilizatório da humanidade. A crise ambiental veio questionar a racionalidade e os paradigmas teóricos que impulsionaram e legitimaram o crescimento econômico, negando a natureza. A sustentabilidade ecológica aparece assim como um critério normativo para a reconstrução da ordem econômica, como uma condição para a sobrevivência humana e um suporte para chegar a um desenvolvimento duradouro, questionando as próprias bases da produção (LEFF, 2001, p. 15).

O conceito de sustentabilidade propõe assim uma contraposição à racionalidade econômica vigente, que exclui a natureza da esfera produtiva, contribuindo para destruição ecológica e para degradação ambiental.

Desde o ano de 1975, o Brasil vem oferecendo sua contribuição nestes esforços, quando lançou o Pró-Álcool ou Programa Nacional do Álcool. Este foi um programa de substituição em larga escala dos combustíveis veiculares derivados de petróleo por álcool. O Pró-Álcool foi financiado pelo governo do Brasil e motivou-se devido ao primeiro choque do petróleo em 1973, situação que se agravou depois da crise de 1979. Apesar de ser um

programa governamental de uso de fontes renováveis que vem obtendo a atenção de vários países, universidades e centros de pesquisas, pelo fato de sua motivação básica ter sido de natureza econômica e energética, os seus desdobramentos sociais são questionados por alguns governos e pesquisadores.

Passadas três décadas, as necessidades econômicas e energéticas persistem em outra escala e associam-se às questões socioambientais, colocadas em postos privilegiados das agendas governamentais e global. Diante deste novo quadro, o Brasil lançou em dezembro de 2004 o Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel (PNPB), iniciativa interministerial do Governo Federal que objetiva implementar de forma sustentável, tanto técnica, como economicamente, a produção e o uso do biodiesel, tendo como enfoque a inclusão social e o desenvolvimento regional, via geração de emprego e renda.

O marco regulatório da política de biocombustíveis no Brasil está na Lei N° 9.478 de 6 de agosto de 1997, que dispõe sobre a política energética nacional, as atividades relativas ao monopólio do petróleo, institui o Conselho Nacional de Política Energética e Agência Nacional do Petróleo e dá outras providências (BRASIL, 1997). Essa lei estabelece que as políticas nacionais para o aproveitamento das fontes energéticas devem: (1) preservar o interesse nacional, promovendo o desenvolvimento e a ampliação do mercado de trabalho através da valorização dos recursos energéticos; (2) promover os interesses do consumidor em relação ao preço e à quantidade de oferta; (3) proteger o meio ambiente através da promoção

**O marco regulatório da política de biocombustíveis no Brasil está na Lei N° 9.478 de 6 de agosto de 1997, que dispõe sobre a política energética nacional**

e conservação de energia; (4) garantir o fornecimento de derivados de petróleo; (5) incrementar a utilização do gás natural; (6) identificar soluções adequadas para o suprimento de energia elétrica; (7) utilizar fontes alternativas de energia mediante o aproveitamento econômico dos insumos disponíveis e das tecnologias aplicáveis; (8) promover a livre concorrência; (9) atrair investimentos na produção de energia e (10) ampliar a competitividade do país no mercado internacional.

De acordo com Leff (2011), o Brasil tem todas as condições para se tornar um país líder na geração de uma nova civilização industrial do trópico ou do aproveitamento energético industrial da biomassa. Sachs (2001a) afirma que, em algumas décadas, será possível fazer a substituição da gasolina pelo etanol e também uma substituição parcial do diesel pelo biodiesel, devido à expansão do mercado global desses novos produtos, deixando assim as reservas de petróleo para fonte de matéria-prima das indústrias petroquímicas.

Uma substituição de 100% da gasolina pelo etanol parece perfeitamente viável num país que tem uma reserva de cerca de 100 milhões de hectares de terras agrícolas (sem invadir a Floresta Amazônica), produz carros equipados com motores flexíveis que podem operar com qualquer mistura de gasolina e etanol, pode dobrar a produtividade do etanol por hectare convertendo o bagaço de cana em etanol e, além disso, possui uma indústria de equipamentos para biorrefinarias de alto desempenho e uma pesquisa agrônoma e biológica de primeira linha (SACHS, 2011a, p. 29).

De acordo com Sachs (2011b), a conjunção de três fatores marca a “maioridade” dos biocombustíveis: a proximidade do pico dos preços (altos) do petróleo, favorecendo a competitividade dos biocombustíveis; os custos altos de manutenção das linhas de abastecimento a partir do oriente médio; os impactos ambientais e a necessidade de redução da emissão de gases do efeito estufa.

Nesse contexto, devido ao estado da Bahia apresentar grande potencial agrícola, expressivo contingente de trabalhadores rurais – muitos ligados às atividades da agricultura familiar – e enormes desigualdades socioeconômicas, o estado vem tentando se integrar aos objetivos

## **O governo do estado da Bahia lançou o Programa Estadual de Bioenergia (Bahiabio), com a finalidade de gerir e fomentar ações, desenvolvimento, aplicações e uso de biomassa no território baiano**

e ações do Governo Federal, estabelecidos no âmbito do desenvolvimento de fontes renováveis de energia e, em particular, no PNPB. Desta maneira, em dezembro de 2007, o governo do estado da Bahia lançou o Programa Estadual de Bioenergia (Bahiabio), com a finalidade de gerir e fomentar ações, desenvolvimento, aplicações e uso de biomassa no território baiano, bem como implantar o biodiesel como um biocombustível adicional à matriz energética, além de estimular pesquisas relacionadas ao programa.

Neste contexto, o IFBA vem ao encontro do que preconiza o Ministério da Educação, os Arranjos Produtivos Locais (APLs), implantando cursos e pesquisas na área de biocombustíveis, cumprindo o seu papel enquanto instituição de ensino, na formação de profissionais qualificados, direcionados para o atendimento das necessidades de mercado que se tornam iminentes com a implantação da nova matriz energética do país. A implementação dos primeiros cursos técnicos em biocombustíveis e a assinatura do Termo de Cooperação Técnico-científica na área de biocombustíveis entre o Instituto Federal da Bahia (IFBA) e a Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação do Estado da Bahia (SECTI), em 2009, criaram um ambiente promissor para ampliar as atividades de pesquisa de forma integrada às atividades de ensino e de extensão. Somando-se ao ambiente promissor do instituto, está a Rede de Biocombustíveis (RBI), de iniciativa deste, que está sendo estruturada em colaboração com diversos atores internos e externos, favorecendo o desenvolvimento de estudos e pesquisas voltados para a temática.

## IDENTIFICAÇÃO DE MATÉRIAS-PRIMAS

Os biocombustíveis podem ser produzidos empregando-se uma variedade de matérias-primas, que vão desde óleos vegetais a gorduras de origem animal ou ainda óleos de descarte (KNOTHE et al, 2006, p.1). Assim, o estado da Bahia tem atendido ao chamado mundial para produzir combustíveis renováveis e de menor impacto ambiental, uma vez que possui uma oferta de recursos naturais que o coloca numa posição de liderança no contexto nacional, contando com extensão territorial que permite a expansão da fronteira agrícola, altos índices de insolação, um laboratório de fotossíntese, dada a sua condição tropical e um clima que atende às necessidades das principais culturas para a produção em massa de oleaginosas (BAHIABIO, 2008). Segundo dados da Rede Baiana de Biocombustíveis, as seguintes oleaginosas tem-se destacado no cenário da cadeia produtiva de biocombustíveis na Bahia (REDE BAIANA DE BIOCOMBUSTÍVEIS, 2011):

### Algodão

Trata-se do óleo vegetal mais antigo produzido industrialmente, tendo sido consumido em larga escala no Brasil e reduzido com o aumento da produção de soja. Em função de sua composição, destaca-se na produção de gorduras compostas. O agronegócio do algodão tem-se consolidado na região oeste da Bahia como altamente rentável e de retorno rápido do investimento inicial, pelo que vem apresentando um crescimento médio excepcional tanto em produção total (480%) como em índice

**Os biocombustíveis podem ser produzidos empregando-se uma variedade de matérias-primas, que vão desde óleos vegetais a gorduras de origem animal ou ainda óleos de descarte**

**Na Bahia, a área cultivada atualmente com dendê é de aproximadamente 47 mil hectares, com uma produção de óleo em torno de 24 mil toneladas e produtividade de 600 kg/ha**

de produtividade (45,3%). A safra de algodão em 2007 possibilitou, com a retirada da pluma, a obtenção de 630 mil toneladas de caroço, quantidade que, considerado o percentual alcançado pelas pequenas indústrias de extração de óleo bruto (em torno de 15%), tem potencialidade de produção de um total de 94.500 toneladas de óleo destinado ao fabrico de biodiesel ou a outra finalidade.

### Dendê

A dendeicultura é uma atividade de grande importância socioeconômica, principalmente nos territórios Baixo Sul e Litoral Sul da Bahia, caracterizada por pequenas propriedades com solos arenosos e areno-argilosos, onde a cultura adapta-se muito bem e garante oportunidade de trabalho e renda para milhares de agricultores familiares. Tamanha é a influência desta cultura na região litorânea, que a caracteriza como Costa do Dendê. Na Bahia, a área cultivada atualmente com dendê é de aproximadamente 47 mil hectares, com uma produção de óleo em torno de 24 mil toneladas e produtividade de 600 kg/ha. Essa situação pode ser alterada, passando-se para uma produtividade de 4 mil kg de óleo/ha, quase sete vezes a produtividade atual, utilizando material genético de qualidade superior, como o híbrido Tenera.

### Girassol

A cultura do girassol tem ampla adaptação a diferentes condições climáticas, permitindo o plantio em regiões

e épocas marginais para outras culturas, sendo muito utilizada em esquemas de sucessão e consorciação entre culturas, principalmente com as leguminosas. Com o aumento da demanda por óleo vegetal para produção de biodiesel, o girassol, que já foi cultivado no passado em algumas regiões do estado, posiciona-se como boa opção para a agricultura, podendo ser cultivado em sistemas de integração agricultura-pecuária.

## Mamona

A mamoneira é cultivada tradicionalmente em quase todo o estado da Bahia, concentrando-se nos territórios de Irecê e Chapada Diamantina. O cultivo é feito, em grande parte, por agricultores familiares, que utilizam a mamoneira como cultura principal, em consórcio com cultivos alimentares. No Brasil, o estado da Bahia destaca-se a como maior produtor desta oleaginosa, com aproximadamente 92% da produção nacional. Segundo o zoneamento agroecológico elaborado pela Embrapa Algodão, foram identificados na Região Nordeste 452 municípios aptos para o cultivo dessa oleaginosa. Desse total, 189 municípios estão localizados no estado da Bahia, representando 41,8%.

Entre as vantagens dessa cultura pode-se citar: teor elevado de óleo nas sementes; bom desenvolvimento em solos bons e também em solos degradados; colheita na estação seca; boa tolerância à seca e alto rendimento em áreas com boa pluviosidade; porte da planta favorável à colheita; excelente potencial de produção de grãos, podendo chegar a 8 mil kg/ha de bagas; propagação por via sexuada (semente) e assexuada (estaquia). Além da utilização como biodiesel, possui alto potencial agroindustrial e a pasta residual é rica em proteína (60-65%). Depois da extração do óleo, pode ser transformada em um excelente alimento balanceado para aves, gado e peixes. Além disso, pode ser uma excelente alternativa no reflorestamento de zonas degradadas.

## Soja

Na Bahia, a soja encontrou condições extremamente favoráveis ao seu desenvolvimento. Com isso, foram

atraídas indústrias de esmagamento para produção de óleo e farelo, incentivando a produção de milho e as agroindústrias de ração, suínos e aves, sobretudo na região oeste do estado.

## AÇÕES DE FORTALECIMENTO DA CADEIA PRODUTIVA

O biodiesel surgiu como uma opção altamente desejável para substituir o diesel de origem fóssil, principalmente por ser um combustível renovável, menos poluente e por ensejar forte inclusão social no seu processo de produção. No intuito de aumentar a produção do biodiesel, muitos órgãos do governo têm desenvolvido políticas públicas que visam promover o aumento da produção, bem como sua descentralização e o incentivo à participação da agricultura familiar nesse processo, através de instrumentos como crédito, zoneamento e benefícios fiscais. Desse modo, o estado da Bahia apresenta-se como forte competidor no mercado de biodiesel, tendo em vista a grande disponibilidade de áreas adequadas, do ponto de vista edafoclimático, para o cultivo de oleaginosas e a sua experiência na produção de óleos vegetais, especialmente de mamona, dendê, algodão e soja, assim como por contar com várias indústrias de biodiesel (LOPES; ANDRADE; SANTANA, 2007).

Nesse sentido, a Secretaria de Agricultura e Irrigação e Reforma Agrária (SEAGRI), através do Programa Estadual de Bioenergia (Bahiabio), juntamente com outros órgãos

**O biodiesel surgiu como uma opção desejável para substituir o diesel de origem fóssil por ser um combustível renovável, menos poluente e ensejar forte inclusão social no seu processo de produção**

## **Programa Estadual de Bioenergia (Bahiabio) objetiva incentivar e desenvolver a produção de bioenergia na Bahia, visando atender às demandas dos mercados interno e externo**

e universidades, tem empenhado esforços para mapear o crescimento da produção de oleaginosas, bem como procurar sanar entraves ao desenvolvimento dos meios de produção e de novas tecnologias que favoreçam o aumento da fabricação do produto final. Este programa objetiva incentivar e desenvolver a produção de bioenergia na Bahia, visando atender às demandas dos mercados interno e externo, através de dois subprogramas: Etanol e Biodiesel, sendo que os resíduos originados por esses subprogramas também serão computados e adicionados, através da Cogeração de Energia e Crédito Internacional de Carbono, enquanto parte será destinada à fabricação de biomassa para fertilização (adubo orgânico) e arração animal (BAHIABIO, 2008).

Essa reconversão da matriz energética, além de gerar trabalho no campo, desenvolverá um parque industrial descentralizado, criando oportunidades de emprego de mão de obra no interior do estado, e poderá ofertar 4,54 milhões de toneladas de carbono no mercado internacional de créditos de carbono. Este programa prevê o desenvolvimento de oito polos para produção de 6,2 milhões de m<sup>3</sup> de etanol, com a implantação de um parque industrial alcooleiro e a exploração de 780 mil hectares de cana-de-açúcar. A produção de 1,24 milhão m<sup>3</sup> de biodiesel com a implantação de um parque de extração de óleo e a exploração de 1,237 milhão de hectares de oleaginosas. O aproveitamento dos subprodutos oriundos do processo de industrialização permitirá a cogeração de 3,6 mil GWh de energia elétrica, além de oferecer ao mercado uma grande quantidade de tortas de oleaginosas para alimentação animal (BAHIABIO, 2008).

Outras ações têm sido fomentadas pela Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola (EBDA), como pesquisas no manejo fitotécnico de plantas oleaginosas, além da participação em discussões que visam à ampliação da participação da agricultura familiar como fornecedora de matéria-prima, com o apoio da Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Estado da Bahia (Fetag). É válido ressaltar que, em 2005, o Governo Federal, através do Ministério do Desenvolvimento Agrário, criou o Selo Combustível Social, identificação concedida aos produtores de biodiesel que promovem a inclusão social e o desenvolvimento regional por meio de geração de emprego e renda para os agricultores familiares do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf). O selo é concedido a usinas que comprem pelo menos 30% de sua matéria-prima da produção familiar da Região Nordeste, entre outros fatores que colaboram para a negociação com os agricultores, e as regras do programa determinam que 80% das aquisições nos leilões de biodiesel promovidos pelo governo devem ser de produtos com o selo (BRASIL, 2006). Atualmente, o Selo Combustível Social é concedido às seguintes empresas localizadas em municípios baianos: Brasil Ecodiesel Ind. e Com. de Biocombustíveis e Óleos Vegetais S.A (Iraquara), Comanche Biocombustíveis da Bahia (Simões Filho) e Petrobras Biocombustível S.A. (Candeias).

A despeito do potencial agrícola do estado baiano, dentre as oleaginosas investigadas, destaca-se a mamona, uma vez que a mamoneira garante o sustento de milhares de famílias do semiárido baiano, sendo sua cultura, em muitos casos, o único meio de subsistência. Por esse motivo, a mamona constitui-se uma cultura que tem um cunho social bastante significativo, devendo ser tratada como a principal opção para a permanência do homem no semiárido.

Atualmente, o programa de biodiesel absorve o excesso de oferta, contribuindo para regular o preço do produto, mantendo-o acima do preço mínimo de garantia do Governo Federal e garantindo retorno econômico e mais segurança ao agricultor familiar, o que vem estimulando pesquisas com novas variedades e tecnologias para a agricultura familiar e a entrada da agricultura empresarial também no processo de produção da mamona, através

de variedades específicas para plantio solteiro e colheita mecanizada. Entretanto, as pequenas e médias usinas de biodiesel têm solicitado tratamento diferenciado para pequenos produtores e ampliação no uso do combustível renovável, além de reivindicar o aumento da proporção da mistura de 5% (B5) para 10% (B10), medida ainda em análise pelo Ministério de Minas e Energia (MME) para os rumos do setor nos próximos anos (BAHIA, 2012).

## CONCLUSÃO

As alternativas de fontes energéticas aparecem na problemática ambiental como uma estratégia para a superação dos desafios impostos pelo atual sistema de acumulação capitalista, modelo que se mantém nas altas taxas de consumo (aumento da produtividade a todo o custo). Os biocombustíveis são, portanto, apontados como alternativas viáveis de fonte energética, em consonância com o meio ambiente. A segurança no suprimento energético de longo prazo, a modicidade dos preços em relação ao atual padrão energético, a competitividade da indústria local, as mudanças climáticas e o meio ambiente são os desafios para a política pública em energia em todo o mundo.

No que diz respeito ao biodiesel, a despeito de a produção ainda não atender completamente ao que estabelece o marco regulatório do Programa Nacional para Produção e Uso do Biodiesel, dos descompassos entre a logística disponível e a produção efetiva e da resistência do meio empresarial em apostar nesta nova fonte de energia, o caminho percorrido para a exploração e uso de energia renovável não tem mais volta. Assim, torna-se importante e necessário o incentivo permanente à realização de pesquisas que visem responder questões relacionadas ao tema da energia renovável, à produção de biocombustíveis e de novas oleaginosas, levando-se em consideração, também, os diversos segmentos e elos da cadeia produtiva, principalmente o papel da agricultura familiar, para contribuir com informações e elementos que subsidiem a tomada de decisão e o processo de desenvolvimento que está sendo construído no país.

## REFERÊNCIAS

- BAHIA. Secretaria de Agricultura e Irrigação e Reforma Agrária. Disponível em: <<http://www.seagri.ba.gov.br/noticias>>. Acesso em: 10 jan. 2012.
- BAHIABIO *Programa de bioenergia*. Edição revisada. Salvador, nov. 2008. Disponível em: <<http://www.seagri.ba.gov.br/bahiabio.pdf>>. Acesso em: 28 set. 2011.
- BRASIL. Lei nº 9.478/97 de 06 de agosto de 1997. Dispõe sobre a política energética nacional, as atividades relativas ao monopólio do petróleo, institui o Conselho Nacional de Política Energética e a Agência Nacional do Petróleo e dá outras providências. *Diário Oficial da República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 07 ago. 1997. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9478.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9478.htm)>. Acesso em: 09 jun. 2011.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Secretaria da Agricultura Familiar. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/portal/saf/programas/biodiesel/2286313>>. Acesso em: 10 jan. 2012.
- KNOTHE, G. et al. *Manual de biodiesel*. São Paulo: Edgard Blucher, 2006.
- LEFF, E. *Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder*. Rio de Janeiro: Vozes, 2001.
- LOPES, J. S.; ANDRADE, T. C. Q.; SANTANA, G. C. Biodiesel: oportunidades e desafios. *Bahia Agrícola*, Salvador, v. 8, n. 1, p. 24, nov. 2007.
- REDE BAIANA DE BIOCOMBUSTÍVEIS. *Oleaginosas na Bahia*. Disponível em: <<http://www.rbb.ba.gov.br/>>. Acesso em: 26 set. 2011.
- SACHS, I. *Da civilização do petróleo a uma nova civilização verde*. Disponível em: <[http://www.icarrd.org/ref\\_doc\\_down/sustanaible\\_questao%20energetica.pdf](http://www.icarrd.org/ref_doc_down/sustanaible_questao%20energetica.pdf)>. Acesso em: 06 jun. 2011b.
- SACHS, I. *Sociedade, cultura e meio ambiente*. Disponível em: <[http://professor-ruas.yolasite.com/resources/Sociedade,%20cultura%20e%20meio%20ambiente,%20MV1\(1-2\)07-13.pdf](http://professor-ruas.yolasite.com/resources/Sociedade,%20cultura%20e%20meio%20ambiente,%20MV1(1-2)07-13.pdf)>. Acesso em: 06 jun. 2011a.



# A importância do capital intelectual para o desenvolvimento da gestão pública no estado da Bahia

Rodrigo José Lima Almeida\*

**Diante das constantes mudanças políticas, econômicas e sociais existentes no Brasil, a sociedade vem caracterizando-se pela dependência às ações do poder público. A gestão pública, que já apresentou diversos cenários e/ou mecanismos de gestão, a exemplo de um governo patrimonialista e burocrático, está centrada na fomentação de um novo modelo, em que a eficiência e a eficácia das ações governamentais estão em primeiro plano. Na atual conjuntura, o capital intelectual passa a ser identificado como uma das variantes para o êxito dessas ações. O desenvolvimento da administração pública no país é marcado pela existência de diversas ideologias políticas e pouca valorização da gestão pública. Com as modificações de caráter social e cultural, a sociedade passou a exigir dos governos novos direcionamentos, um novo modelo de gestão em que a coisa pública seja destinada à satisfação do interesse público.**

**Este trabalho procura delinear o conceito de capital intelectual e o quanto este é determinante para o desenvolvimento da gestão pública no estado da Bahia. Aborda-se, em especial, a relação outrora inexistente entre a valorização do capital intelectual e o aprimoramento da administração pública, na qual é possível vislumbrar uma concreta relação de causa e efeito do capital intelectual com o desenvolvimento da gestão pública.**

---

\* Formado em Administração com habilitação em Análise de Sistemas pela Fundação Visconde de Cairu, especialista em Gestão Pública pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB) e mestrando em Gestão de Políticas Públicas e Segurança Social pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB). [rjalmeida@uneb.br](mailto:rjalmeida@uneb.br)

As reflexões apresentadas mostram que o desenvolvimento do estado da Bahia tem tido, essencialmente, características peculiares. Aspectos culturais, regionalismo diferenciado e sistemas de governo com perfis distintos remetem a uma aparência jamais vista em outros locais. A estruturação do capital intelectual no estado tem sido decisiva para a qualificação e o desenvolvimento da administração pública.

## CAPITAL INTELECTUAL

Com o advento da globalização e o surgimento da sociedade da informação, as instituições foram forçadas a criar novos modelos de administração que agregassem resultados cada vez mais eficientes e eficazes. Nesse novo cenário, emergiu a valorização de bens intangíveis, aqueles que não possuem matéria/corpo, mas têm valor no patrimônio das organizações. É nessa perspectiva que aparece o conceito de capital intelectual, elucidado por Brooking (1996, p. 12-13) como uma combinação de ativos intangíveis, resultado de mudanças nas áreas da tecnologia da informação, mídia e comunicação, que trazem benefícios para as entidades e capacitam o funcionamento destas. O Capital Intelectual, por sua vez, está dividido da seguinte maneira:

- **Ativos de mercado:** potencial que a empresa possui em decorrência dos intangíveis que estão relacionados ao mercado, tais como: marcas, franquias, negócios recorrentes, canais de distribuição, etc.;

- **Ativos humanos:** os benefícios que os indivíduos podem proporcionar para as organizações por meio de sua criatividade, conhecimento, habilidade para resolver problemas, tudo desenvolvido de forma coletiva e dinâmica;
- **Ativos de propriedade intelectual:** os ativos que necessitam de proteção legal para proporcionar às organizações benefícios, tais como *know-how*<sup>1</sup>, segredos industriais, *copyright*<sup>2</sup>, patentes, *designs*<sup>3</sup> etc.;
- **Ativos de infraestrutura:** as tecnologias, as metodologias e os processos empregados como cultura, sistema de informação, métodos gerenciais, aceitação de risco, banco de dados de clientes etc.

Assim, nota-se a importância da aceitação do capital intelectual como um fator de produção diferenciada de desenvolvimento, até mais relevante do que outras ferramentas de gestão. Edvinsson e Malone e outros (1998 apud ANTUNES, 2000, p. 78) definem capital intelectual como a parte invisível da empresa, na qual se encontram o capital humano (conhecimento, inovação e habilidade dos empregados, mais os valores, a cultura e a filosofia da empresa) e o capital estrutural (equipamentos de informática, *softwares*<sup>4</sup>, banco de dados, patentes, marcas registradas, relacionamento com os clientes e tudo o mais necessário à capacidade organizacional, no apoio à produtividade dos empregados).

Constata-se, portanto, que o capital intelectual pode ser assim entendido como um bem intangível, formado por um tripé indissociável composto pelo conhecimento do capital humano, pela estruturação do capital estrutural e pelo relacionamento do capital de clientes, como caracterizado por Edvinsson e Malone (1998, p. 9):

- **Capital humano:** composto pelo conhecimento, poder de inovação e habilidade dos empregados, além dos valores, da cultura e da filosofia da empresa.

Com o advento da globalização e o surgimento da sociedade da informação [...] emergiu a valorização de bens intangíveis, aqueles que [...] têm valor no patrimônio das organizações

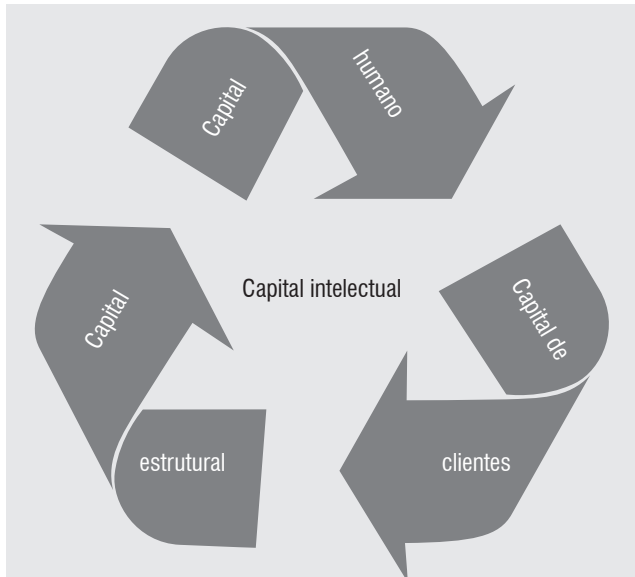
1 "Saber como". É o conhecimento de como executar uma tarefa.

2 "Todos os direitos reservados". Direitos à propriedade.

3 Desenho ou modelo. É a configuração, concepção, elaboração e especificação de um artefato.

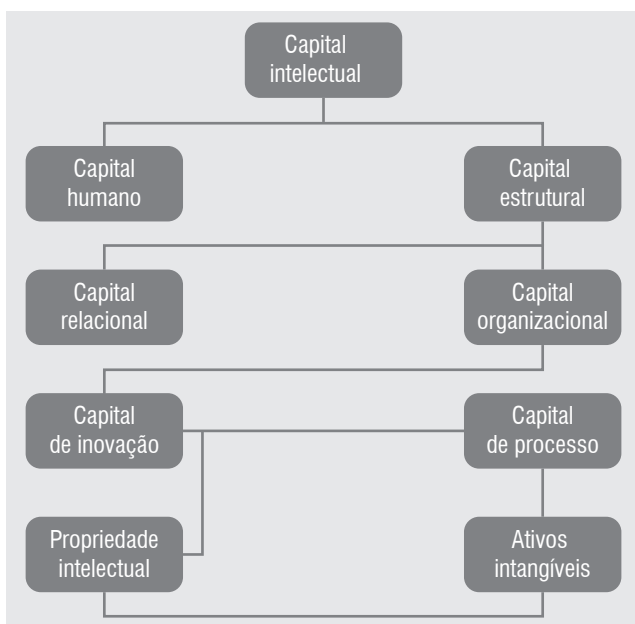
4 É uma sequência de instruções a serem seguidas e/ou executadas, na manipulação, no redirecionamento ou na modificação de um dado/informação ou acontecimento.

- **Capital estrutural:** inclui equipamentos de informática, *softwares*, banco de dados patentes, marcas registradas e tudo que apoie a produtividade dos empregados.
- **Capital de clientes:** envolve o relacionamento com clientes da organização e tudo que agregue valor para estes.



**Figura 1**  
**Estruturação do capital intelectual**

Fonte: Elaboração própria.



**Figura 2**  
**Estruturação do capital intelectual**

FONTE: Denis Borges Barbosa (2011).

A figura 1 ilustra uma possível estruturação do capital intelectual.

Na perspectiva de Denis Borges Barbosa (2011), o capital intelectual é formado por meio do capital humano e da estruturação dos capitais relacional, organizacional, de inovação, de propriedade intelectual, de processo e de ativos intangíveis. A Figura 2 representa essa concepção.

## MODELOS DE GESTÃO PÚBLICA X CAPITAL INTELECTUAL

A essência das técnicas e/ou ferramentas desenvolvidas como estratégias da administração pública perpassa o atendimento das necessidades da sociedade. É nesse contexto que se insere a gestão pública, responsável, dentre outros fatores, pela fomentação de inovações administrativas e/ou políticas destinadas a suprir as carências sociais. Nesse sentido, é importante definir gestão pública como:

[...] um instrumento do aparelho de Estado, é responsável pela organização e realização de ações que buscam assegurar direitos e atender a necessidades de indivíduos e coletividades, através de obras e serviços de interesse social, além do exercício das funções públicas (LUZ; JESUS, 2006, p. 13).

Partindo dessa premissa, constata-se que, nos últimos anos, a administração pública obteve avanços significativos em todos os aspectos. Grande parte das conquistas obtidas pela gestão pública brasileira passa pela melhoria da qualificação do capital humano, da adequação da estrutura do capital estrutural e da valorização do capital de clientes. Segundo Cavalcanti (2005), Abrúcio e Loureiro (2002), o Brasil, através da administração pública ao longo do último século, vem obtendo consideráveis avanços no que se refere ao atendimento das demandas sociais, tanto do ponto de vista de estruturas, métodos e procedimentos, quanto da melhoria e qualificação dos servidores públicos.

Historicamente, a gestão pública brasileira é marcada pela concepção de três modelos de administração: o patrimonialista, de natureza oligárquica, que vigorou até o final do século XIX; o burocrático, que emergiu da

| Patrimonialista                                                                         | Burocrática                                                                 | Gerencial                                                                                            |
|-----------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------|
|       |                                                                             |                                                                                                      |
| Aparelho do Estado como extensão do poder soberano                                      | Forma de combater a corrupção e o nepotismo patrimonialista                 | Surge como resposta à expansão das funções econômicas e sociais do Estado e disfunções da burocracia |
| A corrupção e o nepotismo são inerentes a esse tipo de administração                    | Desconfiança prévia nos administradores públicos. Apego às normas e rotinas | Necessidade de reduzir custos e aumentar a qualidade dos serviços públicos                           |
| <b>Quadro 1</b><br><b>Evolução dos modelos de gestão pública e suas características</b> |                                                                             |                                                                                                      |

Fonte: Elaboração própria.

necessidade de combater a corrupção e o nepotismo herdado do modelo anterior, e o gerencial, que surgiu da necessidade de introduzir na administração pública princípios das empresas privadas, como eficiência e eficácia.

É identificável que as mudanças ora promovidas pela administração pública brasileira estão centradas nas transformações dos mecanismos existentes e suas adequações com as necessidades locais, o que passa, dentre outros fatores, pela valorização e o aprimoramento do capital intelectual iniciado a partir da implantação da filosofia gerencial. Apesar dessa nova concepção, é evidente que ainda prevalecem, na administração pública brasileira, características dos três modelos de gestão. No entendimento de Torres (2004), é muito difícil supor que os modelos de administração pública tenham-se sucedido de forma linear e dentro de um processo evolutivo da burocracia e da administração pública brasileira. Na perspectiva do autor, os três modelos de gestão pública conviveram simultaneamente na gestão pública do país, fato que evidencia as distintas técnicas, ferramentas e/ou modelos de administração existentes no país.

## CAPITAL INTELECTUAL E O DESENVOLVIMENTO DA GESTÃO PÚBLICA

Muito se tem discutido sobre as razões que levam determinados entes que compõem a administração pública a realizar procedimentos tão satisfatórios quanto os desempenhados pela iniciativa privada. Tais procedimentos deveriam ser padrões em todos os órgãos públicos,

entretanto não é o que se vê. No entendimento de Garvin (1993, p. 78-91), uma organização baseada no conhecimento é aquela que reconhece esta ferramenta como um recurso estratégico de gestão que pode ser processado internamente e utilizado externamente, aproveitando o potencial de seu capital intelectual, do qual o trabalhador é o componente crítico.

Assim, a explicação para as divergências existentes entre gestões públicas pode estar no capital intelectual, já que poucos conseguem mensurar seus pontos críticos e potencialidades. Nesse sentido, é importante que as organizações que buscam o desenvolvimento da gestão pública fomentem o processo de aprendizagem organizacional, visando alcançar os índices esperados pela sociedade. No entendimento de Argyris (1992), o mecanismo de aprendizagem organizacional é definido como o processo pelo qual uma organização exercita a

**É importante que as organizações que buscam o desenvolvimento da gestão pública fomentem o processo de aprendizagem organizacional, visando alcançar os índices esperados pela sociedade**

sua competência e inteligência coletiva para responder ao seu ambiente interno e externo. Tal atividade é pautada em um processo contínuo de detectar e corrigir erros. O autor considera o erro como qualquer tipo de conhecimento ou saber que iniba o aprendizado.

A observância dos aspectos que norteiam o capital intelectual é algo comum no segmento privado, entretanto, algumas organizações públicas ainda não atentaram para a necessidade de promover e estimular seu capital intelectual. É imensurável o grau de importância que possui essa ferramenta no desenvolvimento da gestão pública, e poucos são os gestores que detectam essa necessidade. Fica evidenciado que, na era do conhecimento, as organizações públicas e/ou privadas necessitam potencializar seu capital intelectual, visando atender, de forma igualitária e eficiente, aos anseios de uma sociedade que se caracteriza pela exigência, eficiência e eficácia dos processos.

## O ESTADO DA BAHIA: O CAPITAL INTELECTUAL COMO FERRAMENTA DE DESENVOLVIMENTO DA GESTÃO PÚBLICA

Como característica da administração pública brasileira, o estado da Bahia herdou as peculiaridades dos sistemas de governo com aspectos patrimonialistas e burocráticos. Com a adoção do modelo gerencial a partir dos anos 90, novas ideologias e ferramentas de administração emergiram, potencializando novas ações e, sobretudo, valorizando o capital intelectual que até então não era preconizado. Cinca, Molinero e Queiroz (2003, p. 250) evidenciam a razão pela qual a administração pública não dava tanta importância para o capital intelectual. Para os referidos autores, diferentemente do setor privado, cuja performance pode ser avaliada por medidas financeiras, os órgãos públicos têm objetivos múltiplos, de natureza não financeira. Além disso, embora usando insumos produtivos semelhantes – recursos humanos, conhecimento, capital, matéria-prima e instalações –, o setor público aproveita-se principalmente dos dois primeiros recursos, que são ativos intangíveis.

Em meio às dificuldades culturais no aspecto de aprimoramento do capital intelectual para o desenvolvimento

da gestão pública no estado da Bahia, diversas ações têm mostrado que a valorização do tripé que compõe o capital intelectual tem influência significativa na modernização da administração pública do estado. Estimular e potencializar as atividades do capital humano, do capital estrutural e do capital de clientes tem sido de grande relevância para o desenvolvimento da gestão pública no estado da Bahia, haja vista os índices alcançados com tais medidas. As atividades desempenhadas caminham para uma confluência de ações destinadas à modernização e ao aprimoramento da administração pública. Assim como a valorização do capital humano é fundamentalmente importante para a gestão pública, o capital estrutural, como parte integrante do capital intelectual, detém igualmente relevância. Nessa perspectiva, em Bahia (2011, p. 3), documento da Assessoria Geral de Comunicação Social do Governo da Bahia, são apresentados alguns dados que comprovam a valorização do estado com seu capital estrutural.

O governo enfrentou os gargalos do desenvolvimento. Avanços importantes foram alcançados. Na infraestrutura, a restauração de 4.000 Km de estradas, a construção da via expressa portuária. [...] o estado, em 2010, passou a ocupar o 6º lugar no *ranking* da infraestrutura brasileira, subindo uma posição em relação ao ano anterior, segundo o Anuário Exame 2010 (BAHIA, 2011, p.03).

No entanto, na entrevista de Pinheiro (2009), com a temática intitulada: O tamanho do Estado é o tamanho das necessidades, são apresentadas outras afirmações que vão de encontro a essa realidade.

**As atividades desempenhadas caminham para uma confluência de ações destinadas à modernização e ao aprimoramento da administração pública**

Acabamos com essa estrutura cartorial e criamos um mecanismo onde, em cada canto do estado, você pode acessar os serviços e pode se dirigir a qualquer serviço do estado sem ter que se dirigir necessariamente ao ponto central. [...] É um processo também crescente de profissionalização dessa estrutura pública. Ou seja, o Estado tem que ser perene, o governante é que é passageiro (PINHEIRO, 2009, p. 11).

Na elucidação de medidas destinadas ao aprimoramento do capital estrutural, dentre os aspectos já apresentados, insere-se a necessidade de criar e adequar a implantação de novas técnicas que permitam a interação contínua com o capital humano e de clientes. Não obstante a demonstração da valorização dos capitais humano e estrutural, o capital de cliente – parte indispensável na solidificação do capital intelectual e responsável por agregar valor ao que está sendo executado pelo poder público – encontra-se evidenciado nas ações do estado. Na publicação de Vieira (2009, p. 63) são apresentadas algumas iniciativas que agregam valor a este capital. A implantação da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (Fapesb), criada em 2001, é referendada no aprendizado institucional e na credibilidade adquirida diante de organismos de pesquisa, setor privado e, principalmente, comunidade científica baiana, possibilitando respostas mais efetivas às demandas da sociedade.

O termo capital intelectual pode ser atribuído a conhecimento/criatividade. Portanto, as ações destinadas a inovações, criações, novos programas e/ou processos que podem ser convertidos em valor econômico são essenciais para o desenvolvimento de uma gestão. Nesse sentido, a Quadro 2 demonstra algumas inovações promovidas pelo governo da Bahia, que possibilita o crescimento da administração pública.

| Ações inovadoras                                                        | Unidade promotora                                                   |
|-------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------|
| Utilização de redes sociais para comunicação pública                    | Agência Geral de Comunicação do Governo do Estado da Bahia (Agecom) |
| Programa Empreende Bahia                                                | Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (Fapesb)           |
| Plano Estadual do Livro e Leitura                                       | Secretarias de Educação e Cultura do Estado da Bahia                |
| <b>Quadro 2</b><br><b>Gestão realizada através de inovações – Bahia</b> |                                                                     |

Fonte: Elaboração própria.

Fica perceptível, com a apresentação dos dados, que o desenvolvimento da administração pública no estado da Bahia deve-se, em grande parte, ao capital intelectual. A valorização dos capitais humano, estrutural e de cliente evidencia que a gestão pública tem caminhado para a profissionalização, com foco na eficiência e eficácia dos serviços, deixando de lado aspectos herdados de sistemas ineficientes de administração da coisa pública. Tal iniciativa tende a proporcionar melhores serviços, dinamizar o acesso às informações do estado, aprimorar e solidificar as ações de governo, fazendo com que as atividades desempenhadas pelos órgãos públicos tenham credibilidade semelhante à realização de tarefas efetivadas por grandes corporações do segmento privado.

## ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Na atual conjuntura, denominada de era do conhecimento e da informação, as organizações públicas e privadas precisam gerir seu capital intelectual, já que este é um fator crítico de sucesso para as organizações. Nesse sentido, as características peculiares dos modelos de gestão patrimonialista e burocrático perderam espaço, uma vez que seus direcionamentos não estão pautados nas exigências da atual sociedade brasileira, cuja necessidade de serviços eficientes e eficazes aumenta a cada dia.

A complexidade do ambiente organizacional atual exige instrumentos de intervenção cada vez mais sofisticados e inovadores. O capital intelectual emerge como uma forte alternativa para o desenvolvimento da gestão pública, independentemente de tamanho, atividade ou programa de governo. Outro aspecto a ser considerado é que o direcionamento da estrutura que compõe o capital intelectual deve ser efetuado de forma coesa, sólida e uniforme, para que os resultados e metas traçadas sejam atingidos da maneira como foram planejados. A inobservância desse aspecto poderá proporcionar resultados inadequados e/ou insuficientes, o que trará ineficiência e ineficácia aos serviços prestados pela administração pública. Desse modo, o capital humano, o estrutural e o de cliente que formam o tripé do capital intelectual devem receber a mesma atenção, caso contrário, a gestão pública estará fadada ao insucesso.

Culturalmente não são verificadas ações da administração pública brasileira destinadas à avaliação do capital intelectual, fato que dificulta sensivelmente a realização de atividades com a devida eficiência, efetividade e eficácia. Como perspectiva, é necessária uma sensibilização dos gestores públicos, a fim de que fatores essenciais para o desenvolvimento da administração pública tenham a devida atenção. Percebe-se que a maior parte da não realização de ações de governo deve-se à ausência de conhecimento e à falta de interesse dos gestores públicos, o que reflete na baixa produtividade na prestação e/ou realização de serviços públicos.

A tendência é que a administração pública continue profissionalizando-se. Tal perspectiva passará por administradores públicos com novas concepções e ideologias, aspectos que proporcionarão a devida apreciação do capital intelectual. Esse será o caminho a ser trilhado pelas organizações públicas para se manterem atuais, modernas e na vanguarda dos anseios e necessidades da sociedade da era do conhecimento.

## REFERÊNCIAS

- ABRÚCIO, Fernando Luiz; LOUREIRO, Maria Rita. *O Estado numa era de reformas: os anos FHC*. Brasília: Ministério do Planejamento; Secretaria de Gestão, 2002. Partes 1 e 2.
- ANTUNES, Maria Thereza Pompa. *Capital intelectual*. São Paulo: Atlas, 2000.
- ARGYRIS, C. *Enfrentando defesas empresariais*. Rio de Janeiro: Campus, 1992.
- BAHIA. Secretaria Geral de Comunicação Social do Governo da Bahia. *Terra de Todos Nós: 4 anos fazendo mais para quem mais precisa*. Salvador: GRASB, 2011.
- BAHIA. Secretaria da Administração. *Evolução institucional do Poder Executivo do Estado da Bahia: 1996-2003*. Salvador: SAEB, 2004.
- BERGUE, Sandro Trescastro. *Cultura e mudança organizacional*. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/UFSC; [Brasília]: CAPES; UAB, 2010.
- BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. *Boletim Estatístico de Pessoal*, v. 1, n.1. Brasília: MP, 2008.
- BROOKING, Annie. *Intellectual capital: core asset for the third Millennium enterprise*. London: Thomson Publishing, 1996.
- CAVALCANTI, Bianor Scelza. *O gerente equalizador: estratégias de gestão no setor público*. Rio de Janeiro: FGV, 2005.
- CINCA, C. S.; MOLINERO, C. M.; QUEIROZ, A. B. The measurement of intangibles assets in public sector using scaling techniques. *Journal of Intellectual Capital*, v. 4, n. 2, p. 249-275, 2003.
- BARBOSA, Denis Borges. *Capital Intelectual CI: Proteção de Ativos Intangíveis*. Rio de Janeiro: 2011. Número de slides: 65. Disponível em: <<http://denisbarbosa.addr.com/capital%20intelectual.ppt>>. Acesso em: 29 out. 2011.
- EDVINSSON, Leif; MALONE, Michael. *Capital intelectual: descobrindo o valor real de sua empresa pela identificação de seus valores internos*. São Paulo: Makron Books, 1997.
- FREITAS, Alexandre Borges de. *Traços brasileiros para uma análise organizacional*.
- In: MOTTA, Fernando C. Prestes. *Cultura organizacional e cultura brasileira*. São Paulo: Atlas, 1997.
- GARVIN, D. A. Building a learning organization. *Harvard Business Review*, v. 71, Issue 4, p. 78-91. Jul./Aug. 1993.
- INSTITUTO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA – IMAP. Disponível em: <<http://www.imap.org.br/>>. Acesso em: 25 set. 2011.
- LUZ, Ana Maria de Carvalho; JESUS, Tércio Rios de. *A formação de gestores educacionais: desafios e perspectivas de saberes em construção*. Salvador: ISP/UFBA, 2006.
- NUNES, Edson. *A gramática política do Brasil: clientelismo e insulamento burocrático*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar; Brasília: DF; ENAP, 1997.
- PINHEIRO, Walter. O tamanho do Estado é o tamanho das necessidades. *Bahia Analise & Dados*, Salvador, v. 19, n. 1, p. 7-11, abr./jun. 2009. Entrevista concedida as jornalistas Ana Paula Porto e Luzia Luna.
- TORRES, Marcelo Douglas de Figueiredo. *Estado, democracia e administração pública no Brasil*. Rio de Janeiro: FGV, 2004.
- VIEIRA, Marcelo Rodrigues. As reformas institucionais do estado da Bahia entre 1955 e 2004. *Bahia Analise & Dados*, Salvador, v. 19, n. 1, p. 49-65, abr./jun. 2009.



# Tipologia dos municípios baianos com base em análise multivariada

João Paulo Caetano Santos\*

Karina M<sup>a</sup> das Graças C. Silva\*\*

Simone Borges Medeiros Pereira\*\*\*

**O território baiano é composto por 417 municípios, os quais possuem as mais diversas características econômicas, sociais, políticas, geográficas etc. No entanto, apesar de se constatar diferenças, é possível que alguns traços sejam similares a mais de um município, isto é, pode existir um grupo de municípios que tenham as mesmas características sociais, como, por exemplo, baixo índice de desenvolvimento humano (IDH), altas taxas de analfabetismo, ou qualquer outra citada acima.**

**No aspecto econômico, também é possível notar essas similaridades entre os municípios. Nesse sentido, encontram-se municípios que se destacam por ter sua dinâmica econômica determinada pela atividade comercial; outros, pela presença da indústria de transformação; outros, pela agricultura, e assim por diante. Dada essa constatação, a questão que se coloca é saber de que forma pode-se definir essa similaridade, ou, mais especificamente, se existe um método pelo qual é possível analisar as similaridades econômicas dos municípios e, a partir daí, definir grupos que contenham municípios com as mesmas características econômicas.**

\* Bacharel em Ciências Econômicas pela UFBA, mestrando em Economia pela UFBA e coordenador de Contas Regionais e Finanças Públicas (Coref/SEI). joaopcs@gmail.com

\*\* Estatística pela ESEB, especialista em Administração pelo Cenid-BA, técnica da equipe de Contas Municipais da SEI/IBGE e professora universitária. kmsilva@sei.ba.gov.br

\*\*\* Estatística pela ESEB, técnica responsável pelo Projeto de Contas Municipais da SEI/IBGE. simonebmp@sei.ba.gov.br

Uma hipótese seria analisar, a partir das informações do PIB municipal, a estrutura interna do município e, assim, determinar que um município X possui característica industrial por ter na indústria a maior parte do seu PIB, ou que é agrícola por ser a agricultura a maior fonte de geração de valor. O problema com esse critério reside não apenas no baixo rigor analítico da estatística — dado que, para se fazer isso, seria necessário apenas examinar algumas estatísticas descritivas, como média, desvio etc. —, como também da impossibilidade de se traçar análises de caráter longitudinal, no sentido de avaliar não apenas a estrutura interna do PIB, mas também a sua estrutura como ente de uma unidade da Federação. Ou seja, ainda que se dispusesse das informações relativas à estrutura interna do PIB de um determinado município, assim como a participação dessa estrutura em relação ao total do estado, não seria possível realizar um estudo analítico que determinasse a classificação desse município levando em consideração a sua estrutura produtiva interna, a sua importância na estrutura estadual e, além disso, a inter-relação dessas estruturas com os demais municípios.

A solução desse problema pode ser alcançada com a utilização da análise multivariada, a qual será descrita na seção seguinte.

## CARACTERÍSTICAS DA ANÁLISE MULTIVARIADA E METODOLOGIA DE ANÁLISE

Segundo Corrar, Paulo e Dias Filho (2007, p. 2), “[...] a análise multivariada refere-se a um conjunto de métodos estatísticos que torna possível a análise simultânea de medidas múltiplas para cada indivíduo ou fenômeno observado”. A definição acima expõe a importância e a relação direta entre a técnica da análise multivariada com a necessidade de qualificar os municípios baianos a partir das suas estruturas produtivas. Na medida em que se optou por utilizar a análise multivariada, será empregada uma gama de conceitos estatísticos e matemáticos voltados para a solução de um determinado problema. Dentro da análise multivariada, existem várias técnicas disponíveis para se chegar ao resultado esperado. Entre essas técnicas pode-se citar a análise fatorial e a análise de conglomerados (*clusters analysis*), as quais serão

**“[...] a análise multivariada refere-se a um conjunto de métodos estatísticos que torna possível a análise simultânea de medidas múltiplas para cada indivíduo ou fenômeno observado”**

utilizadas neste trabalho para determinar a classificação dos municípios baianos.

### Análise fatorial (AF)

Na análise fatorial, o objetivo principal é “[...] condensar a informação contida nas variáveis originais em um conjunto menor de variáveis estatísticas” (CORRAR; PAULO; DIAS FILHO, 2007, p. 7). Essa condensação leva em consideração a interdependência simultânea das variáveis, isto é, a relação que uma determinada variável tem com as demais. Neste caso, o processo analisará a interdependência entre a estrutura interna do PIB de um município X e a sua participação na estrutura do PIB estadual, com as relações estruturais e participativas dos demais municípios baianos.

A partir do procedimento da análise fatorial, obtém-se um esboço das relações de interdependência existentes entre as variáveis. Esse esboço é caracterizado pela sumarização das variáveis originais em um número menor de variáveis. Quando se tem altas correlações entre as variáveis, estas correlações determinam os fatores, os quais consistem na representação da relação entre o conjunto das variáveis. Ou seja, um determinado fator  $\delta$  é o responsável pela correlação entre as variáveis, enquanto que outro fator  $\mu$  é o responsável por outra correlação entre as variáveis<sup>1</sup>.

<sup>1</sup> Para maiores explicações sobre a técnica da análise fatorial ver: CORRAR, Paulo e Dias Filho (2007).

Para se obter os fatores explicativos, existem vários métodos, sendo que o de análise dos componentes principais (ACP)<sup>2</sup> tem se tornado o mais popular. Esse método consiste basicamente em se buscar a máxima variância explicada pela combinação linear das variáveis contidas na análise.

### **Análise de conglomerados (*clusters analysis*)**

Dado um determinado critério de seleção, a análise de conglomerados tem como objetivo reunir um conjunto de informações, de variáveis etc., tomando como referencial as suas características. Ou seja, na medida em que as variáveis exibem características de similaridades entre si, estas características serão determinantes de um mesmo grupo ou mesmo tipo.

No que se refere à similaridade, a sua importância reside no fato de que ela vai exibir a características determinantes para que se diga que uma variável *X* é igual ou parecida com a variável *Y*. A medida de similaridade entre as variáveis pode ser obtida através da análise de correlação, de medidas de associação ou ainda por medidas de distância.

### **DEFINIÇÃO DAS VARIÁVEIS**

Para a execução deste trabalho, foram considerados os dados do PIB, por setor de atividade, dos 417 municípios baianos, em grupos de perfis produtivos. No entanto, para as análises de conglomerado e fatorial, foram excluídos os municípios de Salvador, São Francisco do Conde e Camaçari. A exclusão dos três municípios deve-se a fatores específicos de cada um deles. No caso de Salvador, por ser a capital do estado e concentrar parte significativa do PIB dos serviços na Bahia, a sua consideração dentro do universo causava distorções nos processos analíticos. Da mesma forma, a inserção de São Francisco do Conde e Camaçari na análise causava distorções, pois estes municípios detêm parte significativa do PIB industrial baiano. Assim, estes municípios

<sup>2</sup> Uma das vantagens desse método é que ele não carrega o pressuposto da normalidade dos dados.

**Dentro de um mesmo cluster ou grupos, encontram-se municípios com o mesmo perfil produtivo, semelhantes entre si, mas bastante diferentes de outros municípios fora desses grupos**

foram excluídos da análise fatorial, mas foram classificados posteriormente tendo como referência a sua estrutura interna do PIB, assim como a sua participação do PIB estadual.

Seguindo os indicativos de procedimentos metodológicos expostos na seção anterior, foi utilizado o processo de análise fatorial. Já para se determinar a formação dos grupos de perfis produtivos, aplicou-se o procedimento de análise de conglomerado (*cluster*) *K-means* para seis fatores. Conforme explicitado, a premissa desse procedimento é a de que, dentro de um mesmo *cluster* ou grupos, encontram-se municípios com o mesmo perfil produtivo, semelhantes entre si, mas bastante diferentes de outros municípios fora desses grupos. As fontes de dados utilizadas foram retiradas do PIB municipal divulgado pela SEI em parceria com o IBGE para o ano de 2008.

Partindo das informações do valor agregado (VA) de cada município na indústria, agropecuária, serviços e administração pública (APU)<sup>3</sup>, foram construídas seis variáveis, representando a participação percentual de cada um dos segmentos acima dentro do PIB do município e, posteriormente, dentro do PIB do estado da Bahia<sup>4</sup>.

<sup>3</sup> Apesar de a administração pública (APU) estar inserida no setor de serviços, dada a sua importância para parte considerável dos municípios baianos, optou-se por fazer uma análise exclusiva dessa variável.

<sup>4</sup> No caso da agropecuária, foi construída apenas a variável que relacionava a participação do VA da agropecuária dos municípios em relação ao VA da agropecuária do estado. Essa opção foi feita porque a consideração do VA da agropecuária dentro do VA total do município trazia distorções nas análises estatísticas.

Dessa forma, foram obtidas variáveis que representam a participação de um determinado setor dentro do VA do município e variáveis que representam a participação do setor do município dentro do VA do respectivo setor no

| Nº | Variáveis                                                                             | Descrição                                                                                |
|----|---------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------|
| 1  | % VA da agropecuária do município no total do VA da agropecuária do estado.           | Total do VA em relação o total do VA do estado.                                          |
| 2  | % VA da indústria do município no total do VA da indústria do estado.                 | Total do VA da indústria em relação ao total do VA do estado.                            |
| 3  | % VA dos serviços da APU do município no total do VA desses serviços no estado.       | Total do VA da APU dos municípios em relação ao total do VA do estado.                   |
| 4  | % VA dos serviços do município, exceto APU, no total do VA desses serviços do estado. | Total do VA de serviços, menos APU, em relação ao total desse VA do estado.              |
| 5  | % VA da indústria do município no total do VA do município.                           | Total do VA da indústria em relação ao total do VA do município.                         |
| 6  | % VA dos serviços do município, exceto de APU, no total do VA do município.           | Total do VA de serviços do município, menos APU, em relação ao total do VA do município. |

**Quadro 1**  
**Seleção das variáveis**

Fonte: PIB municipal. Cálculos próprios.

| Etapas   | Procedimento                        | Objetivo                                                                                                                              | Método                                                                                         |
|----------|-------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------|
| 1º Passo | Preparação dos dados                | Análise geral da amostra – 417 municípios.                                                                                            | Análise univariada                                                                             |
| 2º Passo | Análise da correlação               | Indicar a força de correlação entre as variáveis.                                                                                     | Matrizes de correlação com testes de hipótese de correlação <i>line-two-tailed</i> .           |
| 3º Passo | Análise de fatores                  | Reduzir o número de variáveis observáveis a fatores que as representam.                                                               | Análise de fatores com rotação ortogonal varimax.                                              |
| 4º Passo | Análise de <i>cluster</i>           | Agrupar municípios com mesmo perfil produtivo, semelhantes entre si, mas bastante diferentes de outros municípios fora desses grupos. | Análise de <i>cluster K-means</i> , que definirá o nº de grupos a serem utilizados na análise. |
| 5º Passo | Determinação de cada <i>cluster</i> | Identificar nos grupos formados os perfis.                                                                                            | Comparar os valores que cada setor assume nos diferentes grupos.                               |

**Quadro 2**  
**Processo de tratamento dos dados**

Fonte: SEI/Coref.

estado. O Quadro 1 exhibe as seis variáveis construídas para a análise fatorial e de cluster.

## Tratamento dos dados

O método escolhido para o tratamento dos dados foi o hipotético-dedutivo. O Quadro 2 mostra os passos seguidos para a realização do tratamento dos dados, bem como descreve os propósitos de cada passo e, sucintamente, os procedimentos estatísticos utilizados.

## APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

Para verificar se a aplicação da análise fatorial é adequada para estes dados, é preciso saber se a correlação existente entre as variáveis é significativa a ponto de alguns fatores poderem representar grande parte da variabilidade dos dados. Foi aplicado o teste de esfericidade de Bartlett, o qual estabelece que, se o nível de significância for pequeno, então a aplicação da análise fatorial é adequada. Para o estudo em questão, esse teste forneceu o valor zero para o nível de significância, consistindo na adequação da análise fatorial. Aplicou-se também a medida de adequacidade da amostra, Kaiser-Meyer-Olkin (KMO), pela qual valores entre 0,5 a 1 indicam que a análise fatorial é satisfatória. O cálculo da medida KMO gerou valor de 0,597, indicando, mais uma vez, que a aplicação da análise fatorial é adequada na amostra utilizada, dado que cada correlação poderá ser explicada pelas demais variáveis em estudo (Quadro 3).

|                                                  |      |
|--------------------------------------------------|------|
| Kaiser-Meyer-Olkin Measure of Sampling Adequacy. | ,597 |
| Sig.                                             | ,000 |

**Quadro 3**  
**KMO and Bartlett's Test**

Fonte: SEI/Coref.

Além dos testes especificados acima, a análise da matriz de correlação também se torna necessária para se ter uma visão sobre a possibilidade de se utilizar ou não a análise fatorial. Dessa forma, analisando-se a matriz de correlação (Quadro 4) das variáveis em estudo, observa-se que a maior correlação ocorre entre a variável *Serv (D)*

|                 |            | AgroE<br>A | IndE<br>B | APUSO<br>C | Serv<br>D | IndM<br>E | ServM<br>F |
|-----------------|------------|------------|-----------|------------|-----------|-----------|------------|
| Correlation     | AgroE A    | 1,000      | ,076      | ,208       | ,211      | -,150     | -,216      |
|                 | IndE B     | ,076       | 1,000     | ,583       | ,603      | ,580      | -,134      |
|                 | APU C      | ,208       | ,583      | 1,000      | ,932      | ,151      | ,271       |
|                 | SERV D     | ,211       | ,603      | ,932       | 1,000     | ,115      | ,248       |
|                 | IndM E     | -,150      | ,580      | ,151       | ,115      | 1,000     | -,278      |
|                 | ServM F    | -,216      | -,134     | ,271       | ,248      | -,278     | 1,000      |
| Sig. (1-tailed) | AgroE      |            | ,061      | ,000       | ,000      | ,001      | ,000       |
|                 | IndE       | ,061       |           | ,000       | ,000      | ,000      | ,003       |
|                 | APUSO      | ,000       | ,000      |            | ,000      | ,001      | ,000       |
|                 | SERVsemAPU | ,000       | ,000      | ,000       |           | ,010      | ,000       |
|                 | IndM       | ,001       | ,000      | ,001       | ,010      |           | ,000       |
|                 | ServM      | ,000       | ,003      | ,000       | ,000      | ,000      |            |

**Quadro 4**  
**Correlation matrix**

Fonte: SEI/Coref.

|                        |            | AgroE<br>A        | IndE<br>B         | APUSO<br>C        | Serv<br>D         | IndM<br>E         | ServM<br>F        |
|------------------------|------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|
| Anti-image correlation | AgroE      | ,427 <sup>a</sup> | ,020              | -,125             | -,027             | ,247              | ,375              |
|                        | IndE       | ,020              | ,696 <sup>a</sup> | -,035             | -,310             | -,566             | ,217              |
|                        | APUSO      | -,125             | -,035             | ,624 <sup>a</sup> | -,858             | -,142             | -,198             |
|                        | SERVsemAPU | -,027             | -,310             | -,858             | ,603 <sup>a</sup> | ,230              | -,041             |
|                        | IndM       | ,247              | -,566             | -,142             | ,230              | ,486 <sup>a</sup> | ,211              |
|                        | ServM      | ,375              | ,217              | -,198             | -,041             | ,211              | ,503 <sup>a</sup> |

**Quadro 5**  
**Anti-image matrices**

Fonte: SEI/Coref.

e a *APU* (C) – 0,932. Essa alta correlação é evidenciada, sobretudo, na grande maioria dos municípios da região do semiárido. Outra correlação significativa ocorre entre a variável *Serv* (D) e a *IndE* (B), indicando que aqueles municípios que têm grande participação na indústria do estado também possuem participação significativa nos serviços, isto é, as duas atividades, no âmbito estadual, estão intimamente ligadas. Os dados da parte inferior da matriz de correlação referem-se à significância dos dados, e quanto mais próximos de zero, maior a significância das correlações obtidas.

Outra análise realizada foi a da matriz de anti-imagem. De forma simplificada, devem-se observar os dados da diagonal principal dessa matriz. Valores menores que 0,5 são considerados muito pequenos para análise, indicando que podem ser retirados. No Quadro 5, observa-se que as variáveis *AgroE* e *IndM* possuem valores abaixo de 0,5. No entanto, optou-se por mantê-los na análise em virtude

da importância dessas variáveis na composição do PIB, seja local (municípios), seja no âmbito regional (estado). Além disso, os valores encontrados para essas variáveis ficaram bastante próximos de 0,5, fato este que não tem grandes implicações negativas sobre as análises.

## Análise dos fatores

Para redução do perfil dos municípios, foi realizada a análise de fatores pelo método dos componentes principais — considerando seis variáveis —, que é a identificação de grupos de variáveis inter-relacionadas.

A seleção dos fatores foi realizada através da rotação ortogonal do tipo varimax, pois esse método facilita a identificação dos fatores e, conseqüentemente, sua interpretação. O uso do método varimax reduz a carga do primeiro fator e aumenta a dos outros em um número menor de variáveis,

| Component                                          | Initial eigenvalues |               |               | Rotation sums of squared loadings |               |               |
|----------------------------------------------------|---------------------|---------------|---------------|-----------------------------------|---------------|---------------|
|                                                    | Total               | % of Variance | Cumulative %  | Total                             | % of Variance | Cumulative %  |
| 1                                                  | 2,609               | 43,485        | 43,485        | 2,449                             | 40,821        | 40,821        |
| 2                                                  | 1,506               | 25,105        | 68,589        | 1,644                             | 27,400        | 68,221        |
| <b>3</b>                                           | <b>1,170</b>        | <b>19,497</b> | <b>88,086</b> | <b>1,192</b>                      | <b>19,865</b> | <b>88,086</b> |
| 4                                                  | ,407                | 6,787         | 94,873        |                                   |               |               |
| 5                                                  | ,243                | 4,057         | 98,930        |                                   |               |               |
| 6                                                  | ,064                | 1,070         | 100,000       |                                   |               |               |
| <b>Quadro 6</b><br><b>Total variance explained</b> |                     |               |               |                                   |               |               |

Fonte: SEI/Coref.

\*Extraction method: principal component analysis.

fazendo com que os fatores que possuem maiores cargas fiquem ainda mais destacados. Para a entrada de procedimento de análise de fatores, foi utilizado autovalor maior ou igual a 1. Nesse caso, 88,1% da variabilidade dos dados é explicada por três fatores principais das variâncias originais, ou seja, na medida em que se considera a ocorrência de três fatores, eles têm um poder de explicação bastante alto. Dessa forma, conclui-se que, para o conjunto das seis variáveis iniciais, podem-se utilizar três fatores que determinam a interdependência entre elas.

No Quadro 7, podem-se observar os resultados, os quais indicam o peso de cada um dos fatores dentro das variáveis em estudo. Se se dispuserem as variáveis em grupos a partir dos fatores com maior peso — em módulo —, se terá no primeiro fator as variáveis *IndE*, *APUSO* e *SERVsemAPU*. O segundo fator corresponde às variáveis *IndM* e *ServM*, e o terceiro, à variável *AgroE*.

Além das informações referentes à composição dos fatores, pode-se também analisar a relação das variáveis com todos os fatores obtidos, isto é, o quanto cada variável

| Variáveis                                  | Component |       |       |
|--------------------------------------------|-----------|-------|-------|
|                                            | 1         | 2     | 3     |
| AgroE                                      | ,224      | ,065  | ,917  |
| IndE                                       | ,825      | -,399 | -,093 |
| APUSO                                      | ,921      | ,283  | ,023  |
| SERVsemAPU                                 | ,921      | ,284  | ,044  |
| IndM                                       | ,407      | -,755 | -,324 |
| ServM                                      | ,127      | ,782  | -,461 |
| <b>Quadro 7</b><br><b>Component matrix</b> |           |       |       |

Fonte: SEI/Coref.

se relaciona com os fatores gerados. Conforme os dados do Quadro 8, todas as variáveis apresentaram alta relação com os fatores obtidos, com valores acima de 84,0%, indicando que tanto o número de variáveis utilizadas quanto o de fatores obtidos são altamente satisfatórios.

Apesar de se ter verificado, no Quadro 6, a relação entre os fatores e as variáveis analisadas, a forma mais correta de se determinar a relação entre um fator e uma determinada variável é fazendo a rotação da matriz de componentes. Ou seja, com a rotação dos fatores, é possível ter

|                                         | Initial | Extraction |
|-----------------------------------------|---------|------------|
| AgroE                                   | 1,000   | ,895       |
| IndE                                    | 1,000   | ,849       |
| APUSO                                   | 1,000   | ,929       |
| SERVsemAPU                              | 1,000   | ,930       |
| IndM                                    | 1,000   | ,841       |
| ServM                                   | 1,000   | ,841       |
| <b>Quadro 8</b><br><b>Communalities</b> |         |            |

Fonte: SEI/Coref.

|                                                                | Component |       |       |
|----------------------------------------------------------------|-----------|-------|-------|
|                                                                | 1         | 2     | 3     |
| AgroE                                                          | ,213      | -,154 | ,908  |
| IndE                                                           | ,614      | ,685  | ,053  |
| APUSO                                                          | ,959      | ,079  | ,059  |
| SERVsemAPU                                                     | ,959      | ,073  | ,079  |
| IndM                                                           | ,095      | ,900  | -,151 |
| ServM                                                          | ,424      | -,574 | -,576 |
| <b>Quadro 9</b><br><b>Rotated component matrix<sup>a</sup></b> |           |       |       |

Fonte: SEI/Coref.

uma classificação mais precisa dos indicadores de cada fator. Dessa forma, observando-se os dados do Quadro 9, tem-se que o fator 1 é composto pelas variáveis *APUSO* e *SERVSemAPU*; o fator 2, pelas variáveis *IndM* e *IndE*; e o fator 3, pelas variáveis *AgroE* e *ServM*.

Como o objetivo principal é fazer a tipologia dos municípios baianos, as informações acima relativas aos componentes não são capazes de determinar em que grupo um determinado município será inserido. Conforme observado, a construção da matriz de variância explicada e da matriz rotacionada de componentes permitiu visualizar o quanto os fatores explicam o conjunto das variáveis e quais variáveis compõem cada um dos fatores. Ou seja, a partir da análise fatorial, obteve-se uma informação importante quanto à inter-relação das variáveis, o quanto cada variável se correlaciona e tem interferência em relação às demais.

Ademais, para se ter a definição final da tipologia dos municípios baianos, recorreu-se à técnica da análise de conglomerados. Com base nessa técnica, pode-se determinar, tomando como referencial um conjunto de variáveis propostas, os tipos de municípios conforme a atividade econômica e a quantidade de municípios pertencentes a cada um desses grupos.

A definição do critério hierárquico foi baseada no método *Hierarchical cluster — furthest nieghbord* —, no qual o cálculo se baseia na máxima distância entre os dados das variáveis, obtendo-se assim grupos mais equilibrados, com maiores similaridades. Isto significa que, num dado grupo — agropecuária, por exemplo —, estarão municípios que têm na agropecuária a sua maior contribuição para o VA do município ou nos quais a agricultura tem peso significativo no VA da agricultura estadual.

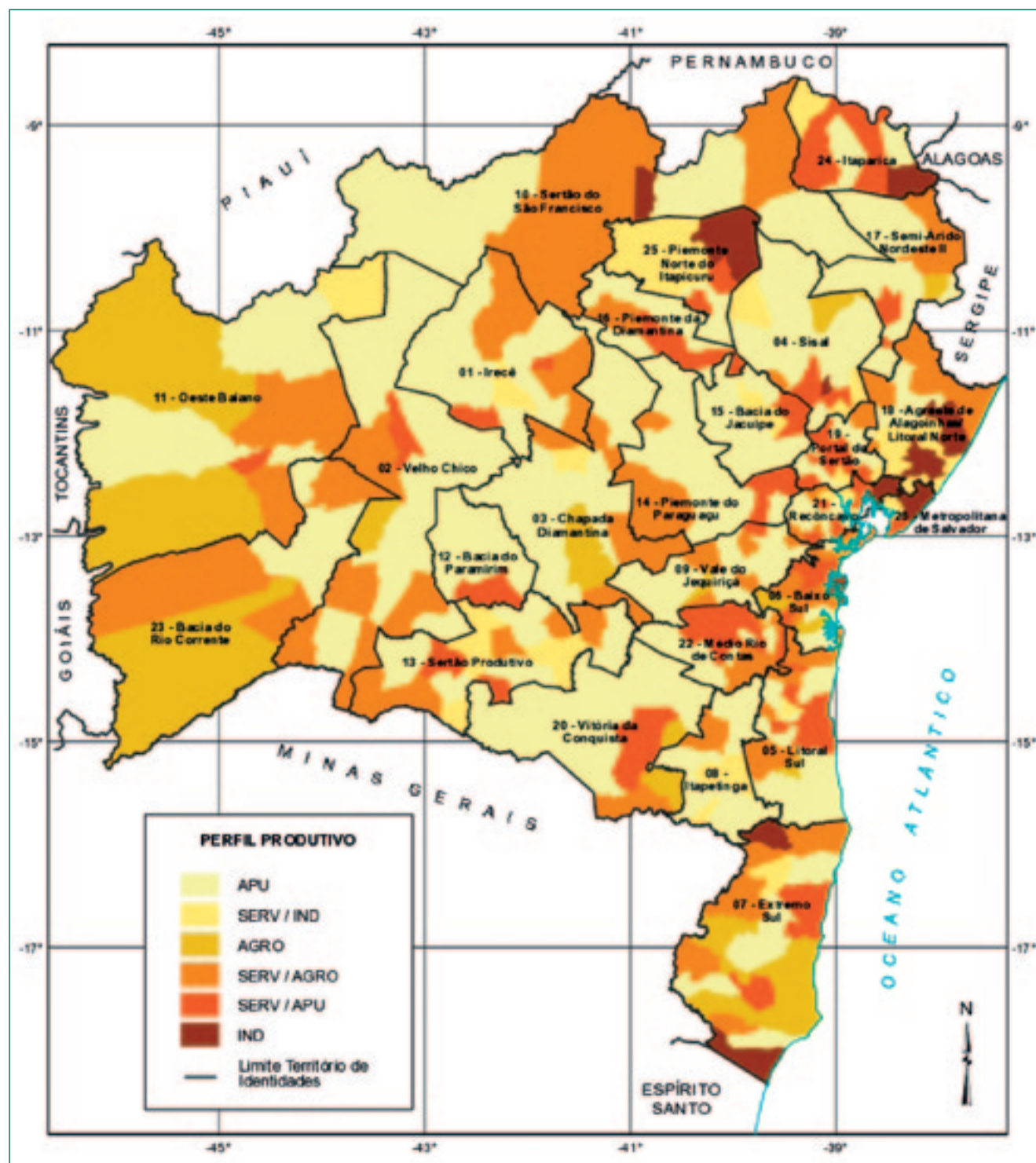
Diferentemente da análise fatorial, utilizou-se, nesta análise, um total de oito variáveis, sendo incluídas *ServcomAPU* e *IndM*. Esta opção se deveu ao fato de se obter melhores resultados do que ao se utilizar apenas seis variáveis. Dessa forma, os 417 municípios baianos foram agrupados em seis perfis, a saber: perfil 1 – municípios caracterizados pela presença significativa da administração pública; perfil 2 – municípios multissetoriais

**Os municípios de Camaçari e São Francisco do Conde foram automaticamente classificados como municípios industriais, enquanto que Salvador foi classificado como município de serviços**

com vocação para serviços e indústria; perfil 3 – municípios com perfil agropecuário; perfil 4 – municípios com perfil multissetorial com vocação para serviços e agropecuária; perfil 5 – municípios voltados para os serviços; e perfil 6 – municípios com vocação industrial. Há de se destacar que, dentro dessa classificação, os municípios de Camaçari e São Francisco do Conde foram automaticamente classificados como municípios industriais, enquanto que Salvador foi classificado como município de serviços.

No Quadro 10, estão exibidas as informações quantitativas relativas aos grupos da tipologia dos municípios. Como era esperado, o perfil APU é o que possui a maior quantidade de municípios (212), enquanto que o perfil industrial tem a menor (17). Apesar disso, ao se analisar os dados do PIB, observa-se que o grupo de municípios industriais responde por 22,6% do PIB estadual, enquanto que os municípios do grupo APU participam com apenas 15,5%. Essa discrepância é facilmente entendível na medida em que a atividade industrial é muito mais dinâmica que a administração pública, gerando, assim, maior nível de renda, fato este comprovado pela diferença do PIB per capita, quase 10 vezes maior.

Observando-se apenas os dados relativos ao PIB, o grupo dos municípios de serviços é o que detém maior participação, com 43,9%. Isso deriva do fato de os principais municípios estarem inseridos nesse grupo, a exemplo de Salvador, Vitória da Conquista, Feira de Santana, Lauro de Freitas etc.



**Figura 1**  
Localização geográfica dos grupos

Fonte: MTE-RAIS 2009 e SEI 2010.

| Tipologia dos municípios | Municípios |            | Valor adicionado |            | PIB            |            | PIB per capita |
|--------------------------|------------|------------|------------------|------------|----------------|------------|----------------|
|                          | Nº Abs.    | %          | Em milhões R\$   | %          | Em milhões R\$ | %          | Em mil R\$     |
| <b>Bahia</b>             | <b>417</b> | <b>100</b> | <b>105.386</b>   | <b>100</b> | <b>121.508</b> | <b>100</b> | <b>7.787</b>   |
| Perfil 1 - APU           | 212        | 50,84      | 17.695           | 16,79      | 18.847         | 15,51      | 4.059          |
| Perfil 2 - Serv/Ind      | 31         | 7,43       | 9.522            | 9,04       | 12.128         | 9,98       | 10.276         |
| Perfil 3 - Agro          | 22         | 5,28       | 3.914            | 3,71       | 4.050          | 3,33       | 10.613         |
| Perfil 4 - Serv/Agro     | 87         | 20,86      | 5.449            | 5,17       | 5.671          | 4,67       | 4.126          |
| Perfil 5 - Serv          | 48         | 11,51      | 45.004           | 42,7       | 53.367         | 43,92      | 8.571          |
| Perfil 6 - Ind           | 17         | 4,08       | 23.801           | 22,58      | 27.446         | 22,59      | 39.404         |

#### Quadro 10

#### Características selecionadas segundo tipologia dos municípios – Bahia – 2008

Fonte: SEI/Coref.

Finalmente, observa-se que o grupo com perfil agropecuário possui somente 22 municípios e uma participação de apenas 3,3% do PIB estadual. Apesar disso, em termos de análise da distribuição da renda, nota-se que este grupo corresponde à segunda melhor distribuição, com renda per capita de R\$ 10.613.

O Mapa 1 exibe a tipologia dos municípios baianos e sua espacialização geográfica. Esse mapa apenas vem confirmar um fato que há muito é notado e estudado na Bahia: a grande maioria dos municípios baianos, sobretudo aqueles localizados na região do semiárido, é altamente dependente das ações públicas, diga-se administração pública. Por conta dessa dependência, possuem os mais baixos índices de desenvolvimento econômico e social. No mapa observa-se o bolsão da pobreza localizado na região central da Bahia, sendo que alguns municípios conseguem se destacar por concentrar algumas atividades mais dinâmicas, tornando-os menos dependentes da administração pública. Ademais, vê-se a região oeste como principal centro agrícola do estado e, no caso da indústria, a sua centralidade na Região Metropolitana de Salvador, no norte e no extremo sul do estado. No apêndice, é possível identificar os seis grupos resultantes do processo de análise de *cluster*, bem como a distribuição dos 417 municípios baianos dentro desses grupos.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho teve como objetivo fazer a classificação tipológica dos municípios baianos, isto é, ordenar

os municípios conforme as suas similaridades relativas à estrutura econômica baseada nos dados do PIB municipal. É interessante notar que, na classificação proposta, alguns municípios foram inseridos em determinados grupos com os quais, aparentemente, não têm similaridades. Tome-se como exemplo o caso de Luís Eduardo Magalhães, que ficou no perfil de municípios da APU, quando o senso geral levaria a classificá-lo no grupo dos municípios agropecuários. Ocorre que o processo de definição do perfil do município leva em consideração não apenas o peso de uma determinada atividade local em comparação com o total da atividade no estado, mas, também, o peso da atividade dentro do total do VA do município em comparação com as demais atividades. Assim, mesmo tendo uma representação significativa na agricultura estadual, quando se compara a agricultura com as demais atividades dentro de Luís Eduardo Magalhães, observa-se que esse setor não possui parcela significativa do VA do município.

Além disso, para que um município fosse considerado APU, que é um dos segmentos de serviços, era necessário que mais de 50% do VA dos serviços fosse determinado pela APU. Dessa forma, todos os municípios em que a administração pública (APU) representa mais de 50% do total do VA dos serviços, sendo os serviços a principal atividade econômica, foram classificados como do perfil APU. Esse é apenas um exemplo de definição tipológica que não necessariamente atende às expectativas preexistentes em relação ao município.

Na medida em que este trabalho consistiu de um primeiro exercício analítico e metodológico, é provável que, em

outras versões, ocorram mudanças significativas na classificação dos municípios. Além disso, a própria classificação requer maiores estudos, sobretudo no que se refere ao setor de serviços. Devido a questões metodológicas e de disponibilidade de dados, só é possível obter informações para o setor de serviços dos municípios de forma agregada, sendo que a abertura do setor serviços APU é o máximo que se consegue obter. Como se sabe, o setor de serviços é composto de importantes segmentos, tais como o comércio varejista e atacadista, os transportes, o segmento de aluguéis, dentre outros, os quais não estão disponíveis para os municípios. Este fato impede de se ter uma classificação tipológica mais detalhada. Com o avanço das pesquisas e das informações relativas a esses segmentos, espera-se que, num

horizonte de médio prazo, seja possível dispor dessas informações e, dessa forma, traçar o perfil dos municípios de forma mais detalhada.

## REFERÊNCIAS

CORRAR, Luiz J.; PAULO, Edilson; DIAS FILHO, José Maria. (Coord.) *Análise multivariada*: para os cursos de administração, ciências contábeis e economia. São Paulo: Atlas, 2007.

FUNDAÇÃO SEADE (SP). Divisão de Estudos Econômicos. *PIB dos Municípios do Estado de São Paulo*. [São Paulo]: SEADE, [s.d.].

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. *PIB municipal*. Salvador: SEI, 2008. Disponível em <<http://www.sei.ba.gov.br>>. Acesso em: 20 jan. 2011.

## APÊNDICE

| Municípios do tipo 1 – APU |                      |                             |                          |                        |
|----------------------------|----------------------|-----------------------------|--------------------------|------------------------|
| 1 – APU                    |                      |                             |                          |                        |
| Abaiara                    | Castro Alves         | Itamaraju                   | Muniz Ferreira           | Santa Maria da Vitória |
| Acajutiba                  | Caturama             | Itamarí                     | Mutuípe                  | Santa Rita de Cássia   |
| Amargosa                   | Central              | Itambé                      | Nordestina               | Santa Teresinha        |
| Anagé                      | Cícero Dantas        | Itapé                       | Nova Fátima              | Santaluz               |
| Andaraí                    | Coaraci              | Itapitanga                  | Nova Itarana             | Santana                |
| Anguera                    | Conceição da Feira   | Itarantim                   | Nova Soure               | Santanópolis           |
| Antas                      | Conceição do Almeida | Itiruçu                     | Nova Viçosa              | São Felipe             |
| Antônio Cardoso            | Condeúba             | Iteororó                    | Novo Horizonte           | São Félix              |
| Antônio Gonçalves          | Contendas do Sincorá | Ituberá                     | Novo Triunfo             | São Félix do Coribe    |
| Aporá                      | Coração de Maria     | Jacaraci                    | Olindina                 | São Gabriel            |
| Aracatu                    | Cordeiros            | Jaguaquara                  | Oliveira dos Brejinhos   | São José do Jacuípe    |
| Araci                      | Cristópolis          | Jeremoabo                   | Ouriçangas               | Sapeaçu                |
| Aratuípe                   | Elísio Medrado       | Jiquiriçá                   | Palmas de Monte Alto     | Saubara                |
| Baixa Grande               | Érico Cardoso        | Jitaúna                     | Palmeiras                | Saúde                  |
| Banzaê                     | Euclides da Cunha    | Juazeiro                    | Paratinga                | Seabra                 |
| Barra                      | Fátima               | Jussara                     | Paripiranga              | Serra Dourada          |
| Barra do Mendes            | Filadélfia           | Jussiape                    | Pau Brasil               | Serra Preta            |
| Barreiras                  | Firmino Alves        | Laje                        | Piatá                    | Serrolândia            |
| Barro Alto                 | Floresta Azul        | Lençóis                     | Pilão Arcado             | Tabocas do Brejo Velho |
| Barro Preto                | Gavião               | Licínio de Almeida          | Pindai                   | Tanhaçu                |
| Belo Campo                 | Gentio do Ouro       | Livramento de Nossa Senhora | Pintadas                 | Teodoro Sampaio        |
| Boa Nova                   | Glória               | Luís Eduardo Magalhães      | Piripá                   | Teofilândia            |
| Bom Jesus da Lapa          | Guajeru              | Macaúbas                    | Piritiba                 | Tremedal               |
| Bom Jesus da Serra         | Heliópolis           | Macarani                    | Planalto                 | Tucano                 |
| Boninal                    | Iaçú                 | Macaúbas                    | Poções                   | Uauá                   |
| Boquira                    | Ibiassucê            | Macururé                    | Ponto Novo               | Ubairá                 |
| Botuporã                   | Ibicuí               | Maetinga                    | Potiraguá                | Uibaí                  |
| Brotas de Macaúbas         | Ibipitanga           | Mairi                       | Presidente Dutra         | Umburanas              |
| Caém                       | Ibirataia            | Malhada de Pedras           | Presidente Jânio Quadros | Una                    |
| Caetanos                   | Ibitiara             | Manoel Vitorino             | Queimadas                | Uruçuca                |
| Caldeirão Grande           | Ibititá              | Mansidão                    | Quixabeira               | Utinga                 |
| Camacan                    | Ichu                 | Maracás                     | Remanso                  | Valente                |
| Camamu                     | Igaporã              | Maragogipe                  | Retirolândia             | Várzea da Roça         |
| Campo Alegre de Lourdes    | Iguai                | Mascote                     | Ribeira do Amparo        | Várzea do Poço         |
| Canápolis                  | Inhambupe            | Matina                      | Rio de Contas            | Várzea Nova            |
| Canarana                   | Ipecaetá             | Medeiros Neto               | Rio do Antônio           | Xique-Xique            |
| Canavieiras                | Ipirá                | Miguel Calmon               | Rio do Pires             |                        |
| Candeal                    | Irajuba              | Mirangaba                   | Ruy Barbosa              |                        |
| Candiba                    | Iramaia              | Mirante                     | Salinas da Margarida     |                        |
| Cândido Sales              | Irará                | Monte Santo                 | Santa Bárbara            |                        |
| Cansanção                  | Itabela              | Morpará                     | Santa Cruz Cabralia      |                        |
| Canudos                    | Itaberaba            | Morro do Chapéu             | Santa Cruz da Vitória    |                        |
| Caraíbas                   | Itacaré              | Mortugaba                   | Santa Inês               |                        |
| Carinhanha                 | Itagi                | Mundo Novo                  | Santa Luzia              |                        |

| Municípios do tipo 2, 3 e 4 – Serviços e indústria, agropecuária, serviços e agropecuária |                      |                         |                         |                           |
|-------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------|-------------------------|-------------------------|---------------------------|
| 2 – Serv/ind                                                                              | 3 – Agro             | 4 – Serv/Agro           |                         |                           |
| Abaré                                                                                     | Adustina             | Água Fria               | Feira da Mata           | Nova Ibiá                 |
| Alagoinhas                                                                                | Alcobaça             | Aiquara                 | Gongogi                 | Nova Redenção             |
| Aramari                                                                                   | Arataca              | Almadina                | Guaratinga              | Ouroândia                 |
| Biritinga                                                                                 | Barra do Choça       | América Dourada         | Ibiquera                | Pedra                     |
| Brumado                                                                                   | Caravelas            | Angical                 | Ibirapitanga            | Pedro Alexandre           |
| Buritirama                                                                                | Cocos                | Apurema                 | Ibirapua                | Pirai do Norte            |
| Cachoeira                                                                                 | Formosa do Rio Preto | Aurelino Leal           | Itaeté                  | Planaltino                |
| Caetitê                                                                                   | Ibicoara             | Baianópolis             | Itagibá                 | Presidente Tancredo Neves |
| Campo Formoso                                                                             | Igrapiúna            | Barra da Estiva         | Itagimirim              | Riacho de Santana         |
| Candeias                                                                                  | Jaborandi            | Barra do Rocha          | Itaguaçu da Bahia       | Rio Real                  |
| Capela do Alto Alegre                                                                     | Jucuruçu             | Belmonte                | Itaju do Colônia        | Santa Brígida             |
| Catu                                                                                      | Lajedão              | Boa Vista do Tupim      | Itanhém                 | São Domingos              |
| Entre Rios                                                                                | Lajedo do Tabocal    | Bonito                  | Itapicuru               | São Miguel das Matas      |
| Eunápolis                                                                                 | Mucugê               | Brejões                 | Itaquara                | Sátiro Dias               |
| Governador Mangabeira                                                                     | Prado                | Brejolândia             | Ituaçu                  | Sebastião Laranjeiras     |
| Ibipêba                                                                                   | Quijingue            | Caatiba                 | Iuiú                    | Sento Sé                  |
| Iraquara                                                                                  | Riachão das Neves    | Cabaceiras do Paraguaçu | Jaguaripe               | Serra do Ramalho          |
| Itajupe                                                                                   | Ribeirão do Largo    | Cafarnaum               | Jandaíra                | Sítio do Quinto           |
| Itapetinga                                                                                | São Desidério        | Casa Nova               | João Dourado            | Souto Soares              |
| Itiúba                                                                                    | Sítio do Mato        | Conde                   | Jussari                 | Taperoá                   |
| Lamarão                                                                                   | Vereda               | Coribe                  | Lafaiete Coutinho       | Tapiramutá                |
| Madre de Deus                                                                             | Wenceslau Guimarães  | Coronel João Sá         | Lagoa Real              | Teolândia                 |
| Maiquinique                                                                               |                      | Correntina              | Lajedinho               | Varzedo                   |
| Mata de São João                                                                          |                      | Cotegipe                | Lapão                   | Wagner                    |
| Muritiba                                                                                  |                      | Cravolândia             | Malhada                 | Wanderley                 |
| Pé de Serra                                                                               |                      | Crisópolis              | Maraú                   |                           |
| São Gonçalo dos Campos                                                                    |                      | Curaçá                  | Marcionílio Souza       |                           |
| São José da Vitória                                                                       |                      | Dário Meira             | Mulungu do Morro        |                           |
| Simões Filho                                                                              |                      | Dom Basílio             | Muquém de São Francisco |                           |
| Terra Nova                                                                                |                      | Dom Macedo Costa        | Nilo Peçanha            |                           |
| Urandi                                                                                    |                      | Encruzilhada            | Nova Canaã              |                           |

| Municípios do tipo 5 e 6 – Serviços em geral e industriais |                        |                        |
|------------------------------------------------------------|------------------------|------------------------|
| 5 – Serv em geral                                          | 6 – Ind                |                        |
| Amélia Rodrigues                                           | Lauro de Freitas       | Andorinha              |
| Buerarema                                                  | Milagres               | Araças                 |
| Caculé                                                     | Nazaré                 | Barrocas               |
| Capim Grosso                                               | Paramirim              | Cairu                  |
| Catolândia                                                 | Pindobaçu              | Cardeal da Silva       |
| Chorrochó                                                  | Porto Seguro           | Dias d'Ávila           |
| Cipó                                                       | Rafael Jambeiro        | Esplanada              |
| Conceição do Coité                                         | Riachão do Jacuípe     | Itanagra               |
| Conceição do Jacuípe                                       | Ribeira do Pombal      | Itapebi                |
| Cruz das Almas                                             | Rodelas                | Jaguarari              |
| Feira de Santana                                           | Santo Amaro            | Mucuri                 |
| Gandu                                                      | Santo Antônio de Jesus | Paulo Afonso           |
| Guanambi                                                   | Santo Estêvão          | Pojuca                 |
| Ibicaraí                                                   | Senhor do Bonfim       | São Sebastião do Passé |
| Ibotirama                                                  | Serrinha               | Sobradinho             |
| Ilhéus                                                     | Tanque Novo            | Camaçari               |
| Ipiaú                                                      | Tanquinho              | São Francisco do Conde |
| Ipupiara                                                   | Teixeira de Freitas    |                        |
| Irecê                                                      | Ubatuba                |                        |
| Itabuna                                                    | Ubatã                  |                        |
| Itaparica                                                  | Valença                |                        |
| Itatim                                                     | Vera Cruz              |                        |
| Jacobina                                                   | Vitória da Conquista   |                        |
| Jequié                                                     | Salvador               |                        |

# Bahia, terra da felicidade não calculada

**Vitor de Athayde Couto**  
Professor titular da Universidade Federal da Bahia  
e integrante do CODES.



A última reunião de 2010 do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social da Bahia (CODES), realizada na Associação Comercial, foi aberta com uma fala do governador Jaques Wagner. Naquela ocasião, o governador manifestou-se preocupado com a persistência das desigualdades sociais e regionais no Estado, “apesar de todos os nossos esforços para atrair investimentos”. Por mais que se realizem investimentos, “o índice de Gini, utilizado para calcular a desigualdade de rendimentos dos baianos, permanece elevado”, arrematou.

Tanto nos planos federal, estadual, quanto municipal permanece também (e não por coincidência) enorme desigualdade entre o montante de investimentos de capital (crescimento) e os recursos destinados a políticas mais abrangentes (desenvolvimento). Pelo menos na América Latina, a curva em U, de Kuznets, nunca se inverteu. Além disso, como em todo lugar (menos na China), tudo começou com uma equação aparentemente inocente:

$$Q = f(L, K, t)$$

Essa função de produção, que atende pelas iniciais SS (Solow-Swan), nasce na teoria da firma e acaba “explorando” toda a sociedade. Para isso, basta acreditar que uma formação social é a casa da gente em tamanho maior. Ou, mais simplesmente ainda, basta substituir Q por Y, dando um novo apelido à função, que passa a atender pelo sobrenome de agregada. Podem-se substituir, também, L (*Labour*) por algo que represente a população trabalhadora, e t (tecnologia) por algum indicador de eficiência do trabalho. A exceção é K, tão insubstituível quanto desconhecido. Joan Robinson morreu sem jamais ter ouvido uma resposta convincente para a sua célebre pergunta: “O que é capital nessa equação?”

Após a morte da “grande dama” da Economia (metal nobre, não confundir com “dama de ferro”), tudo passou a ser possível. Como imaginação não tem limite, a função foi assumindo novos *designs*, em que se utilizam praticamente todas as letras do alfabeto grego, em modelos cada vez mais sofis...ticados. Para muitos analistas que atingiram esse nirvana, a função produção é o alfa e o ômega, princípio e fim, *heaven and earth*. Para os mais jovens, o nirvana não tarda, desde que eles tenham fé no seguinte:

- 1) O ponto em que se igualam valores marginais define o melhor dos mundos. Melhor... para quem?
- 2) Investimentos geram empregos. Cadê o socialismo real, maior exemplo de geração de empregos?
- 3) Com o pleno emprego, todos os demais problemas serão resolvidos. Pode ser, mas...

Mesmo sem acreditar que equações resolvam todos os problemas (simplesmente por que nem tudo é quantificável, nem mesmo como atributo estatístico), é possível, sim, errar menos. Quando nada, uma equação equaciona os problemas. Todavia, faz-se necessária uma decisão política: criar um índice de saúde social para a Bahia, terra da felicidade (ainda) não calculada.

## MUDAR O SS

Paralelamente à preocupação do governador, naquele mesmo ano (2010), a premiada atriz Paloma Duarte já se referia a outro conceito, que tem as mesmas iniciais SS. O filme “Léo e Bia”, que ela estrelou e produziu, embora rodado em 2010, documentava um grupo de jovens de Brasília nos anos 70, auge da ditadura militar. Esses jovens já se referiam ao conceito de saúde social – “no centro de um planalto vazio”. No ano em que mais cresceu o PIB (1973), Léo e Bia sabiam que isso só não bastava.

Foi também em 2010 que o CODES e o Laboratório de Equidade Social receberam a visita do filósofo Patrick Viveret, que veio a Salvador apresentar um índice de saúde social. Começou referindo-se ao tempo que levou, dentro de um automóvel, para chegar ao Centro Administrativo. Tudo que ele observou no percurso levava ao crescimento econômico. Um engarrafamento de cerca de uma hora implica maior consumo de combustível. Acidentes ocorrem e, com eles, maior demanda por serviços de guincho, assistência técnica, reparo de veículos, venda de autopeças, novos veículos, nos casos de perda total, apagões, reposição de postes, seguros, ambulâncias, hospitais, medicamentos, fisioterapia e, no limite, demanda por serviços funerários e flores. O estresse e os atrasos, por sua vez, demandam telefonemas, táxis, motoboys e muitos outros serviços. Assim cresce o PIB; é assim que se criam empregos. Está tudo lá na equação básica do crescimento (SS PIB). Só não está o desenvolvimento (SS Saúde Social). Além de capital, trabalho e tecnologia, a saúde social supõe um olhar mais completo da sociedade.

O desenvolvimento, sem adjetivos, é entendido como a busca da qualidade de vida, do bem-estar – cujos resultados não podem ser medidos apenas pela quantidade de bens materiais ou serviços adquiridos no mercado por uma parcela da população. Em uma só palavra, trata-se da felicidade – calculada, pelo menos como meta, como referência.

Poucas pessoas são contra o crescimento e a modernização (SS *Steady-State*). Muitas são contra a forma desigual e excludente do crescimento e da modernização. Porém, quase todo mundo ainda se surpreende ao observar que a felicidade diminui à medida que o PIB cresce. Nos Estados Unidos, por exemplo, indicadores como saúde social e felicidade vêm sendo calculados há mais de meio século. Esses indicadores incluem variáveis capazes de medir níveis de saúde, agressões, violência na família, relações raciais, relações de gênero, poluição, acidentes de trânsito, morte violenta de jovens, abandono de curso superior, além de muitas outras variáveis. Muitas delas já constam nos bancos de dados dos órgãos (brasileiros e baianos) de saúde, segurança e educação. Representadas por curvas, essas variáveis distanciam-se cada vez mais das curvas de crescimento do PIB. E com impressionante regularidade<sup>1</sup>.

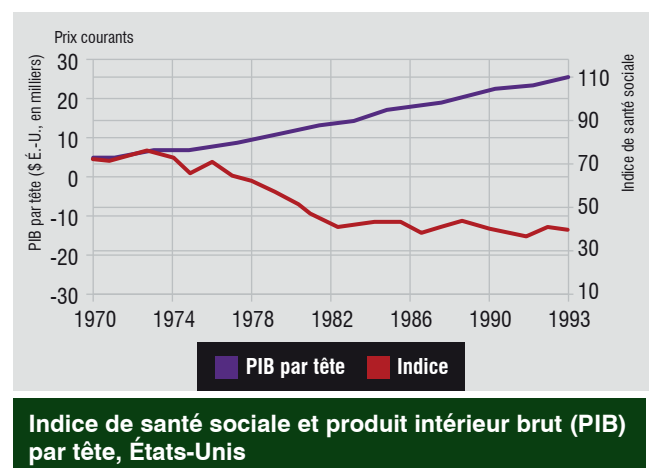
Tanto nos Estados Unidos quanto no Canadá, o índice de saúde social vem decrescendo regularmente desde

meados da década de 1970. Coincidência ou não, é nessa mesma década que tem início a desregulamentação financeira e o processo de globalização que lhe concerne. A queda do índice de saúde social contrapõe-se ao crescimento do PIB per capita. Os anos seguintes revelam significativo aumento da distância entre as curvas.

Em moeda corrente americana, o PIB per capita nos Estados Unidos cresce, regularmente, de US\$ 5 mil, em 1970, para cerca de US\$ 25 mil (dólares americanos correntes), em 1993. Em contraposição, naquele mesmo período, o índice de saúde social, de base 100, que mede a qualidade de vida naquele país, cai para a metade (de 80 sobre 100, para 40 sobre 100, aproximadamente).

O conceito de saúde social sinaliza que americanos, canadenses e outros ricos também tiveram a sua “década perdida”. Atualmente, essa mesma pesquisa vem sendo feita em vários países do planeta. Com raras exceções, os resultados não são diferentes. O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) foi apenas um primeiro passo no rumo da libertação dos exclusivos indicadores ortodoxos como o PIB.

No gráfico abaixo pode-se observar o comportamento das curvas representativas do índice de saúde social (*indice de santé sociale*) e do Produto Interno Bruto (*Produit Intérieur Brut*) per capita (*PIB par tête*), calculados com base em preços correntes (*prix courants*), para os Estados Unidos<sup>2</sup>. Como ficaria um gráfico comparativo do índice de saúde social e do PIB para a Bahia? Trata-se de um indicador essencial para a formulação de políticas de desenvolvimento.



<sup>1</sup> Ver, por exemplo, <http://steadystaterevolution.org/why-do-we-need-a-steady-state-economy/>

<sup>2</sup> Disponível em: [http://www.appartenance-belonging.org/fr/points\\_de\\_vue/iss\\_index\\_de\\_sante\\_sociale](http://www.appartenance-belonging.org/fr/points_de_vue/iss_index_de_sante_sociale)

# Complexo Metal-Mecânico espera **investimentos de R\$ 4,2 bilhões até 2013**

Fabiana Karine Santos de Andrade\*

Os investimentos industriais que estão previstos para o estado da Bahia até o ano de 2013 devem somar R\$ 41,8 bilhões. Espera-se que sejam implantadas e/ou ampliadas 362 empresas de diversos setores, com a geração de algo em torno de 60 mil empregos diretos.

No Território do Sertão do São Francisco, estão previstas inversões de aproximadamente R\$ 9,3 bilhões, oriundos da instalação de parques eólicos para geração de energia. Destaca-se também o Território Metropolitana de Salvador, em que é esperado um volume de aproximadamente R\$ 8,8 bilhões, alocados em 169 projetos.

Por complexo de atividade, destaca-se o Químico-Petroquímico, com volume de R\$ 6,2 bilhões, o que envolve a intenção de implantação de 90 empreendimentos no estado até 2013. No Complexo Mineral e Beneficiamento, o volume previsto, também expressivo, chega a aproximadamente R\$ 5,4 bilhões, a partir de nove projetos de empresas com decisão de investimento. No Complexo Metal-Mecânico, os investimentos devem alcançar um volume de R\$ 4,2 bilhões, a partir de 42 projetos. Neste complexo, destacam-se as previsões de

ampliação da produção de uma grande empresa do setor e a implantação da fabricante de veículos automotores Jac Motors, que irá investir cerca de R\$ 1,4 bilhão na construção de uma unidade industrial no município de Camaçari, para produção de carros.

Vale destacar também o Complexo Outros, com inversões previstas que chegam a R\$ 23,5 bilhões, destacando-se a área de energia, mais precisamente a geração de energia eólica e produção de gás natural. A pretensão é implantar vários parques eólicos e pequenas hidrelétricas espalhados por diversos municípios do estado.

O Governo do Estado da Bahia, através do Programa Desenvolve, vem implementando uma política de atração de investimentos industriais via concessão de incentivos fiscais, que possibilita a vinda de empresas de diversos segmentos. Essa política cria uma nova dinâmica para o setor industrial baiano, com a diversificação da sua matriz industrial, trazendo, conseqüentemente, benefícios para a economia. A ação governamental para desenvolver a indústria baiana vem ocorrendo desde 2002, com a implementação de programas de incentivos especiais.

---

\* Graduada em Ciências Econômicas pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Técnica da Superintendência de Indústria da Secretaria de Indústria, Comércio e Mineração (SICM). fabianakarine.pacheco@gmail.com



**Tabela 1**  
**Investimentos Industriais Previstos para a Bahia**  
**Volume de Investimento e Número de Empresas por**  
**Complexo de Atividade – Bahia – 2011-2013**

| Complexo                           | Volume (R\$ 1,00)     | Nº Projetos | Volume (%)    | Projeto (%)   |
|------------------------------------|-----------------------|-------------|---------------|---------------|
| Agroalimentar                      | 1.976.047.049         | 85          | 4,7           | 23,5          |
| Atividade Mineral e Beneficiamento | 5.401.650.000         | 9           | 12,9          | 2,5           |
| Calçados/Têxtil/Confecções         | 140.361.896           | 38          | 0,3           | 10,5          |
| Complexo Madeireiro                | 37.182.800            | 12          | 0,1           | 3,3           |
| Eletroeletrônico                   | 148.093.955           | 25          | 0,4           | 6,9           |
| Metal-Mecânico                     | 4.198.810.000         | 42          | 10,0          | 11,6          |
| Químico-Petroquímico               | 6.221.086.000         | 90          | 14,9          | 24,9          |
| Reciclagem                         | 7.800.000             | 2           | 0,0           | 0,6           |
| Transformação Petroquímica         | 145.700.000           | 24          | 0,3           | 6,6           |
| Outros                             | 23.510.500.000        | 35          | 56,3          | 9,7           |
| <b>Total</b>                       | <b>41.787.231.700</b> | <b>362</b>  | <b>100,00</b> | <b>100,00</b> |

Fonte: Superintendência de Indústria da Secretaria de Indústria, Comércio e Mineração (SICM).

Elaboração: SICM/Coinc.

Nota: Dados preliminares, sujeito a alterações. Coletados até 30.12.2011.

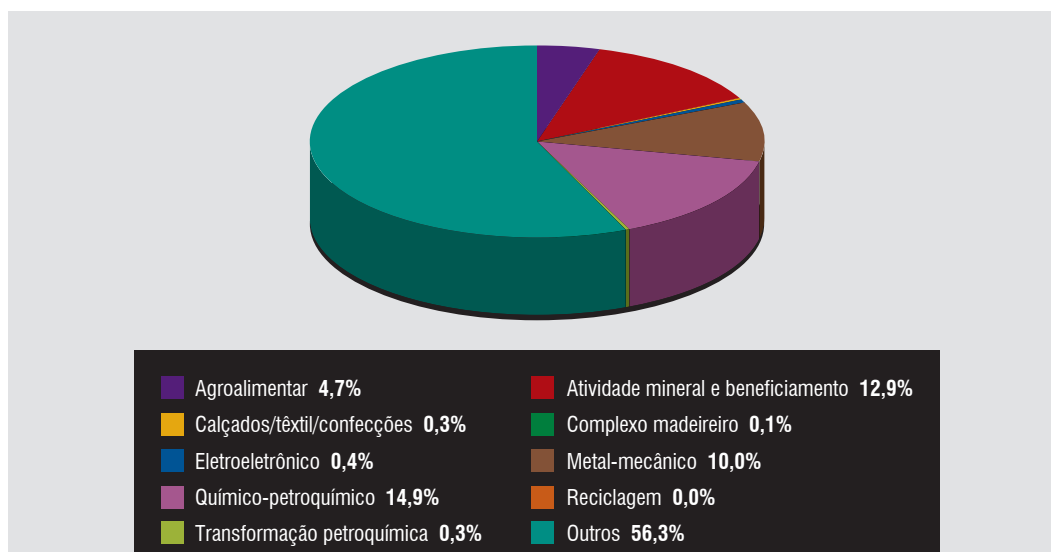
**Tabela 2**  
**Investimentos Industriais Previstos para a Bahia**  
**Volume de Investimento e Número de Empresas por**  
**Território de Identidade Bahia – 2011-2013**

| Território                          | Volume (R\$ 1,00)     | Nº Projetos | Volume (%) | Projeto (%) |
|-------------------------------------|-----------------------|-------------|------------|-------------|
| A Definir                           | 1.626.546.000         | 10          | 3,9        | 2,8         |
| Agreste de Alagoinhas/Litoral Norte | 1.965.200.000         | 10          | 4,7        | 2,8         |
| Bacia do Jacuípe                    | 1.000.000             | 1           | 0,0        | 0,3         |
| Bacia do Rio Corrente               | 6.000.000             | 1           | 0,0        | 0,3         |
| Chapada Diamantina                  | 3.420.000.000         | 3           | 8,2        | 0,8         |
| Extremo Sul                         | 318.055.000           | 16          | 0,8        | 4,4         |
| Irecê                               | 5.000.000             | 1           | 0,0        | 0,3         |
| Itaparica                           | 12.000.000            | 2           | 0,0        | 0,6         |
| Itapetinga                          | 16.500.000            | 2           | 0,0        | 0,6         |
| Litoral sul                         | 3.067.548.955         | 21          | 7,3        | 5,8         |
| Médio Rio das Contas                | 100.107.270           | 11          | 0,2        | 3,0         |
| Metropolitana de Salvador           | 8.829.589.475         | 169         | 21,1       | 46,7        |
| Oeste Baiano                        | 1.393.035.000         | 21          | 3,3        | 5,8         |
| Piemonte da Diamantina              | 870.000.000           | 1           | 2,1        | 0,3         |
| Piemonte Norte do Itapicuru         | 2.000.000.000         | 1           | 4,8        | 0,3         |
| Portal do Sertão                    | 90.000.000            | 25          | 0,2        | 6,9         |
| Recôncavo                           | 1.907.360.000         | 22          | 4,6        | 6,1         |
| Semi-Árido Nordeste II              | 6.000.000             | 1           | 0,0        | 0,3         |
| Sertão do São Francisco             | 9.276.500.000         | 13          | 22,2       | 3,6         |
| Sertão Produtivo                    | 5.316.500.000         | 8           | 12,7       | 2,2         |
| Sisal                               | 334.740.000           | 5           | 0,8        | 1,4         |
| Vale do Jiquiriçá                   | 273.800.000           | 4           | 0,7        | 1,1         |
| Velho Chico                         | 900.000.000           | 2           | 2,2        | 0,6         |
| Vitória da Conquista                | 51.750.000            | 12          | 0,1        | 3,3         |
| <b>Total</b>                        | <b>41.787.231.700</b> | <b>362</b>  | <b>100</b> | <b>100</b>  |

Fonte: Superintendência de Indústria da Secretaria de Indústria, Comércio e Mineração (SICM).

Elaboração: SICM/Coinc.

Nota: Dados preliminares sujeitos a alterações. Coletados até 30.12.2011.



**Gráfico 1**  
**Investimentos industriais previstos por complexo de atividade – 2011-2013**

Fonte: Superintendência de Indústria da Secretaria de Indústria, Comércio e Mineração (SICM).

Elaboração: SICM/Coinc.

Nota: Dados preliminares sujeitos a alterações. Coletados até 30.12.2011.

## METODOLOGIA DA PESQUISA DE INVESTIMENTOS INDUSTRIAIS PREVISTOS

A metodologia utilizada pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI) para levantar as intenções de investimentos industriais previstos para os próximos quatro anos no estado da Bahia, desenvolvida inicialmente pela Secretaria de Planejamento do Estado da Bahia (Seplan), consiste em coletar diariamente as informações primárias dos prováveis investimentos a serem implantados no estado, divulgadas pelos principais meios de comunicação, e obter sua confirmação junto às respectivas empresas. Essas informações são coletadas nas seguintes publicações: *Gazeta Mercantil*, *Valor Econômico*, *A Tarde*, *Correio da Bahia* e *Diário Oficial do Estado da Bahia*. O levantamento desses dados também é obtido junto à Secretaria de Indústria, Comércio e Mineração do Estado da Bahia (SICM) através dos protocolos de intenção e projetos econômico-financeiros entregues à Secretaria para o requerimento de incentivos dos programas Probahia, Bahiaplast e do atual Desenvolve.

Após a verificação dos dados coletados e a confirmação das empresas a serem implantadas no estado, identifica-se a existência de dupla contagem dos dados. Depois de consistidos, os dados serão apresentados sob a forma de tabelas e gráficos contendo o volume e participação dos investimentos industriais por complexo de atividade, por eixo de desenvolvimento e o número de projetos. Os valores dos investimentos anunciados estão expressos em reais.

Os dados mais desagregados estão sendo disponibilizados e atualizados mensalmente no site da SEI, com dados a partir de 1999, apresentando valores acumulados.

# O MAIOR PLANO DE SAÚDE DA BAHIA

Nos últimos anos, o Planserv mudou muito e para melhor. Hoje o plano cuida de 465 mil baianos e tem cada vez mais a confiança de médicos e hospitais em todo o estado.

0800 56 6066

SECRETARIA DA  
ADMINISTRAÇÃO



WWW.PLANSERV.BA.GOV.BR





## MERCADO FINANCEIRO E DE CAPITAIS

*Mercado Financeiro e de Capitais*, escrito por Roberto Borges Kerr, traz os aspectos históricos e atuais dessa importante área, com uso de diversos elementos didáticos e apresentação de casos reais e atuais. Além de abordar o mercado de créditos de carbono – assunto que vem ganhando destaque cada vez maior –, o livro aborda mercados monetários e de crédito; mercados de capitais e cambial; mercados de renda fixa e variável; mercado de derivativos; produtos financeiros, como Certificados de Depósito Bancário (CDB), caderneta de poupança e *hotmoney*, entre outros. Todas essas características tornam esta obra ideal para estudantes de graduação e pós-graduação em administração, ciências contábeis e economia.



## COMO LER ARTIGOS

Estudantes universitários têm algo em comum: ler artigos científicos. Com a ênfase da graduação no Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), chamado pelos estudantes de minidissertação, ou com os trabalhos da pós-graduação (dissertação no mestrado e tese no doutorado), a trajetória, em termos de leitura, é semelhante; a diferença está na quantidade de tempo dedicado, além da profundidade da pesquisa. Ao ler o livro escrito por Ítalo de Souza Aquino, *Como Ler Artigos*, você verá que esse tipo de leitura pode ser prazeroso, desmistificando qualquer paradigma que sugira o contrário, além de levá-lo muito à frente de quem apenas cumpre tabela nos bancos da academia. Saber ler artigos científicos é um grande investimento para se obter sucesso ao escrever artigos e falar em encontros científicos. Este livro é uma ferramenta para capacitá-lo ao mundo científico de forma mais confiante.



## FUNDAMENTOS DE ECONOMIA

Escrito por Garcia e Vasconcelos, *Fundamentos de Economia* é um livro, dirigido a estudantes e profissionais das áreas de Ciências Humanas em geral, que fornece uma visão abrangente das principais questões econômicas de nosso tempo. Trata-se de um livro introdutório de economia aplicada, no qual os autores explicam, com clareza e concisão, conceitos e problemas econômicos fundamentais, de forma que os estudantes possam ter melhor compreensão da realidade econômica. A obra apresenta temas como a evolução da ciência econômica; Economia e Direito; Teoria Microeconômica (demanda, oferta, mercado, produção e custos); política macroeconômica; inflação; setor público; crescimento e desenvolvimento econômico. Com abordagem didática, traz ainda exercícios e glossário com os principais verbetes da área.



## A ALMA DO NOVO CONSUMIDOR

O livro *A Alma do Novo Consumidor* revela que, para motivar e estimular os novos consumidores, os padrões atuais de separá-los por idade, renda e etnia já não são suficientes. É preciso saber exatamente a lista de produtos que eles consomem para poder interferir em suas próximas compras. A tendência é que, por conservadorismo, repetirão a lista de compras, diariamente, semanalmente e mensalmente. O livro explica que a diferença entre os novos e os antigos consumidores não é a idade cronológica, mas os procedimentos quanto ao consumo. Após observar, durante anos, e identificar o perfil desse novo consumidor, os autores David Lewis & Darren Bridges têm seguido sua escalada rumo à proeminência econômica e acompanhado sua influência crescente no mercado. Foram explorados os motivos dos consumidores e, em mais de dez mil levantamentos de pesquisa, examinadas suas respostas a tudo, desde os comerciais de televisão até o estresse causado por compras feitas em shopping centers e supermercados.



## A INDÚSTRIA DO ESPORTE NO BRASIL

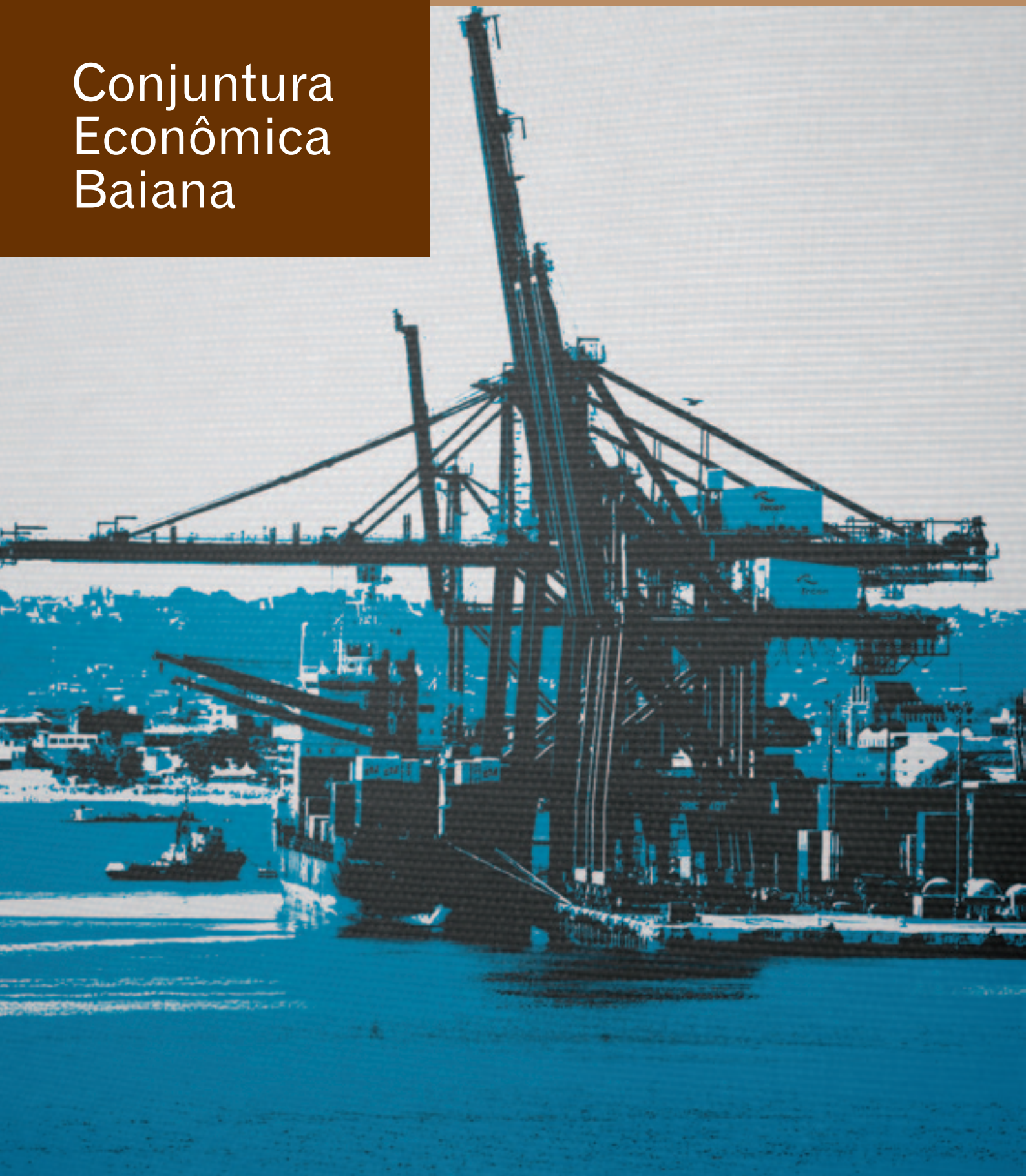
Este novo livro, *A Indústria do Esporte no Brasil*, consagrado como *best-seller* e referência em Economia do Esporte no Brasil, oferece uma visão estratégica única sobre a atividade econômica esportiva e é um ponto de partida relevante para o desenvolvimento de políticas públicas e privadas na arena esportiva. O setor esportivo vem crescendo consistentemente à taxa média de 7,4% ao ano, oferecendo oportunidades únicas ao universo empresarial. Logicamente, a Copa do Mundo e as Olimpíadas teriam de acontecer no Brasil, líder emergente mundial, como prova de força deste novo ciclo virtuoso de crescimento. O livro, escrito por Istvan Kasznar & Ary Graça, mostra as estatísticas e os dados de que todo empresário precisa para se contextualizar e tomar decisões acertadas no mundo do esporte.



## O DILEMA DA INOVAÇÃO

Este livro, *O Dilema da Inovação*, escrito por Clayton M. Christensen, assume a posição radical de que grandes empresas fracassam exatamente porque fazem tudo certo. Ele demonstra por que boas empresas, mesmo mantendo sua antena competitiva ligada, ouvindo os clientes e investindo agressivamente em novas tecnologias, perderam sua liderança no mercado quando se confrontaram com mudanças tecnológicas de ruptura e incrementais na estrutura do mercado. O livro conta como evitar destino semelhante e pretende ajudar os administradores a antever as mudanças com que poderão se deparar e como responder a estas para alcançar o sucesso.

# Conjuntura Econômica Baiana



Os resultados dos indicadores conjunturais no acumulado do ano, quando comparados ao mesmo período do ano anterior, apontaram expansão em todas as atividades econômicas, exceto na atividade da produção industrial, que apresentou retração no período em questão. As outras atividades registraram um esperado comportamento com tendências de expansão para os meses seguintes. Vale destacar que o rendimento médio real dos trabalhadores ocupados apresentou retração em razão da alta registrada no índice de inflação no período.

Segundo a Pesquisa Industrial Mensal (PIM-IBGE), a produção da indústria baiana acumulou, entre janeiro e outubro de 2011, decréscimo de 4,3% na comparação com o mesmo período do ano anterior. Acompanhando essa trajetória, a indústria de transformação apontou variação negativa de 4,4%. Os segmentos que puxaram a taxa para baixo foram: *Produtos químicos* (-10,2%), pressionado, pela queda na produção de etileno, polipropileno e polietileno; *Refino de petróleo e produção de álcool* (-5,7%) e *Metalurgia básica* (-11,6%). Positivamente, destacam-se *Alimentos e bebidas* (7,5%) e *Minerais não metálicos* (7,0%). Nessa mesma análise, a indústria extrativa mineral apresentou decréscimo de 0,9% no período.

O comportamento apresentado na atividade industrial não interferiu no nível de pessoal ocupado da indústria baiana, que registrou acréscimos de 2,2% na indústria geral, 2,0% na indústria de transformação e 6,4% na indústria extrativa mineral no mesmo período em questão, com base nos dados divulgados na Pesquisa Industrial Mensal de Emprego e Salários (PIMES) do IBGE.

A balança comercial baiana apontou, no acumulado do ano (janeiro a novembro), expansão tanto para as exportações (24,6%), como para as importações (16,4%). As exportações somaram US\$ 10,1 bilhões nesse período, e as importações, US\$ 7,2 bilhões, proporcionando superávit de US\$ 3,2 bilhões, o que representa um aumento de 52,5% em relação ao mesmo período de 2010, de acordo com os dados disponibilizados pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC). O desempenho das exportações no período de janeiro

a novembro de 2011 decorreu principalmente do crescimento nas vendas dos segmentos de Petróleo e derivados, Químicos e petroquímicos, Papel e celulose, Soja e derivados e Metalúrgicos. Juntos esses setores foram responsáveis por 70,6% das receitas de exportação no período.

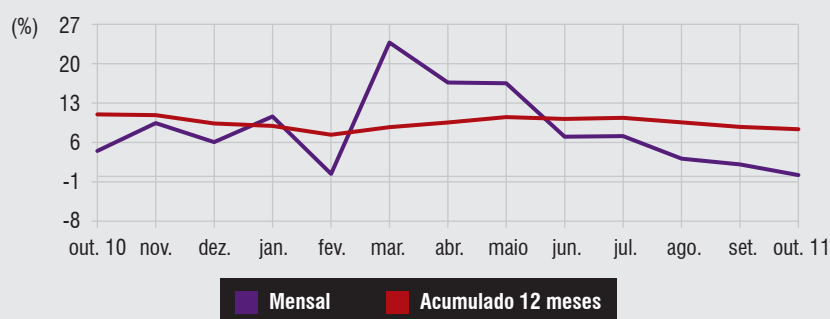
Os dados observados na Pesquisa Mensal de Comércio (PMC/IBGE) demonstraram que o comércio varejista acumulou no ano (janeiro a outubro) taxa de 8,0% em relação ao mesmo período de 2010. Os segmentos que evidenciaram as maiores contribuições positivas no período em análise foram: *Móveis e eletrodomésticos* (21,7%), *Livros, jornais, revistas e papelaria* (19,1%), *Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos* (10,8%), *Tecidos, vestuário e calçados* (9,6%), *Outros artigos de uso pessoal e doméstico* (6,7%), *Combustíveis e lubrificantes* (6,4%). Em sentido oposto, apenas o segmento de *Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação* (27,4%) registrou retração. As vendas de *Veículos, motos e peças* e *Material para construção* registraram crescimento de 1,2% e 0,7%, respectivamente, no mesmo período.

Em relação à inflação ocorrida em Salvador, o Índice de Preços ao Consumidor (IPC-SEI) calculado pela SEI acumulou no ano (janeiro a novembro) acréscimo de 4,4% em relação ao mesmo período de 2010, impulsionado pelos grupos *Alimentos e bebidas* (5,1%) e *Habitação e encargos* (6,9%). Ressalta-se que todos os grupos apresentaram expansão no ano.

Conforme dados da Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED-SEI/Dieese/Seade), a taxa média de desemprego em novembro de 2011 fechou em 15,3% da população economicamente ativa. Com base na mesma pesquisa, o rendimento médio real dos trabalhadores ocupados caiu 5,3% nos últimos 12 meses, até outubro.

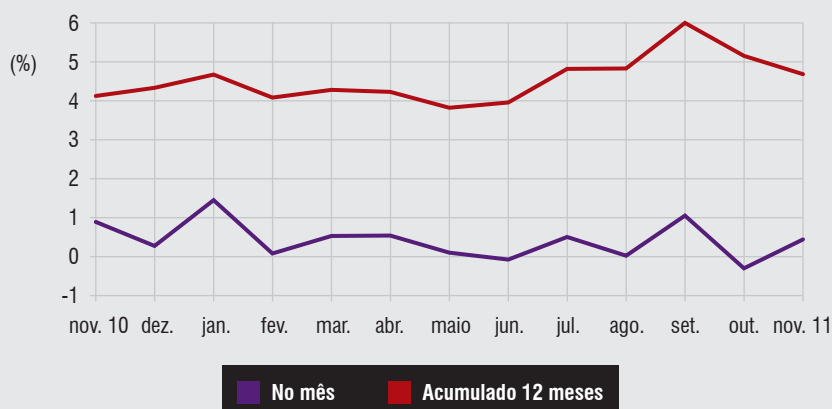
É com esse cenário que se inicia a seção dos principais resultados da conjuntura baiana nas análises do indicador mensal e acumulado dos últimos doze meses referentes ao ano de 2011.

O Índice de Movimentação Econômica (Imec), que mede a atividade econômica no município de Salvador, apresentou, em outubro de 2011, estabilidade relativa na comparação com o mesmo mês de 2010. O índice registrou ao longo do ano de 2011 variações positivas tanto para o indicador mensal, como para o acumulado dos últimos 12 meses; neste último a taxa foi de 8,4% entre novembro de 2010 e outubro de 2011.



**Gráfico 1**  
**Índice de Movimentação Econômica (Imec)**  
**Salvador – out. 2010-out. 2011**

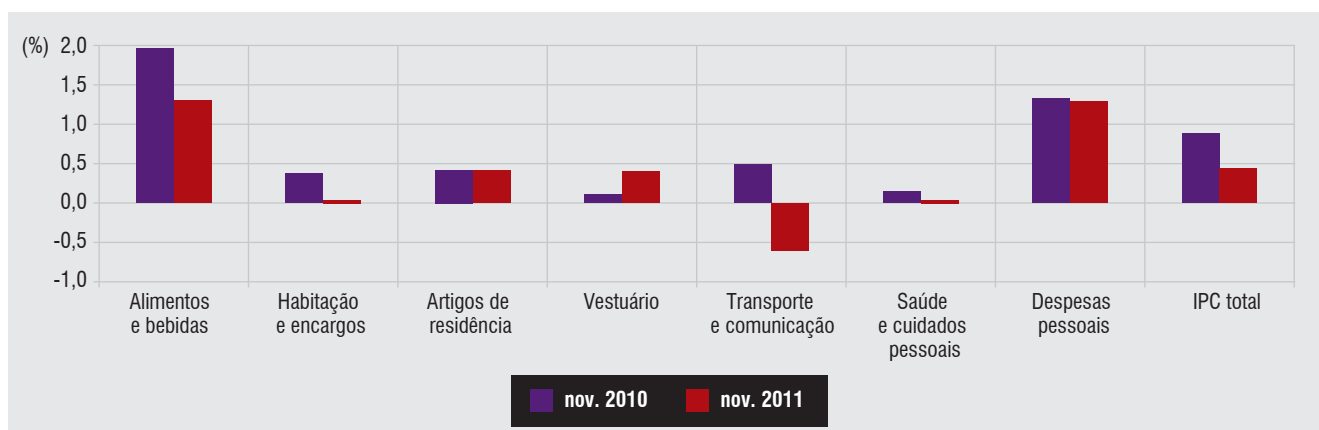
Fonte: SEI.  
Elaboração: SEI/CAC.



**Gráfico 2**  
**Taxa de variação do IPC-SEI – Salvador – nov. 2010-nov. 2011**

Fonte: SEI.  
Elaboração: SEI/CAC.

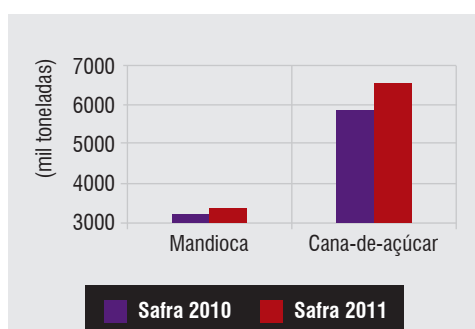
O Índice de Preços ao Consumidor (IPC), calculado pela SEI, registrou inflação de 0,44% em novembro de 2011. Ressalte-se que dos 375 produtos/serviços pesquisados mensalmente, 193 registraram alta nos preços, 87 não sofreram alterações e 95 apresentaram queda. Dentre aqueles que demonstraram maiores contribuições positivas para a formação do índice destacam-se: *pacote turístico* (10,38%), *tarifa de telefonia celular* (2,97%), *cerveja fora do domicílio* (2,66%), *boate, danceteria e discoteca* (21,43%), *cruzeiro marítimo* (6,35%), *tomate* (19,21%), *refeição a peso* (1,79%) e *gastos com empregados domésticos* (1,48%). Em sentido oposto, os produtos que exerceram maiores contribuições negativas foram: *automóvel novo* (3,81%), *acessórios fotográficos* (7,22%), *condomínio* (1,14%), *gasolina* (0,39%), *carne seca* (2,28%), *acessórios e peças de veículos* (1,40%), *passagem de ônibus interestadual* (1,51%), *móvel para quarto* (1,86%), *microcomputador e impressora* (1,93%) e *peças de decoração* (4,52%). No acumulado dos últimos 12 meses, o índice apresentou variação positiva de 4,68%.

**Gráfico 3****Taxa de variação do IPC-SEI: grupos selecionados – Salvador – nov. 2010-nov. 2011**

Fonte: SEI.

Elaboração: SEI/CAC.

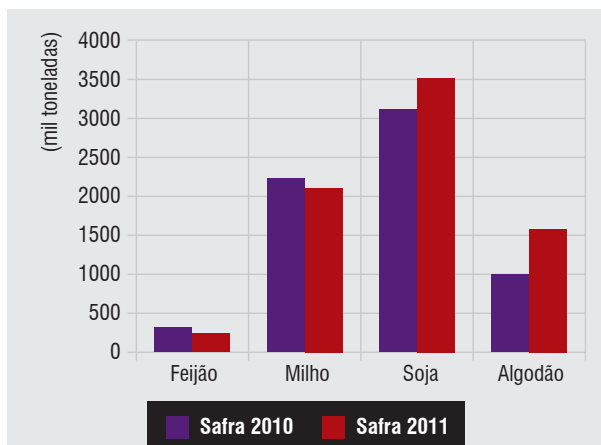
*Alimentos e Bebidas (1,30%) e Despesas pessoais (1,29%) foram os grupos que apresentaram, no mês de novembro, as maiores contribuições para a inflação em Salvador. Os subgrupos que evidenciaram os maiores acréscimos de preço no período foram alimentação no domicílio (1,43%) e recreação e fumo (2,88%).*

**Gráfico 4****Estimativa da produção agrícola: mandioca e cana-de-açúcar Bahia – 2010/2011**

Fonte: IBGE-LSPA.

Elaboração: SEI/CAC.

Segundo informações do Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA) do IBGE, em novembro de 2011, das colheitas em andamento no estado, expandiram-se tanto as produções de cana-de-açúcar (11,5%), como a de mandioca (4,6%). O bom comportamento registrado na cultura de cana-de-açúcar foi oriundo da expansão observada na área plantada (18,7%) e na área colhida (3,2%), além da ampliação de 8,0% nos rendimentos físicos em relação à safra de 2010. A cultura de mandioca apresentou ampliação na área plantada (80,0%) com estabilidade relativa na área colhida (-0,3%), culminando na expansão de 4,9% no rendimento médio.

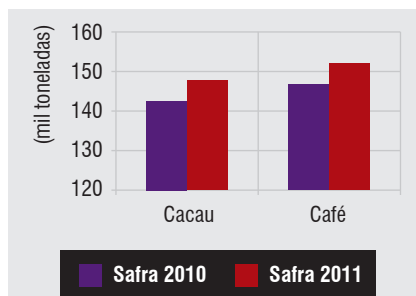


**Gráfico 5**  
**Estimativa da produção agrícola: feijão, milho, soja e algodão – Bahia – 2010/2011**

Fonte: IBGE–LSPA.  
Elaboração: SEI/CAC.

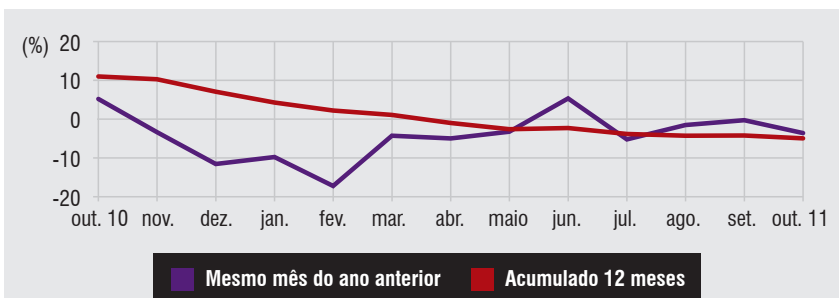
O LSPA apresentou estimativas de retração nas culturas de feijão e milho em relação à safra de 2010, com taxas de 23,7% e 5,3%, respectivamente. Em contrapartida, as estimativas de produção das culturas de soja e algodão foram positivas, com acréscimos de 12,9% e 58,6%, respectivamente. As estimativas de área plantada e área colhida para o feijão decresceram 9,7% e 24,4%, respectivamente, porém o rendimento médio apresentou um leve acréscimo de 0,7%. Já a cultura de milho apontou decréscimo na área plantada (-0,5%) e na área colhida (-12,3%), porém com ampliação no rendimento médio de 7,9%. A soja apontou a mesma variação positiva para a área plantada e colhida (2,8%), com rendimento médio de 9,8%. Seguindo uma trajetória expansiva, o algodão apontou incremento da área cultivada (53,4%) e colhida (53,8%), mas com rendimento de apenas 3,1%.

As estimativas de produção das tradicionais *commodities* da agricultura baiana – cacau e café – apresentam o mesmo comportamento para 2011. Referente ao cacau, em fase de colheita, constatou-se um acréscimo da produção de 4,3%. Verificou-se expansão na área plantada (4,3%) e na área colhida (0,9%), com ampliação no rendimento médio, que apontou variação positiva de 3,3%. Referente ao café, em fase de colheita, as estimativas apontam expansão da produção do grão (4,4%), em 2011, na área plantada (10,8%), na área colhida (1,9%) e no rendimento médio (2,4%).



**Gráfico 6**  
**Estimativa da produção agrícola: cacau e café – Bahia – 2010/2011**

Fonte: IBGE–LSPA.  
Elaboração: SEI/CAC.

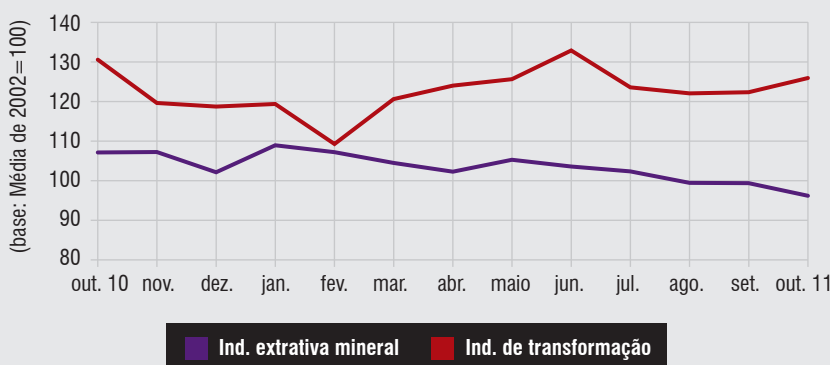


**Gráfico 7**  
**Taxa de variação da produção física da indústria de transformação**  
**Bahia – out. 2010-out. 2011**

Fonte: IBGE.  
Elaboração: SEI/CAC.

Os dados da Pesquisa Industrial Mensal (PIM/IBGE) referentes à indústria de transformação baiana apontaram, em outubro de 2011, decréscimo de 3,6% na comparação com o mesmo mês do ano anterior. Os segmentos que mais influenciaram negativamente o resultado mensal foram: produtos químicos (-9,5%), pressionado principalmente pela redução na produção de hidróxido de sódio ou de potássio, misturas de alquilbenzenos e polietileno de alta densidade; outros segmentos também registraram decréscimo como o de automóveis (-43,1%) e de metalurgia básica (-10,3%). Por outro lado, os segmentos que apresentaram as principais contribuições positivas foram: celulose (7,1%) e refino e produção de álcool (1,8%).

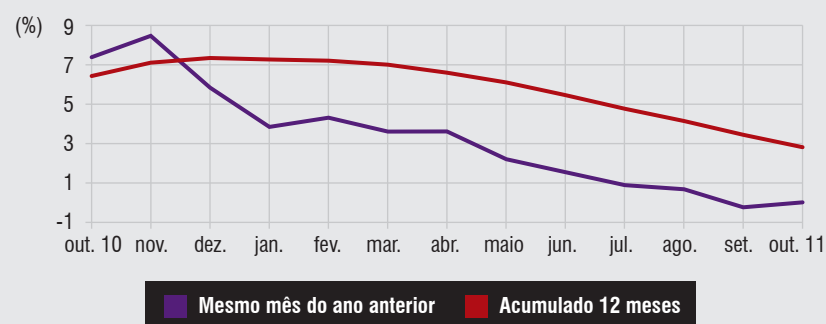
A análise da indústria de transformação apontou, em outubro de 2011, eliminando influências sazonais, variação positiva de 2,9% na comparação com o mês de setembro do mesmo ano. Esse resultado foi influenciado, sobretudo, pela expansão de 17,8% registrada no segmento de *refino de petróleo e álcool*. Dentre os demais segmentos que apresentaram contração destacam-se: *metalurgia básica* (5,0%), *celulose, papel e produtos de papel* (4,2%), *alimentos e bebidas* (3,0%) e *produtos químicos* (1,5%). A indústria geral e a extrativa mineral registraram as seguintes variações: 3,0% e -3,2%, respectivamente.



**Gráfico 8**  
**Índice Dessazonalizado de produção física da indústria**  
**de transformação e extrativa mineral – Bahia – out. 2010-out. 2011**

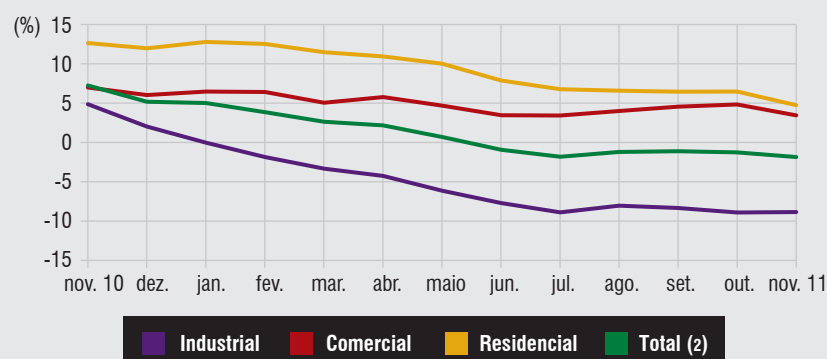
Fonte: IBGE.  
Elaboração: SEI/CAC.

A indústria baiana de transformação apresentou estabilidade no nível de emprego no mês de outubro de 2011, quando comparado ao mesmo mês de 2010, com acréscimo de 2,22% no acumulado dos últimos 12 meses. Os segmentos que exerceram pressão significativa para o resultado do indicador 12 meses foram: *máquinas e equipamentos, exclusive elétricos eletrônicos, de precisão e de comunicações* (15,7%), *borracha e plástico* (11,4%) e *alimentos e bebidas* (7,0%). Por outro lado, entre os segmentos que apresentaram contribuições negativas no número de pessoas ocupadas nesse período sobressaem-se *fabricação de outros produtos da indústria de transformação* (12,6%), *refino de petróleo* (4,1%) e *fumo* (28,7%).



**Gráfico 9**  
**Taxa de variação do pessoal ocupado – indústria de transformação**  
**Bahia – out. 2010-out. 2011**

Fonte: IBGE.  
Elaboração: SEI/CAC.

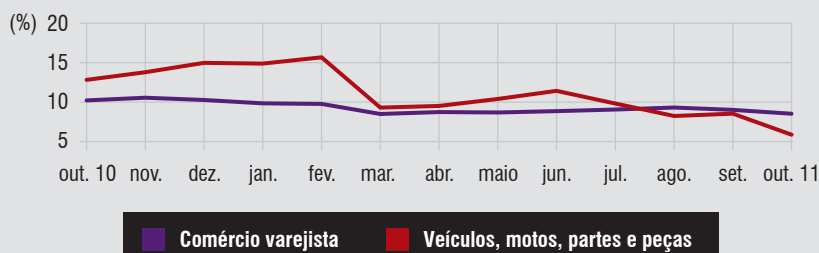


**Gráfico 10**  
**Taxa de variação do consumo de energia elétrica (1)**  
**Bahia – nov. 2010-nov. 2011**

Fonte: Coelba/GMCH.  
Elaboração: SEI/CAC.  
(1) Acumulado 12 meses.  
(2) Total = Rural + Irrigação + Resid. + Indust. + Comercial + Util. pública + S. público + Concessionária.  
O consumo industrial corresponde a Coelba e Chesf.

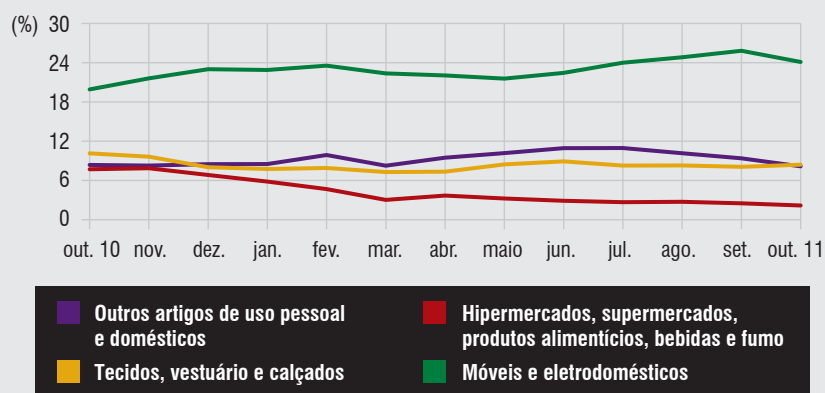
O consumo total de eletricidade no estado da Bahia registrou, no mês de novembro de 2011, retração de 3,6% em relação ao mesmo mês de 2010. Considerando-se as classes de consumo residencial e comercial, observa-se que totalizaram, em novembro, consumo de 441 MWh e 232 MWh, respectivamente, representando para o consumo residencial decréscimo de 3,7% e para o consumo comercial retração de 6,2% em relação ao mesmo período de 2010. O consumo de energia elétrica na indústria apresentou decréscimo de 4,0% na mesma análise. No acumulado dos últimos 12 meses, o consumo de energia elétrica total retraiu 1,8%: o residencial expandiu 4,7% e o comercial ampliou 3,4%. Apenas o setor industrial (8,8%) vem, ao longo de 2011, apresentando contração em suas variações.

De acordo com a Pesquisa Mensal de Comércio (PMC/IBGE), no mês de outubro de 2011, o comércio varejista baiano ampara crescimento das vendas com taxa de 2,3%, considerando igual mês do ano passado. O comportamento, verificado em todos os meses do ano, resultou em uma taxa acumulada de 8,5% nos últimos 12 meses. Na mesma análise, o segmento de *veículos, motos e peças* apontou retração de 11,2%, acumulando nos últimos 12 meses variação positiva de 5,9%.



**Gráfico 11**  
**Taxa de variação de volume de vendas no varejo (1)**  
**Bahia – out. 2010-out. 2011**

Fonte: IBGE-PMC.  
Elaboração: SEI/CAC.  
(1) Acumulado nos últimos 12 meses.

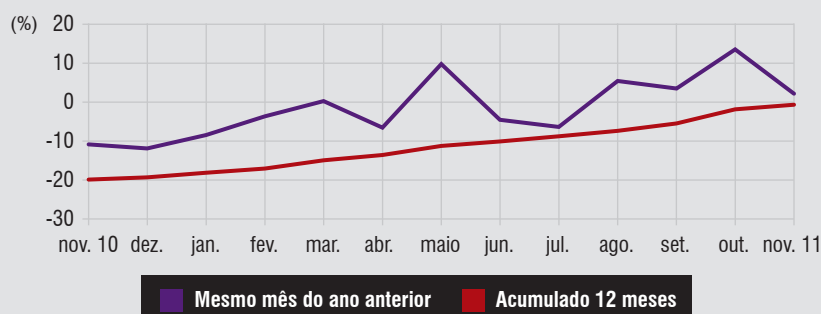


**Gráfico 12**  
**Taxa de variação de volume de vendas no varejo (1)**  
**principais segmentos – Bahia – out. 2010-out. 2011**

Fonte: IBGE-PMC.  
Elaboração: SEI/CAC.  
(1) Acumulado nos últimos 12 meses.

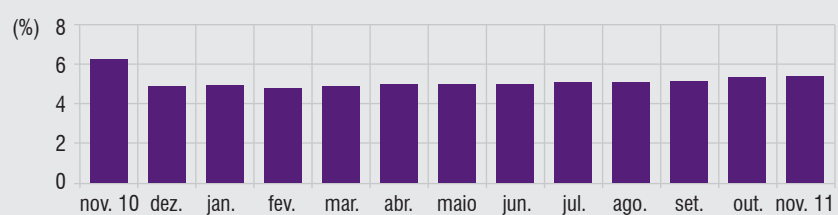
No acumulado dos últimos 12 meses, os segmentos de maior destaque nas variações positivas no comércio varejista foram: *móveis e eletrodomésticos* (24,1%), *livros, jornais revistas e papelaria* (17,1%), *artigos farmacêuticos e cosméticos* (11,2%), *tecidos e vestuários* (8,4%), *outros artigos de uso pessoal e doméstico* (8,2%), *combustíveis e lubrificantes* (5,5%) e *hipermercados e supermercados* (2,2%). Dentre todos os segmentos, a atividade de *Equipamentos e materiais de escritórios e informática* foi o único que registrou arrefecimento nas vendas, com variação negativa de 23,6%.

Segundo o Bacen, em novembro de 2011 foram emitidos 248 mil cheques sem fundos na Bahia. Esse saldo resultou na expansão de 2,2% nas emissões de cheques sem fundo, em comparação com o mesmo mês de 2010. Seguindo uma trajetória decrescente, o indicador dos últimos 12 meses apontou variação negativa de 0,7%.



**Gráfico 13**  
**Quantidade de cheques sem fundos – Bahia – nov. 2010-nov. 2011**

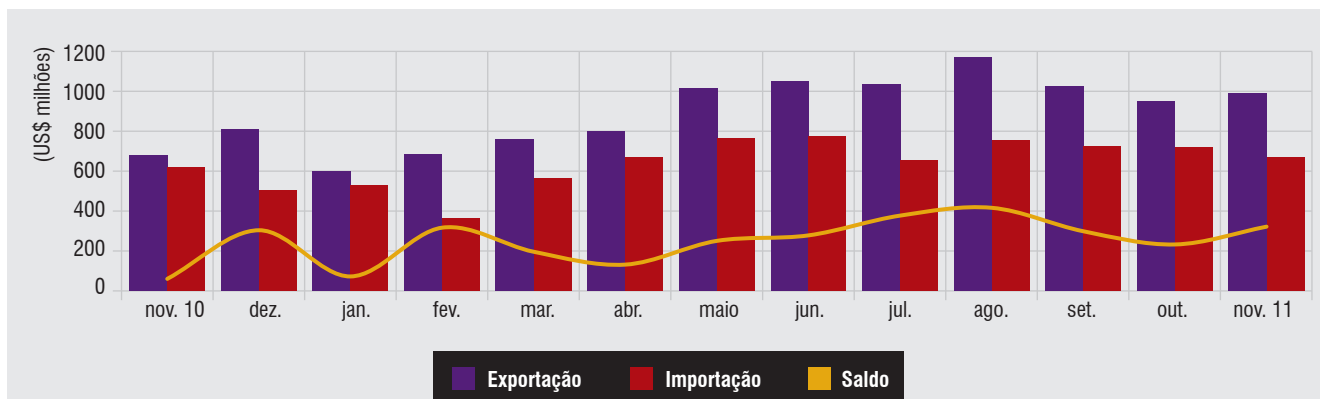
Fonte: Bacen.  
Elaboração: SEI/CAC.



**Gráfico 14**  
**Taxa de inadimplência – Bahia – nov. 2010-nov. 2011**

Fonte: Bacen.  
Elaboração: SEI/CAC.

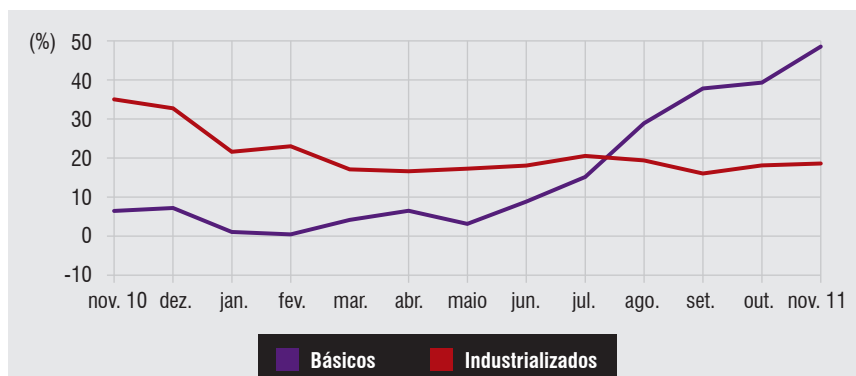
Conforme dispõem os dados divulgados pelo Bacen, em novembro de 2011, a taxa de inadimplência das Operações de Crédito do Sistema Financeiro Nacional para as pessoas físicas na Bahia apresentou taxa de 5,4%, ante os 6,2% em novembro de 2010, seguindo uma trajetória média em torno de 5,0% ao longo do ano.



**Gráfico 15**  
**Balança comercial – Bahia – nov. 2010-nov. 2011**

Fonte: Secex.  
Elaboração: SEI/CAC.

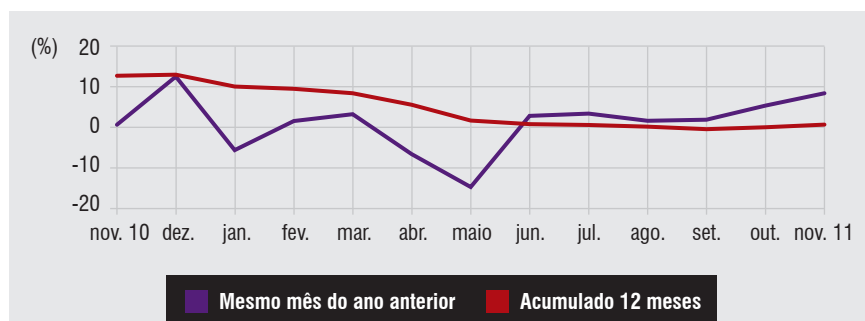
Segundo dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), em novembro de 2011, as exportações baianas somaram US\$ 991 milhões, e as importações, US\$ 669 milhões, resultando em um superávit de US\$ 322 milhões. Confrontando novembro de 2011 com o mesmo mês do ano anterior, as exportações apontaram expansão, com variação positiva de 45,8%, e as importações, no referido mês, registraram expansão de 8,0% na mesma análise.



**Gráfico 16**  
**Taxa de variação das exportações baianas, por fator agregado (1)**  
**Bahia – nov. 2010-nov. 2011**

Fonte: Secex.  
Elaboração: SEI/CAC.  
(1) Acumulado 12 meses.

As exportações por fator agregado, na comparação entre novembro de 2011 e novembro de 2010, registraram acréscimos tanto nas vendas de produtos básicos (167,9%), como de produtos industrializados (21,7%). No acumulado dos 12 meses, as exportações dos básicos e industrializados registraram expansão de 48,5% e 18,6%, respectivamente.

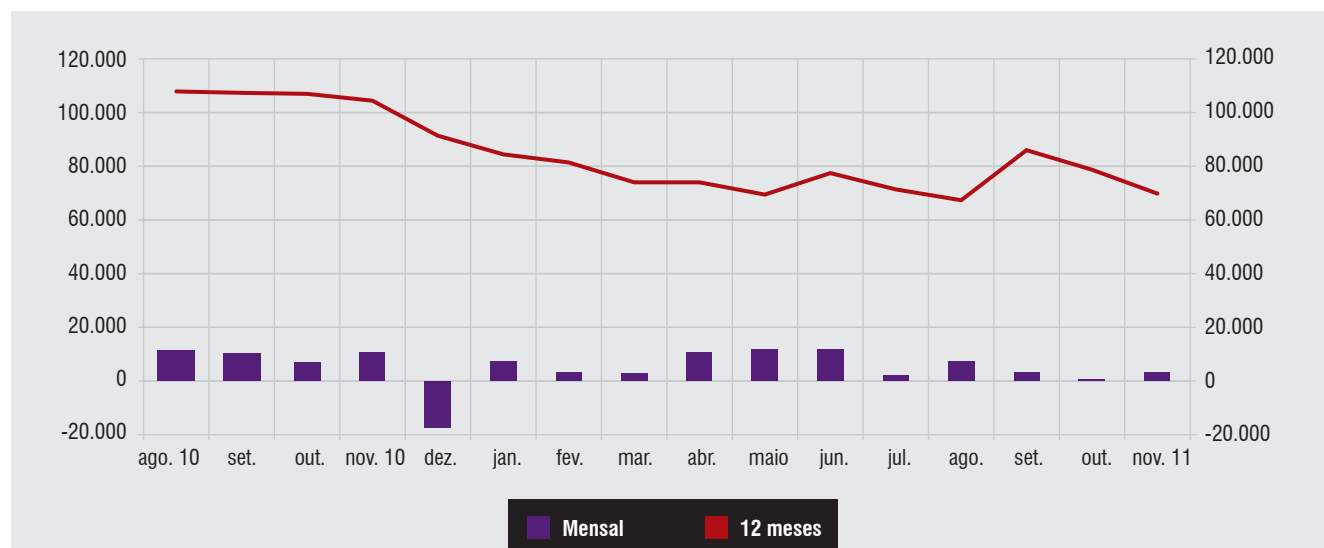


**Gráfico 17**  
**Taxa de variação real da arrecadação de ICMS a preços constantes**  
**Bahia – nov. 2010-nov. 2011**

Fonte: Sefaz/SAF/Dicop.  
Elaboração: SEI/CAC.  
Deflator IGP-DI.

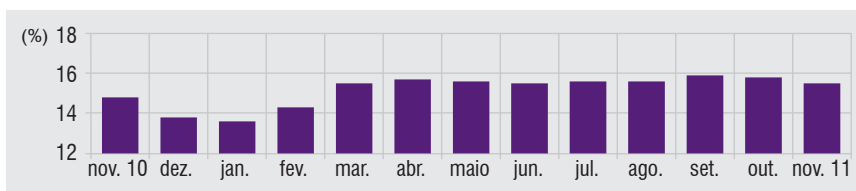
Segundo a Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia (Sefaz), a arrecadação de ICMS no estado da Bahia, em novembro de 2011, expandiu 8,4% na comparação com o mesmo mês de 2010, acumulando nos últimos 12 meses expansão real de 0,7%, ou seja, 12 p.p. ante o registrado no mesmo período de 2010.

Conforme dados divulgados pelo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), em novembro de 2011, o saldo total de empregos com carteira de trabalho assinada na Bahia apresentou ampliação de 3.157 postos de trabalho. Esse resultado emanou, sobretudo, do aumento de postos nos setores de serviços (3.082), construção civil (2.371) e comércio (2.851), cujos saldos sobrepõem a queda da agropecuária (-3.052) e da indústria de transformação (-1.841). Com esse resultado, o saldo nos últimos 12 meses acumulou 69.819 postos de trabalho.



**Gráfico 18**  
**Geração de emprego celetista (1) – Bahia – nov. 2010-nov. 2011**

Fonte: Caged.  
Elaboração: SEI/CAC.  
(1) Saldo de empregos (admissões – demissões).



**Gráfico 19**

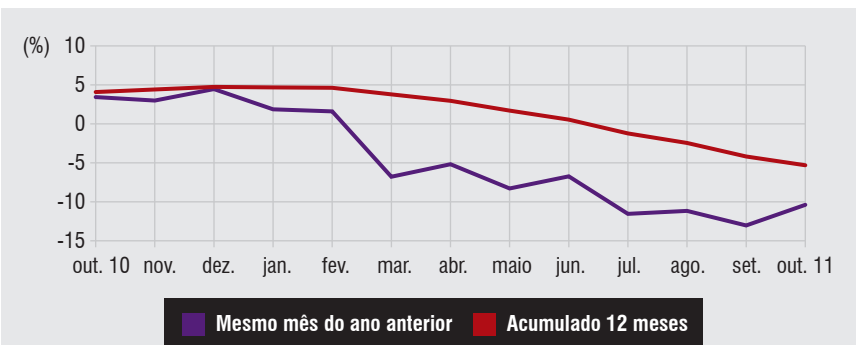
**Taxa de desemprego total – RMS – Bahia – nov. 2010-nov. 2011**

Fonte: PED-SEI/Setre/UFBA/Dieese/Seade.

Elaboração: SEI/CAC.

Com base nos dados da Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED) para a Região Metropolitana de Salvador, notou-se que, em novembro de 2011, 292 mil pessoas estavam desempregadas, ou seja, 15,5% da População Economicamente Ativa (PEA). Cotejando-se com outubro de 2011, verificou-se redução de 3,0%, e com relação a novembro de 2010, acréscimo de 4,7%. Conforme o total de ocupados, ocorreu estabilidade relativa em novembro, comparado ao mês de outubro. Entre os ocupados por setores de atividade econômica, em termos relativos, houve expansão apenas em um dos cinco setores analisados: Indústria, com taxa de 3,7%. Em sentido oposto, os setores da Construção Civil (-0,7%) e Serviços (-0,3%) apontaram retração.

O rendimento médio real dos ocupados no mês de outubro de 2011 (R\$ 997,00), em comparação ao mês de setembro de 2011 (R\$ 998,00), apresentou estabilidade relativa, conforme a Pesquisa de Emprego e Desemprego para a Região Metropolitana de Salvador (PED-RMS), culminando em um acumulado de 10,4% nos últimos 12 meses. Quanto à massa de rendimento médio real dos ocupados, verificou-se acréscimo de 1,3%, acumulando, nos últimos 12 meses, expansão de 13,8% em relação ao mesmo período do ano anterior.



**Gráfico 20**

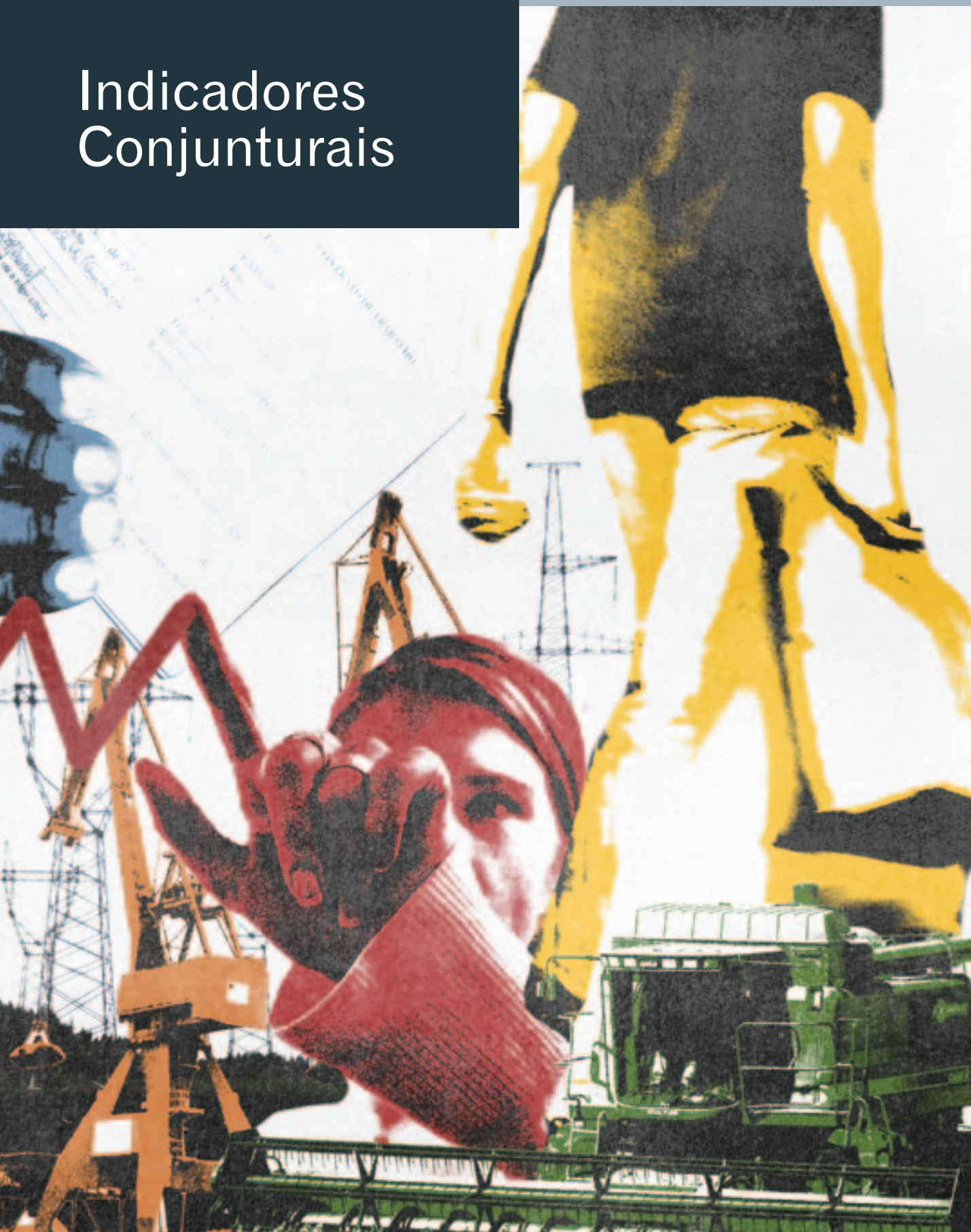
**Taxa de variação do rendimento médio real (1) – RMS  
Bahia – out. 2010-out. 2011**

Fonte: PED-SEI/Setre/UFBA/Dieese/Seade.

Elaboração: SEI/CAC.

(1) Ocupados no trabalho principal.

# Indicadores Conjunturais



## INDICADORES ECONÔMICOS

## Índice de preços

**Tabela 1**  
**Índice de Preços ao Consumidor (IPC) (1) – Salvador – nov. 2011**

| Grandes Grupos            | Variações do mês (%) |             | Variações acumuladas (%) |                      | Índice acumulado |               |
|---------------------------|----------------------|-------------|--------------------------|----------------------|------------------|---------------|
|                           | nov. 2010            | nov. 2011   | No ano (2)               | Últimos 12 meses (3) | Jun. 2007 = 100  | Jun. 1994=100 |
| Alimentos e bebidas       | 1,96                 | 1,30        | 5,07                     | 6,12                 | 135,97           | 332,91        |
| Habitação e encargos      | 0,38                 | 0,04        | 6,91                     | 7,25                 | 129,13           | 885,28        |
| Artigos de residência     | 0,42                 | 0,41        | 0,36                     | 0,60                 | 91,32            | 210,14        |
| Vestuário                 | 0,11                 | 0,40        | 0,82                     | 0,49                 | 109,02           | 195,43        |
| Transporte e comunicação  | 0,49                 | -0,60       | 1,40                     | 1,53                 | 108,88           | 780,69        |
| Saúde e cuidados pessoais | 0,15                 | 0,04        | 7,37                     | 7,56                 | 123,52           | 414,01        |
| Despesas pessoais         | 1,33                 | 1,29        | 6,81                     | 6,68                 | 129,00           | 508,87        |
| <b>Geral</b>              | <b>0,89</b>          | <b>0,44</b> | <b>4,40</b>              | <b>4,70</b>          | <b>120,99</b>    | <b>406,79</b> |

Fonte: SEI.

(1) O IPC de Salvador representa a média de 15.000 cotações de uma cesta de consumo de 375 bens e serviços pesquisados em 634 estabelecimentos e domicílios, para famílias com rendimentos de 1 - 40 salários mínimos.

(2) Variação acumulada observada até o mês do ano em relação ao mesmo período do ano anterior.

(3) Variação acumulada observada nos últimos 12 meses em relação aos 12 meses anteriores.

**Tabela 2**  
**Pesquisa Nacional da Cesta Básica**  
**Custo e variação da cesta básica – capitais brasileiras – nov. 2011**

| Capitais       | Valor da cesta (R\$) | Variação no mês (1)<br>(%) | Variação acumulada (%) |              | Porcentagem do<br>salário mínimo |
|----------------|----------------------|----------------------------|------------------------|--------------|----------------------------------|
|                |                      |                            | No ano (2)             | 12 meses (3) |                                  |
| Aracaju        | 181,79               | -0,49                      | 3,36                   | 1,12         | 36,26                            |
| Belém          | 242,82               | 2,09                       | 7,40                   | 8,40         | 48,43                            |
| Belo Horizonte | 256,70               | 1,78                       | 8,66                   | 8,85         | 51,20                            |
| Brasília       | 249,13               | 2,48                       | 6,62                   | 5,24         | 49,69                            |
| Curitiba       | 253,19               | 2,94                       | 3,78                   | 5,91         | 50,50                            |
| Florianópolis  | 268,57               | 2,90                       | 12,78                  | 12,38        | 53,56                            |
| Fortaleza      | 206,44               | 3,91                       | 0,38                   | -1,18        | 41,17                            |
| Goiânia        | 233,67               | 0,08                       | -0,40                  | -1,12        | 46,60                            |
| João Pessoa    | 198,26               | 1,60                       | 2,07                   | 2,47         | 39,54                            |
| Manaus         | 258,32               | 2,68                       | 2,48                   | 3,10         | 51,52                            |
| Natal          | 206,00               | 2,72                       | -6,28                  | 0,08         | 41,08                            |
| Porto Alegre   | 279,64               | 0,83                       | 10,90                  | 11,95        | 55,77                            |
| Recife         | 210,52               | 2,11                       | 2,44                   | 2,04         | 41,99                            |
| Salvador       | 205,11               | 0,00                       | 1,69                   | -2,63        | 40,91                            |
| São Paulo      | 276,31               | 3,50                       | 4,21                   | 4,42         | 55,11                            |
| Rio de Janeiro | 261,69               | 3,86                       | 7,84                   | 7,98         | 52,19                            |
| Vitória        | 263,91               | 4,73                       | 9,05                   | 6,95         | 52,63                            |

Fonte: DIEESE.

(1) Variação observada no mês em relação ao mês imediatamente anterior.

(2) Variação acumulada observada no ano em relação ao mesmo período do ano anterior.

(3) Variação acumulada observada nos últimos 12 meses em relação aos 12 meses anteriores.

## Agricultura

**Tabela 3**  
**Produção física e área plantada dos principais produtos – Bahia – 2010/2011**

| Lavouras           | Produção física (t) |           |              | Área plantada (ha) |           |              |
|--------------------|---------------------|-----------|--------------|--------------------|-----------|--------------|
|                    | 2010                | 2011 (2)  | Variação (%) | 2010 (1)           | 2011 (2)  | Variação (%) |
| <b>Temporárias</b> |                     |           |              |                    |           |              |
| Abacaxi (3)        | 139.324             | 147.049   | 5,5          | 5.325              | 10.200    | 91,5         |
| Algodão herbáceo   | 996.220             | 1.579.764 | 58,6         | 270.895            | 415.606   | 53,4         |
| Alho               | 5.478               | 8.962     | 63,6         | 729                | 826       | 13,3         |
| Amendoim           | 8.431               | 9.418     | 11,7         | 8.477              | 8.719     | 2,9          |
| Arroz total        | 33.370              | 34.926    | 4,7          | 18.499             | 17.902    | -3,2         |
| Batata-inglesa     | 302.575             | 341.778   | 13,0         | 8.005              | 9.656     | 20,6         |
| Cana-de-açúcar     | 5.868.709           | 6.542.843 | 11,5         | 96.743             | 114.840   | 18,7         |
| Cebola             | 297.045             | 189.370   | -36,2        | 12.654             | 8.033     | -36,5        |
| Feijão total       | 316.377             | 240.785   | -23,9        | 615.945            | 556.016   | -9,7         |
| Feijão 1ª safra    | 81.391              | 133.605   | 64,2         | 268.928            | 248.265   | -7,7         |
| Feijão 2ª safra    | 234.986             | 107.180   | -54,4        | 347.017            | 307.751   | -11,3        |
| Fumo               | 6.147               | 4.046     | -34,2        | 5.879              | 4.198     | -28,6        |
| Mamona             | 74.055              | 89.736    | 21,2         | 109.996            | 139.302   | 26,6         |
| Mandioca           | 3.211.278           | 3.358.624 | 4,6          | 262.025            | 471.527   | 80,0         |
| Milho total        | 2.223.302           | 2.104.666 | -5,3         | 809.537            | 805.739   | -0,5         |
| Milho 1ª safra     | 1.547.559           | 1.794.387 | 15,9         | 455.293            | 457.064   | 0,4          |
| Milho 2ª safra     | 675.743             | 310.279   | -54,1        | 354.244            | 348.675   | -1,6         |
| Soja               | 3.112.929           | 3.514.713 | 12,9         | 1.017.250          | 1.046.070 | 2,8          |
| Sorgo granífero    | 92.207              | 171.101   | 85,6         | 84.634             | 108.723   | 28,5         |
| Tomate             | 302.783             | 325.932   | 7,6          | 7.332              | 7.529     | 2,7          |
| <b>Pernamentes</b> |                     |           |              |                    |           |              |
| Banana (4)         | 1.079.050           | 1.145.044 | 6,1          | 66.623             | 69.144    | 3,8          |
| Cacau              | 148.254             | 154.634   | 4,3          | 519.990            | 542.550   | 4,3          |
| Café               | 153.262             | 160.033   | 4,4          | 152.056            | 168.466   | 10,8         |
| Castanha-de-cajú   | 5.440               | 5.978     | 9,9          | 25.848             | 26.707    | 3,3          |
| Coco-da-baía (3)   | 502.364             | 526.551   | 4,8          | 76.985             | 79.424    | 3,2          |
| Guaraná            | 2.688               | 2.907     | 8,1          | 6.659              | 7.054     | 5,9          |
| Laranja (4)        | 987.813             | 1.018.416 | 3,1          | 61.148             | 77.296    | 26,4         |
| Pimenta-do-reino   | 4.521               | 4.299     | -4,9         | 1.756              | 1.965     | 11,9         |
| Sisal              | 237.397             | 278.065   | 17,1         | 252.224            | 274.274   | 8,7          |
| Uva                | 78.283              | 65.434    | -16,4        | 3.273              | 2.762     | -15,6        |

Fonte: IBGE.

Elaboração: SEI/CAC.

(1) Produção Agrícola Municipal 2010.

(2) Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA), novembro de 2011 (dados sujeitos a retificação).

(3) Produção física em mil frutos.

(4) Produção física em tonelada.

**Tabela 4**  
**Área colhida e rendimento médio dos principais produtos – Bahia – 2010/2011**

| Lavouras           | Área colhida (ha) |           |              | Rendimento médio (kg/ha) |          |              |
|--------------------|-------------------|-----------|--------------|--------------------------|----------|--------------|
|                    | 2010 (1)          | 2011 (2)  | Variação (%) | 2010 (1)                 | 2011 (2) | Variação (%) |
| <b>Temporárias</b> |                   |           |              |                          |          |              |
| Abacaxi 3          | 5.325             | 5.603     | 5,2          | 26.164                   | 26.245   | 0,3          |
| Algodão herbáceo   | 270.173           | 415.606   | 53,8         | 3.687                    | 3.801    | 3,1          |
| Alho               | 729               | 826       | 13,3         | 7.514                    | 10.850   | 44,4         |
| Amendoim           | 8.477             | 8.719     | 2,9          | 995                      | 1.080    | 8,6          |
| Arroz total        | 18.371            | 17.902    | -2,6         | 1.816                    | 1.951    | 7,4          |
| Batata-inglesa     | 8.005             | 9.656     | 20,6         | 37.798                   | 35.395   | -6,4         |
| Cana-de-açúcar     | 96.743            | 99.847    | 3,2          | 60.663                   | 65.529   | 8,0          |
| Cebola             | 12.654            | 8.033     | -36,5        | 23.474                   | 23.574   | 0,4          |
| Feijão total       | 560.193           | 423.561   | -24,4        | 565                      | 568      | 0,7          |
| Feijão 1ª safra    | 217.351           | 227.765   | 4,8          | 374                      | 587      | 56,6         |
| Feijão 2ª safra    | 342.842           | 195.796   | -42,9        | 685                      | 547      | -20,1        |
| Fumo               | 5.879             | 4.198     | -28,6        | 1.046                    | 964      | -7,8         |
| Mamona             | 107.051           | 139.302   | 30,1         | 692                      | 644      | -6,9         |
| Mandioca           | 262.025           | 261.328   | -0,3         | 12.256                   | 12.852   | 4,9          |
| Milho total        | 724.102           | 635.380   | -12,3        | 3.070                    | 3.312    | 7,9          |
| Milho 1ª safra     | 370.758           | 399.785   | 7,8          | 4.174                    | 4.488    | 7,5          |
| Milho 2ª safra     | 353.344           | 235.595   | -33,3        | 1.912                    | 1.317    | -31,1        |
| Soja               | 1.017.250         | 1.046.070 | 2,8          | 3.060                    | 3.360    | 9,8          |
| Sorgo granífero    | 84.454            | 108.623   | 28,6         | 1.092                    | 1.575    | 44,3         |
| Tomate             | 7.332             | 7.529     | 2,7          | 41.296                   | 43.290   | 4,8          |
| <b>Pernamentes</b> |                   |           |              |                          |          |              |
| Banana 4           | 66.623            | 69.144    | 3,8          | 16.196                   | 16.560   | 2,2          |
| Cacau              | 519.990           | 524.877   | 0,9          | 285                      | 295      | 3,3          |
| Café               | 152.056           | 154.988   | 1,9          | 1.008                    | 1.033    | 2,4          |
| Castanha-de-cajú   | 25.848            | 26.305    | 1,8          | 210                      | 227      | 8,0          |
| Coco-da-baía 3     | 76.985            | 77.209    | 0,3          | 6.525                    | 6.820    | 4,5          |
| Guaraná            | 6.659             | 6.749     | 1,4          | 404                      | 431      | 6,7          |
| Laranja 4          | 61.148            | 61.230    | 0,1          | 16.154                   | 16.633   | 3,0          |
| Pimenta-do-reino   | 1.756             | 1.819     | 3,6          | 2.575                    | 2.363    | -8,2         |
| Sisal              | 252.224           | 274.274   | 8,7          | 941                      | 1.014    | 7,7          |
| Uva                | 3.273             | 2.730     | -16,6        | 23.918                   | 23.968   | 0,2          |

Fonte: IBGE.

Elaboração: SEI/CAC.

(1) Produção Agrícola Municipal 2010.

(2) Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA), novembro de 2011 (dados sujeitos a retificação).

(3) Rendimento médio em frutos por hectare.

(4) Rendimento médio em quilo por hectare.

## Indústria

**Tabela 5**  
**Produção física da indústria e dos principais gêneros – Bahia – out. 2011**

(%)

| Classes e gêneros                   | Mensal (1)  | Acumulado no ano (2) | Acumulado 12 meses (3) |
|-------------------------------------|-------------|----------------------|------------------------|
| <b>Indústria Geral</b>              | <b>-3,9</b> | <b>-4,3</b>          | <b>-4,7</b>            |
| Extrativa Mineral                   | -10,3       | -0,9                 | 0,5                    |
| Indústria de Transformação          | -3,6        | -4,4                 | -5,0                   |
| Alimentos e bebidas                 | 0,9         | 7,5                  | 7,5                    |
| Celulose, papel e produtos de papel | 7,1         | -0,5                 | 0,9                    |
| Refino de petróleo e álcool         | 1,8         | -5,7                 | -4,8                   |
| Produtos químicos                   | -9,5        | -10,2                | -13,4                  |
| Borracha e plástico                 | -0,3        | 4,3                  | 4,4                    |
| Minerais não metálicos              | -0,9        | 7,0                  | 7,1                    |
| Metalurgia básica                   | -10,3       | -11,6                | -10,4                  |
| Veículos automotores                | -43,1       | -2,7                 | -3,0                   |

Fonte: IBGE.

Elaboração: SEI/CAC.

(1) Variação observada no mês em relação ao mesmo mês do ano anterior.

(2) Variação acumulada observada até o mês do ano em relação ao mesmo período do ano anterior.

(3) Variação acumulada observada nos últimos 12 meses em relação aos 12 meses anteriores.

**Tabela 6**  
**Variação mensal do índice da indústria de transformação – Bahia – out. 2010-out. 2011**

(%)

| Períodos            | Mensal (1)  | Acumulado no ano (2) | Acumulado 12 meses (3) |
|---------------------|-------------|----------------------|------------------------|
| <b>Outubro 2010</b> | <b>5,2</b>  | <b>10,4</b>          | <b>11,0</b>            |
| Novembro            | -3,3        | 9,0                  | 10,3                   |
| Dezembro            | -11,6       | 7,1                  | 7,1                    |
| Janeiro             | -9,8        | -9,8                 | 4,3                    |
| Fevereiro           | -17,2       | -13,3                | 2,2                    |
| Março               | -4,3        | -10,3                | 1,1                    |
| Abril               | -5,0        | -9,0                 | -1,0                   |
| Mai                 | -3,2        | -7,7                 | -2,6                   |
| Junho               | 5,3         | -5,6                 | -2,3                   |
| Julho               | -5,2        | -5,6                 | -3,8                   |
| Agosto              | -1,5        | -5,0                 | -4,3                   |
| Setembro            | -0,3        | -4,5                 | -4,2                   |
| <b>Outubro 2011</b> | <b>-3,6</b> | <b>-4,4</b>          | <b>-5,0</b>            |

Fonte: IBGE.

Elaboração: SEI/CAC.

(1) Variação observada no mês em relação ao mesmo mês do ano anterior.

(2) Variação acumulada observada até o mês do ano em relação ao mesmo período do ano anterior.

(3) Variação acumulada observada nos últimos 12 meses em relação aos 12 meses anteriores.

## Energia

**Tabela 7**  
**Variação percentual do consumo de energia elétrica por classe - Bahia – nov. 2011**

(%)

| Classes                 | No mês (3)  | Mensal (4)  | Acumulado no ano (5) | Acumulado 12 meses (6) |
|-------------------------|-------------|-------------|----------------------|------------------------|
| Rural/Irrigação         | 0,8         | 4,2         | 7,3                  | 3,9                    |
| Residencial             | -1,5        | -3,7        | 4,3                  | 4,7                    |
| Industrial (1)          | -0,6        | -4,0        | -8,5                 | -8,8                   |
| Comercial               | -0,9        | -6,2        | 3,3                  | 3,4                    |
| Utilidades públicas (2) | 8,4         | 10,4        | 4,1                  | 3,4                    |
| Setor público           | -24,8       | -23,9       | 3,6                  | 5,1                    |
| Concessionária          | 18,1        | 14,1        | -2,8                 | -2,5                   |
| <b>Total</b>            | <b>-2,7</b> | <b>-3,6</b> | <b>-1,6</b>          | <b>-1,8</b>            |

Fonte: Chesf, Coelba/GMCH.

Elaboração: SEI/CAC.

(1) Consumo industrial corresponde à Coelba e Chesf.

(2) Corresponde a Iluminação Pública, Água, Esgoto e Saneamento e Tração elétrica.

(3) Variação observada no mês em relação ao mês imediatamente anterior.

(4) Variação observada no mês em relação ao mesmo mês do ano anterior.

(5) Variação acumulada observada no ano em relação ao mesmo período do ano anterior.

(6) Variação acumulada observada nos últimos 12 meses em relação aos 12 meses anteriores.

## Serviços

**Tabela 8**  
**Variação no volume de vendas no varejo (1) – Bahia – out. 2011**

(%)

| Classes e Gêneros                                                       | Mensal (2)   | No ano (3) | 12 meses (4) |
|-------------------------------------------------------------------------|--------------|------------|--------------|
| <b>Comércio Varejista</b>                                               | <b>2,3</b>   | <b>8,0</b> | <b>8,5</b>   |
| Combustíveis e lubrificantes                                            | 5,9          | 6,4        | 5,5          |
| Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo     | 0,2          | 1,9        | 2,2          |
| Hipermercados e supermercados                                           | 0,0          | 2,1        | 2,7          |
| Tecidos, vestuário e calçados                                           | 5,4          | 9,6        | 8,4          |
| Móveis e eletrodomésticos                                               | 2,8          | 21,7       | 24,1         |
| Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos | 4,8          | 10,8       | 11,2         |
| Livros, jornais, revistas e papelaria                                   | 16,4         | 19,1       | 17,1         |
| Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação     | 6,9          | -27,4      | -23,6        |
| Outros artigos de uso pessoal e doméstico                               | -3,8         | 6,7        | 8,2          |
| <b>Veículos, motos e peças</b>                                          | <b>-11,7</b> | <b>1,2</b> | <b>5,9</b>   |
| <b>Material de construção</b>                                           | <b>-2,8</b>  | <b>0,7</b> | <b>1,8</b>   |

Fonte: IBGE.

Elaboração: SEI/CAC.

(1) Dados deflacionados pelo IPCA.

(2) Variação observada no mês em relação ao mesmo mês do ano anterior.

(3) Variação acumulada observada até o mês do ano em relação ao mesmo período do ano anterior.

(4) Variação acumulada observada nos últimos 12 meses em relação aos 12 meses anteriores.

**Tabela 9**  
**Total de cheques compensados – Bahia – nov. 2010 - nov. 2011**

(%)

| Períodos             | Quantidade no mês (1) | Mensal (2)   | Acum. ano (3) | Acum. 12 meses (4) | Mensal (2)  | Acum. ano (3) | Acum. 12 meses (4) |
|----------------------|-----------------------|--------------|---------------|--------------------|-------------|---------------|--------------------|
| <b>Novembro 2010</b> | <b>7,2</b>            | <b>-2,6</b>  | <b>-7,0</b>   | <b>-7,3</b>        | <b>9,8</b>  | <b>4,3</b>    | <b>3,9</b>         |
| Dezembro             | -0,3                  | -6,8         | -6,9          | -6,9               | 5,5         | 4,4           | 4,4                |
| Janeiro              | -6,5                  | -1,8         | -1,8          | -6,1               | 9,5         | 9,5           | 5,2                |
| Fevereiro            | -6,0                  | -1,5         | -1,7          | -5,9               | 5,2         | 7,4           | 4,6                |
| Março                | 6,1                   | -13,7        | -6,1          | -6,7               | 18,1        | 10,8          | 7,0                |
| Abril                | -10,3                 | -12,2        | -7,6          | -7,1               | -2,0        | 7,5           | 6,3                |
| Maiο                 | 14,9                  | -2,0         | -6,5          | -7,4               | 10,7        | 8,2           | 6,2                |
| Junho                | -11,4                 | -10,7        | -7,2          | -7,3               | 1,6         | 7,0           | 6,4                |
| Julho                | -1,5                  | -12,1        | -7,9          | -7,3               | -3,1        | 5,5           | 6,0                |
| Agosto               | 16,0                  | -3,7         | -7,3          | -7,2               | 4,6         | 5,4           | 5,5                |
| Setembro             | -10,5                 | -8,9         | -7,5          | -7,4               | -1,7        | 4,6           | 4,7                |
| Outubro              | 2,2                   | -4,9         | -7,3          | -6,8               | 0,3         | 4,1           | 4,7                |
| <b>Novembro 2011</b> | <b>-5,4</b>           | <b>-16,1</b> | <b>-8,1</b>   | <b>-8,0</b>        | <b>-7,6</b> | <b>3,0</b>    | <b>3,2</b>         |

Fonte: Bacen.

Elaboração: SE/CAC.

(1) Variação observada no mês em relação ao mês imediatamente anterior.

(2) Variação observada no mês em relação ao mesmo mês do ano anterior.

(3) Variação acumulada observada no ano em relação ao mesmo período do ano anterior.

(4) Variação acumulada observada nos últimos 12 meses em relação aos 12 meses anteriores.

**Tabela 10**  
**Exportações, principais países – Bahia – jan.-nov. 2010/2011**

| Países                  | Peso (Ton.)       |                   | Var. (%)   | (US\$ 1000 FOB)  |                   | Var. (%)    | Part. (%)    |
|-------------------------|-------------------|-------------------|------------|------------------|-------------------|-------------|--------------|
|                         | 2010              | 2011              |            | 2010             | 2011              |             |              |
| Argentina               | 772.622           | 1.018.705         | 31,9       | 1.002.206        | 1.359.211         | 35,6        | 13,5         |
| China                   | 1.501.097         | 1.664.217         | 10,9       | 1.098.665        | 1.353.836         | 23,2        | 13,4         |
| Estados Unidos          | 1.445.469         | 1.124.137         | -22,2      | 1.316.127        | 1.323.166         | 0,5         | 13,1         |
| Países Baixos (Holanda) | 815.802           | 854.366           | 4,7        | 582.656          | 844.939           | 45,0        | 8,4          |
| Alemanha                | 546.994           | 965.398           | 76,5       | 312.833          | 608.414           | 94,5        | 6,0          |
| Antilhas Holandesas     | 939.405           | 977.663           | 4,1        | 429.432          | 587.032           | 36,7        | 5,8          |
| Itália                  | 329.445           | 320.724           | -2,6       | 308.171          | 412.809           | 34,0        | 4,1          |
| Cingapura               | 361.561           | 529.754           | 46,5       | 165.149          | 342.739           | 107,5       | 3,4          |
| Bélgica                 | 415.224           | 419.770           | 1,1        | 241.764          | 303.889           | 25,7        | 3,0          |
| Colômbia                | 131.297           | 109.771           | -16,4      | 191.280          | 213.438           | 11,6        | 2,1          |
| Demais países           | 2.811.580         | 2.295.203         | -18,4      | 2.429.681        | 2.718.004         | 11,9        | 27,0         |
| <b>Total</b>            | <b>10.070.495</b> | <b>10.279.707</b> | <b>2,1</b> | <b>8.077.963</b> | <b>10.067.477</b> | <b>24,6</b> | <b>100,0</b> |

Fonte: MDIC/SECEX, dados coletados em 06/12/2011.

Elaboração: SEI/CAC.

**Tabela 11**  
**Exportações, principais segmento – Bahia – jan.- nov. 2010/2011**

| Segmentos                      | Valores (US\$ 1000 FOB) |                   | Var.<br>(%)  | Part.<br>(%)  |
|--------------------------------|-------------------------|-------------------|--------------|---------------|
|                                | 2009                    | 2010              |              |               |
| Petróleo e derivados           | 1.210.911               | 1.718.698         | 41,9         | 17,1          |
| Químicos e petroquímicos       | 1.615.129               | 1.658.290         | 2,7          | 16,5          |
| Papel e celulose               | 1.525.549               | 1.657.696         | 8,7          | 16,5          |
| Soja e derivados               | 893.345                 | 1.244.111         | 39,3         | 12,4          |
| Metalúrgicos                   | 562.201                 | 828.218           | 47,3         | 8,2           |
| Algodão e seus subprodutos     | 269.952                 | 592.893           | 119,6        | 5,9           |
| Automotivo                     | 455.387                 | 417.499           | -8,3         | 4,1           |
| Metais preciosos               | 276.194                 | 395.822           | 43,3         | 3,9           |
| Borracha e suas obras          | 201.429                 | 275.753           | 36,9         | 2,7           |
| Cacau e derivados              | 271.116                 | 260.945           | -3,8         | 2,6           |
| Café e especiarias             | 119.942                 | 171.892           | 43,3         | 1,7           |
| Minerais                       | 31.356                  | 142.120           | 353,2        | 1,4           |
| Frutas e suas preparações      | 124.695                 | 131.243           | 5,3          | 1,3           |
| Couros e peles                 | 99.199                  | 118.801           | 19,8         | 1,2           |
| Sisal e derivados              | 58.082                  | 74.662            | 28,5         | 0,7           |
| Calçados e suas partes         | 87.749                  | 73.901            | -15,8        | 0,7           |
| Máqs., apars. e mat. elétricos | 70.515                  | 72.502            | 2,8          | 0,7           |
| Fumo e derivados               | 22.521                  | 26.860            | 19,3         | 0,3           |
| Móveis e semelhantes           | 12.110                  | 14.421            | 19,1         | 0,1           |
| Demais segmentos               | 170.582                 | 191.149           | 12,1         | 1,9           |
| <b>Total</b>                   | <b>8.077.963</b>        | <b>10.067.477</b> | <b>24,63</b> | <b>100,00</b> |

Fonte: MDIC/Secex, dados coletados em 08/08/2011.

Elaboração: SEI/CAC.

## INDICADORES SOCIAIS

## Emprego

Tabela 12

Estimativa da população total e economicamente ativa e dos inativos maiores de 10 anos, taxas globais de participação e de desemprego total  
Região Metropolitana de Salvador – jan.2010-out.2011

(%)

| Períodos            | População Economicamente Ativa (PEA) |            |                       |            |                       |            | Inativos maiores de 10 Anos |            | Taxas                  |                            | População total (1) |   |
|---------------------|--------------------------------------|------------|-----------------------|------------|-----------------------|------------|-----------------------------|------------|------------------------|----------------------------|---------------------|---|
|                     | Total                                |            | Ocupados              |            | Desempregados         |            |                             |            |                        |                            |                     |   |
|                     | Números absolutos (1)                | Índice (2) | Números absolutos (1) | Índice (2) | Números absolutos (1) | Índice (2) | Números absolutos (1)       | Índice (2) | Participação (PEA/PIA) | Desemprego total (DES/PEA) |                     |   |
| Janeiro 2010        | 1.849                                | 123,5      | 1.522                 | 138,5      | 327                   | 82,2       | 1.333                       | 139,1      | 58,1                   | 17,7                       | 3.656               |   |
| Fevereiro           | 1.866                                | 124,6      | 1.515                 | 137,9      | 351                   | 88,2       | 1.324                       | 138,2      | 58,5                   | 18,8                       | 3.663               |   |
| Março               | 1.867                                | 124,7      | 1.495                 | 136,0      | 372                   | 93,5       | 1.330                       | 138,8      | 58,4                   | 19,9                       | 3.669               |   |
| Abril               | 1.871                                | 125,0      | 1.516                 | 137,9      | 355                   | 89,2       | 1.333                       | 139,1      | 58,4                   | 19,0                       | 3.676               |   |
| Maio                | 1.853                                | 123,8      | 1.516                 | 137,9      | 337                   | 84,7       | 1.358                       | 141,8      | 57,7                   | 18,2                       | 3.682               |   |
| Junho               | 1.873                                | 125,1      | 1.560                 | 141,9      | 313                   | 78,6       | 1.345                       | 140,4      | 58,2                   | 16,7                       | 3.688               |   |
| Julho               | 1.867                                | 124,7      | 1.551                 | 141,1      | 316                   | 79,4       | 1.358                       | 141,8      | 57,9                   | 16,9                       | 3.695               |   |
| Agosto              | 1.901                                | 127,0      | 1.591                 | 144,8      | 310                   | 77,9       | 1.332                       | 139,0      | 58,8                   | 16,3                       | 3.701               |   |
| Setembro            | 1.882                                | 125,7      | 1.577                 | 143,5      | 305                   | 76,6       | 1.357                       | 141,6      | 58,1                   | 16,2                       | 3.708               |   |
| Outubro             | 1.906                                | 127,3      | 1.612                 | 146,7      | 294                   | 73,9       | 1.341                       | 140,0      | 58,7                   | 15,4                       | 3.714               |   |
| Novembro            | 1.884                                | 125,9      | 1.605                 | 146,0      | 279                   | 70,1       | 1.370                       | 143,0      | 57,9                   | 14,8                       | 3.721               |   |
| Dezembro            | 1.905                                | 127,3      | 1.642                 | 149,4      | 263                   | 66,1       | 1.357                       | 141,6      | 58,4                   | 13,8                       | 3.727               |   |
| Janeiro 2011        | 1.889                                | 126,2      | 1.632                 | 148,5      | 257                   | 64,6       | 1.379                       | 143,9      | 57,8                   | 13,6                       | 3.734               |   |
| Fevereiro           | 1.874                                | 125,2      | 1.606                 | 146,1      | 268                   | 67,3       | 1.402                       | 146,3      | 57,2                   | 14,3                       | 3.740               |   |
| Março               | 1.845                                | 123,2      | 1.555                 | 141,5      | 290                   | 72,9       | 1.438                       | 150,1      | 56,2                   | 15,7                       | 3.747               |   |
| Abril               | 1.833                                | 122,4      | 1.545                 | 140,6      | 288                   | 72,4       | 1.458                       | 152,2      | 55,7                   | 15,7                       | 3.753               |   |
| Maio                | 1.834                                | 122,5      | 1.548                 | 140,9      | 286                   | 71,9       | 1.464                       | 152,8      | 55,6                   | 15,6                       | 3.760               |   |
| Junho               | 1.844                                | 123,2      | 1.558                 | 141,8      | 286                   | 71,9       | 1.461                       | 152,5      | 55,8                   | 15,5                       | 3.767               |   |
| Julho               | 1.865                                | 124,6      | 1.574                 | 143,2      | 291                   | 73,1       | 1.448                       | 151,1      | 56,3                   | 15,6                       | 3.773               |   |
| Agosto              | 1.889                                | 126,2      | 1.594                 | 145,0      | 295                   | 74,1       | 1.431                       | 149,4      | 56,9                   | 15,6                       | 3.780               |   |
| Setembro            | 1.897                                | 126,7      | 1.597                 | 145,3      | 300                   | 75,4       | 1.431                       | 149,4      | 57,0                   | 15,8                       | 3.786               |   |
| Outubro             | 1.891                                | 126,3      | 1.590                 | 144,7      | 301                   | 75,6       | 1.444                       | 150,7      | 56,7                   | 15,9                       | 3.793               |   |
| Variação mensal     |                                      |            |                       |            |                       |            |                             |            |                        |                            |                     |   |
| Out. 2011/set. 2011 | -0,3                                 |            | -0,4                  |            | 0,3                   |            | 0,9                         |            | -0,5                   |                            | 0,6                 | – |
| Variação no ano     |                                      |            |                       |            |                       |            |                             |            |                        |                            |                     |   |
| Out. 2011/dez. 2010 | -0,7                                 |            | -3,2                  |            | 14,4                  |            | 6,4                         |            | -2,9                   |                            | 15,2                | – |
| Variação anual      |                                      |            |                       |            |                       |            |                             |            |                        |                            |                     |   |
| Out. 2011/out. 2010 | -0,8                                 |            | -1,4                  |            | 2,4                   |            | 7,7                         |            | -3,4                   |                            | 3,2                 | – |

Fonte: PEDRMS (Convênio SEI, Setre, Dieese, Seade, MTE/FAT).

(1) Em 1.000 pessoas. A partir de janeiro/2007 as projeções da população total e da população em idade ativa foram ajustadas com base nos resultados definitivos do Censo 2000.

(2) Base: média de 2000 = 100.

Tabela 13

Taxas de desemprego, por tipo de desemprego

Região Metropolitana de Salvador, município de Salvador e demais municípios da Região Metropolitana de Salvador - jan.2010-out.2011

(%)

| Trimestres                 | Taxas de desemprego, por tipo          |             |             |             |            |                       |             |             |                          |             |            |
|----------------------------|----------------------------------------|-------------|-------------|-------------|------------|-----------------------|-------------|-------------|--------------------------|-------------|------------|
|                            | Região Metropolitana de Salvador (RMS) |             |             |             |            | Município de Salvador |             |             | Demais municípios da RNS |             |            |
|                            | Total                                  | Aberto      | Oculto      |             |            | Total                 | Aberto      | Oculto      | Total                    | Aberto      | Oculto     |
|                            |                                        |             | Total       | Precário    | Desalento  |                       |             |             |                          |             |            |
| <b>Janeiro 2010</b>        | <b>17,7</b>                            | <b>11,1</b> | <b>6,6</b>  | <b>4,4</b>  | <b>2,2</b> | <b>16,2</b>           | <b>10,1</b> | <b>6,1</b>  | <b>23,0</b>              | <b>14,7</b> | <b>8,4</b> |
| Fevereiro                  | 18,8                                   | 11,6        | 7,2         | 4,9         | 2,4        | 17,6                  | 10,7        | 6,9         | 23,3                     | 14,8        | 8,5        |
| Março                      | 19,9                                   | 12,4        | 7,5         | 5,0         | 2,5        | 18,6                  | 11,4        | 7,2         | 25,0                     | 16,2        | 8,8        |
| Abril                      | 19,0                                   | 12,2        | 6,8         | 4,8         | 2,0        | 17,7                  | 11,2        | 6,5         | 24,2                     | 16,2        | 8,0        |
| Maio                       | 18,2                                   | 12,3        | 6,0         | 4,2         | 1,7        | 16,7                  | 11,1        | 5,6         | 23,8                     | 16,6        | 7,2        |
| Junho                      | 16,7                                   | 11,3        | 5,3         | 3,8         | 1,6        | 15,2                  | 10,4        | 4,8         | 22,0                     | 14,9        | 7,1        |
| Julho                      | 16,9                                   | 11,6        | 5,2         | 3,6         | 1,7        | 15,2                  | 10,6        | 4,5         | 23,1                     | 15,3        | 7,8        |
| Agosto                     | 16,3                                   | 10,8        | 5,5         | 3,6         | 1,9        | 14,9                  | 10,1        | 4,8         | 21,7                     | 13,5        | 8,1        |
| Setembro                   | 16,2                                   | 10,7        | 5,5         | 3,7         | 1,8        | 15,2                  | 10,1        | 5,0         | 20,4                     | 12,9        | 7,5        |
| Outubro                    | 15,4                                   | 10,1        | 5,3         | 3,6         | 1,7        | 14,9                  | 9,7         | 5,2         | 17,6                     | 11,7        | (1)        |
| Novembro                   | 14,8                                   | 10,1        | 4,7         | 3,3         | 1,4        | 13,8                  | 9,4         | 4,4         | 18,8                     | 12,8        | (1)        |
| Dezembro                   | 13,8                                   | 9,8         | 4,0         | 2,8         | (1)        | 12,6                  | 8,9         | 3,7         | 18,5                     | 13,1        | (1)        |
| <b>Janeiro 2011</b>        | <b>13,6</b>                            | <b>9,4</b>  | <b>4,2</b>  | <b>2,8</b>  | <b>1,4</b> | <b>12,7</b>           | <b>8,8</b>  | <b>3,9</b>  | <b>17,2</b>              | <b>11,8</b> | <b>(1)</b> |
| Fevereiro                  | 14,3                                   | 9,6         | 4,7         | 3,2         | 1,5        | 14,1                  | 9,3         | 4,8         | 15,2                     | 10,7        | (1)        |
| Março                      | 15,7                                   | 10,0        | 5,7         | 3,6         | 2,0        | 15,3                  | 9,5         | 5,8         | 17,3                     | 12,0        | (1)        |
| Abril                      | 15,7                                   | 10,2        | 5,5         | 3,6         | 1,9        | 15,1                  | 9,6         | 5,5         | 18,0                     | 12,7        | (1)        |
| Maio                       | 15,6                                   | 10,2        | 5,4         | 3,6         | 1,8        | 14,8                  | 9,4         | 5,3         | 19,1                     | 13,4        | (1)        |
| Junho                      | 15,5                                   | 10,4        | 5,1         | 3,6         | 1,5        | 14,6                  | 9,7         | 5,0         | 18,9                     | 13,2        | (1)        |
| Julho                      | 15,6                                   | 10,6        | 5,0         | 3,5         | 1,5        | 14,8                  | 10,0        | 4,7         | 18,9                     | 13,0        | (1)        |
| Agosto                     | 15,6                                   | 11,0        | 4,6         | 3,4         | (1)        | 15,0                  | 10,6        | 4,5         | 17,6                     | 12,5        | (1)        |
| Setembro                   | 15,8                                   | 11,3        | 4,5         | 3,3         | (1)        | 15,2                  | 10,8        | 4,4         | 18,0                     | 13,0        | (1)        |
| <b>Outubro</b>             | <b>15,9</b>                            | <b>11,2</b> | <b>4,8</b>  | <b>3,6</b>  | <b>(1)</b> | <b>15,3</b>           | <b>10,5</b> | <b>4,8</b>  | <b>18,2</b>              | <b>13,5</b> | <b>(1)</b> |
| <b>Variação mensal</b>     |                                        |             |             |             |            |                       |             |             |                          |             |            |
| <b>Out. 2011/set. 2011</b> | <b>0,6</b>                             | <b>-0,9</b> | <b>6,7</b>  | <b>9,1</b>  | <b>-</b>   | <b>0,7</b>            | <b>-2,8</b> | <b>9,1</b>  | <b>1,1</b>               | <b>3,8</b>  | <b>-</b>   |
| <b>Variação no ano</b>     |                                        |             |             |             |            |                       |             |             |                          |             |            |
| <b>Out. 2011/dez. 2010</b> | <b>15,2</b>                            | <b>14,3</b> | <b>20,0</b> | <b>28,6</b> | <b>-</b>   | <b>21,4</b>           | <b>18,0</b> | <b>29,7</b> | <b>-1,6</b>              | <b>3,1</b>  | <b>-</b>   |
| <b>Variação anual</b>      |                                        |             |             |             |            |                       |             |             |                          |             |            |
| <b>Out. 2011/out. 2010</b> | <b>3,2</b>                             | <b>10,9</b> | <b>-9,4</b> | <b>0,0</b>  | <b>-</b>   | <b>2,7</b>            | <b>8,2</b>  | <b>-7,7</b> | <b>3,4</b>               | <b>15,4</b> | <b>-</b>   |

Fonte: PEDRMS (Convênio SEI, Setre, Dieese, Seade, MTE/FAT).

(1) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.

**Tabela 14**  
**Distribuição dos ocupados, por setor de atividade econômica**  
**Região Metropolitana de Salvador – jan.2010-out.2011**

| Períodos            | Total (1)    | Setores de Atividade Econômica |                  |             |                       |                       |                     |
|---------------------|--------------|--------------------------------|------------------|-------------|-----------------------|-----------------------|---------------------|
|                     |              | Indústria de transformação     | Construção civil | Comércio    | Serviços produção (2) | Serviços pessoais (3) | Serviços domésticos |
| <b>Janeiro 2010</b> | <b>100,0</b> | <b>8,8</b>                     | <b>7,0</b>       | <b>16,3</b> | <b>33,0</b>           | <b>27,2</b>           | <b>6,7</b>          |
| Fevereiro           | 100,0        | 8,5                            | 6,8              | 16,7        | 31,9                  | 28,3                  | 7,0                 |
| Março               | 100,0        | 8,2                            | 6,9              | 16,4        | 32,1                  | 28,1                  | 7,3                 |
| Abril               | 100,0        | 7,9                            | 6,9              | 16,7        | 33,1                  | 26,7                  | 7,7                 |
| Maio                | 100,0        | 8,2                            | 7,1              | 17,1        | 33,6                  | 25,5                  | 7,8                 |
| Junho               | 100,0        | 8,2                            | 7,0              | 17,4        | 33,8                  | 25,3                  | 7,5                 |
| Julho               | 100,0        | 8,5                            | 7,2              | 16,3        | 34,0                  | 25,8                  | 7,4                 |
| Agosto              | 100,0        | 8,3                            | 7,2              | 15,6        | 34,4                  | 26,2                  | 7,5                 |
| Setembro            | 100,0        | 8,1                            | 7,4              | 15,8        | 34,1                  | 26,2                  | 7,5                 |
| Outubro             | 100,0        | 7,7                            | 7,6              | 16,3        | 33,4                  | 26,4                  | 7,4                 |
| Novembro            | 100,0        | 8,2                            | 7,9              | 16,3        | 33,2                  | 26,1                  | 6,9                 |
| Dezembro            | 100,0        | 8,3                            | 7,8              | 16,5        | 33,3                  | 25,8                  | 6,9                 |
| <b>Janeiro 2011</b> | <b>100,0</b> | <b>9,1</b>                     | <b>7,9</b>       | <b>16,5</b> | <b>32,7</b>           | <b>25,8</b>           | <b>7,0</b>          |
| Fevereiro           | 100,0        | 8,7                            | 8,2              | 16,3        | 32,1                  | 26,2                  | 7,7                 |
| Março               | 100,0        | 9,2                            | 8,2              | 15,8        | 31,1                  | 27,1                  | 7,9                 |
| Abril               | 100,0        | 9,2                            | 8,1              | 15,7        | 31,7                  | 26,8                  | 8,0                 |
| Maio                | 100,0        | 9,6                            | 8,1              | 16,2        | 31,0                  | 26,1                  | 8,0                 |
| Junho               | 100,0        | 9,3                            | 8,3              | 16,6        | 31,4                  | 25,3                  | 7,9                 |
| Julho               | 100,0        | 9,0                            | 7,8              | 16,8        | 31,4                  | 25,7                  | 8,1                 |
| Agosto              | 100,0        | 8,5                            | 8,0              | 16,7        | 32,0                  | 25,6                  | 8,3                 |
| Setembro            | 100,0        | 8,1                            | 8,6              | 17,0        | 31,7                  | 25,3                  | 8,5                 |
| <b>Outubro</b>      | <b>100,0</b> | <b>8,5</b>                     | <b>8,7</b>       | <b>17,4</b> | <b>31,2</b>           | <b>24,8</b>           | <b>8,7</b>          |

Fonte: PEDRMS (Convênio SEI, Setre, Dieese, Seade, MTE/FAT).

(1) Incluem outros setores de atividade.

(2) Incluem transporte e armazenagem; utilidade pública; especializados; administração pública, forças armadas e polícia; creditícios e financeiros; comunicação; diversão, radiodifusão e televisão; comércio, administração de valores imobiliários e de imóveis; serviços auxiliares; outros serviços de reparação e limpeza.

(3) Incluem serviços pessoais diversos, alimentação, educação, saúde, serviços comunitários, oficinas de reparação mecânica e outros serviços.

**Tabela 15**  
**Distribuição dos ocupados, por posição na ocupação**  
**Região Metropolitana de Salvador – jan.2010-out.2011**

(%)

| Períodos            | Posição na ocupação |                                     |                              |                     |             |                          |                          |            |            |            |
|---------------------|---------------------|-------------------------------------|------------------------------|---------------------|-------------|--------------------------|--------------------------|------------|------------|------------|
|                     | Assalariados        |                                     |                              |                     | Autônomos   |                          |                          | Empregador | Domésticos | Outros (2) |
|                     | Total (1)           | Assalariado priv. c/carteira assin. | Assalariado priv. s/carteira | Assalariado público | Total       | Autônomo trab. p/público | Autônomo trab. p/empresa |            |            |            |
| <b>Janeiro 2010</b> | <b>66,3</b>         | <b>43,2</b>                         | <b>9,2</b>                   | <b>13,8</b>         | <b>22,1</b> | <b>19,8</b>              | <b>2,3</b>               | <b>2,8</b> | <b>6,7</b> | <b>2,1</b> |
| Fevereiro           | 67,0                | 44,4                                | 9,0                          | 13,5                | 21,0        | 18,5                     | 2,5                      | 3,0        | 7,0        | 2,0        |
| Março               | 66,9                | 44,2                                | 9,4                          | 13,3                | 20,6        | 18,0                     | 2,6                      | 3,2        | 7,3        | 2,0        |
| Abril               | 66,7                | 44,4                                | 9,0                          | 13,3                | 20,2        | 17,7                     | 2,5                      | 3,4        | 7,7        | 2,0        |
| Maio                | 67,0                | 44,5                                | 8,5                          | 13,8                | 20,1        | 17,7                     | 2,4                      | 3,2        | 7,8        | 1,9        |
| Junho               | 67,2                | 45,1                                | 8,1                          | 14,0                | 19,4        | 16,8                     | 2,6                      | 3,2        | 7,5        | 2,7        |
| Julho               | 67,6                | 44,8                                | 8,5                          | 14,4                | 19,4        | 16,8                     | 2,6                      | 3,0        | 7,4        | 2,6        |
| Agosto              | 67,0                | 43,7                                | 8,6                          | 14,7                | 19,9        | 17,3                     | 2,6                      | 3,0        | 7,5        | 2,6        |
| Setembro            | 67,1                | 43,5                                | 9,0                          | 14,5                | 20,3        | 17,5                     | 2,8                      | 3,1        | 7,5        | 2,0        |
| Outubro             | 66,7                | 43,4                                | 9,1                          | 14,2                | 20,2        | 17,4                     | 2,8                      | 3,2        | 7,4        | 2,5        |
| Novembro            | 67,0                | 43,8                                | 9,3                          | 13,9                | 20,8        | 17,9                     | 2,8                      | 3,2        | 6,9        | 2,1        |
| Dezembro            | 67,1                | 44,5                                | 8,7                          | 13,8                | 20,9        | 18,4                     | 2,5                      | 2,9        | 6,9        | 2,2        |
| <b>Janeiro 2011</b> | <b>67,5</b>         | <b>45,2</b>                         | <b>8,6</b>                   | <b>13,5</b>         | <b>20,9</b> | <b>18,5</b>              | <b>2,3</b>               | <b>2,9</b> | <b>7,0</b> | <b>1,7</b> |
| Fevereiro           | 66,9                | 45,3                                | 8,2                          | 13,3                | 21,1        | 18,9                     | 2,2                      | 2,6        | 7,7        | 1,7        |
| Março               | 66,6                | 45,3                                | 8,3                          | 12,9                | 21,0        | 18,6                     | 2,3                      | 2,9        | 7,9        | 1,6        |
| Abril               | 67,2                | 46,6                                | 8,0                          | 12,5                | 20,5        | 18,0                     | 2,5                      | 2,9        | 8,0        | (3)        |
| Maio                | 68,0                | 47,9                                | 8,0                          | 12,0                | 19,6        | 17,2                     | 2,4                      | 2,8        | 8,0        | (3)        |
| Junho               | 68,5                | 48,2                                | 8,0                          | 12,2                | 19,8        | 17,5                     | 2,3                      | 2,4        | 7,9        | (3)        |
| Julho               | 67,7                | 47,5                                | 7,8                          | 12,4                | 20,5        | 17,8                     | 2,7                      | 2,3        | 8,1        | (3)        |
| Agosto              | 66,8                | 47,0                                | 7,9                          | 11,9                | 21,1        | 18,4                     | 2,7                      | 2,4        | 8,2        | (3)        |
| Setembro            | 66,0                | 46,8                                | 7,9                          | 11,3                | 21,6        | 19,1                     | 2,5                      | 2,4        | 8,5        | (3)        |
| <b>Outubro</b>      | <b>66,1</b>         | <b>47,5</b>                         | <b>8,1</b>                   | <b>10,5</b>         | <b>21,2</b> | <b>19,2</b>              | <b>2,0</b>               | <b>2,5</b> | <b>8,6</b> | <b>1,6</b> |

Fonte: PEDRMS (Convênio SEI, Setre, Dieese, Seade, MTE/FAT).

(1) Incluem os que não informaram o segmento em que trabalham.

(2) Incluem Trabalhadores familiares e Donos de negócios familiares.

(3) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.

**Tabela 16**  
**Rendimento médio real trimestral dos ocupados, assalariados e autônomos no trabalho principal**  
**Região Metropolitana de Salvador – jan.2010-set.2011**

(R\$)

| Trimestres                 | Rendimento Médio Real |              |                    |              |                    |              |
|----------------------------|-----------------------|--------------|--------------------|--------------|--------------------|--------------|
|                            | Ocupados (1)          |              | Assalariados (2)   |              | Autônomos          |              |
|                            | Valor Absoluto (3)    | Índice (4)   | Valor Absoluto (3) | Índice (4)   | Valor Absoluto (3) | Índice (4)   |
| <b>Janeiro 2010</b>        | <b>1.098</b>          | <b>105,9</b> | <b>1.205</b>       | <b>105,1</b> | <b>785</b>         | <b>112,0</b> |
| Fevereiro                  | 1.096                 | 105,7        | 1.198              | 104,5        | 781                | 111,4        |
| Março                      | 1.136                 | 109,6        | 1.240              | 108,1        | 808                | 115,2        |
| Abril                      | 1.140                 | 109,9        | 1.235              | 107,7        | 804                | 114,6        |
| Mai                        | 1.160                 | 111,9        | 1.238              | 108,0        | 822                | 117,2        |
| Junho                      | 1.146                 | 110,5        | 1.234              | 107,6        | 796                | 113,5        |
| Julho                      | 1.172                 | 113,1        | 1.268              | 110,5        | 829                | 118,1        |
| Agosto                     | 1.141                 | 110,1        | 1.247              | 108,7        | 804                | 114,6        |
| Setembro                   | 1.151                 | 111,0        | 1.244              | 108,5        | 789                | 112,5        |
| Outubro                    | 1.116                 | 107,7        | 1.219              | 106,3        | 731                | 104,2        |
| Novembro                   | 1.128                 | 108,9        | 1.231              | 107,3        | 780                | 111,2        |
| Dezembro                   | 1.141                 | 110,0        | 1.240              | 108,1        | 809                | 115,4        |
| <b>Janeiro 2011</b>        | <b>1.119</b>          | <b>107,9</b> | <b>1.221</b>       | <b>106,5</b> | <b>817</b>         | <b>116,5</b> |
| Fevereiro                  | 1.113                 | 107,4        | 1.211              | 105,6        | 777                | 110,7        |
| Março                      | 1.059                 | 102,1        | 1.157              | 100,9        | 765                | 109,0        |
| Abril                      | 1.080                 | 104,2        | 1.182              | 103,1        | 770                | 109,7        |
| Mai                        | 1.064                 | 102,7        | 1.165              | 101,6        | 764                | 109,0        |
| Junho                      | 1.068                 | 103,1        | 1.174              | 102,4        | 789                | 112,5        |
| Julho                      | 1.037                 | 100,0        | 1.133              | 98,8         | 809                | 115,3        |
| Agosto                     | 1.014                 | 97,8         | 1.112              | 97,0         | 773                | 110,2        |
| <b>Setembro</b>            | <b>1.001</b>          | <b>96,5</b>  | <b>1.106</b>       | <b>96,5</b>  | <b>736</b>         | <b>105,0</b> |
| <b>Variação mensal</b>     |                       |              |                    |              |                    |              |
| <b>Set. 2011/ago. 2011</b> |                       | <b>-1,3</b>  |                    | <b>-0,6</b>  |                    | <b>-4,8</b>  |
| <b>Variação no ano</b>     |                       |              |                    |              |                    |              |
| <b>Set. 2011/dez. 2010</b> |                       | <b>-12,3</b> |                    | <b>-10,8</b> |                    | <b>-9,0</b>  |
| <b>Variação anual</b>      |                       |              |                    |              |                    |              |
| <b>Set. 2011/set. 2010</b> |                       | <b>-13,1</b> |                    | <b>-11,1</b> |                    | <b>-6,7</b>  |

Fonte: PEDRMS ( Convênio SEI, Setre, Dieese, Seade, MTE/FAT.)

(1) Exclui os Assalariados e os Empregados domésticos assalariados que não tiveram remuneração no mês, os Trabalhadores familiares sem remuneração salarial e os Trabalhadores que ganharam exclusivamente em espécie ou benefício.

(2) Exclui os Assalariados que não tiveram remuneração no mês.

(3) Inflator utilizado – Índice de Preços ao Consumidor – SEI. Valores em reais de Setembro – 2011.

(4) Base: Média de 2000 = 100.

**Tabela 17**  
**Rendimento médio real trimestral dos ocupados, por grau de instrução (1)**  
**Região Metropolitana de Salvador – jan.2010-set.2011**

(R\$)

| Períodos                   | Total (2)    | Rendimento médio real trimestral dos ocupados |                    |                                    |                                    |                  |
|----------------------------|--------------|-----------------------------------------------|--------------------|------------------------------------|------------------------------------|------------------|
|                            |              | Analfabetos                                   | 1º grau incompleto | 1º grau completo/<br>2º incompleto | 2º grau completo/<br>3º incompleto | 3º grau completo |
| <b>Janeiro 2010</b>        | <b>1.098</b> | <b>(3)</b>                                    | <b>614</b>         | <b>732</b>                         | <b>1.069</b>                       | <b>2.467</b>     |
| Fevereiro                  | 1.096        | (3)                                           | 619                | 730                                | 1.048                              | 2.562            |
| Março                      | 1.136        | (3)                                           | 614                | 719                                | 1.052                              | 2.755            |
| Abril                      | 1.140        | (3)                                           | 611                | 702                                | 1.057                              | 2.818            |
| Maio                       | 1.160        | (3)                                           | 605                | 693                                | 1.067                              | 2.912            |
| Junho                      | 1.146        | (3)                                           | 602                | 691                                | 1.074                              | 2.830            |
| Julho                      | 1.172        | (3)                                           | 589                | 724                                | 1.104                              | 2.813            |
| Agosto                     | 1.141        | (3)                                           | 614                | 712                                | 1.121                              | 2.534            |
| Setembro                   | 1.151        | (3)                                           | 625                | 693                                | 1.133                              | 2.596            |
| Outubro                    | 1.116        | (3)                                           | 638                | 699                                | 1.087                              | 2.533            |
| Novembro                   | 1.128        | (3)                                           | 639                | 741                                | 1.081                              | 2.587            |
| Dezembro                   | 1.141        | (3)                                           | 638                | 771                                | 1.098                              | 2.562            |
| <b>Janeiro 2011</b>        | <b>1.119</b> | <b>(3)</b>                                    | <b>616</b>         | <b>753</b>                         | <b>1.100</b>                       | <b>2.554</b>     |
| Fevereiro                  | 1.113        | (3)                                           | 635                | 716                                | 1.071                              | 2.605            |
| Março                      | 1.059        | (3)                                           | 630                | 716                                | 1.021                              | 2.490            |
| Abril                      | 1.080        | (3)                                           | 651                | 711                                | 1.031                              | 2.567            |
| Maio                       | 1.064        | (3)                                           | 626                | 724                                | 1.029                              | 2.666            |
| Junho                      | 1.068        | (3)                                           | 619                | 696                                | 1.036                              | 2.738            |
| Julho                      | 1.037        | (3)                                           | 644                | 721                                | 1.007                              | 2.660            |
| Agosto                     | 1.014        | (3)                                           | 644                | 727                                | 1.013                              | 2.507            |
| <b>Setembro</b>            | <b>1.001</b> | <b>(3)</b>                                    | <b>638</b>         | <b>723</b>                         | <b>1.008</b>                       | <b>2.444</b>     |
| <b>Variação mensal</b>     |              |                                               |                    |                                    |                                    |                  |
| <b>Set. 2011/ago. 2011</b> | <b>-1,3</b>  | –                                             | <b>-1,0</b>        | <b>-0,5</b>                        | <b>-0,5</b>                        | <b>-2,5</b>      |
| <b>Variação no ano</b>     |              |                                               |                    |                                    |                                    |                  |
| <b>Set. 2011/dez. 2010</b> | <b>-12,3</b> | –                                             | <b>-0,1</b>        | <b>-6,3</b>                        | <b>-8,2</b>                        | <b>-4,6</b>      |
| <b>Variação anual</b>      |              |                                               |                    |                                    |                                    |                  |
| <b>Set. 2011/set. 2010</b> | <b>-13,1</b> | –                                             | <b>2,1</b>         | <b>4,3</b>                         | <b>-11,0</b>                       | <b>-5,9</b>      |

Fonte: PEDRMS (Convênio SEI, Setre, Dieese, Seade, MTE/FAT).

(1) Inflator utilizado: IPC - SEI; valores em reais de Setembro – 2011.

(2) Excluem os assalariados e os empregados domésticos assalariados que não tiveram remuneração no mês, os trabalhadores familiares sem remuneração salarial e os trabalhadores que ganharam exclusivamente em espécie ou benefício.

(3) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.

**Tabela 18**

**Rendimento médio real trimestral dos assalariados no setor público e privado, por setor de atividade econômica e carteira de trabalho assinada e não-assinada pelo atual empregador (1)**  
**Região Metropolitana de Salvador – jan. 2010-set. 2011**

| Trimestres          | Total (2) | Assalariados no setor privado |                            |          |          |                      |              | Assalariados do setor público (3) |
|---------------------|-----------|-------------------------------|----------------------------|----------|----------|----------------------|--------------|-----------------------------------|
|                     |           | Total                         | Setor de atividade         |          |          | Carteira de trabalho |              |                                   |
|                     |           |                               | Indústria de transformação | Comércio | Serviços | Assinada             | Não-assinada |                                   |
| Janeiro 2010        | 1.205     | 1.044                         | 1.335                      | 808      | 1.043    | 1.119                | 650          | 1.870                             |
| Fevereiro           | 1.198     | 1.023                         | 1.274                      | 810      | 1.027    | 1.104                | 609          | 1.935                             |
| Março               | 1.240     | 1.024                         | 1.334                      | 832      | 1.017    | 1.105                | 590          | 2.184                             |
| Abril               | 1.235     | 1.025                         | 1.318                      | 838      | 1.016    | 1.105                | 584          | 2.117                             |
| Mai                 | 1.238     | 1.016                         | 1.305                      | 856      | 987      | 1.088                | 587          | 2.164                             |
| Junho               | 1.234     | 1.038                         | 1.270                      | 861      | 1.039    | 1.105                | 658          | 2.010                             |
| Julho               | 1.268     | 1.057                         | 1.326                      | 879      | 1.049    | 1.123                | 699          | 2.074                             |
| Agosto              | 1.247     | 1.069                         | 1.344                      | 888      | 1.074    | 1.138                | 715          | 1.929                             |
| Setembro            | 1.244     | 1.067                         | 1.359                      | 873      | 1.077    | 1.142                | 687          | 1.936                             |
| Outubro             | 1.219     | 1.051                         | 1.301                      | 855      | 1.066    | 1.131                | 658          | 1.883                             |
| Novembro            | 1.231     | 1.043                         | 1.357                      | 839      | 1.041    | 1.121                | 622          | 1.964                             |
| Dezembro            | 1.240     | 1.063                         | 1.390                      | 878      | 1.040    | 1.145                | 621          | 1.963                             |
| Janeiro 2011        | 1.221     | 1.049                         | 1.400                      | 849      | 1.019    | 1.120                | 640          | 1.930                             |
| Fevereiro           | 1.211     | 1.043                         | 1.286                      | 867      | 1.031    | 1.113                | 646          | 1.936                             |
| Março               | 1.157     | 997                           | 1.183                      | 827      | 998      | 1.053                | 654          | 1.883                             |
| Abril               | 1.182     | 1.014                         | 1.215                      | 867      | 1.006    | 1.068                | 670          | 2.005                             |
| Mai                 | 1.165     | 1.009                         | 1.257                      | 839      | 995      | 1.061                | 680          | 1.921                             |
| Junho               | 1.174     | 1.002                         | 1.255                      | 849      | 978      | 1.059                | 645          | 1.975                             |
| Julho               | 1.133     | 984                           | 1.212                      | 824      | 976      | 1.048                | 590          | 1.857                             |
| Agosto              | 1.112     | 981                           | 1.149                      | 848      | 986      | 1.042                | 598          | 1.788                             |
| Setembro            | 1.106     | 987                           | 1.210                      | 854      | 986      | 1.052                | 583          | 1.789                             |
| Variação mensal     |           |                               |                            |          |          |                      |              |                                   |
| Set. 2011/ago. 2011 | -0,6      | 0,6                           | 5,3                        | 0,6      | 0,0      | 0,9                  | -2,5         | 0,1                               |
| Variação no ano     |           |                               |                            |          |          |                      |              |                                   |
| Set. 2011/dez. 2010 | -10,8     | -7,2                          | -13,0                      | -2,8     | -5,2     | -8,2                 | -6,0         | -8,8                              |
| Variação anual      |           |                               |                            |          |          |                      |              |                                   |
| Set. 2011/set. 2010 | -11,1     | -7,5                          | -11,0                      | -2,2     | -8,5     | -7,9                 | -15,2        | -7,6                              |

Fonte: PEDRMS (Convênio SEI, Setre, Dieese, Seade, MTE/FAT).

(1) Inflator utilizado: Índice de Preços ao Consumidor – SEI; valores em reais de junho de 2011.

(2) Excluem os assalariados que não tiveram remuneração no mês e os empregados domésticos.

(3) Incluem os estatutários e celetistas que trabalham em instituições públicas (governos municipal, estadual, federal, empresa de economia mista, autarquia, fundação, etc.).

**Tabela 19**  
**Rendimento real trimestral máximo e mínimo dos ocupados e dos assalariados no trabalho principal (1)**  
**Região Metropolitana de Salvador – jan.2010-set.2011**

(R\$)

| Períodos                   | Rendimento médio real trimestral |                            |                            |                                |                                |                            |                            |                            |                                |                                |
|----------------------------|----------------------------------|----------------------------|----------------------------|--------------------------------|--------------------------------|----------------------------|----------------------------|----------------------------|--------------------------------|--------------------------------|
|                            | Ocupados (2)                     |                            |                            |                                |                                | Assalariados (3)           |                            |                            |                                |                                |
|                            | 10% mais pobres ganham até       | 25% mais pobres ganham até | 50% mais pobres ganham até | 25% mais ricos ganham acima de | 10% mais ricos ganham acima de | 10% mais pobres ganham até | 25% mais pobres ganham até | 50% mais pobres ganham até | 25% mais ricos ganham acima de | 10% mais ricos ganham acima de |
| <b>Janeiro 2010</b>        | <b>323</b>                       | <b>506</b>                 | <b>696</b>                 | <b>1.291</b>                   | <b>2.221</b>                   | <b>506</b>                 | <b>549</b>                 | <b>807</b>                 | <b>1.360</b>                   | <b>2.456</b>                   |
| Fevereiro                  | 321                              | 543                        | 699                        | 1.210                          | 2.182                          | 506                        | 548                        | 802                        | 1.305                          | 2.393                          |
| Março                      | 320                              | 543                        | 699                        | 1.278                          | 2.284                          | 543                        | 549                        | 799                        | 1.293                          | 2.487                          |
| Abril                      | 319                              | 540                        | 695                        | 1.244                          | 2.337                          | 540                        | 544                        | 763                        | 1.282                          | 2.476                          |
| Maio                       | 317                              | 537                        | 713                        | 1.264                          | 2.450                          | 537                        | 543                        | 768                        | 1.288                          | 2.462                          |
| Junho                      | 317                              | 536                        | 718                        | 1.264                          | 2.436                          | 536                        | 540                        | 792                        | 1.338                          | 2.455                          |
| Julho                      | 317                              | 537                        | 737                        | 1.271                          | 2.455                          | 537                        | 540                        | 805                        | 1.383                          | 2.634                          |
| Agosto                     | 318                              | 540                        | 738                        | 1.271                          | 2.331                          | 538                        | 540                        | 832                        | 1.401                          | 2.534                          |
| Setembro                   | 317                              | 540                        | 739                        | 1.272                          | 2.335                          | 540                        | 541                        | 827                        | 1.395                          | 2.547                          |
| Outubro                    | 316                              | 538                        | 722                        | 1.271                          | 2.220                          | 538                        | 540                        | 823                        | 1.377                          | 2.443                          |
| Novembro                   | 314                              | 533                        | 732                        | 1.265                          | 2.320                          | 533                        | 540                        | 836                        | 1.371                          | 2.449                          |
| Dezembro                   | 313                              | 533                        | 731                        | 1.265                          | 2.361                          | 532                        | 542                        | 834                        | 1.376                          | 2.508                          |
| <b>Janeiro 2011</b>        | <b>312</b>                       | <b>531</b>                 | <b>719</b>                 | <b>1.251</b>                   | <b>2.279</b>                   | <b>531</b>                 | <b>555</b>                 | <b>822</b>                 | <b>1.341</b>                   | <b>2.409</b>                   |
| Fevereiro                  | 308                              | 531                        | 719                        | 1.232                          | 2.211                          | 531                        | 560                        | 821                        | 1.335                          | 2.378                          |
| Março                      | 307                              | 554                        | 715                        | 1.226                          | 2.055                          | 554                        | 560                        | 786                        | 1.233                          | 2.060                          |
| Abril                      | 308                              | 554                        | 711                        | 1.219                          | 2.053                          | 554                        | 559                        | 813                        | 1.242                          | 2.145                          |
| Maio                       | 304                              | 553                        | 710                        | 1.218                          | 2.042                          | 553                        | 556                        | 792                        | 1.225                          | 2.133                          |
| Junho                      | 304                              | 554                        | 696                        | 1.117                          | 2.032                          | 553                        | 554                        | 762                        | 1.219                          | 2.194                          |
| Julho                      | 303                              | 551                        | 697                        | 1.112                          | 2.029                          | 551                        | 553                        | 761                        | 1.218                          | 2.031                          |
| Agosto                     | 303                              | 551                        | 707                        | 1.101                          | 2.021                          | 551                        | 553                        | 773                        | 1.213                          | 2.021                          |
| <b>Setembro</b>            | <b>303</b>                       | <b>545</b>                 | <b>700</b>                 | <b>1.100</b>                   | <b>2.021</b>                   | <b>545</b>                 | <b>550</b>                 | <b>773</b>                 | <b>1.212</b>                   | <b>2.021</b>                   |
| <b>Variação mensal</b>     |                                  |                            |                            |                                |                                |                            |                            |                            |                                |                                |
| <b>Set. 2011/ago. 2011</b> | <b>0,0</b>                       | <b>-1,0</b>                | <b>-1,0</b>                | <b>-0,1</b>                    | <b>0,0</b>                     | <b>-1,0</b>                | <b>-0,5</b>                | <b>0,0</b>                 | <b>0,0</b>                     | <b>0,0</b>                     |
| <b>Variação no ano</b>     |                                  |                            |                            |                                |                                |                            |                            |                            |                                |                                |
| <b>Set. 2011/dez. 2010</b> | <b>-3,1</b>                      | <b>2,3</b>                 | <b>-4,2</b>                | <b>-13,0</b>                   | <b>-14,4</b>                   | <b>2,5</b>                 | <b>1,4</b>                 | <b>-7,3</b>                | <b>-11,9</b>                   | <b>-19,4</b>                   |
| <b>Variação anual</b>      |                                  |                            |                            |                                |                                |                            |                            |                            |                                |                                |
| <b>Set. 2011/set. 2010</b> | <b>-4,4</b>                      | <b>1,0</b>                 | <b>-5,3</b>                | <b>-13,5</b>                   | <b>-13,5</b>                   | <b>1,0</b>                 | <b>1,7</b>                 | <b>-6,5</b>                | <b>-13,1</b>                   | <b>-20,7</b>                   |

Fonte: PEDRMS (Convênio SEI, Setre, Dieese, Seade, MTE/FAT).

(1) Inflator utilizado – Índice de Preços ao Consumidor – SEI. Valores em reais de Setembro – 2011.

(2) Exclusive os Assalariados e os Empregados domésticos assalariados que não tiveram remuneração no mês, os Trabalhadores familiares sem remuneração salarial e os Trabalhadores que ganharam exclusivamente em espécie ou benefício.

(3) Exclusive os Assalariados que não tiveram remuneração no mês.

## Emprego formal

**Tabela 20**  
**Flutuação Mensal do Emprego – Bahia – jan. 2010 - nov. 2011**

| Períodos                   | Saldo líquido (admissões – desligamentos) |                    |               |               |               |
|----------------------------|-------------------------------------------|--------------------|---------------|---------------|---------------|
|                            | Total (1)                                 | Ind. transformação | Const. civil  | Comércio      | Serviços      |
| <b>2010 (2)</b>            | <b>91.402</b>                             | <b>14.742</b>      | <b>20.485</b> | <b>17.980</b> | <b>32.198</b> |
| Janeiro                    | 14.424                                    | 2.418              | 4.029         | 1.578         | 3.972         |
| Fevereiro                  | 6.088                                     | 1.505              | 2.766         | 1.324         | 1.198         |
| Março                      | 10.226                                    | 3.146              | 4.348         | -723          | 2.033         |
| Abril                      | 10.590                                    | 2.341              | 2.600         | 518           | 1.436         |
| Maio                       | 16.301                                    | 2.663              | 2.620         | 1.659         | 3.855         |
| Junho                      | 3.705                                     | -343               | 1.184         | 775           | 961           |
| Julho                      | 8.137                                     | 1.080              | 4.385         | -856          | 3.104         |
| Agosto                     | 11.207                                    | 2.313              | 3.591         | 1.070         | 5.657         |
| Setembro                   | 10.287                                    | 2.060              | 1.591         | 2.223         | 3.962         |
| Outubro                    | 7.059                                     | 1.184              | -351          | 3.756         | 3.858         |
| Novembro                   | 10.681                                    | 390                | 2.830         | 5.240         | 4.189         |
| Dezembro                   | -17.303                                   | -4.015             | -9.108        | 1.416         | -2.027        |
| <b>2011 (3)</b>            | <b>88.193</b>                             | <b>10.272</b>      | <b>13.146</b> | <b>16.285</b> | <b>35.834</b> |
| Janeiro                    | 7.438                                     | 995                | 820           | 671           | 2.852         |
| Fevereiro                  | 3.127                                     | 4                  | -445          | 160           | 2.733         |
| Março                      | 2.758                                     | 510                | 1.222         | -1.518        | 684           |
| Abril                      | 10.623                                    | 1.065              | 2.831         | 882           | 4.065         |
| Maio                       | 11.710                                    | 1.314              | 2.751         | 1.484         | 2.021         |
| Junho                      | 11.767                                    | 1.764              | 1.586         | 716           | 2.644         |
| Julho                      | 2.033                                     | 1.449              | -3.833        | 381           | 2.088         |
| Agosto                     | 7.143                                     | 1.559              | 771           | 1.335         | 3.921         |
| Setembro                   | 3.025                                     | 455                | -481          | 1.792         | 3.163         |
| Outubro                    | 481                                       | 845                | -563          | 1.630         | 1.034         |
| Novembro                   | 3.157                                     | -1.841             | 2.371         | 2.851         | 3.082         |
| <b>Dez. 2010-nov. 2011</b> | <b>69.819</b>                             | <b>6.288</b>       | <b>3.863</b>  | <b>18.330</b> | <b>32.799</b> |

Fonte: MTE-Caged – Lei 4.923/65 – Perfil do estabelecimento.

(1) Incluem todos os setores. Dados preliminares.

(2) Este saldo não levou em consideração a incorporação de 32.545 empregos, provenientes das declarações entregues fora do prazo e dos acertos de declarações, referentes ao período de janeiro a novembro de 2010. O MTE realizou esta mudança metodológica nos dados do Caged, passando a divulgá-lo a partir de janeiro de 2011.

(3) Este saldo não levou em consideração a incorporação de 45.565 empregos, provenientes das declarações entregues fora do prazo e dos acertos de declarações, referentes ao período de janeiro a agosto de 2011. O MTE realizou esta mudança metodológica nos dados do Caged, passando a divulgá-lo a partir de janeiro de 2011.

**Tabela 21**  
**Flutuação Mensal do Emprego**  
**Região Metropolitana de Salvador – jan. 2010-nov. 2011**

| Períodos                   | Saldo líquido (admissões – desligamentos) |                    |               |              |               |
|----------------------------|-------------------------------------------|--------------------|---------------|--------------|---------------|
|                            | Total (1)                                 | Ind. transformação | Const. civil  | Comércio     | Serviços      |
| <b>2010 (2)</b>            | <b>49.262</b>                             | <b>3.653</b>       | <b>16.785</b> | <b>7.963</b> | <b>20.070</b> |
| Janeiro                    | 7.622                                     | 834                | 3.804         | 630          | 2.454         |
| Fevereiro                  | 3.699                                     | 321                | 1.631         | 439          | 1.234         |
| Março                      | 5.774                                     | 914                | 3.690         | -427         | 1.532         |
| Abril                      | 2.981                                     | 653                | 1.815         | 122          | 478           |
| Maio                       | 6.361                                     | 1.117              | 1.422         | 962          | 2.706         |
| Junho                      | 674                                       | -1.130             | 1.275         | 112          | 525           |
| Julho                      | 5.913                                     | 355                | 4.053         | -725         | 2.039         |
| Agosto                     | 7.805                                     | 584                | 3.089         | 308          | 3.566         |
| Setembro                   | 4.688                                     | 671                | 885           | 832          | 2.049         |
| Outubro                    | 5.277                                     | 324                | -1            | 1.766        | 3.141         |
| Novembro                   | 8.232                                     | 475                | 2.461         | 2.822        | 2.460         |
| Dezembro                   | -9.764                                    | -1.465             | -7.339        | 1.122        | -2.114        |
| <b>2011 (3)</b>            | <b>41.690</b>                             | <b>2.891</b>       | <b>9.153</b>  | <b>4.050</b> | <b>23.259</b> |
| Janeiro                    | 2.964                                     | 492                | 973           | -458         | 1.806         |
| Fevereiro                  | -583                                      | -757               | -1.736        | 36           | 1.896         |
| Março                      | 350                                       | -137               | 396           | -1.114       | 1.084         |
| Abril                      | 5.782                                     | 13                 | 1.921         | 449          | 3.224         |
| Maio                       | 2.758                                     | 158                | 1.254         | 535          | 854           |
| Junho                      | 3.294                                     | 523                | 712           | 479          | 1.582         |
| Julho                      | 1.988                                     | 416                | 241           | -313         | 1.311         |
| Agosto                     | 4.513                                     | 622                | 1.042         | -66          | 2.532         |
| Setembro                   | 1.714                                     | 67                 | -504          | 489          | 1.399         |
| Outubro                    | 849                                       | 158                | -94           | 362          | 376           |
| Novembro                   | 6.255                                     | 543                | 1.929         | 1.557        | 2.112         |
| <b>Dez. 2010-nov. 2011</b> | <b>31.245</b>                             | <b>1.391</b>       | <b>1.554</b>  | <b>5.448</b> | <b>20.415</b> |

Fonte: MTE-Caged – Lei 4.923/65 – Perfil do Estabelecimento.

(1) Incluem todos os setores. Dados preliminares

(2) Este saldo não levou em consideração a incorporação de 32.545 empregos, provenientes das declarações entregues fora do prazo e dos acertos de declarações, referentes ao período de janeiro a novembro de 2010. O MTE realizou esta mudança metodológica nos dados do Caged, passando a divulgá-lo a partir de janeiro de 2011. Em todo o boletim de dezembro de 2010, será desconsiderado o novo procedimento do MTE, visando preservar a comparabilidade do saldo ao longo da série histórica do Caged.

## FINANÇAS PÚBLICAS

## União

(Continua)

**Tabela 22**  
**Demonstrativo das Receitas da União**  
**Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social – jan.-ago. 2010/2011**

| Receita realizada                              | 2011               |                    |                     | 2010               |                    |                     |
|------------------------------------------------|--------------------|--------------------|---------------------|--------------------|--------------------|---------------------|
|                                                | Mai.-jun.          | Jul.-ago.          | Acumulado jan.-ago. | Mai.-jun.          | Jul.-ago.          | Acumulado jan.-ago. |
| <b>Receita (exceto intra orçamentária) (I)</b> | <b>182.897.071</b> | <b>223.424.719</b> | <b>821.507.459</b>  | <b>144.750.551</b> | <b>165.005.087</b> | <b>725.868.628</b>  |
| <b>Receitas correntes</b>                      | <b>159.883.718</b> | <b>173.894.139</b> | <b>673.098.968</b>  | <b>130.437.778</b> | <b>147.916.533</b> | <b>564.767.385</b>  |
| <b>Receita tributária</b>                      | <b>52.136.275</b>  | <b>51.963.800</b>  | <b>224.255.491</b>  | <b>41.210.825</b>  | <b>43.448.560</b>  | <b>180.369.855</b>  |
| Impostos                                       | 51.414.343         | 51.152.900         | 218.802.761         | 40.633.378         | 42.822.932         | 175.809.585         |
| Taxas                                          | 721.932            | 810.900            | 5.452.731           | 577.447            | 625.628            | 4.560.271           |
| <b>Receita de contribuições</b>                | <b>84.336.384</b>  | <b>94.221.884</b>  | <b>351.341.675</b>  | <b>72.392.943</b>  | <b>77.459.211</b>  | <b>297.652.314</b>  |
| Contribuições sociais                          | 81.753.979         | 91.497.588         | 340.932.836         | 70.393.861         | 75.109.120         | 289.040.586         |
| Contribuições econômicas                       | 2.582.405          | 2.724.296          | 10.408.839          | 1.999.082          | 2.350.090          | 8.611.726           |
| <b>Receita patrimonial</b>                     | <b>11.287.014</b>  | <b>11.312.350</b>  | <b>43.433.042</b>   | <b>5.817.447</b>   | <b>14.269.013</b>  | <b>41.038.494</b>   |
| Receitas imobiliárias                          | 206.166            | 181.669            | 631.900             | 175.949            | 124.129            | 487.939             |
| Receitas de valores mobiliários                | 7.502.470          | 4.644.255          | 20.871.108          | 3.058.383          | 9.316.779          | 22.358.527          |
| Receita de concessões e permissões             | 686.799            | 67.284             | 1.661.323           | 64.080             | 69.361             | 519.765             |
| Compensações financeiras                       | 2.889.876          | 6.417.243          | 20.259.892          | 2.517.846          | 4.757.845          | 17.668.049          |
| Outras receitas patrimoniais                   | 1.703              | 1.899              | 8.820               | 1.189              | 900                | 4.215               |
| <b>Receita agropecuária</b>                    | <b>3.489</b>       | <b>3.717</b>       | <b>14.152</b>       | <b>3.596</b>       | <b>2.559</b>       | <b>12.709</b>       |
| Receita da produção vegetal                    | 2.183              | 1.591              | 7.694               | 2.299              | 916                | 7.608               |
| Receita da produção animal e derivados         | 1.309              | 2.127              | 6.456               | 1.284              | 1.653              | 5.087               |
| Outras receitas agropecuárias                  | (2)                | (1)                | 4                   | 12                 | -10                | 13                  |
| <b>Receita industrial</b>                      | <b>99.493</b>      | <b>109.246</b>     | <b>390.644</b>      | <b>87.219</b>      | <b>78.872</b>      | <b>368.741</b>      |
| Receita da indústria de transformação          | 99.493             | 109.246            | 390.644             | 87.219             | 78.872             | 368.741             |
| <b>Receita de serviços</b>                     | <b>7.453.544</b>   | <b>9.455.403</b>   | <b>32.526.053</b>   | <b>5.527.169</b>   | <b>8.460.115</b>   | <b>28.111.371</b>   |
| <b>Transferências correntes</b>                | <b>31.442</b>      | <b>51.775</b>      | <b>175.415</b>      | <b>30.115</b>      | <b>23.559</b>      | <b>121.844</b>      |
| Transferências intergovernamentais             | 0                  | 0                  | 0                   | 0                  | 662                | 662                 |
| Transferências de instituições privadas        | 1.091              | 170                | 3.798               | 155                | 79                 | 1.175               |
| Transferências do exterior                     | 1.258              | 1.568              | 6.477               | (120)              | 319                | 6.625               |
| Transferências de pessoas                      | 82                 | 78                 | 317                 | 137                | 83                 | 380                 |
| Transferências de convênios                    | 28.989             | 49.924             | 164.645             | 29.881             | 22.339             | 112.744             |
| Transferências para o combate à fome           | 22                 | 35                 | 177                 | 63                 | 78                 | 260                 |
| <b>Outras receitas correntes</b>               | <b>4.534.113</b>   | <b>6.775.643</b>   | <b>20.958.735</b>   | <b>5.363.614</b>   | <b>4.164.107</b>   | <b>17.062.644</b>   |
| Multas e juros de mora                         | 2.163.988          | 3.486.644          | 9.982.770           | 1.915.396          | 1.911.813          | 7.046.720           |
| Indenizações e restituições                    | 495.494            | 1.029.131          | 2.539.923           | 923.496            | 509.355            | 2.535.910           |
| Receita da dívida ativa                        | 594.712            | 1.151.905          | 2.841.011           | 427.602            | 576.394            | 1.620.813           |
| Receitas diversas                              | 1.279.919          | 1.107.963          | 5.595.030           | 2.097.120          | 1.166.544          | 5.859.199           |
| <b>Receitas de capital</b>                     | <b>23.013.353</b>  | <b>49.530.580</b>  | <b>148.408.491</b>  | <b>14.312.773</b>  | <b>17.088.555</b>  | <b>161.101.244</b>  |
| <b>Operações de crédito</b>                    | <b>11.616.698</b>  | <b>27.810.511</b>  | <b>83.860.268</b>   | <b>4.803.772</b>   | <b>7.299.616</b>   | <b>115.602.767</b>  |
| Operações de crédito internas                  | 11.158.746         | 27.667.074         | 82.055.932          | 4.757.279          | 5.222.477          | 112.805.710         |
| Operações de crédito externas                  | 457.951            | 143.437            | 1.804.335           | 46.493             | 2.077.139          | 2.797.057           |
| <b>Alienação de bens</b>                       | <b>338.423</b>     | <b>154.657</b>     | <b>1.565.871</b>    | <b>79.573</b>      | <b>86.115</b>      | <b>279.276</b>      |
| Alienação de bens móveis                       | 287.901            | 137.227            | 1.455.822           | 42.864             | 62.562             | 180.946             |
| Alienação de bens imóveis                      | 50.522             | 17.429             | 110.047             | 36.709             | 23.554             | 98.331              |
| <b>Amortizações de empréstimos</b>             | <b>3.351.674</b>   | <b>3.431.351</b>   | <b>19.306.804</b>   | <b>3.530.779</b>   | <b>4.711.530</b>   | <b>16.615.184</b>   |
| <b>Transferências de capital</b>               | <b>16.965</b>      | <b>11.877</b>      | <b>78.495</b>       | <b>8.563</b>       | <b>19.111</b>      | <b>74.169</b>       |
| Transferências do exterior                     | 0                  | 0                  | 0                   | 0                  | 0                  | 40                  |
| Transferências de pessoas                      | 0                  | 0                  | 0                   | 0                  | 4                  | 4.971               |

(Conclusão)

**Tabela 22**  
**Demonstrativo das Receitas da União**  
**Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social – jan.-ago. 2010/2011**

| Receita realizada                                                           | 2011               |                    |                      | 2010               |                    |                     |
|-----------------------------------------------------------------------------|--------------------|--------------------|----------------------|--------------------|--------------------|---------------------|
|                                                                             | Mai.-jun.          | Jul.-ago.          | Acumulado jan.-ago.  | Mai.-jun.          | Jul.-ago.          | Acumulado jan.-ago. |
| Transferência de outras instituições públicas                               | 0                  | 0                  | 20.812               | 10                 | 0                  | 41.498              |
| Transferências de convênios                                                 | 16.965             | 11.877             | 6.043.569            | 8.553              | 19.108             | 17.695.241          |
| <b>Outras receitas de capital</b>                                           | <b>7.689.592</b>   | <b>18.122.184</b>  | <b>37.611.166</b>    | <b>5.890.086</b>   | <b>4.972.182</b>   | <b>17.536.786</b>   |
| Resultado do banco central do Brasil                                        | 0                  | 12.448.031         | 23.469.341           | 0                  | 0                  | 10.993.038          |
| Remuneração das disponibilidades                                            | 7.687.802          | 5.674.042          | 20.125.794           | 5.890.083          | 4.972.009          | 10.862.115          |
| Receita dívida ativa alienação estoques de café                             | 0                  | 5                  | 16                   | 3                  | 173                | 176                 |
| Receitas de capital diversas <sup>2</sup>                                   | 0                  | 106                | 106                  | 0                  | 0                  | 0                   |
| <b>Receita (intra orçamentária) (II)</b>                                    | <b>2.343.666</b>   | <b>0</b>           | <b>6.685.085</b>     | <b>1.796.373</b>   | <b>1.968.615</b>   | <b>7.351.478</b>    |
| <b>Subtotal das receitas (III) = (I + II)</b>                               | <b>185.240.737</b> | <b>2.272.036</b>   | <b>387.153.552</b>   | <b>146.546.924</b> | <b>166.973.702</b> | <b>733.220.106</b>  |
| <b>Operações de crédito - refinanciamento (IV)</b>                          | <b>72.504.695</b>  | <b>71.348.873</b>  | <b>316.538.894</b>   | <b>48.828.932</b>  | <b>110.652.373</b> | <b>252.456.058</b>  |
| <b>Operações de crédito internas</b>                                        | <b>72.504.695</b>  | <b>70.420.294</b>  | <b>315.610.315</b>   | <b>48.828.932</b>  | <b>109.678.348</b> | <b>250.725.663</b>  |
| Mobiliária                                                                  | 72.504.695         | 70.420.294         | 315.610.315          | 48.828.932         | 109.678.348        | 250.725.663         |
| <b>Operações de crédito externas</b>                                        | <b>0</b>           | <b>928.579</b>     | <b>928.579</b>       | <b>0</b>           | <b>974.025</b>     | <b>974.025,00</b>   |
| Mobiliária                                                                  | 0                  | 928.579            | 928.579              | 0                  | 974.025            | 974.025,00          |
| <b>Subtotal com refinanciamento (V) = (III + IV)</b>                        | <b>257.745.431</b> | <b>297.045.628</b> | <b>1.147.003.472</b> | <b>195.375.856</b> | <b>277.626.075</b> | <b>985.676.164</b>  |
| <b>Déficit (VI)</b>                                                         | <b>-</b>           | <b>-</b>           | <b>-</b>             | <b>-</b>           | <b>-</b>           | <b>-</b>            |
| <b>Total (VII) = (V + VI)</b>                                               | <b>257.745.431</b> | <b>297.045.628</b> | <b>1.147.003.472</b> | <b>195.375.856</b> | <b>277.626.075</b> | <b>985.676.164</b>  |
| <b>Saldo de exercícios anteriores (utilizados para créditos adicionais)</b> | <b>-</b>           | <b>...</b>         | <b>-</b>             | <b>-</b>           | <b>-</b>           | <b>-</b>            |

| Receita realizada intra orçamentária  | 2011             |                  |                     | 2010             |                  |                     |
|---------------------------------------|------------------|------------------|---------------------|------------------|------------------|---------------------|
|                                       | Mai.-jun.        | Jul.-ago.        | Acumulado jan.-ago. | Mai.-jun.        | Jul.-ago.        | Acumulado jan.-ago. |
| <b>Receitas correntes</b>             | <b>2.042.708</b> | <b>2.105.778</b> | <b>6.133.477</b>    | <b>1.796.373</b> | <b>1.968.615</b> | <b>7.351.478</b>    |
| Receita tributária                    | (6)              | 2.841            | 3.086               | 567              | -548             | 151                 |
| Impostos                              | (71)             | 2.796            | 2.790               | 555              | -574             | -37                 |
| Taxas                                 | 65               | 45               | 296                 | 12               | 25               | 187                 |
| <b>Receita de contribuições</b>       | <b>2.020.243</b> | <b>2.066.416</b> | <b>8.123.683</b>    | <b>1.763.430</b> | <b>1.938.986</b> | <b>7.234.313</b>    |
| Contribuições sociais                 | (5)              | 2.066.416        | 6.103.399           | 1.763.430        | 1.938.981        | 7.234.283           |
| <b>Receita patrimonial</b>            | <b>733</b>       | <b>-66</b>       | <b>1.942</b>        | <b>465</b>       | <b>369</b>       | <b>3.094</b>        |
| Receitas imobiliárias                 | 604              | -112             | 1.744               | 362              | 210              | 1.115               |
| Receitas de valores mobiliários       | 91               | 0                | 91                  | 83               | 116              | 1.880               |
| Receita de concessões e permissões    | 38               | 46               | 107                 | 20               | 42               | 98                  |
| Compensações financeiras              | 0                | 0                | 0                   | 0                | 0                | 0                   |
| <b>Receita industrial</b>             | <b>13.680</b>    | <b>27.783</b>    | <b>82.204</b>       | <b>20.760</b>    | <b>18.088</b>    | <b>72.545</b>       |
| Receita da indústria de transformação | 13.680           | 27.783           | 82.204              | 20.760           | 18.088           | 72.545              |
| <b>Receita de serviços</b>            | <b>5.234</b>     | <b>8.507</b>     | <b>23.151</b>       | <b>8.799</b>     | <b>9.866</b>     | <b>32.728</b>       |
| <b>Outras receitas correntes</b>      | <b>2.826</b>     | <b>297</b>       | <b>5.192</b>        | <b>2.352</b>     | <b>1.854</b>     | <b>8.648</b>        |
| Multas e juros de mora                | 166              | -208             | 255                 | 489              | -2.280           | -1.845              |
| Indenizações e restituições           | 2.590            | 471              | 4.712               | 1.660            | 576              | 6.325               |
| Receitas correntes diversas           | 69               | 34               | 226                 | 203              | 3.557            | 4.167               |
| <b>Total</b>                          | <b>2.042.708</b> | <b>2.105.778</b> | <b>10.285.119</b>   | <b>1.796.373</b> | <b>1.968.615</b> | <b>10.937.969</b>   |

Fonte: STN.

Elaboração: SEI/Coref.

RREO - Anexo I (LRF, art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e §1º)

(...) Não disponível até dezembro 2011.

**Tabela 23**  
**Demonstrativo das despesas da União**  
**Orçamentos fiscal e da seguridade social – jan.-ago. 2010/2011**

| Despesa executada                                    | 2011               |                    |                      | 2010               |                    |                     |
|------------------------------------------------------|--------------------|--------------------|----------------------|--------------------|--------------------|---------------------|
|                                                      | Mai.-jun.          | Jul.-ago.          | Acumulado jan.-ago.  | Mai.-jun.          | Jul.-ago.          | Acumulado jan.-ago. |
| <b>Despesas (exceto intraorçamentária) (VIII)</b>    | <b>178.979.071</b> | <b>197.973.856</b> | <b>1.084.408.245</b> | <b>186.304.508</b> | <b>191.908.552</b> | <b>598.482.845</b>  |
| <b>Despesas correntes</b>                            | <b>153.687.232</b> | <b>183.351.545</b> | <b>910.432.535</b>   | <b>137.599.222</b> | <b>164.925.931</b> | <b>516.640.854</b>  |
| Pessoal e encargos sociais                           | 31.895.893         | 27.475.828         | 118.547.104          | 28.310.589         | 26.476.282         | 92.291.540          |
| Juros e encargos da dívida                           | 18.513.385         | 38.268.390         | 192.847.378          | 16.618.167         | 34.857.303         | 112.940.014         |
| Outras despesas correntes                            | 103.277.954        | 117.607.327        | 599.038.053          | 92.670.465         | 103.592.346        | 311.409.298         |
| Transferência a estados, df e municípios             | 37.907.356         | 35.923.620         | 269.760.141          | 34.850.014         | 30.228.251         | 104.823.165         |
| Benefícios previdenciários                           | 42.371.254         | 52.581.585         | 180.503.784          | 38.139.936         | 48.472.047         | 142.671.707         |
| Demais despesas correntes                            | 22.999.344         | 29.102.122         | 148.774.128          | 19.680.515         | 24.892.048         | 63.914.427          |
| <b>Despesas de capital</b>                           | <b>25.291.839</b>  | <b>14.622.311</b>  | <b>173.975.710</b>   | <b>48.705.287</b>  | <b>26.982.621</b>  | <b>81.841.994</b>   |
| Investimentos                                        | 2.309.619          | 2.945.461          | 13.785.471           | 2.783.466          | 4.610.834          | 8.368.590           |
| Inversões financeiras                                | 5.130.701          | 5.689.169          | 36.206.448           | 6.051.863          | 4.877.717          | 15.092.429          |
| Amortização da dívida                                | 17.851.518         | 5.987.681          | 123.983.790          | 39.869.957         | 17.494.069         | 58.380.972          |
| <b>Reserva de contingência</b>                       | <b>-</b>           | <b>-</b>           | <b>-</b>             | <b>-</b>           | <b>-</b>           | <b>-</b>            |
| <b>Despesas (intra-orçamentárias) (IX)</b>           | <b>2.623.004</b>   | <b>2.507.606</b>   | <b>11.300.347</b>    | <b>2.197.662</b>   | <b>2.352.062</b>   | <b>7.596.421</b>    |
| <b>Despesas correntes</b>                            | <b>2.326.786</b>   | <b>2.366.784</b>   | <b>9.557.265</b>     | <b>2.076.250</b>   | <b>2.171.029</b>   | <b>7.293.176</b>    |
| Pessoal e encargos sociais                           | 2.253.346          | 2.275.092          | 9.118.103            | 1.985.405          | 2.079.078          | 7.063.483           |
| Outras despesas correntes                            | 73.440             | 91.693             | 439.163              | 90.845             | 91.950             | 229.692             |
| Demais despesas correntes                            | 73.440             | 91.693             | 439.163              | 90.845             | 91.950             | 229.692             |
| <b>Despesas de capital</b>                           | <b>296.219</b>     | <b>140.821</b>     | <b>1.743.083</b>     | <b>121.412</b>     | <b>181.034</b>     | <b>303.245</b>      |
| Investimentos                                        | 14.810             | 1.001              | 35.839               | 1.500              | 1.777              | 3.297               |
| Inversões financeiras                                | 281.408            | 139.821            | 1.707.244            | 119.912            | 179.257            | 299.949             |
| <b>Subtotal das despesas (X) = (VIII + IX)</b>       | <b>181.602.076</b> | <b>200.481.462</b> | <b>1.095.708.592</b> | <b>188.502.171</b> | <b>194.260.614</b> | <b>606.079.267</b>  |
| <b>Amortização da dívida - refinanciamento (XI)</b>  | <b>64.894.820</b>  | <b>143.543.975</b> | <b>878.038.779</b>   | <b>7.695.691</b>   | <b>105.837.526</b> | <b>352.431.335</b>  |
| <b>Amortização da dívida interna</b>                 | <b>58.552.575</b>  | <b>141.706.533</b> | <b>860.812.890</b>   | <b>6.579.981</b>   | <b>104.862.574</b> | <b>346.582.197</b>  |
| Dívida mobiliária                                    | 58.552.575         | 141.706.533        | 860.812.890          | 6.579.728          | 104.862.313        | 346.580.887         |
| Outras dívidas                                       | 0                  | 0                  | 0                    | 253                | 261                | 1.310               |
| <b>Amortização da dívida externa</b>                 | <b>6.342.245</b>   | <b>1.837.442</b>   | <b>17.225.888</b>    | <b>1.115.710</b>   | <b>974.952</b>     | <b>5.849.139</b>    |
| Dívida mobiliária                                    | 728.286            | 1.816.609          | 8.302.695            | 622.785            | 755.614            | 4.892.520           |
| Outras dívidas                                       | 5.613.960          | 20.833             | 8.923.195            | 492.925            | 219.338            | 956.620             |
| <b>Subtotal com refinanciamento (XII) = (X + XI)</b> | <b>246.496.895</b> | <b>344.025.437</b> | <b>1.973.747.370</b> | <b>196.197.861</b> | <b>300.098.140</b> | <b>958.510.602</b>  |
| <b>Superávit (XIII)</b>                              | <b>-</b>           | <b>-</b>           | <b>-</b>             | <b>-</b>           | <b>-</b>           | <b>-</b>            |
| <b>Total (XIV) = (XII + XIII)</b>                    | <b>246.496.895</b> | <b>344.025.437</b> | <b>1.973.747.370</b> | <b>196.197.861</b> | <b>300.098.140</b> | <b>958.510.602</b>  |

Fonte: STN.

Elaboração: SEI/Coref.

RREO - Anexo I (LRF, art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º).

(...) Não disponível até Dezembro.

Nota: Durante o exercício, as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. As Despesas liquidadas são consideradas.

## Estado

(Continua)

| Receita realizada                                 | 2011                 |                      |                       | 2010                 |                      |                       |
|---------------------------------------------------|----------------------|----------------------|-----------------------|----------------------|----------------------|-----------------------|
|                                                   | Mai.-jun.            | Jul.-ago.            | Acumulado jan.-ago.   | Mai.-jun.            | Jul.-ago.            | Acumulado jan.-ago.   |
| <b>Receitas (exceto intra-orçamentárias) (I)</b>  | <b>4.241.171.033</b> | <b>4.190.246.331</b> | <b>16.366.031.433</b> | <b>3.974.226.447</b> | <b>3.712.239.605</b> | <b>15.227.147.682</b> |
| <b>Receitas correntes</b>                         | <b>4.141.822.492</b> | <b>4.048.221.121</b> | <b>15.972.684.264</b> | <b>3.774.816.408</b> | <b>3.588.923.595</b> | <b>14.523.500.906</b> |
| <b>Receita tributária</b>                         | <b>2.410.947.157</b> | <b>2.309.453.386</b> | <b>9.190.578.176</b>  | <b>2.283.184.109</b> | <b>2.082.946.408</b> | <b>8.462.866.913</b>  |
| Impostos                                          | 2.301.566.568        | 2.210.342.992        | 8.834.596.008         | 2.214.062.851        | 1.994.753.423        | 8.181.297.506         |
| Taxas                                             | 109.380.589          | 99.110.393           | 355.982.167           | 69.121.258           | 88.192.985           | 281.569.407           |
| Contribuição de melhoria                          | -                    | -                    | -                     | -                    | -                    | 0                     |
| <b>Receita de contribuições</b>                   | <b>232.846.669</b>   | <b>269.554.647</b>   | <b>975.260.493</b>    | <b>221.064.871</b>   | <b>224.680.220</b>   | <b>867.530.936</b>    |
| Contribuições sociais                             | 232.846.669          | 269.554.647          | 975.260.493           | 221.064.871          | 224.680.220          | 867.530.936           |
| Contribuições econômicas                          | -                    | -                    | -                     | -                    | -                    | 0                     |
| <b>Receita patrimonial</b>                        | <b>76.118.118</b>    | <b>58.428.847</b>    | <b>266.984.864</b>    | <b>40.327.149</b>    | <b>228.895.234</b>   | <b>362.082.923</b>    |
| Receitas imobiliárias                             | 3.702.182            | 6.557.851            | 19.372.529            | 5.371.696            | 3.367.567            | 14.413.200            |
| Receitas de valores mobiliários                   | 69.658.980           | 53.077.846           | 224.579.125           | 34.945.764           | 43.808.145           | 144.575.719           |
| Receitas de concessões e permissões               | 1.365.999            | 150.150              | 1.992.808             | (9.323)              | 1.577.059            | 2.829.072             |
| Outras receitas patrimoniais                      | 1.390.956            | (1.357.000)          | 39.541                | 19.012               | -                    | 66.749                |
| <b>Receita agropecuária</b>                       | <b>75.849</b>        | <b>54.295</b>        | <b>21.158.790</b>     | <b>5.386</b>         | <b>53.175</b>        | <b>88.757</b>         |
| Receita da produção vegetal                       | 678                  | 275                  | 8.169                 | 1.544                | 975                  | 4.865                 |
| Receita da produção animal e derivados            | 71.483               | 52.675               | 144.701               | 2.579                | 49.485               | 71.473                |
| Outras receitas agropecuárias                     | 3.688                | 1.345                | 16.164                | 1.263                | 2.715                | 12.419                |
| <b>Receita industrial</b>                         | <b>5.780</b>         | <b>15.173</b>        | <b>36.359</b>         | <b>-</b>             | <b>-</b>             | <b>8.390</b>          |
| Receita da indústria de transformação             | 5.780                | 15.173               | 37.561                | -                    | -                    | 8.390                 |
| Receita da indústria de construção                | -                    | -                    | 2.915                 | -                    | -                    | 0                     |
| Outras receitas industriais                       | -                    | -                    | -                     | -                    | -                    | 0                     |
| <b>Receita de serviços</b>                        | <b>22.273.949</b>    | <b>18.266.488</b>    | <b>64.457.684</b>     | <b>17.001.817</b>    | <b>16.216.035</b>    | <b>55.554.675</b>     |
| <b>Transferências correntes</b>                   | <b>1.769.997.485</b> | <b>1.575.352.543</b> | <b>6.795.809.514</b>  | <b>1.489.074.332</b> | <b>1.291.372.535</b> | <b>5.790.593.029</b>  |
| Transferências intergovernamentais                | 1.733.687.525        | 1.556.916.278        | 6.705.842.760         | 1.465.321.600        | 1.243.169.060        | 5.687.554.164         |
| Transferências de instituições privadas           | 549                  | 15.026               | 17.345                | -                    | 68.960               | 119.542               |
| Transferências do exterior                        | 68.046               | 107                  | 226.250               | -                    | -                    | 5.750                 |
| Transferências de pessoas                         | -                    | -                    | -                     | -                    | -                    | 0                     |
| Transferências de convênios                       | 36.241.364           | 18.421.133           | 89.723.160            | 23.752.733           | 48.134.515           | 102.913.573           |
| Transferências para o combate à fome              | -                    | -                    | -                     | -                    | -                    | 0                     |
| <b>Outras receitas correntes</b>                  | <b>158.310.763</b>   | <b>303.928.866</b>   | <b>683.875.211</b>    | <b>219.660.716</b>   | <b>161.679.893</b>   | <b>739.771.345</b>    |
| Multas e juros de mora                            | 28.505.454           | 35.523.335           | 117.597.704           | 22.651.306           | 26.870.537           | 96.978.787            |
| Indenizações e restituições                       | 5.366.526            | 5.345.542            | 24.840.539            | 4.352.031            | 14.503.024           | 49.970.830            |
| Receita da dívida ativa                           | 2.219.298            | -                    | 8.466.750             | 111.285.332          | 5.617.578            | 120.651.133           |
| Receitas diversas                                 | 122.219.485          | 260.902.029          | 530.812.259           | 81.372.048           | 114.688.755          | 472.170.594           |
| <b>Conta retificadora da receita orçamentária</b> | <b>528.753.276</b>   | <b>486.833.124</b>   | <b>26.689.223</b>     | <b>495.501.973</b>   | <b>416.919.906</b>   | <b>69.847.695</b>     |
| <b>Receitas de capital</b>                        | <b>99.348.541</b>    | <b>142.025.211</b>   | <b>393.347.169</b>    | <b>199.410.039</b>   | <b>123.316.010</b>   | <b>703.646.776</b>    |
| <b>Operações de crédito</b>                       | <b>4.971.842</b>     | <b>73.942.792</b>    | <b>102.745.584</b>    | <b>35.378.611</b>    | <b>26.073.547</b>    | <b>278.246.850</b>    |
| Operações de crédito internas                     | 1.041.342            | 65.151.498           | 70.713.085            | 2.524.284            | 3.896.363            | 201.018.771           |
| Operações de crédito externas                     | 3.930.500            | 8.791.294            | 32.032.499            | 32.854.328           | 22.177.184           | 77.228.078            |
| <b>Alienação de bens</b>                          | <b>2.821.745</b>     | <b>292.901</b>       | <b>3.881.445</b>      | <b>2.051.328</b>     | <b>133.776</b>       | <b>2.359.564</b>      |
| Alienação de bens móveis                          | 1.552.788            | 130.219              | 1.685.336             | 1.766.933            | 90.740               | 1.993.098             |
| Alienação de bens imóveis                         | 1.268.957            | 162.682              | 2.196.109             | 284.395              | 43.036               | 366.466               |

(Conclusão)

**Tabela 24**  
**Balço Orçamentário – Receita**  
**Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social – jan.-ago. 2010/2011**

(R\$ 1,00)

| Receita realizada                                     | 2011                 |                      |                       | 2010                 |                      |                       |
|-------------------------------------------------------|----------------------|----------------------|-----------------------|----------------------|----------------------|-----------------------|
|                                                       | Mai.-jun.            | Jul.-ago.            | Acumulado jan.-ago.   | Mai.-jun.            | Jul.-ago.            | Acumulado jan.-ago.   |
| Amortização de empréstimos                            | 14.523.039           | 24.506.569           | 59.046.759            | 11.570.573           | 13.914.790           | 48.800.204            |
| <b>Amortização de empréstimos</b>                     | <b>14.523.039</b>    | <b>24.506.569</b>    | <b>59.046.759</b>     | <b>11.570.573</b>    | <b>13.914.790</b>    | <b>48.800.204</b>     |
| <b>Transferências de capital</b>                      | <b>77.031.915</b>    | <b>43.282.950</b>    | <b>227.673.381</b>    | <b>150.409.528</b>   | <b>83.175.758</b>    | <b>374.222.020</b>    |
| Transferências intergovernamentais                    | -                    | 38.336               | 1.369.959             | 23.033.835           | -                    | 23.033.835            |
| Transferências de instituições privadas               | -                    | -                    | -                     | -                    | -                    | 0                     |
| Transferências do exterior                            | -                    | -                    | -                     | -                    | -                    | 0                     |
| Transferências de pessoas                             | -                    | -                    | -                     | -                    | -                    | 0                     |
| Transferências de outras instituições públicas        | -                    | -                    | -                     | -                    | -                    | 0                     |
| Transferências de convênios                           | 77.031.915           | 43.244.614           | 226.303.422           | 127.375.693          | 83.175.758           | 351.188.185           |
| Transferências para o combate à fome                  | -                    | -                    | -                     | -                    | -                    | 0                     |
| Outras receitas de capital                            | -                    | -                    | -                     | -                    | 18.138               | 18.138                |
| Integralização do capital social                      | -                    | -                    | -                     | -                    | -                    | 0                     |
| Dív. Atv. Prov. Da amortiz. De emp. E financ.         | -                    | -                    | -                     | -                    | -                    | 0                     |
| Restituições                                          | -                    | -                    | -                     | -                    | -                    | 0                     |
| Outras receitas                                       | -                    | -                    | -                     | -                    | 18.138               | 18.138                |
| <b>Receitas (intra-orçamentárias) (II)</b>            | <b>264.358.117</b>   | <b>272.242.815</b>   | <b>1.055.931.150</b>  | <b>236.180.232</b>   | <b>247.833.928</b>   | <b>958.876.658</b>    |
| <b>Subtotal das receitas (III) = (I + II)</b>         | <b>4.505.529.150</b> | <b>4.462.489.147</b> | <b>17.421.962.583</b> | <b>4.210.406.679</b> | <b>3.960.073.533</b> | <b>16.186.024.340</b> |
| <b>Operações de crédito - refinanciamento (IV)</b>    | -                    | -                    | -                     | -                    | -                    | -                     |
| <b>Operações de crédito internas</b>                  | -                    | -                    | -                     | -                    | -                    | -                     |
| Para refinanciamento da dívida mobiliária             | -                    | -                    | -                     | -                    | -                    | -                     |
| Para refinanciamento da dívida contratual             | -                    | -                    | -                     | -                    | -                    | -                     |
| <b>Operações de crédito externas</b>                  | -                    | -                    | -                     | -                    | -                    | -                     |
| Para refinanciamento da dívida mobiliária             | -                    | -                    | -                     | -                    | -                    | -                     |
| Para refinanciamento da dívida contratual             | -                    | -                    | -                     | -                    | -                    | -                     |
| <b>Subtotal com refinanciamentos (V) = (III + IV)</b> | <b>4.505.529.150</b> | <b>4.462.489.147</b> | <b>17.421.962.583</b> | <b>4.210.406.679</b> | <b>3.960.073.533</b> | <b>8.170.480.212</b>  |
| <b>Déficit (VI)</b>                                   | -                    | -                    | -                     | -                    | -                    | -                     |
| <b>Total (VII) = (V + VI)</b>                         | <b>4.505.529.150</b> | <b>4.462.489.147</b> | <b>17.421.962.583</b> | <b>4.210.406.679</b> | <b>3.960.073.533</b> | <b>8.170.480.212</b>  |
| <b>Saldos de exercícios anteriores</b>                | -                    | -                    | -                     | -                    | -                    | -                     |

| Receita realizada intraorçamentária | Mai.-jun.          | Jul.-ago.          | Acumulado jan.-ago.  | Receitas realizadas |                    |                     |
|-------------------------------------|--------------------|--------------------|----------------------|---------------------|--------------------|---------------------|
|                                     |                    |                    |                      | Mai.-jun.           | Jul.-ago.          | Acumulado jan.-ago. |
| <b>Receitas correntes</b>           | <b>264.358.117</b> | <b>272.242.815</b> | <b>1.055.931.150</b> | <b>236.180.232</b>  | <b>247.833.928</b> | <b>958.876.658</b>  |
| <b>Receita de contribuições</b>     | <b>262.833.419</b> | <b>269.029.567</b> | <b>1.049.480.457</b> | <b>235.658.997</b>  | <b>244.292.318</b> | <b>954.696.449</b>  |
| Contribuições sociais               | 262.833.419        | 269.029.567        | 1.049.480.457        | 235.658.997         | 244.292.318        | 954.696.449         |
| <b>Receita de serviços</b>          | <b>1.524.698</b>   | <b>3.213.248</b>   | <b>6.450.692</b>     | <b>521.235</b>      | <b>3.541.610</b>   | <b>4.180.209</b>    |
| <b>Total</b>                        | <b>264.358.117</b> | <b>272.242.815</b> | <b>1.055.931.150</b> | <b>236.180.232</b>  | <b>247.833.928</b> | <b>958.876.658</b>  |

Fonte: Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia.

Elaboração: SEI/Coref.

RREO – Anexo I (LRF Art. 52, inciso I, alínea “a” do inciso II e §1º).

**Tabela 25**  
**Balço Orçamentário – Despesa**  
**Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social – jan.-ago. 2010/2011**

(R\$ 1,00)

| Despesa executada                                    | 2011                 |                      |                       | 2010                 |                      |                       |
|------------------------------------------------------|----------------------|----------------------|-----------------------|----------------------|----------------------|-----------------------|
|                                                      | Mai.-jun.            | Jul.-ago.            | Acumulado jan.-ago.   | Mai.-jun.            | Jul.-ago.            | Acumulado jan.-ago.   |
| <b>Despesas (exceto intra-orçamentárias) (I)</b>     | <b>4.136.093.874</b> | <b>4.197.599.143</b> | <b>15.149.418.141</b> | <b>3.802.677.004</b> | <b>3.892.473.996</b> | <b>14.321.588.302</b> |
| <b>Despesas correntes</b>                            | <b>3.646.661.120</b> | <b>3.601.365.475</b> | <b>13.406.654.842</b> | <b>3.282.557.531</b> | <b>3.293.588.529</b> | <b>12.437.779.574</b> |
| Pessoal e encargos sociais                           | 1.859.872.732        | 1.793.469.132        | 7.068.430.329         | 1.574.914.957        | 1.611.999.844        | 6.428.652.099         |
| Juros e encargos da dívida                           | 77.322.872           | 87.406.370           | 312.744.554           | 79.713.820           | 90.419.039           | 317.299.242           |
| Outras despesas correntes                            | 1.709.465.515        | 1.720.489.973        | 6.025.479.958         | 1.627.928.754        | 1.591.169.646        | 5.691.828.233         |
| Transferências a municípios                          | 611.853.558          | 630.360.027          | 2.355.235.365         | 600.091.287          | 540.761.231          | 2.163.813.001         |
| Demais despesas correntes                            | 1.097.611.958        | 1.090.129.946        | 3.670.244.593         | 1.027.837.467        | 1.050.408.416        | 3.528.015.232         |
| <b>Despesas de capital</b>                           | <b>489.432.755</b>   | <b>596.233.668</b>   | <b>1.742.763.299</b>  | <b>520.119.473</b>   | <b>598.885.467</b>   | <b>1.883.808.728</b>  |
| Investimentos                                        | 291.771.448          | 289.973.818          | 856.911.657           | 356.054.334          | 362.807.379          | 1.121.674.273         |
| Inversões financeiras                                | 48.752.940           | 140.151.815          | 285.261.844           | 21.764.900           | 87.923.299           | 166.571.242           |
| Amortização da dívida                                | 148.908.367          | 166.108.035          | 600.589.798           | 142.300.239          | 148.154.789          | 595.563.213           |
| <b>Reserva de contingência</b>                       | -                    | -                    | -                     | -                    | -                    | -                     |
| <b>Reserva do rpps</b>                               | -                    | -                    | -                     | -                    | -                    | -                     |
| <b>Despesas (intra-orçamentárias) (II)</b>           | <b>297.692.846</b>   | <b>284.008.410</b>   | <b>1.066.394.657</b>  | <b>236.846.444</b>   | <b>261.775.535</b>   | <b>944.375.494</b>    |
| <b>Subtotal das despesas (III)=(I + II)</b>          | <b>4.433.786.720</b> | <b>4.481.607.553</b> | <b>16.215.812.798</b> | <b>4.039.523.448</b> | <b>4.154.249.531</b> | <b>15.265.963.796</b> |
| <b>Amortização da dívida / refinanciamento(IV)</b>   | -                    | -                    | -                     | -                    | -                    | -                     |
| <b>Amortização da dívida interna</b>                 | -                    | -                    | -                     | -                    | -                    | -                     |
| Dívida mobiliária                                    | -                    | -                    | -                     | -                    | -                    | -                     |
| Outras dívidas                                       | -                    | -                    | -                     | -                    | -                    | -                     |
| <b>Amortização da dívida externa</b>                 | -                    | -                    | -                     | -                    | -                    | -                     |
| Dívida mobiliária                                    | -                    | -                    | -                     | -                    | -                    | -                     |
| Outras dívidas                                       | -                    | -                    | -                     | -                    | -                    | -                     |
| <b>Subtotal com refinanciamento (V) = (III + IV)</b> | <b>4.433.786.720</b> | <b>4.481.607.553</b> | <b>16.215.812.798</b> | <b>4.039.523.448</b> | <b>4.154.249.531</b> | <b>15.265.963.796</b> |
| <b>Superávit (VI)</b>                                | -                    | -                    | -                     | -                    | -                    | -                     |
| <b>Total (VIII) = (V + VI)</b>                       | <b>4.433.786.720</b> | <b>4.481.607.553</b> | <b>16.215.812.798</b> | <b>4.039.523.448</b> | <b>4.154.249.531</b> | <b>15.265.963.796</b> |

| Despesa intra orçamentária | 2011               |                    |                      | 2010               |                    |                     |
|----------------------------|--------------------|--------------------|----------------------|--------------------|--------------------|---------------------|
|                            | Mai.-jun.          | Jul. - Ago.        | Acumulado jan.-ago.  | Mai.-jun.          | Jul.-ago.          | Acumulado jan.-ago. |
| <b>Despesas correntes</b>  | <b>297.692.846</b> | <b>284.008.410</b> | <b>1.066.394.657</b> | <b>236.846.444</b> | <b>261.710.222</b> | <b>944.310.181</b>  |
| Pessoal e encargos sociais | 240.970.567        | 230.399.884        | 879.526.479          | 193.088.938        | 202.660.687        | 786.266.191         |
| Outras despesas correntes  | 56.722.279         | 53.608.526         | 186.868.179          | 43.757.506         | 59.049.535         | 158.043.990         |
| <b>Despesas de capital</b> | -                  | -                  | -                    | -                  | <b>65.313</b>      | <b>65.313</b>       |
| Investimentos              | -                  | -                  | -                    | -                  | 65.313             | 65.313              |
| <b>Total</b>               | <b>297.692.846</b> | <b>284.008.410</b> | <b>1.066.394.657</b> | <b>236.846.444</b> | <b>261.775.535</b> | <b>944.375.494</b>  |

Fonte: Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia.

Elaboração: SEI/Coref.

Nota: Durante o exercício, as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. As Despesas liquidadas são consideradas

RREO – Anexo I (LRF Art. 52, inciso I, alínea "b" do inciso II e §1º) – LEI 9.394/96, Art. 72 – Anexo X.

**Tabela 26**  
**Receita tributária mensal – Bahia – jan. 2010 - ago. 2011**

(R\$ 1.000)

| Meses        | ICMS              |                  | Outras           |                | Total             |                  |
|--------------|-------------------|------------------|------------------|----------------|-------------------|------------------|
|              | 2010              | 2011             | 2010             | 2011           | 2010              | 2011             |
| Janeiro      | 979.883           | 1.068.262        | 178.173          | 33.796         | 1.158.056         | 1.102.058        |
| Fevereiro    | 833.413           | 976.280          | 258.684          | 82.396         | 1.092.097         | 1.058.676        |
| Março        | 814.798           | 972.307          | 240.109          | 67.563         | 1.054.907         | 1.039.870        |
| Abril        | 971.788           | 1.042.697        | 241.674          | 75.399         | 1.213.462         | 1.118.096        |
| Maiο         | 1.078.347         | 1.073.270        | 259.506          | 108.648        | 1.337.854         | 1.181.918        |
| Junho        | 896.077           | 1.044.759        | 270.318          | 133.931        | 1.166.395         | 1.178.690        |
| Julho        | 856.846           | 1.032.362        | 265.928          | 108.188        | 1.122.775         | 1.140.550        |
| Agosto       | 882.520           | 1.138.886        | 302.332          | 115.013        | 1.184.852         | 1.253.898        |
| Setembro     | 953.828           | ...              | 271.491          | ...            | 1.225.319         | ...              |
| Outubro      | 931.188           | ...              | 236.083          | ...            | 1.167.271         | ...              |
| Novembro     | 954.043           | ...              | 226.563          | ...            | 1.180.606         | ...              |
| Dezembro     | 1.001.226         | ...              | 356.643          | ...            | 1.357.869         | ...              |
| <b>Total</b> | <b>11.153.957</b> | <b>8.348.823</b> | <b>3.107.506</b> | <b>724.932</b> | <b>14.261.463</b> | <b>9.073.756</b> |

Fonte: Sefaz–Balancetes mensais.

Elaboração: SEI.

(Continua)

**Tabela 27**  
**Arrecadação mensal do ICMS, por Unidades da Federação**  
**Brasil – jan.-ago. 2010/2011**

| Unidade da federação | 2011              |                   |                   |                      |                      |                   |                   |                   |                     |
|----------------------|-------------------|-------------------|-------------------|----------------------|----------------------|-------------------|-------------------|-------------------|---------------------|
|                      | Jan.              | Fev.              | Mar.              | Abr.                 | Maiο                 | Jun.              | Jul.              | Ago.              | Acumulado jan.-ago. |
| <b>Norte</b>         | <b>1.405.084</b>  | <b>1.294.119</b>  | <b>1.273.094</b>  | <b>1.109.854</b>     | <b>1.119.408</b>     | <b>1.052.882</b>  | <b>962.799</b>    | <b>1.290.014</b>  | <b>9.507.254</b>    |
| Acre                 | 49.509            | 55.925            | 53.909            | 48.861               | 45.574               | 46.098            | 48.113            | 46.924            | 394.913             |
| Amazonas             | 469.235           | 452.890           | 457.396           | 454.000              | 481.523              | 461.413           | 0                 | 532.814           | 3.309.271           |
| Pará                 | 475.572           | 442.085           | 421.472           | 439.113              | 421.532              | 464.799           | 513.490           | 514.681           | 3.692.744           |
| Rondônia             | 227.274           | 182.429           | 180.561           | 186                  | 204                  | 0                 | 223.521           | 0                 | 814.175             |
| Amapá                | 42.548            | 37.410            | 34.828            | 36.879               | 34.930               | 41.357            | 37.583            | 45.119            | 310.654             |
| Roraima              | 34.988            | 32.139            | 33.261            | 34.343               | 35.769               | 36.154            | 33.300            | 36.090            | 276.044             |
| Tocantins            | 105.958           | 91.241            | 91.667            | 96.471               | 99.877               | 3.060             | 106.791           | 114.386           | 709.451             |
| <b>Nordeste</b>      | <b>3.854.590</b>  | <b>3.419.626</b>  | <b>3.436.240</b>  | <b>3.606.713</b>     | <b>3.685.716</b>     | <b>3.696.540</b>  | <b>3.766.104</b>  | <b>3.932.898</b>  | <b>29.398.427</b>   |
| Maranhão             | 279.147           | 250.500           | 255.084           | 268.331              | 254.378              | 272.346           | 277.188           | 296.849           | 2.153.823           |
| Piauí                | 180.784           | 176.710           | 148.230           | 165.151              | 160.353              | 157.504           | 189.514           | 186.740           | 1.364.986           |
| Ceará                | 569.613           | 503.253           | 507.648           | 517.117              | 521.613              | 552.248           | 563.076           | 590.169           | 4.324.737           |
| Rio Grande do Norte  | 241.446           | 243.854           | 238.150           | 246.963              | 306.689              | 250.304           | 266.971           | 275.028           | 2.069.405           |
| Paraíba              | 250.930           | 238.269           | 221.736           | 225.461              | 228.618              | 235.638           | 239.816           | 239.664           | 1.880.132           |
| Pernambuco           | 865.272           | 830.231           | 739.348           | 769.969              | 763.600              | 805.881           | 846.155           | 817.891           | 6.438.347           |
| Alagoas              | 205.950           | 19.542            | 176.772           | 191.036              | 196.403              | 169.637           | 167.983           | 189.831           | 1.317.154           |
| Sergipe              | 183.638           | 152.931           | 150.019           | 151.056              | 152.345              | 157.697           | 156.859           | 156.502           | 1.261.047           |
| Bahia                | 1.077.809         | 1.004.337         | 999.252           | 1.071.629            | 1.101.716            | 1.095.286         | 1.058.541         | 1.180.223         | 8.588.793           |
| <b>Sudeste</b>       | <b>13.076.777</b> | <b>12.568.474</b> | <b>12.992.153</b> | <b>13.556.979(i)</b> | <b>13.443.308(i)</b> | <b>13.776.850</b> | <b>13.382.584</b> | <b>13.776.850</b> | <b>79.573.688</b>   |
| Minas Gerais         | 2.356.876         | 2.133.220         | 2.233.889         | 2.461.272            | 2.148.502(i)         | 2.482.334         | 2.441.145         | 2.482.334         | 16.591.070          |
| Espírito Santo       | 683.838           | 650.773           | 642.345           | 746.463(i)           | 645.963              | 775.542           | 687.940           | 775.542           | 4.861.943           |
| Rio de Janeiro       | 2.214.239         | 1.894.126         | 2.018.745         | 1.996.916            | 2.159.657            | 2.135.001         | 1.925.069         | 2.135.001         | 16.478.754          |
| São Paulo            | 7.821.823         | 7.890.355         | 8.097.174         | 8.352.328            | 8.489.187            | 8.383.973         | 8.328.430         | 8.383.973         | 65.747.243          |
| <b>Sul</b>           | <b>3.970.838</b>  | <b>3.452.618</b>  | <b>3.541.157</b>  | <b>3.882.229</b>     | <b>3.762.733</b>     | <b>3.757.516</b>  | <b>3.781.063</b>  | <b>3.757.516</b>  | <b>29.905.670</b>   |
| Paraná               | 1.291.415         | 1.112.139         | 1.162.393         | 1.263.936            | 1.268.690            | 1.276.696         | 1.267.566         | 1.276.696         | 9.919.531           |
| Santa Catarina       | 1.014.916         | 906.199           | 923.633           | 975.752              | 954.360              | 955.935           | 931.177           | 955.935           | 7.617.907           |

(Conclusão)

**Tabela 27**  
**Arrecadação mensal do ICMS, por Unidades da Federação**  
**Brasil – jan.-ago. 2010/2011**

| Unidade da federação | 2011              |                      |                   |                      |                       |                   |                   |                   |                     |
|----------------------|-------------------|----------------------|-------------------|----------------------|-----------------------|-------------------|-------------------|-------------------|---------------------|
|                      | Jan.              | Fev.                 | Mar.              | Abr.                 | Mai                   | Jun.              | Jul.              | Ago.              | Acumulado jan.-ago. |
| Rio Grande do Sul    | 1.664.506         | 1.434.280            | 1.455.132         | 1.642.541            | 1.539.683             | 1.524.884         | 1.582.319         | 1.524.884         | 12.368.229          |
| <b>Centro-Oeste</b>  | <b>1.709.707</b>  | <b>1.578.550</b>     | <b>2.057.234</b>  | <b>2.059.814</b>     | <b>2.021.698</b>      | <b>1.755.340</b>  | <b>2.109.775</b>  | <b>2.196.761</b>  | <b>15.488.879</b>   |
| Mato Grosso          | 454.904           | 368.294              | 451.669           | 521.864              | 471.882               | 492.904           | 484.729           | 492.904           | 3.739.150           |
| Mato Grosso do Sul   | 422.774           | 383.334              | 422.255           | 431.581              | 426.201               | 0                 | 435.110           | 441.421           | 2.962.676           |
| Goiás                | 832.029           | 826.922              | 791.519           | 702.220              | 713.097               | 787.892           | 763.499           | 787.892           | 6.205.070           |
| Distrito Federal     | 0                 | 0                    | 391.791           | 404.149              | 410.518               | 474.543           | 426.437           | 474.543           | 2.581.981           |
| <b>Brasil</b>        | <b>22.725.583</b> | <b>20.051.301(1)</b> | <b>13.616.517</b> | <b>24.215.589(1)</b> | <b>23.726.174 (1)</b> | <b>23.788.824</b> | <b>23.969.026</b> | <b>24.480.549</b> | <b>108.580.499</b>  |

| Unidade da federação | 2010              |                   |                   |                   |                   |                   |                   |                   |                     |
|----------------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|---------------------|
|                      | Jan.              | Fev.              | Mar.              | Abr.              | Mai               | Jun.              | Jul.              | Ago.              | Acumulado jan.-ago. |
| <b>Norte</b>         | <b>1.180.075</b>  | <b>1.082.520</b>  | <b>1.102.593</b>  | <b>1.285.246</b>  | <b>1.283.658</b>  | <b>1.314.639</b>  | <b>1.318.394</b>  | <b>1.333.055</b>  | <b>9.900.180</b>    |
| Acre                 | 36.394            | 42.921            | 42.921            | 45.819            | 53.017            | 46.078            | 48.019            | 52.286            | 367.455             |
| Amazonas             | 397.269           | 398.974           | 368.269           | 494.482           | 488.851           | 467.619           | 477.421           | 495.282           | 3.588.167           |
| Pará                 | 425.393           | 356.789           | 380.768           | 417.557           | 412.044           | 439.580           | 432.552           | 424.383           | 3.289.066           |
| Rondônia             | 160.193           | 141.937           | 135.183           | 165.690           | 173.352           | 194.664           | 190.713           | 184.810           | 1.346.542           |
| Amapá                | 40.688            | 30.957            | 63.625            | 38.404            | 35.365            | 38.637            | 33.704            | 38.850            | 320.230             |
| Roraima              | 31.631            | 30.805            | 31.143            | 34.170            | 33.867            | 33.551            | 38.608            | 38.223            | 271.998             |
| Tocantins            | 88.507            | 80.136            | 80.682            | 89.125            | 87.163            | 94.509            | 97.377            | 99.222            | 716.721             |
| <b>Nordeste</b>      | <b>3.400.265</b>  | <b>3.037.763</b>  | <b>2.980.506</b>  | <b>3.339.482</b>  | <b>3.542.266</b>  | <b>3.273.768</b>  | <b>3.248.595</b>  | <b>3.463.662</b>  | <b>26.286.307</b>   |
| Maranhão             | 242.934           | 212.775           | 215.953           | 220.641           | 238.449           | 238.653           | 244.576           | 249.945           | 1.863.926           |
| Piauí                | 161.733           | 154.646           | 139.051           | 141.235           | 147.372           | 152.416           | 154.320           | 164.430           | 1.215.203           |
| Ceará                | 504.015           | 452.163           | 453.743           | 494.496           | 483.409           | 489.217           | 498.534           | 541.196           | 3.916.773           |
| Rio Grande do Norte  | 246.070           | 212.792           | 206.511           | 237.950           | 225.270           | 231.376           | 235.063           | 238.839           | 1.833.871           |
| Pernambuco           | 213.516           | 194.584           | 189.241           | 205.935           | 196.472           | 210.812           | 214.806           | 207.785           | 1.633.151           |
| Pernambuco           | 691.127           | 614.845           | 606.695           | 689.083           | 653.388           | 681.684           | 664.037           | 715.104           | 5.315.963           |
| Alagoas              | 170.552           | 163.162           | 163.560           | 157.866           | 159.995           | 153.599           | 149.759           | 243.734           | 1.362.227           |
| Sergipe              | 136.250           | 126.437           | 122.427           | 145.210           | 197.929           | 145.098           | 135.406           | 143.284           | 1.152.041           |
| Bahia                | 1.034.068         | 906.359           | 883.327           | 1.047.066         | 1.239.982         | 970.914           | 952.094           | 959.345           | 7.993.155           |
| <b>Sudeste</b>       | <b>11.338.416</b> | <b>11.263.893</b> | <b>11.654.101</b> | <b>12.362.699</b> | <b>12.412.863</b> | <b>12.196.964</b> | <b>12.191.642</b> | <b>13.403.739</b> | <b>96.824.317</b>   |
| Minas Gerais         | 2.056.652         | 1.902.185         | 1.957.225         | 2.164.947         | 2.142.508         | 2.177.458         | 2.322.841         | 3.289.699         | 18.013.515          |
| Espírito Santo       | 584.483           | 559.227           | 566.365           | 594.098           | 574.263           | 515.454           | 494.118           | 528.081           | 4.416.089           |
| Rio de Janeiro       | 1.964.384         | 1.707.862         | 1.776.963         | 1.858.658         | 2.332.770         | 1.782.416         | 1.759.628         | 1.831.991         | 15.014.672          |
| São Paulo            | 6.732.896         | 7.094.619         | 7.353.547         | 7.744.996         | 7.363.320         | 7.721.636         | 7.615.055         | 7.753.969         | 59.380.038          |
| <b>Sul</b>           | <b>3.592.714</b>  | <b>2.931.756</b>  | <b>3.354.418</b>  | <b>3.543.599</b>  | <b>3.362.947</b>  | <b>3.303.603</b>  | <b>3.382.804</b>  | <b>3.778.095</b>  | <b>27.249.936</b>   |
| Paraná               | 1.186.849         | 1.045.314         | 1.161.594         | 1.133.998         | 1.108.489         | 1.080.552         | 1.089.156         | 1.217.292         | 9.023.244           |
| Santa Catarina       | 864.836           | 741.594           | 771.223           | 875.353           | 801.492           | 826.459           | 837.570           | 854.702           | 6.573.229           |
| Rio Grande do Sul    | 1.541.029         | 1.144.848         | 1.421.601         | 1.534.248         | 1.452.966         | 1.396.593         | 1.456.078         | 1.706.100         | 11.653.463          |
| <b>Centro-Oeste</b>  | <b>1.825.182</b>  | <b>1.685.596</b>  | <b>1.815.477</b>  | <b>1.963.857</b>  | <b>1.920.528</b>  | <b>1.878.443</b>  | <b>1.896.500</b>  | <b>1.955.961</b>  | <b>14.941.544</b>   |
| Mato Grosso          | 446.445           | 397.395           | 436.812           | 467.285           | 446.034           | 441.129           | 451.389           | 427.865           | 3.514.354           |
| Mato Grosso do Sul   | 323.337           | 356.481           | 367.208           | 404.043           | 367.960           | 389.359           | 388.793           | 399.762           | 2.996.943           |
| Goiás                | 643.980           | 574.198           | 672.333           | 682.745           | 745.991           | 671.852           | 683.789           | 738.791           | 5.413.679           |
| Distrito Federal     | 411.421           | 357.523           | 339.124           | 409.785           | 360.542           | 376.104           | 372.529           | 389.543           | 3.016.571           |
| <b>Brasil</b>        | <b>21.336.652</b> | <b>20.001.528</b> | <b>20.907.094</b> | <b>22.494.884</b> | <b>22.522.262</b> | <b>21.967.416</b> | <b>22.037.935</b> | <b>23.934.512</b> | <b>175.202.283</b>  |

Fonte: Confaz/Cotepe/ICMS.

Elaboração: SEI/Coref.

Última Atualização: 29/09/11.

(...) Dado indisponível.

(1) Dado sujeito a retificação.

## Município

(Continua)

**Tabela 28**  
**Balanco orçamentário – Receita**  
**Orçamentos fiscal e da seguridade social – jan.-ago. 2010/2011**

(R\$ 1,00)

| Receita realizada                                | 2011                |                     |                      | 2010                |                     |                      |
|--------------------------------------------------|---------------------|---------------------|----------------------|---------------------|---------------------|----------------------|
|                                                  | Mai.-jun.           | Jul.-ago.           | Acumulado jan.-ago.  | Mai.-jun.           | Jul.-ago.           | Acumulado jan.-ago.  |
| <b>Receitas (exceto intra-orçamentárias) (I)</b> | <b>573.303.965</b>  | <b>682.554.972</b>  | <b>5.860.897.702</b> | <b>487.715.378</b>  | <b>458.397.295</b>  | <b>1.766.459.751</b> |
| <b>Receitas correntes</b>                        | <b>614.299.643</b>  | <b>632.296.589</b>  | <b>5.818.369.262</b> | <b>508.662.899</b>  | <b>480.959.795</b>  | <b>1.852.680.057</b> |
| <b>Receita tributária</b>                        | <b>195.336.409</b>  | <b>196.052.325</b>  | <b>1.829.225.001</b> | <b>157.883.420</b>  | <b>157.496.162</b>  | <b>641.529.216</b>   |
| Impostos                                         | 162.140.011         | 176.026.764         | 2.669.819.949        | 130.456.986         | 138.599.964         | 543.621.902          |
| Taxas                                            | 33.001.775          | 19.838.561          | 158.793.663          | 27.164.030          | 18.684.948          | 96.962.566           |
| Outras receitas tributárias                      | 194.623             | 187.000             | 611.389              | 262.403             | 211.249             | 944.746              |
| <b>Receita de contribuições</b>                  | <b>21.889.764</b>   | <b>17.425.829</b>   | <b>289.851.665</b>   | <b>18.585.123</b>   | <b>18.111.177</b>   | <b>65.820.064</b>    |
| Contribuições sociais                            | 10.179.328          | 6.196.575           | 254.929.634          | 7.593.392           | 7.922.967           | 29.114.880           |
| Contribuições econômicas                         | -                   | -                   | 11.982.341           | 10.991.730          | 10.188.209          | 36.705.182           |
| <b>Receita patrimonial</b>                       | <b>9.749.286</b>    | <b>11.392.618</b>   | <b>90.510.769</b>    | <b>5.324.110</b>    | <b>6.210.144</b>    | <b>25.367.410</b>    |
| Receitas imobiliárias                            | 215.524             | 201.548             | 5.533.080            | 273.336             | 433.746             | 1.176.171            |
| Receitas de valores mobiliários                  | 6.466.305           | 7.128.174           | 53.714.670           | 3.585.440           | 4.144.843           | 17.182.938           |
| Receitas de concessões e permissões              | 3.067.456           | 4.062.896           | 10.262.156           | 1.465.333           | 1.506.593           | 6.883.338            |
| Outras receitas patrimoniais                     | -                   | -                   | 21.000.861           | -                   | 124.959             | -                    |
| <b>Receita industrial</b>                        | <b>126.543</b>      | <b>108.112</b>      | <b>676.758</b>       | <b>59.111</b>       | <b>197.278</b>      | <b>896.502</b>       |
| Receita da indústria de construção               | 126.543             | 108.112             | 673.843              | 59.111              | 197.278             | 896.502              |
| <b>Receita de serviços</b>                       | <b>934.315</b>      | <b>5.576.843</b>    | <b>15.382.995</b>    | <b>625.175</b>      | <b>500.671</b>      | <b>2.044.438</b>     |
| <b>Transferências correntes</b>                  | <b>359.300.640</b>  | <b>330.700.633</b>  | <b>2.879.637.608</b> | <b>309.456.416</b>  | <b>278.742.793</b>  | <b>1.051.795.568</b> |
| Transferências intergovernamentais               | 355.305.757         | 331.415.020         | 2.863.385.486        | 305.281.996         | 275.197.337         | 1.035.975.678        |
| Transferências de instituições privadas          | 800                 | 4.122.021           | 5.003.021            | 2.496.850           | 400                 | 6.030.850            |
| Transferências de pessoas                        | 690                 | 13.280              | 14.600               | 700                 | 1.670               | 3.324                |
| Transferências de convênios                      | 3.993.393           | 2.992.424           | 19.049.435           | 1.696.869           | 3.516.335           | 9.778.664            |
| <b>Outras receitas correntes</b>                 | <b>26.962.687</b>   | <b>71.040.210</b>   | <b>231.711.272</b>   | <b>16.729.540</b>   | <b>19.701.567</b>   | <b>65.226.852</b>    |
| Multas e juros de mora                           | 10.327.184          | 39.973.952          | 84.869.803           | 11.541.217          | 12.956.640          | 39.700.226           |
| Indenizações e restituições                      | 430.872             | 19.986.976          | 37.490.724           | 235.277             | 361.641             | 982.847              |
| Receita da dívida ativa                          | 15.270.735          | 9.993.488           | 44.826.692           | 4.425.207           | 5.072.902           | 20.044.409           |
| <b>Receitas diversas</b>                         | <b>933.895</b>      | <b>1.085.795</b>    | <b>64.524.053</b>    | <b>527.838</b>      | <b>1.310.382</b>    | <b>4.499.367</b>     |
| <b>Receitas de capital</b>                       | <b>2.474.055</b>    | <b>8.907.693</b>    | <b>79.876.662</b>    | <b>14.946.036</b>   | <b>8.847.184</b>    | <b>27.700.677</b>    |
| Operações de crédito                             | -                   | -                   | 11.734.367           | -                   | -                   | -                    |
| Operações de crédito internas                    | -                   | -                   | 2.842.705            | -                   | -                   | -                    |
| <b>Alienação de bens</b>                         | <b>-</b>            | <b>-</b>            | <b>146.259</b>       | <b>-</b>            | <b>-</b>            | <b>-</b>             |
| Alienação de bens móveis                         | -                   | -                   | -                    | -                   | -                   | -                    |
| <b>Transferências de capital</b>                 | <b>2.474.055</b>    | <b>8.907.693</b>    | <b>59.911.566</b>    | <b>14.946.036</b>   | <b>8.847.184</b>    | <b>27.700.677</b>    |
| Transferências intergovernamentais               | -                   | 1.540.000           | 1.967.860            | -                   | -                   | -                    |
| Transferências de convênios                      | 2.474.055           | 7.367.693           | 61.645.304           | 14.946.036          | 8.847.184           | 27.700.677           |
| <b>Outras receitas de capital</b>                | <b>-</b>            | <b>-</b>            | <b>-</b>             | <b>-</b>            | <b>-</b>            | <b>-</b>             |
| Receitas diversas                                | -                   | -                   | -                    | -                   | -                   | -                    |
| <b>Dedução da receita corrente</b>               | <b>(43.469.733)</b> | <b>(38.649.290)</b> | <b>-117.348.202</b>  | <b>(35.893.557)</b> | <b>(31.409.684)</b> | <b>-113.920.983</b>  |
| <b>Receitas (intra-orçamentárias) (II)</b>       | <b>20.981.264</b>   | <b>9.242.763</b>    | <b>291.375.838</b>   | <b>9.383.655</b>    | <b>9.111.401</b>    | <b>32.977.733</b>    |
| <b>Subtotal das receitas (III) = (I+II)</b>      | <b>594.285.229</b>  | <b>611.797.755</b>  | <b>6.072.273.560</b> | <b>497.099.033</b>  | <b>467.508.697</b>  | <b>1.799.437.485</b> |
| <b>Déficit (IV)</b>                              | <b>-</b>            | <b>-</b>            | <b>-</b>             | <b>-</b>            | <b>-</b>            | <b>-</b>             |
| <b>Total (V) = (III + IV)</b>                    | <b>594.285.229</b>  | <b>611.797.755</b>  | <b>6.072.273.560</b> | <b>497.099.033</b>  | <b>467.508.697</b>  | <b>1.799.437.485</b> |

(Conclusão)

**Tabela 28**  
**Balanco orçamentário – Receita**  
**Orçamentos fiscal e da seguridade social – jan.-ago. 2010/2011**

(R\$ 1,00)

| Receita intra orçamentária                    | 2011              |                  |                     | 2010             |                  |                     |
|-----------------------------------------------|-------------------|------------------|---------------------|------------------|------------------|---------------------|
|                                               | Mai.-jun.         | Jul.-ago.        | Acumulado jan.-ago. | Mai.-jun.        | Jul.-ago.        | Acumulado jan.-ago. |
| <b>Receitas correntes</b>                     | <b>20.981.264</b> | <b>9.242.783</b> | <b>291.375.858</b>  | <b>9.383.655</b> | <b>9.111.401</b> | <b>32.977.733</b>   |
| Receita de contribuições                      | 19.981.264        | 8.242.783        | 287.915.365         | 9.117.816        | 8.845.563        | 32.093.692          |
| Receita de serviços                           | 1.000.000         | 1.000.000        | 3.460.493           | 265.838          | 265.838          | 884.040             |
| <b>Receita de capital</b>                     | <b>-</b>          | <b>-</b>         | <b>-</b>            | <b>-</b>         | <b>-</b>         | <b>-</b>            |
| Outras receitas de capital intra-orçamentária | -                 | -                | -                   | -                | -                | -                   |
| <b>Total</b>                                  | <b>20.981.264</b> | <b>9.242.783</b> | <b>291.375.858</b>  | <b>9.383.655</b> | <b>9.111.401</b> | <b>32.977.733</b>   |

Fonte: Secretaria da Fazenda do Município de Salvador.

Elaboração: SEI/Coref.

**Balanco Orçamentário - Despesa**  
**Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social – Salvador – jan.-ago. 2010/2011**

(R\$ 1,00)

| Despesa executada                                | 2011               |                    |                      | 2010               |                    |                      |
|--------------------------------------------------|--------------------|--------------------|----------------------|--------------------|--------------------|----------------------|
|                                                  | Mai.-jun.          | Jul.-ago.          | Acumulado jan.-ago.  | Mai.-jun.          | Jul.-ago.          | Acumulado jan.-ago.  |
| <b>Despesas (exceto intra-orçamentárias) (I)</b> | <b>535.906.429</b> | <b>513.583.741</b> | <b>4.526.376.938</b> | <b>493.349.693</b> | <b>512.982.674</b> | <b>1.893.318.525</b> |
| <b>Despesas correntes</b>                        | <b>509.342.554</b> | <b>477.118.910</b> | <b>4.192.390.688</b> | <b>438.872.040</b> | <b>470.724.934</b> | <b>1.711.640.283</b> |
| Pessoal e encargos sociais                       | 183.600.980        | 207.287.158        | 2.192.729.542        | 157.935.926        | 169.091.661        | 653.105.425          |
| Juros e encargos da dívida                       | 11.886.082         | 11.531.059         | 100.335.677          | 11.634.415         | 11.314.654         | 45.399.006           |
| Outras despesas correntes                        | 313.855.493        | 258.300.693        | 2.071.363.212        | 269.301.698        | 290.318.418        | 1.013.135.649        |
| <b>Despesas de capital</b>                       | <b>26.563.875</b>  | <b>36.464.831</b>  | <b>333.986.149</b>   | <b>54.477.653</b>  | <b>42.257.739</b>  | <b>181.678.241</b>   |
| Investimentos                                    | 6.083.219          | 12.762.474         | 88.472.004           | 25.880.509         | 25.016.428         | 89.564.016           |
| Inversões financeiras                            | 3.194.000          | 3.310.000          | 19.182.922           | 3.975.805          | 1.210.000          | 9.373.416            |
| Amortização da dívida                            | 17.286.656         | 20.392.357         | 226.331.324          | 24.621.338         | 16.031.311         | 82.740.808           |
| <b>Reserva de contingência</b>                   | <b>-</b>           | <b>-</b>           | <b>-</b>             | <b>-</b>           | <b>-</b>           | <b>-</b>             |
| <b>Despesas (intra-orçamentárias) (II)</b>       | <b>20.744.841</b>  | <b>23.215.829</b>  | <b>271.898.491</b>   | <b>10.205.482</b>  | <b>11.047.171</b>  | <b>38.826.905</b>    |
| <b>Subtotal das despesas (III) = (I+II)</b>      | <b>556.651.270</b> | <b>536.798.771</b> | <b>4.798.274.929</b> | <b>503.555.176</b> | <b>524.029.846</b> | <b>1.932.145.432</b> |
| <b>Superávit(IV)</b>                             | <b>-</b>           | <b>-</b>           | <b>-</b>             | <b>-</b>           | <b>-</b>           | <b>-</b>             |
| <b>Total (V) = (III + IV)</b>                    | <b>556.651.270</b> | <b>536.798.771</b> | <b>4.798.274.929</b> | <b>503.555.176</b> | <b>524.029.846</b> | <b>1.932.145.432</b> |

| Despesa intra orçamentária | 2011              |                   |                     | 2010              |                   |                     |
|----------------------------|-------------------|-------------------|---------------------|-------------------|-------------------|---------------------|
|                            | Mai.-jun.         | Jul.-ago.         | Acumulado jan.-ago. | Mai.-jun.         | Jul.-ago.         | Acumulado jan.-ago. |
| <b>Despesas correntes</b>  | <b>20.744.841</b> | <b>23.215.029</b> | <b>271.897.991</b>  | <b>10.205.482</b> | <b>11.047.171</b> | <b>38.826.905</b>   |
| Pessoal e encargos sociais | 20.655.414        | 22.573.953        | 236.450.524         | 8.139.643         | 9.247.171         | 34.056.581          |
| Outras despesas correntes  | 89.427            | 641.077           | 35.447.467          | 2.065.838         | 1.800.000         | 4.770.322           |
| <b>Despesas de capital</b> | <b>-</b>          | <b>-</b>          | <b>-</b>            | <b>-</b>          | <b>-</b>          | <b>-</b>            |
| Investimentos              | -                 | -                 | -                   | -                 | -                 | -                   |
| <b>Total</b>               | <b>20.744.841</b> | <b>23.215.029</b> | <b>271.897.991</b>  | <b>10.205.482</b> | <b>11.047.171</b> | <b>38.826.905</b>   |

Fonte: Secretaria da Fazenda do Município de Salvador.

Elaboração: SEI/Coref.

Nota: Durante o exercício, as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. As Despesas liquidadas são consideradas

Publique  
seu artigo



C&P

CONJUNTURA & PLANEJAMENTO

ENDEREÇO ELETRÔNICO  
PARA ENVIO DOS ARTIGOS

**cep@sei.ba.gov.br**

COORDENAÇÃO EDITORIAL

**Rosângela Conceição**

**Elissandra Brito**

INFORMAÇÕES

**55 71 3115-4771**

**e 3115-4711**

[www.sei.ba.gov.br](http://www.sei.ba.gov.br)



@eu\_sei



imprensa.sei



# NORMAS PARA PUBLICAÇÃO DE ARTIGOS

A revista **Conjuntura & Planejamento**, editada pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), órgão vinculado à Secretaria do Planejamento do Estado da Bahia (Seplan), aceita colaborações originais, em português, de artigos sobre conjuntura e planejamento da economia, bem como resenhas de livros inéditos que se enquadrem nestes mesmos parâmetros.

Os artigos e resenhas são submetidos à apreciação do Conselho Editorial, instância que os aprova para publicação.

A Coordenação Editorial reserva-se o direito de sugerir ou modificar títulos, formatar tabelas e ilustrações, dentre outras intervenções, a fim de atender ao padrão editorial e ortográfico adotado pela Instituição, constante no *Manual de Redação e Estilo* da SEI, disponível no site [www.sei.ba.gov.br](http://www.sei.ba.gov.br), menu “Publicações”.

Os artigos ou resenhas que não estiverem de acordo com as normas não serão apreciados.

O autor terá direito a dois exemplares do periódico em que seu artigo for publicado.

## Padrão para envio de artigos ou resenhas:

- Apresentação em editor de texto de maior difusão (Word), formatado com entrelinhas de 1,5, margem esquerda de 3 cm, direita e inferior de 2 cm, superior de 3 cm, fonte Times New Roman, tamanho 12;
- Os artigos devem conter, no mínimo, dez páginas e, no máximo, 15 e as resenhas, no máximo, três páginas;
- É permitido apenas um artigo por autor, exceto no caso de participação como coautor;
- Inclusão, em nota de rodapé, da identificação do autor, com nome completo, titulação acadêmica, nome da(s) instituição(ões) a que está vinculado, e-mail, telefone e endereço para correspondência;
- Arquivos magnéticos devem ser enviados à Coordenação de Análise Conjuntural (CAC), para o e-mail [c&p@sei.ba.gov.br](mailto:c&p@sei.ba.gov.br);
- As tabelas e demais tipos de ilustrações (desenhos, esquemas, figuras, fluxogramas, fotos, gráficos, mapas etc.) devem estar numerados consecutivamente, com algarismos arábicos, na ordem em que forem citados no texto, com os títulos, legendas e fontes completas, e localizados o mais próximo possível do trecho a que se referem;
- As ilustrações de qualquer tipo devem estar acompanhadas dos originais. As fotografias devem apresentar resolução de 300 dpi (CMYK), com cor real e salvas na extensão TIFF;
- As notas de rodapé devem ser explicativas ou complementares, curtas, numeradas em ordem sequencial, no corpo do texto e na mesma página em que forem citadas;
- As citações de até três linhas devem estar entre aspas, na sequência do texto. As citações com mais de três linhas devem constar em parágrafo próprio, com recuo da margem de 4 cm, fonte 10, espaço simples, sem aspas e identificadas pelo sistema autor-data (NBR 10520 da ABNT);
- As referências devem ser completas e precisas, segundo as Normas Brasileiras para Referências Bibliográficas – NBR 6023 da ABNT.

Todos os números da Conjuntura & Planejamento podem ser visualizados no site da SEI ([www.sei.ba.gov.br](http://www.sei.ba.gov.br)) no menu “Publicações”.



SECRETARIA DO  
PLANEJAMENTO

